



# Jornal Oficial do Município de Londrina

IMPrensa Oficial do Município de Londrina

ANO XXIV

Nº 4674

Publicação Diária

Sexta-feira, 8 de julho de 2022

EXTRA

## JORNAL DO EXECUTIVO ATOS LEGISLATIVOS LEI

LEI Nº 13.440, DE 6 DE JULHO DE 2022

**SÚMULA:** Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária do Município de Londrina para o exercício financeiro de 2023 e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE**

**LEI:**

### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** Em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso II, § 2º, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, no art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e no art. 100, da Lei Orgânica do Município de Londrina, de 5 de abril de 1990, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias relativas ao exercício financeiro de 2023, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II - a organização e a estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes específicas para o Poder Legislativo;
- IV - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre as alterações na Legislação Tributária do Município;
- VII - as disposições relativas à Dívida Pública Municipal; e
- VIII - as disposições finais.

**Parágrafo único.** Integram esta Lei os seguintes anexos:

- I - Anexo de Metas Fiscais, composto de:
  - a. demonstrativo de metas anuais;
  - b. avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
  - c. demonstrativo das metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
  - d. evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios;
  - e. origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
  - f. receitas e despesas previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS;
  - g. projeção atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais, gerido pela Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina - CAAPSMML;
  - h. demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita; e
  - i. demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- II - Anexo de Riscos Fiscais, contendo Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- III - Anexo de Metas e Prioridades;
- IV - Demonstrativo de Obras em Andamento, em atendimento ao art. 45, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000; e
- V - Avaliação da situação financeira e atuarial dos Planos de Previdência Social e de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais, geridos pela Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina - CAAPSMML.

## CAPÍTULO I METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 2º** Em conformidade com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 e no art. 100 da Lei Orgânica do Município, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2023 são as constantes em Anexo próprio desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, mas não se constituem limites à programação das despesas.

**§ 1º** Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2023 será dada prioridade aos seguintes eixos estratégicos:

- I - Promoção humana e qualidade de vida;
- II - Desenvolvimento econômico;
- III - Democratização e modernização da gestão pública;
- IV - Infraestrutura, mobilidade e ordenamento do território.

**§ 2º** A execução das ações vinculadas às metas e prioridades, do Anexo a que se refere o *caput*, estará condicionada à manutenção do equilíbrio das contas públicas, conforme Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei.

**Art. 3º** As Ações / Metas especificadas no Anexo de Metas e Prioridades da Administração Municipal deverão estar em consonância com as especificadas no Plano Plurianual - PPA, período 2022-2025, aprovado pela Lei nº 13.314, de 22 de dezembro de 2021 e alterações, e, ainda, constar da Lei Orçamentária Anual para 2023, a ser encaminhada à Câmara Municipal até 31 de agosto de 2022.

**Art. 4º** Será garantida a destinação de recursos orçamentários para a oferta de programas públicos de atendimento à infância e à adolescência no Município, conforme disposto no art. 227 da Constituição Federal e no art. 4º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações - Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo encaminhará anexo à Proposta Orçamentária, quadro demonstrativo dos gastos públicos em benefício da criança e do adolescente (Orçamento Criança) e quadros demonstrativos das receitas e despesas, conforme art. 14, § 3º, da Instrução Normativa nº 36, de 27 de agosto de 2009, do Tribunal de Contas do Paraná - TCE / PR.

## CAPÍTULO II ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

**Art. 5º** A Lei Orçamentária Anual compreenderá o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento.

**Art. 6º** O Projeto de Lei Orçamentária do Município de Londrina relativo ao exercício de 2023 deverá obedecer aos princípios da justiça social, do controle social, da transparência na elaboração e execução do orçamento e da economicidade, observados:

- I - o princípio da justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões da cidade, bem como combater a exclusão social;
- II - o princípio do controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;
- III - o princípio da transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento; e
- IV - o princípio da economicidade implica na relação custo-benefício, ou seja, na eficiência dos atos de despesa, que conduz à própria eficiência da atividade administrativa.

**Art. 7º** Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - diretriz: o conjunto de princípios que orienta a execução dos Programas de Governo;
- II - função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;
- III - subfunção: uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;
- IV - programa: o instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
- V - ação: especifica a forma de alcance do objetivo do programa de governo, descrevendo o produto e a meta física programada e sua finalidade, bem como os investimentos, que devem ser detalhados em unidades e medidas;
- VI - atividade: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e das quais resulta um produto necessário à manutenção das ações de governo;
- VII - projeto: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo;
- VIII - operação especial: o conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resultam em um produto e não geram contraprestação direta sob forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais;
- IX - órgão orçamentário: constitui a categoria mais elevada da classificação institucional, ao qual são vinculadas as unidades orçamentárias responsáveis por desenvolverem um programa de trabalho definido;

X - unidade orçamentária: constitui-se em um desdobramento de um órgão orçamentário, podendo ser da administração direta ou da administração indireta, em cujo nome a Lei Orçamentária Anual consigna, expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho;

XI - modalidade de aplicação: indica se os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito ou mediante transferência para entidades públicas ou privadas;

XII - concedente: o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive de descentralização de recursos orçamentários; e

XIII - conveniente: as entidades da Administração Pública Municipal e entidades privadas que recebem transferências financeiras, inclusive quando decorrentes de descentralização de recursos orçamentários.

**§ 1º** Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

**§ 2º** Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

**§ 3º** As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária por programas, os quais estarão vinculados a atividades, projetos ou operações especiais mediante a indicação de suas metas.

**Art. 8º.** O Orçamento Fiscal que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo até 31 de agosto de 2022, nos termos do art. 2º, inciso III, do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município, compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal.

**Art. 9º.** O Poder Executivo também encaminhará ao Poder Legislativo, até 31 de agosto de 2022, o Orçamento de Investimento das empresas em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

**Art. 10.** A Classificação da receita orçamentária, para o exercício financeiro de 2023, obedecerá ao disposto no art. 11 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, nas Portarias e Instruções Normativas da Secretaria de Tesouro Nacional - STN e Secretaria do Orçamento Federal - SOF, em especial a Portaria Conjunta STN/SOF nº 163 e suas atualizações, e no plano de contas padrão da receita, publicado pelo TCE - PR.

**Parágrafo único.** Observado o disposto no *caput*, a receita orçamentária será discriminada pela seguinte estrutura:

I - Categoria Econômica;

II - Origem;

III - Espécie;

IV - Desdobramento; e

V - Tipo.

**Art. 11.** A despesa orçamentária será discriminada por:

I - Órgão Orçamentário;

II - Unidade Orçamentária;

III - Função;

IV - Subfunção;

V - Programa;

VI - Projeto, Atividade ou Operação Especial;

VII - Categoria Econômica;

VIII - Grupo de Natureza da Despesa;

IX - Modalidade de Aplicação;

X - Elemento de Despesa; e

XI - Fonte de Recursos.

**§ 1º** A Categoria Econômica da despesa está assim detalhada:

I - Despesas Correntes - 3; e

II - Despesas de Capital - 4.

**§ 2º** Os Grupos de Natureza da Despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I - Pessoal e Encargos Sociais - 1;

II - Juros e Encargos da Dívida - 2;

III - Outras Despesas Correntes - 3;

IV - Investimentos - 4;

V - Inversões Financeiras - 5; e

VI - Amortização da Dívida - 6.

**§ 3º** A Modalidade de Aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante do Orçamento Fiscal ou da Seguridade Social; e

II - indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas sem fins lucrativos.

**§ 4º** Na especificação da modalidade de aplicação de que trata o parágrafo anterior será observada a codificação normatizada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, do Ministério da Economia, e pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE / PR.

**§ 5º** Fica o Poder Executivo autorizado a criar, alterar ou extinguir os códigos da modalidade de aplicação incluídos na Lei Orçamentária Anual para 2023 e em seus Créditos Adicionais.

**§ 6º** A especificação da despesa será apresentada por unidade orçamentária até o nível de elemento de despesa.

**§ 7º** A Lei Orçamentária Anual para 2023 conterá a destinação de recursos, classificados por Fontes, regulamentados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, do Ministério da Economia e pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE / PR.

**§ 8º.** O Município poderá incluir, na Lei Orçamentária, outras Fontes de Recursos para atender suas peculiaridades, além das determinadas no § 7º deste artigo.

**§ 9º.** Os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão utilizados apenas para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

**§ 10.** As receitas oriundas de aplicações financeiras terão as mesmas fontes dos recursos originais.

**§ 11.** Durante a execução orçamentária, as fontes de recursos previstas poderão ser alteradas ou novas poderão ser incluídas, exclusivamente pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia, mediante publicação de Decreto no Jornal Oficial do Município, com as devidas justificativas.

**§ 12.** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às atualizações dos Planos de Contas da Receita e da Despesa, durante a execução orçamentária.

**Art. 12.** A Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor será identificada pelo dígito 7 (sete) no que se refere ao Projeto. Quanto à categoria econômica, ao grupo de natureza da despesa, à modalidade de aplicação e ao elemento de despesa serão identificados pelo dígito 9 (nove).

**Art. 13.** A Reserva de Contingência prevista no art. 45 desta Lei será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere à categoria econômica, ao grupo de natureza da despesa, à modalidade de aplicação, ao elemento de despesa e à Fonte de Recursos.

**Art. 14.** A Lei Orçamentária discriminará em programas de trabalho específicos as dotações destinadas:

I - à participação em constituição ou aumento de capital de empresas;

II - à manutenção das operações especiais - precatórios, indenizações, restituições, garantias e PASEP; e

III - ao pagamento dos juros, encargos e amortização da dívida interna.

**Art. 15.** Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, na proposta orçamentária de 2023, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento, ao Poder Legislativo, do correspondente Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 16.** A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - o comportamento da arrecadação de receitas do exercício anterior;

II - o demonstrativo da despesa efetivamente executada no ano anterior em contraste com a despesa autorizada;

III - a situação observada no exercício de 2021 em relação aos limites de que tratam os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000;

IV - o demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino;

V - o demonstrativo que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos em saúde, em cumprimento ao art. 77, inciso III do ADCT;

VI - a discriminação da dívida pública total acumulada; e

VII - os demonstrativos que informem os montantes do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas, com o detalhamento das fontes que financiarão suas despesas.

**Art. 17.** O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal constituir-se-á de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III - anexos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, na forma definida nesta Lei; e

V - discriminação da legislação da receita e da despesa referente ao Orçamento Fiscal.

§ 1º Integrarão o Orçamento Fiscal todos os quadros previstos no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º Integrarão o Orçamento de Investimento, no que lhe couber, os quadros previstos na lei citada no parágrafo anterior.

### CAPÍTULO III DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

**Art. 18.** O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar o percentual de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento), relativo ao somatório da receita tributária com as transferências previstas nos arts. 153, § 5º, 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior, em conformidade com o art. 29-A da Constituição Federal.

§ 1º O duodécimo devido ao Poder Legislativo será repassado até o dia 20 de cada mês, sob a pena de crime de responsabilidade do Prefeito, conforme disposto no art. 29-A, § 2º, inciso II, da Constituição Federal.

§ 2º A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a setenta por cento de sua receita, de acordo com o estabelecido no art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal, e conforme o disposto no art. 19, §§ 1º e 2º, da Lei Orgânica do Município.

**Art. 19.** O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária, para fins de consolidação, até o dia 13 de junho do corrente exercício, observadas as disposições desta Lei.

### CAPÍTULO IV DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

#### Seção I Diretrizes Gerais

**Art. 20.** A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2023 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como deverão levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.

§ 1º Será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

I - pelo Poder Legislativo, no que lhe couber, dos instrumentos de gestão previstos no art. 48, *caput*, da Lei Complementar nº 101/2000; e

II - pelo Poder Executivo:

- a) da Lei Orçamentária Anual e seus anexos;
- b) das alterações orçamentárias realizadas mediante a abertura de Créditos Adicionais;
- c) do Relatório Resumido da Execução Orçamentária; e
- d) do Relatório de Gestão Fiscal.

§ 2º Para o efetivo cumprimento da transparência na gestão fiscal de que trata o *caput* deste artigo, o Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia e da Controladoria-Geral do Município, deverá manter atualizado o endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, com os instrumentos de gestão descritos no art. 48, *caput*, da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 21.** As estimativas de receitas serão feitas com a observância estrita das normas técnicas e legais e considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.

**Art. 22.** O Poder Executivo fica autorizado a:

I - alterar o órgão responsável por programas e ações;

II - incluir, excluir ou alterar ações e respectivas metas, limitadas às disponibilidades orçamentárias e financeiras;

III - adequar a meta física e financeira de ação orçamentária para compatibilizá-la com alterações no seu valor, produto, ou unidade de medida, efetivadas pelas leis orçamentárias anuais e seus créditos adicionais.

**Parágrafo único.** Ficam excluídos dos limites fixados nos arts. 46, 47 e 48 desta Lei, as alterações previstas nos incisos deste artigo.

**Art. 23.** O Poder Executivo, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia e da Secretaria Municipal de Fazenda, deverá elaborar e publicar a programação financeira, especificada no mínimo, por entidade e fonte de recursos e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado no mínimo, por entidade, órgão e por fonte de recursos, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, visando ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

§ 1º O Poder Legislativo deverá enviar ao Poder Executivo, até dez dias após a aprovação da Lei Orçamentária de 2023, o cronograma mensal de desembolso para o referido exercício.

§ 2º O Poder Executivo publicará a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2023.

**Art. 24.** No prazo previsto no § 2º do artigo anterior, o Poder Executivo, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia e da Secretaria Municipal de Fazenda, deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais, juntamente com as medidas de combate à evasão e à sonegação, bem como as quantidades e os valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa e o montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do art. 13, da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 25.** Se for verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, considerando as Fontes de Recursos Não Vinculadas, em especial as Fontes de Recursos 000 - Recursos Ordinários (Livres), 001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados), 103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB, 104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica e 303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%), respeitados no período, a Programação Financeira e o Cronograma Mensal de Desembolso, o Poder Legislativo e o Poder Executivo promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira.

**§ 1º** Caso haja necessidade, a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo e no art. 9º, da Lei Complementar nº 101/2000, visando atingir as metas fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais - Metas Anuais, desta Lei, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras, de cada Poder, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

**§ 2º** Na hipótese de ocorrência de limitação de empenho e movimentação financeira, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

**Art. 26.** Além de observar as diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus Créditos Adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos Programas de Governo.

**Art. 27.** As propostas parciais dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação, Fundos Municipais e Empresas Públicas serão apresentadas à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia até o dia 13 de junho de 2022, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária.

**Art. 28.** A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

**Parágrafo único.** O disposto no *caput* deste artigo aplica-se no âmbito de cada Fonte de Recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

**Art. 29.** É obrigatória a destinação de recursos para compor contrapartida de transferências voluntárias efetuadas pela União e pelo Estado, bem como de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, de amortização, de juros e de outros encargos, observado o cronograma de desembolso da respectiva operação.

**Art. 30.** A Lei Orçamentária de 2023 incluirá dotações para o pagamento de precatórios de acordo com os valores informados pela Secretaria Municipal de Fazenda conforme o regime de pagamento adotado pelo Município.

**Art. 31.** A Procuradoria-Geral do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Fazenda, até 2 de maio do corrente exercício, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais inscritos até 2 de abril de 2022 a serem incluídos na proposta orçamentária de 2023.

**Parágrafo único.** A forma de pagamento e a atualização monetária dos precatórios e das parcelas resultantes observarão, no exercício de 2023, os índices adotados pelo Poder Judiciário respectivo, conforme disposto no art. 100, § 1º, da Constituição Federal e art. 101 do ADCT.

**Art. 32.** O pagamento das obrigações de pequeno valor de que trata o art. 100, § 3º, da Constituição Federal sujeitar-se-á ao disposto na Lei nº 11.467/2011.

**Art. 33.** Na programação da despesa não poderão:

- I - ser incluídas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras; e
- II - ser incluídas despesas a título de Investimentos - Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, reconhecidos na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal e do art. 104, § 3º, da Lei Orgânica do Município.

**Art. 34.** Na proposta orçamentária não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

- I - ações que não sejam de competência exclusiva ou comum do Município, ou com ações para as quais a Constituição Federal não estabeleça a obrigação do Município de cooperação técnica e/ou financeira; e
- II - clubes, associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres.

**§ 1º** Para atender ao disposto nos incisos I e II do *caput* deste artigo, durante a execução orçamentária do exercício de 2023, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo projeto de lei para a abertura de Crédito Adicional Especial.

**§ 2º** Excetuam-se do disposto no inciso II do *caput* deste artigo, os projetos financiados pelo Fundo Especial de Incentivo a Projetos Esportivos e pelo Fundo Especial de Incentivo a Projetos Culturais.

**Art. 35.** É vedada a inclusão, tanto na Lei Orçamentária quanto em seus Créditos Adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, subvenções econômicas, auxílios ou contribuições, ressalvadas aquelas destinadas às entidades privadas com ou sem fins lucrativos e amparadas por Leis Municipais.

**Art. 36.** Fica o Poder Executivo autorizado a repassar recursos a título de garantia, honra de avais, seguros e similares, autorizados por lei específica, incluídos na Lei Orçamentária Anual ou em seus créditos adicionais.

**Parágrafo único.** Os repasses de recursos serão efetivados mediante termo de parceria, colaboração ou termos afins, conforme determinam o art. 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e o art. 26, da Lei Complementar nº 101/2000, ou conforme definido em lei específica.

**Art. 37.** A Receita Total do Município prevista no Orçamento Fiscal será programada de acordo com as seguintes prioridades:

- I - custeio de pessoal e encargos sociais, inclusive as contribuições do Município ao sistema de seguridade social, compreendendo o Plano de Previdência Social, conforme legislação em vigor;
- II - custeio administrativo e operacional;
- III - garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere ao ensino fundamental e à saúde;

- IV - garantia do cumprimento do disposto nos arts. 43 e 44 desta Lei;  
 V - pagamento de sentenças judiciais;  
 VI - contrapartidas dos convênios, dos programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais e das operações de crédito; e  
 VII - reserva de contingência, conforme especificado no art. 45 desta Lei.

**Parágrafo único.** Somente depois de atendidas as prioridades supra-arroladas poderão ser programados recursos para atender novos investimentos.

**Art. 38.** As obras já iniciadas terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade e/ou conclusão.

**Art. 39.** O controle de custos, a avaliação de resultados previstos no art. 4º, inciso I, alínea "e", e no art. 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, e a avaliação dos Programas de Governo constantes do Plano Plurianual - PPA 2022-2025 serão realizados pela Controladoria-Geral do Município.

## Seção II Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal

**Art. 40.** O Orçamento Fiscal estimará as receitas e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade, da exclusividade, da publicidade e da legalidade.

**Art. 41.** É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade precisa.

**Art. 42.** Na estimativa da receita e na fixação da despesa, serão considerados:

- I - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;  
 II - o aumento ou diminuição dos serviços prestados, a tendência do exercício; e  
 III - as alterações tributárias.

**Art. 43.** Do total das Receitas Correntes da Administração Direta serão aplicados no mínimo 6% na Função Assistência Social.

**Parágrafo único.** A base de cálculo para aferir o percentual do *caput* será a receita efetivamente arrecadada no exercício financeiro de 2021, consideradas as Receitas Correntes provenientes de recursos não vinculados e excluídas as receitas do Programa de Regularização Fiscal (Profis).

**Art. 44.** Do total das Receitas Correntes da Administração Direta serão aplicados no mínimo 1% na Função Desporto e Lazer.

**Parágrafo único.** A base de cálculo para aferir o percentual do *caput* será a receita efetivamente arrecadada no exercício financeiro de 2021, consideradas as Receitas Correntes provenientes de recursos não vinculados e excluídas as receitas do Profis.

**Art. 45.** A Lei Orçamentária conterà Reserva de Contingência no valor de até meio por cento da Receita Corrente Líquida, destinada a atender aos passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme previsto no art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000.

**§ 1º** A Reserva de Contingência prevista no *caput* será constituída, exclusivamente, pelas Fontes de Recursos 000 (Recursos Ordinários - Livres), 069 (Receitas Intra-Orçamentárias - P. 869/05 STN) e 4080 (Recursos Próprios - Administração Indireta).

**§ 2º** Caso não seja necessária a utilização da Reserva de Contingência para sua finalidade, no todo ou em parte, até o mês de setembro, o saldo remanescente poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais destinados à prestação de serviços públicos de assistência social, saúde, educação, defesa civil, ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública e precatórios.

**Art. 46.** Ficam os Poderes Executivo e Legislativo, nos termos do art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, autorizado a realizar Transposição.

**§ 1º** Entende-se por Transposição a realocação de recursos entre programas de trabalho, dentro de um mesmo órgão, mesma categoria econômica da despesa e mesma Fonte de Recursos.

**§ 2º** Ficam as alterações limitadas aos valores abaixo especificados:

Descrição	Em R\$
<b>Poder Legislativo</b>	
Câmara Municipal de Londrina	1.354.000,00
<b>Poder Executivo - Administração Direta</b>	
Prefeitura do Município de Londrina	18.160.000,00
<b>Poder Executivo - Administração Indireta</b>	
Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Londrina - ACESF	656.000,00
Fundo Municipal de Saúde de Londrina - FMSL	7.841.000,00
Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina - CAAPSML / Plano de Assistência à Saúde	324.000,00
Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina - CAAPSML / Plano de Previdência Social - Fundo de Previdência	581.000,00
Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina - CAAPSML/ Órgão Gerenciador	597.000,00
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL	564.000,00
Instituto de Desenvolvimento de Londrina - CODEL	375.000,00
Fundação de Esportes de Londrina - FEL	452.000,00
Fundo de Urbanização de Londrina - FUL	2.941.000,00

**Art. 47.** Fica o Poder Executivo, nos termos do art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, autorizado a realizar Remanejamento.

**§ 1º** Entende-se por Remanejamento a realocação de recursos entre órgãos, dentro da mesma Fonte de Recursos, independente da categoria econômica da despesa.

§ 2º Ficam as alterações limitadas aos valores abaixo especificados:

<b>Poder Executivo - Administração Direta</b>	<b>Em R\$</b>
<i>Prefeitura do Município de Londrina</i>	36.320.000,00

**Art. 48.** Ficam os Poderes Legislativo e Executivo, nos termos do art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, autorizados a realizar Transferência.

§ 1º Entende-se por Transferência a realocação de recursos entre categorias econômicas da despesa, dentro do mesmo órgão, mesmo programa de trabalho e mesma Fonte de Recursos.

§ 2º Ficam as alterações limitadas aos valores abaixo especificados:

<b>Descrição:</b>	<b>Em R\$</b>
<b>Poder Legislativo</b>	
<i>Câmara Municipal de Londrina</i>	81.000,00
<b>Poder Executivo - Administração Direta</b>	
<i>Prefeitura do Município de Londrina</i>	1.616.000,00
<b>Poder Executivo - Administração Indireta</b>	
<i>Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Londrina - ACESF</i>	180.000,00
<i>Autarquia Municipal de Saúde</i>	29.000,00
<i>Fundo Municipal de Saúde de Londrina - FMSL</i>	300.000,00
<i>Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina - CAAPSML / Plano de Assistência à Saúde</i>	11.000,00
<i>Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina - CAAPSML / Órgão Gerenciador</i>	80.000,00
<i>Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL</i>	38.000,00
<i>Instituto de Desenvolvimento de Londrina - CODEL</i>	125.000,00
<i>Fundação de Esportes de Londrina - FEL</i>	68.000,00
<i>Fundo de Urbanização de Londrina - FUL</i>	94.000,00

**Art. 49.** A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto nos arts. 167, § 2º, da Constituição Federal e art. 104, § 2º, da Lei Orgânica do Município, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.

**Parágrafo único.** Para a reabertura dos créditos previstos no *caput*, o Executivo utilizar-se-á dos instrumentos previstos nos incisos I a IV, § 1º do art. 43 e art. 44 da Lei Federal nº 4.320/1964.

**Art. 50.** Os recursos de convênios e instrumentos congêneres repassados pelo Município a outras entidades públicas ou privadas deverão ter sua aplicação comprovada mediante prestação de contas ao respectivo Órgão Gestor concedente.

### **Seção III Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento**

**Art. 51.** O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, terá suas receitas e despesas totalizadas por empresa, ficando seu programa de trabalho destacado por projeto, atividade ou operação especial, seguindo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos.

**Art. 52.** Não se aplicam às empresas públicas e às sociedades de economia mista não dependentes, integrantes do Orçamento de Investimento, as normas gerais da Lei Federal nº 4.320/1964 no que concerne ao regime contábil, à execução do orçamento e ao demonstrativo de resultados, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000.

**Parágrafo único.** Excetua-se do disposto neste artigo, no que couber, a aplicação dos arts. 109 e 110 da Lei Federal nº 4.320/1964 para as finalidades a que se destinam.

**Art. 53.** O Orçamento de Investimento, previsto nos artigos 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal e 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município, será apresentado para cada empresa em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

§ 1º Os desembolsos com aquisições de direitos do ativo imobilizado serão considerados investimentos, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações.

§ 2º A despesa será discriminada por categoria de programação, nos termos do art. 7º, § 3º, e do art. 11, desta Lei.

§ 3º O detalhamento das fontes de financiamento dos investimentos de cada empresa referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - decorrentes da participação acionária do Município; e

III - de outras origens.

### **Seção IV Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social**

**Art. 54.** O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e obedecerá ao disposto nos arts. 167, inciso XI, 194 a 196, 199 a 201, 203, 204 e 212, § 4º, da Constituição Federal e arts. 138 a 154, da Lei Orgânica do Município e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I - das contribuições sociais previstas na Constituição Federal, exceto a de que trata o art. 212, § 5º, e as destinadas por lei às despesas do Orçamento Fiscal;

- II - da contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município; e
- III - do Orçamento Fiscal.

**Parágrafo único.** Os recursos para atender às ações de que trata este artigo obedecerão aos valores estabelecidos no Orçamento Fiscal.

#### **CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

**Art. 55.** As despesas com pessoal e encargos sociais para 2023 serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis, na Lei Federal nº 9.717/1998, na Lei Complementar nº 101/2000 e na legislação municipal em vigor.

**Art. 56.** Os Poderes Legislativo e Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como base de cálculo, para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, a folha de pagamento do mês de abril de 2022 projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais a serem concedidos aos servidores públicos municipais, em especial pela Lei nº 9.337/2004 e suas alterações, bem como as alterações de planos de carreira e as admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto nos arts. 18 e 19 da Lei Complementar nº 101/2000, observado o contido no art. 37, inciso II, da Constituição Federal.

**Art. 57.** O reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais e dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Vereadores e dos demais agentes políticos do Município deverá observar a previsão de recursos orçamentários e financeiros constantes da Lei Orçamentária e de seus Créditos Adicionais, em categoria de programação específica, observando os limites dos artigos 20, inciso III, e 21 da Lei Complementar nº 101/2000.

**§ 1º** Ficam os Poderes Legislativo e Executivo autorizados a efetuar a recomposição dos vencimentos e proventos dos servidores públicos municipais ativos, aposentados e pensionistas, pertencentes aos quadros de pessoal estatutário e celetista, conforme disposto no art. 169, § 1º, incisos I e II, da Constituição Federal, bem como dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Vereadores e dos demais agentes políticos, referente ao período de fevereiro de 2022 a janeiro de 2023.

**§ 2º** A recomposição dos vencimentos, dos proventos e dos subsídios mencionada no § 1º deste artigo observará a variação do INPC de fevereiro de 2022 a janeiro de 2023, ou de outro índice que vier a substituí-lo.

**§ 3º** A recomposição dos vencimentos, dos proventos e dos subsídios mencionada no § 1º deste artigo ocorrerá mediante Decreto do Poder Executivo e Portaria do Presidente do Poder Legislativo.

**§ 4º** Para atender ao disposto neste artigo serão observados os limites estabelecidos nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 58.** O Poder Executivo, por intermédio do órgão central de controle de pessoal civil da Administração Direta e Indireta, publicará, até 31 de julho de 2022, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil e demonstrará os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não estáveis e de cargos vagos, comparando-os com os quantitativos do ano anterior e indicando as respectivas variações percentuais.

**§ 1º** O Poder Legislativo observará o cumprimento do disposto neste artigo mediante ato próprio de seu dirigente máximo.

**§ 2º** Os cargos transformados em decorrência de processo de racionalização de planos de carreiras dos servidores municipais serão incorporados à tabela referida neste artigo.

**Art. 59.** O Poder Legislativo, durante o exercício financeiro de 2023, deverá enquadrar-se nas determinações dos arts. 55 e 56 desta Lei, com relação às despesas com pessoal e encargos sociais.

**Art. 60.** No exercício financeiro de 2023, observado o disposto no art. 169, da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 59 desta Lei;

II - houver vacância, após 31 de julho de 2022, dos cargos ocupados, constantes da referida tabela;

III - houver prévia dotação orçamentária e disponibilidade financeira suficiente para o atendimento da despesa; e

IV - forem observados os limites previstos no art. 57 desta Lei, ressalvado o disposto no art. 22, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000.

**Parágrafo único.** A criação de cargos, empregos ou funções somente poderá ocorrer depois de atendido ao disposto neste artigo, no art. 169, § 1º, incisos I e II, da Constituição Federal, e nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 61.** A autorização para a realização de serviço extraordinário no âmbito do Poder Executivo é de competência do Poder Executivo, ou caberá a quem ele delegar, respeitados os limites orçamentários de cada órgão, conforme o disposto no Decreto nº 819 de 10 de julho de 2017 e suas alterações.

**Art. 62.** O disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

**Parágrafo único.** Não se consideram como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente; e

III - não caracterizem relação direta de emprego.

**CAPÍTULO VI**  
**DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO**  
**TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO**

**Art. 63.** Ocorrendo alterações na legislação tributária em vigor, decorrentes de lei aprovada até o término deste exercício, que impliquem acréscimo em relação à estimativa de receita constante do Projeto de Lei Orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder os devidos ajustes na execução orçamentária, observado o disposto no art. 40 desta Lei.

**Art. 64.** Os tributos poderão ser corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pelo IPCAE-IBGE ou outro indexador que venha substituí-lo.

**Art. 65.** O valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) poderá ser pago à vista, com descontos variáveis, observado o disposto na Lei nº 12.627, de 18 de dezembro de 2017.

**Art. 66.** Na previsão da receita, para o exercício financeiro de 2023, serão observados os incentivos e os benefícios fiscais estabelecidos em Leis Municipais, se atendidas às exigências do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, conforme detalhado no Anexo de Metas Fiscais - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

**Art. 67.** Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção em caráter não geral, de alteração de alíquota ou de modificação de base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, deverão atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo ser instruídos com demonstrativo evidenciando que não serão afetadas as metas de resultado nominal e primário.

**Art. 68.** Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos de cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**CAPÍTULO VII**  
**DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 69.** Os Orçamentos da Administração Direta e da Administração Indireta (Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais) deverão destinar recursos para o pagamento do serviço da dívida municipal.

**Parágrafo único.** Serão destinados recursos para o atendimento de despesas com juros, com outros encargos e com amortização da dívida referente às operações de créditos contratadas e/ou autorizadas até 2022.

**CAPÍTULO VIII**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 70.** Cabe à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia a responsabilidade pela coordenação da elaboração e da consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, de que trata esta Lei.

**Parágrafo único.** A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia disciplinará:

I - o calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;

II - a elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas parciais do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Fundação, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista; e

III - as instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos de que trata esta Lei.

**Art. 71.** Para os efeitos do disposto no art. 16, da Lei Complementar nº 101/2000:

I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666/1993, o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o art. 182, § 3º, da Constituição Federal; e

II - as despesas irrelevantes, conforme disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, são aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites do art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/1993, bem como o disposto no art. 75, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021.

**Art. 72.** São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que possibilitem a execução destas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária, em cumprimento aos arts. 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Parágrafo único.** Serão registrados, no âmbito de cada órgão, todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do *caput* deste artigo.

**Art. 73.** Os valores das metas fiscais, em anexo, devem ser considerados como estimativa, admitindo-se variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2023 ao Legislativo Municipal.

**Art. 74.** A execução orçamentária dos órgãos da administração direta e indireta constantes do orçamento fiscal será processada por meio de sistema informatizado único.

**Art. 75.** Para efeito do disposto no art. 42, da Lei Complementar nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou de instrumento congênere.

**Parágrafo único.** No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública Municipal, consideram-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

**Art. 76.** A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia divulgará, no prazo de trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD, especificando-o por atividades, projetos e operações especiais, em cada unidade orçamentária contida no Orçamento Fiscal.

**Art. 77.** Cabe à Controladoria-Geral do Município a responsabilidade pela apuração dos resultados primário e nominal para fins de avaliação do cumprimento das metas fiscais previstas nesta Lei, em atendimento ao art. 9º e seus parágrafos da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 78.** Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou que alterem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante Créditos Adicionais Suplementares e Especiais com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do art. 166, § 8º, da Constituição Federal e do art. 103, § 7º, da Lei Orgânica do Município.

**Art. 79.** O Projeto de Lei Orçamentária Anual, para o exercício financeiro de 2023, deverá ser devolvido para sanção do Poder Executivo até o encerramento da sessão legislativa de 2022, nos termos do art. 2º, inciso III, dos Atos das Disposições Transitórias da Lei Orgânica Municipal.

**Art. 80.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 6 de julho de 2022. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, Alexandre Alberto Trannin, Secretário de Governo (em substituição), Janderson Marcelo Canhada, Secretário de Planejamento, Orçamento e Tecnologia

**Ref.**

Projeto de Lei nº 65/2022

Autoria: Executivo Municipal

# **ANEXO I**

## **ANEXO DE METAS FISCAIS**

MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
2023

Em atendimento ao disposto no Inciso II, § 2º, do art 4º da LRF, que determina a obrigatoriedade dos demonstrativos de Metas Anuais serem instruídos com memória e metodologia de cálculo, para evidenciar como tais valores foram obtidos. Segue abaixo a metodologia aplicada no Município de Londrina.

RECEITAS A PREÇOS CORRENTES

Tabela 2.1 - Metodologia e Memória de Cálculo - Receita

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO	REALIZADO	Δ%	PREVISÃO	Δ%	PROJETADO	Δ%	PROJETADO	Δ%	PROJETADO	Δ%
	2020	2021		ORÇAMENTÁRIA		2023		2024		2025	
				2022							
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.190.246.912,18</b>	<b>2.269.395.511,99</b>	<b>3,61</b>	<b>2.277.629.000,00</b>	<b>0,36</b>	<b>2.634.253.000,00</b>	<b>15,66</b>	<b>2.848.579.000,00</b>	<b>8,14</b>	<b>3.100.124.000,00</b>	<b>8,83</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	801.937.959,37	914.534.649,85	14,04	921.384.000,00	0,75	1.158.012.000,00	25,68	1.275.305.000,00	10,13	1.420.118.000,00	11,36
Receita de Contribuições	126.067.123,79	145.969.778,46	15,79	149.775.000,00	2,61	164.439.000,00	9,79	172.851.000,00	5,12	180.629.000,00	4,50
Receita Patrimonial	67.390.076,88	28.176.825,59	-58,19	35.054.000,00	24,41	28.608.000,00	-18,39	28.252.000,00	-1,24	28.987.000,00	2,60
Receita de Serviços	59.551.181,28	70.070.217,47	17,66	67.493.000,00	-3,68	38.128.000,00	-43,51	39.116.000,00	2,59	39.991.000,00	2,24
Transferências Correntes	1.067.655.214,45	1.053.535.356,72	-1,32	1.050.137.000,00	-0,32	1.192.592.000,00	13,57	1.278.622.000,00	7,21	1.373.913.000,00	7,45
Outras Receitas Correntes	67.645.356,41	57.108.683,90	-15,58	53.786.000,00	-5,82	52.474.000,00	-2,44	54.433.000,00	3,73	56.486.000,00	3,77
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>65.971.624,84</b>	<b>47.031.810,38</b>	<b>-28,71</b>	<b>72.536.000,00</b>	<b>54,23</b>	<b>58.429.000,00</b>	<b>-19,45</b>	<b>17.462.000,00</b>	<b>-70,11</b>	<b>1.964.000,00</b>	<b>-88,75</b>
Operações de Crédito	41.948.978,11	37.489.018,50	-10,63	68.200.000,00	81,92	55.200.000,00	-19,06	14.000.000,00	-74,64	0,00	-100,00
Alienação de Bens	2.620.765,20	627.993,90	-76,04	210.000,00	-66,56	214.000,00	1,90	214.000,00	0,00	214.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	21.401.881,53	8.914.797,98	-58,35	4.126.000,00	-53,72	3.015.000,00	-26,93	3.248.000,00	7,73	1.750.000,00	-46,12
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.256.218.537,02</b>	<b>2.316.427.322,37</b>	<b>2,67</b>	<b>2.350.165.000,00</b>	<b>1,46</b>	<b>2.692.682.000,00</b>	<b>14,57</b>	<b>2.866.041.000,00</b>	<b>6,44</b>	<b>3.102.088.000,00</b>	<b>8,24</b>

Fonte: Receita realizada de 2020 de acordo com o Anexo I do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - republicado em 19/03/2021 no Jornal Oficial Extra nº 4304. Receita realizada de 2021 de acordo com o Anexo I do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, republicado em 23/03/2022 no Jornal Oficial Extra nº 4591. Previsão orçamentária para 2022, constante da Lei nº 13.315 de 22 de dezembro de 2021, publicada no Jornal Oficial Extra nº 4520, de 29/12/2021, excluídas as receitas intraorçamentárias.

Nota: (\*) A variação de crescimento (Δ%) é considerada em relação ao ano anterior.

Nota: (²) Os valores das receitas da LDO para 2022 foram adequadas na Elaboração da LOA para o referido exercício.

Continua (1/12)

Continuação

MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
2023

RECEITAS A PREÇOS CONSTANTES

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO	REALIZADO	Δ%	PREVISÃO	Δ%	PROJETADO	Δ%	PROJETADO	Δ%	PROJETADO	Δ%
	2020	2021		ORÇAMENTÁRIA		2023		2024		2025	
				2022							
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.519.544.227,52</b>	<b>2.497.696.700,50</b>	<b>-0,87</b>	<b>2.277.629.000,00</b>	<b>-8,81</b>	<b>2.416.741.437,17</b>	<b>6,11</b>	<b>2.480.507.035,82</b>	<b>2,64</b>	<b>2.570.999.316,11</b>	<b>3,65</b>
Impostos Taxas e Contribuições de Melhorias	922.507.021,98	1.006.536.835,62	9,11	921.384.000,00	-8,46	1.062.394.380,93	15,30	1.110.519.675,01	4,53	1.177.734.312,17	6,05
Receita de Contribuições	145.020.952,78	160.654.338,17	10,78	149.775.000,00	-6,77	150.861.191,08	0,73	150.516.493,19	-0,23	149.799.503,33	-0,48
Receita Patrimonial	77.521.980,86	31.011.414,24	-60,00	35.054.000,00	13,04	26.245.823,40	-25,13	24.601.488,94	-6,27	24.039.540,73	-2,28
Receita de Serviços	68.504.529,88	77.119.281,35	12,58	67.493.000,00	-12,48	34.979.752,33	-48,17	34.061.724,53	-2,62	33.165.393,92	-2,63
Transferências Correntes	1.228.174.101,10	1.159.521.013,61	-5,59	1.050.137.000,00	-9,43	1.094.119.093,36	4,19	1.113.408.077,21	1,76	1.139.415.514,80	2,34
Outras Receitas Correntes	77.815.640,93	62.853.817,50	-19,23	53.786.000,00	-14,43	48.141.196,07	-10,49	47.399.576,94	-1,54	46.845.051,16	-1,17
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>75.890.268,64</b>	<b>51.763.210,50</b>	<b>-31,79</b>	<b>72.536.000,00</b>	<b>40,13</b>	<b>53.604.488,80</b>	<b>-26,10</b>	<b>15.205.691,63</b>	<b>-71,63</b>	<b>1.628.787,32</b>	<b>-89,29</b>
Operações de Crédito	48.255.886,16	41.260.413,76	-14,50	68.200.000,00	65,29	50.642.108,91	-25,74	12.191.025,25	-75,93	0,00	-100,00
Alienação de Bens	3.014.789,70	691.170,09	-77,07	210.000,00	-69,62	196.329,91	-6,51	186.348,53	-5,08	177.474,79	-4,76
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	24.619.592,78	9.811.626,66	-60,15	4.126.000,00	-57,95	2.766.049,97	-32,96	2.828.317,86	2,25	1.451.312,53	-48,69
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.595.434.496,15</b>	<b>2.549.459.911,00</b>	<b>-1,77</b>	<b>2.350.165.000,00</b>	<b>-7,82</b>	<b>2.470.345.925,97</b>	<b>5,11</b>	<b>2.495.712.727,45</b>	<b>1,03</b>	<b>2.572.628.103,43</b>	<b>3,08</b>

Nota: (\*) Equivalem aos valores correntes, expurgados os índices de inflação ou deflação, trazendo-os para o exercício anterior ao ano de referência da LDO, ou seja, a preços de 2022.

As receitas foram estimadas para o período de 2023 a 2025 tendo como base, preliminarmente, o Orçamento Municipal aprovado pelo Legislativo para o exercício de 2022, bem como reprojeções em decorrência das novas reestimativas de arrecadação para o exercício de 2022. Para as Receitas Próprias observou-se a tendência de crescimento a partir da análise do período de 2020 a 2025 e das expectativas de crescimento, projetadas pelo Banco Central do Brasil, dos principais indicadores econômicos, para o período de 2022 a 2025. Conforme quadro abaixo:

Taxas (%)	Realizado		Expectativa			
	2020	2021	2022	2023	2024	2025
CRESCIMENTO DO PIB	-3,88	4,60	1,69	2,70	3,00	3,50
IPCA	4,52	10,06	9,00	5,36	5,00	5,00
IGP-M	23,14	17,78	18,48	7,47	6,70	6,10
TAXA SELIC	2,00	9,25	14,25	13,00	11,50	10,00
Preços correntes (R\$ mil)	Projetado					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025
PIB PARANÁ	486.958.940	585.445.455	611.462.709	655.014.141	693.142.514	731.785.209

Fonte: Taxas - Banco Central / Sistema de Expectativas de mercado, em 25/03/2022; projeção do PIB do Paraná informado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

Continua (2/12)

Continuação

MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
2023

**Metodologia e Memória de Cálculo**

**1.1 Receitas Tributárias**

A estimativa de receita tributária foi calculada a partir da reprojeção de receitas para o ano de 2022, corrigidas pela expectativa inflacionária, a partir do índice IPCA, acrescidas pela previsão de crescimento do PIB para os respectivos anos, exceto para as seguintes contas:

Imposto Sobre a Renda Retido na Fonte: calculado a partir da metodologia descrita anteriormente, adicionando-se, aproximadamente, 2% a.a. referente ao crescimento vegetativo, segundo Relatório da Avaliação Atuarial 2022.

Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza: calculado a partir da metodologia descrita anteriormente, adicionando-se, aproximadamente, 6% de crescimento real a.a., com base na trajetória recente de arrecadação da referida conta de receita.

Taxa de Coleta de Lixo: projetada a partir do valor do custo incorrido apurado pelo Fundo de Urbanização de Londrina - FUL no período de Nov/2020 a Out/2021, corrigida pela expectativa inflacionária, a partir do índice IPCA, acrescida pela previsão de crescimento do PIB para os respectivos anos

**1.2 Receitas de Contribuições**

A receita da Contribuição de Serviço de Iluminação Pública - COSIP foi calculada a partir do valor previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022, considerando um crescimento médio de aproximadamente 4% a.a. para os respectivos exercícios, conforme informado pela Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação.

A receita de Contribuições Sociais do Plano de Previdência Social foi calculada com base exercício anterior, corrigida pela expectativa inflacionária, a partir do índice IPCA, adicionando-se, aproximadamente, 2% a.a. referente ao crescimento vegetativo, segundo Relatório da Avaliação Atuarial 2022, conforme informado pela Caixa de Assistência, Aposentadorias e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina - CAAPSML.

**1.3 Receitas Patrimoniais**

As receitas patrimoniais de recursos próprios foram calculadas considerando-se o rendimento anual aproximado de 1,35% sobre a estimativa total de receita das fontes livres da Administração Direta.

As receitas patrimoniais provenientes de recursos vinculados foram calculadas considerando a existência de saldo e novos repasses de recursos, conforme previsão levantada pelos órgãos de suas respectivas fontes.

As receitas financeiras da CAAPSML foram projetadas a partir do saldo financeiro aplicado pela entidade, acrescida da rentabilidade obtida pelo comitê de investimentos no exercício de 2021.

As receitas imobiliárias do Plano de Previdência Social da Caixa de Assistência, Aposentadorias e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina - CAAPSML e da Fundação de Esportes de Londrina - FEL foram informadas com base na expectativa de recebimentos dos respectivos órgãos.

**1.6 Receitas de Serviços**

A receita de serviços de recursos próprios foi obtida a partir da reprojeção de receitas para o ano de 2022, corrigidas pela expectativa inflacionária, a partir do índice IPCA, acrescidas pela previsão de crescimento do PIB para os respectivos anos.

As receitas de serviços do Fundo Municipal de Saúde foram calculadas a partir dos valores dos serviços de média e alta complexidade, considerando o IPCA previsto para o período, conforme informado pelo órgão.

As receitas de serviços da CAAPSML - Plano de Assistência à Saúde, referentes à mensalidade do Plano de Saúde foram reduzidas em 99%, em virtude da migração dos usuários para as operadoras credenciadas, conforme informado pela CAAPSML.

A receita de serviços do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL foi informada pelo Instituto, e calculada com base na expectativa de arrecadação observada nos últimos anos.

**1.7 Transferências Correntes**

As estimativas de receitas de transferências correntes de fontes livres foram calculadas a partir da reprojeção de receitas para o ano de 2022, corrigidas pela expectativa inflacionária, a partir do índice IPCA, acrescidas pela previsão de crescimento do PIB para os respectivos anos. A exceção foi a estimativa de repasse referente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, no qual adicionou-se ainda um valor aproximado de 6% a.a. de crescimento real, com base em sua trajetória recente de arrecadação.

As demais receitas de transferências são provenientes da expectativa de novos repasses e convênios, levantados pelos órgãos da Administração Direta e Indireta para o período de 2023 a 2025.

**1.9 Outras Receitas Correntes**

As receitas classificadas como outras receitas correntes de recursos próprios foram obtidas a partir da reprojeção de receitas para o ano de 2022, corrigidas pela expectativa inflacionária, a partir do índice IPCA, acrescidas pela previsão de crescimento do PIB para os respectivos anos.

As demais receitas correntes, da Administração Direta e Indireta, foram calculadas pelos órgãos, de acordo com o histórico e a perspectiva de arrecadação para os exercícios seguintes.

**2. Receitas de Capital**

As receitas de operações de crédito foram estimadas tomando como base os contratos firmados e o cronograma de liberações, conforme informação repassada pelas Secretarias de Obras e Pavimentação e de Fazenda.

As receitas de alienação de ativos foram previstas a partir da expectativa de alienação de bens para o período de 2023 a 2025.

A projeção de receitas referente às transferências de capital dos órgãos da Administração Direta e Indireta considerou a previsão de novos repasses e convênios para o exercícios respectivos.

Continua (3/12)

Continuação

MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Metodologia e Memória de Cálculo  
2023

DESPESAS A PREÇOS CORRENTES

Tabela 2.2 - Metodologia e Memória de Cálculo - Despesa

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO	REALIZADO	Δ%	PREVISÃO	Δ%	PROJETADO	Δ%	PROJETADO	Δ%	PROJETADO	Δ%
	2020	2021		ORÇAMENTÁRIA		2023		2024		2025	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>2.042.628.017,33</b>	<b>2.213.444.265,84</b>	<b>8,36</b>	<b>2.187.574.000,00</b>	<b>-1,17</b>	<b>2.553.615.000,00</b>	<b>16,73</b>	<b>2.742.139.000,00</b>	<b>7,38</b>	<b>2.963.478.000,00</b>	<b>8,07</b>
Pessoal e Encargos Sociais	1.129.768.220,46	1.170.354.751,50	3,59	1.303.871.000,00	11,41	1.603.894.000,00	23,01	1.757.734.000,00	9,59	1.928.632.000,00	9,72
Juros e Encargos da Dívida	5.432.355,85	11.165.475,32	105,54	11.502.000,00	3,01	19.125.000,00	66,28	20.914.000,00	9,35	20.119.000,00	-3,80
Outras Despesas Correntes	907.427.441,02	1.031.924.039,02	13,72	872.201.000,00	-15,48	930.596.000,00	6,70	963.491.000,00	3,53	1.014.727.000,00	5,32
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>157.037.053,22</b>	<b>200.091.859,61</b>	<b>27,42</b>	<b>159.117.000,00</b>	<b>-20,48</b>	<b>106.652.000,00</b>	<b>-32,97</b>	<b>77.076.000,00</b>	<b>-27,73</b>	<b>74.154.000,00</b>	<b>-3,79</b>
Investimentos	123.221.276,70	159.865.179,09	29,74	116.530.000,00	-27,11	68.151.000,00	-41,52	38.765.000,00	-43,12	35.379.000,00	-8,73
Inversões Financeiras	11.672.874,58	17.110.233,30	46,58	15.005.000,00	-12,30	13.796.000,00	-8,06	13.349.000,00	-3,24	13.856.000,00	3,80
Amortização da Dívida	22.142.901,94	23.116.447,22	4,40	27.582.000,00	19,32	24.705.000,00	-10,43	24.962.000,00	1,04	24.919.000,00	-0,17
Reserva Contingência	0,00	0,00	0,00	3.474.000,00	0,00	3.474.000,00	0,00	3.474.000,00	0,00	3.474.000,00	0,00
Reserva RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.941.000,00	0,00	43.352.000,00	49,79	60.982.000,00	40,67
<b>TOTAL</b>	<b>2.199.665.070,55</b>	<b>2.413.536.125,45</b>	<b>9,72</b>	<b>2.350.165.000,00</b>	<b>-2,63</b>	<b>2.692.682.000,00</b>	<b>14,57</b>	<b>2.866.041.000,00</b>	<b>6,44</b>	<b>3.102.088.000,00</b>	<b>8,24</b>

Fonte: Os valores da execução orçamentária de 2020 estão de acordo com Anexo I do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - republicado em 19/03/2021 no Jornal Oficial Extra nº 4304. Os valores da execução orçamentária de 2021 estão de acordo com o Anexo I do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, republicado em 23/03/2022 no Jornal Oficial Extra nº 4591. Previsão orçamentária para 2022, constante da Lei nº 13.315 de 22 de dezembro de 2021, Jornal Oficial nº 4520 Extra de 29/12/2020.

Continua (4/12)

Continuação

MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Metodologia e Memória de Cálculo  
2023  
DESPESAS A PREÇOS CONSTANTES

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO	REALIZADO	Δ%	PREVISÃO	Δ%	PROJETADO	Δ%	PROJETADO	Δ%	PROJETADO	Δ%
	2020	2021		ORÇAMENTÁRIA		2023		2024		2025	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>2.349.731.256,97</b>	<b>2.436.116.758,98</b>	<b>3,68</b>	<b>2.187.574.000,00</b>	<b>-10,20</b>	<b>2.342.761.756,40</b>	<b>7,09</b>	<b>2.387.820.412,46</b>	<b>1,92</b>	<b>2.457.675.857,90</b>	<b>2,93</b>
Pessoal e Encargos Sociais	1.299.625.618,67	1.288.092.439,50	-0,89	1.303.871.000,00	1,22	1.471.459.685,40	12,85	1.530.612.826,29	4,02	1.599.455.877,58	4,50
Juros e Encargos da Dívida	6.249.094,91	12.288.722,14	96,65	11.502.000,00	-6,40	17.545.839,37	52,55	18.211.650,14	3,79	16.685.118,16	-8,38
Outras Despesas Correntes	1.043.856.543,39	1.135.735.597,35	8,80	872.201.000,00	-23,20	853.756.231,64	-2,11	838.995.936,03	-1,73	841.534.862,17	0,30
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>180.647.121,90</b>	<b>220.221.100,69</b>	<b>21,91</b>	<b>159.117.000,00</b>	<b>-27,75</b>	<b>97.845.692,03</b>	<b>-38,51</b>	<b>67.116.818,70</b>	<b>-31,41</b>	<b>61.497.502,45</b>	<b>-8,37</b>
Investimentos	141.747.240,77	175.947.616,11	24,13	116.530.000,00	-33,77	62.523.738,49	-46,35	33.756.078,12	-46,01	29.340.563,41	-13,08
Inversões Financeiras	13.427.857,66	18.831.522,77	40,24	15.005.000,00	-20,32	12.656.857,51	-15,65	11.624.142,57	-8,16	11.491.077,95	-1,14
Amortização da Dívida	25.472.023,48	25.441.961,81	-0,12	27.582.000,00	8,41	22.665.096,03	-17,83	21.736.598,01	-4,10	20.665.861,09	-4,93
Reserva Contingência	0,00	0,00	0,00	3.474.000,00	0,00	3.187.150,12	-8,26	3.025.115,84	-5,08	2.881.062,70	-4,76
Reserva RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.551.327,43	0,00	37.750.380,46	42,18	50.573.680,37	33,97
<b>TOTAL</b>	<b>2.530.378.378,87</b>	<b>2.656.337.859,67</b>	<b>4,98</b>	<b>2.350.165.000,00</b>	<b>-11,53</b>	<b>2.470.345.925,97</b>	<b>5,11</b>	<b>2.495.712.727,45</b>	<b>1,03</b>	<b>2.572.628.103,43</b>	<b>3,08</b>

Notas:

1) Para as projeções das despesas de Pessoal e Encargos Sociais dos servidores ativos, inativos e pensionistas para o exercício financeiro de 2023, foi aplicado um índice de crescimento médio de 11,19% sobre o valor reprojeto do exercício financeiro de 2022, sendo, 8,0504% de expectativa inflacionária (IPCA - Banco Centro do Brasil de 11/03/2022) mais 2,91% referente ao crescimento vegetativo apontado no cálculo atuarial, utilizando como referência a folha de pagamento de fevereiro/2022; reajuste de 2,5% para o nível superior e magistério, conforme Lei nº 12.375/2015; e incluso nos cálculos dos Encargos Sociais o PL 262/2021 - Plano de Amortização do RPPS que se encontra em discussão na Câmara Municipal de Londrina. Conforme consta na página 256 do Manual de Demonstrativos Fiscais - 12ª edição / STN, foram excluídas as despesas Intraorçamentárias referente a este grupo de despesa.

2) Quanto aos Juros, Encargos e Amortizações da Dívida a projeção foi efetuada com base nos dados constantes do Cronograma de Desembolso com amortização e juros, fornecidos pela Controladoria-Geral do Município / Diretoria de Fiscalização das Finanças Municipais e Secretaria Municipal de Fazenda / Gerência de Apoio Financeiro e conforme pag. 256 do Manual de Demonstrativos Fiscais - 12ª edição / STN, em que foram excluídas as despesas Intraorçamentárias referente a este grupo de despesa.

3) Para Outras Despesas Correntes foi aplicado o índice de correção da inflação de 5,48% (IPCA - Banco Centro do Brasil de 11/02/2022) sobre os valores realizados de 2021; foram considerados os impactos do PL 262/2021, bem como os valores constantes da Lei nº 13.340/2022; e conforme pag. 256 do Manual de Demonstrativos Fiscais - 12ª edição / STN, em que foram excluídas as despesas Intraorçamentárias referente a este grupo de despesa.

4) Nas Despesas de Capital, levou-se em conta os investimentos com recursos provenientes da União, do Estado, de Operações de Crédito e recursos próprios, a fim de manter o nível de investimentos compatível com as ações dos programas de governo, havendo um decréscimo nesse grupo para os anos posteriores a 2023, em virtude da execução das operações de crédito contratadas, que representam o maior volume de recursos para investimentos. Também foram excluídas as despesas Intraorçamentárias referente a este grupo de despesa.

5) Na Reserva RPPS considerou-se o valor do Aporte para o Plano de Previdência Social previsto no PL 262/2021 - Plano de Amortização do RPPS, em tramitação na Câmara Municipal de Londrina.

Continua (5/12)

Continuação

MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Metodologia e Memória de Cálculo  
2023

## RESULTADO PRIMÁRIO A PREÇOS CORRENTES

Tabela 2.3 - Resultado Primário

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	PREVISTO / LDO	PREVISTO / LDO	PREVISTO / LDO	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO
	2020	2021	2022	2023	2024	2025
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>2.018.030.000,00</b>	<b>2.225.392.000,00</b>	<b>2.350.165.000,00</b>	<b>2.692.682.000,00</b>	<b>2.866.041.000,00</b>	<b>3.102.088.000,00</b>
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.935.877.000,00</b>	<b>2.059.554.000,00</b>	<b>2.277.629.000,00</b>	<b>2.634.253.000,00</b>	<b>2.848.579.000,00</b>	<b>3.100.124.000,00</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	759.239.000,00	827.926.000,00	921.384.000,00	1.158.012.000,00	1.275.305.000,00	1.420.118.000,00
Receita de Contribuições	109.727.000,00	134.272.000,00	149.775.000,00	164.439.000,00	172.851.000,00	180.629.000,00
Transferências Correntes	916.257.000,00	947.674.000,00	1.050.137.000,00	1.192.592.000,00	1.278.622.000,00	1.373.913.000,00
<b>Demais Receitas Primárias Correntes</b>	<b>107.261.000,00</b>	<b>115.912.000,00</b>	<b>124.509.000,00</b>	<b>93.988.000,00</b>	<b>97.052.000,00</b>	<b>100.096.000,00</b>
Receita Patrimonial	51.967.000,00	37.118.000,00	35.054.000,00	28.608.000,00	28.252.000,00	28.987.000,00
(-) Aplicações Financeiras (II)	43.393.000,00	33.770.000,00	31.824.000,00	25.222.000,00	24.749.000,00	25.368.000,00
Receita de Serviços	55.173.000,00	65.987.000,00	67.493.000,00	38.128.000,00	39.116.000,00	39.991.000,00
Outras Receitas Correntes	43.514.000,00	46.577.000,00	53.786.000,00	52.474.000,00	54.433.000,00	56.486.000,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (III) = (I-II)</b>	<b>1.892.484.000,00</b>	<b>2.025.784.000,00</b>	<b>2.245.805.000,00</b>	<b>2.609.031.000,00</b>	<b>2.823.830.000,00</b>	<b>3.074.756.000,00</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IV)</b>	<b>82.153.000,00</b>	<b>165.838.000,00</b>	<b>72.536.000,00</b>	<b>58.429.000,00</b>	<b>17.462.000,00</b>	<b>1.964.000,00</b>
Operações de Crédito (V)	58.000.000,00	148.225.000,00	68.200.000,00	55.200.000,00	14.000.000,00	0,00
Amortizações de Empréstimos (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	1.107.000,00	8.313.000,00	210.000,00	214.000,00	214.000,00	214.000,00
Transferências de Capital	21.046.000,00	9.299.000,00	4.126.000,00	3.015.000,00	3.248.000,00	1.750.000,00
Outras Receitas de Capital	2.000.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)</b>	<b>23.046.000,00</b>	<b>9.300.000,00</b>	<b>4.126.000,00</b>	<b>3.015.000,00</b>	<b>3.248.000,00</b>	<b>1.750.000,00</b>
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII)</b>	<b>1.915.530.000,00</b>	<b>2.035.084.000,00</b>	<b>2.249.931.000,00</b>	<b>2.612.046.000,00</b>	<b>2.827.078.000,00</b>	<b>3.076.506.000,00</b>

Continua (6/12)

Continuação

MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**Metodologia e Memória de Cálculo**  
**2023**

**RESULTADO PRIMÁRIO A PREÇOS CORRENTES**

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	PREVISTO / LDO	PREVISTO / LDO	PREVISTO / LDO	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO
	2020	2021	2022	2023	2024	2025
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>2.018.030.000,00</b>	<b>2.225.392.000,00</b>	<b>2.350.165.000,00</b>	<b>2.692.682.000,00</b>	<b>2.866.041.000,00</b>	<b>3.102.088.000,00</b>
<b>DESPESAS CORRENTES (X)</b>	<b>1.888.309.000,00</b>	<b>2.010.309.000,00</b>	<b>2.187.574.000,00</b>	<b>2.553.615.000,00</b>	<b>2.742.139.000,00</b>	<b>2.963.478.000,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais	1.128.527.000,00	1.151.459.000,00	1.303.871.000,00	1.603.894.000,00	1.757.734.000,00	1.928.632.000,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	10.793.000,00	6.978.000,00	11.502.000,00	19.125.000,00	20.914.000,00	20.119.000,00
Outras Despesas Correntes	748.989.000,00	851.872.000,00	872.201.000,00	930.596.000,00	963.491.000,00	1.014.727.000,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XII)=(X-XI)</b>	<b>1.877.516.000,00</b>	<b>2.003.331.000,00</b>	<b>2.176.072.000,00</b>	<b>2.534.490.000,00</b>	<b>2.721.225.000,00</b>	<b>2.943.359.000,00</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XIII)</b>	<b>126.318.000,00</b>	<b>211.570.000,00</b>	<b>159.117.000,00</b>	<b>106.652.000,00</b>	<b>77.076.000,00</b>	<b>74.154.000,00</b>
Investimentos	94.001.000,00	181.774.000,00	116.530.000,00	68.151.000,00	38.765.000,00	35.379.000,00
Inversões Financeiras	11.626.000,00	11.241.000,00	15.005.000,00	13.796.000,00	13.349.000,00	13.856.000,00
Concessão de Empréstimos (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XV)	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Demais Inversões Financeiras	11.626.000,00	11.236.000,00	15.000.000,00	13.791.000,00	13.344.000,00	13.851.000,00
Amortização da Dívida (XVI)	20.691.000,00	18.555.000,00	27.582.000,00	24.705.000,00	24.962.000,00	24.919.000,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XVII) = (XIII-XIV-XV-XVI)</b>	<b>105.627.000,00</b>	<b>193.010.000,00</b>	<b>131.530.000,00</b>	<b>81.942.000,00</b>	<b>52.109.000,00</b>	<b>49.230.000,00</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)</b>	<b>3.403.000,00</b>	<b>3.513.000,00</b>	<b>3.474.000,00</b>	<b>3.474.000,00</b>	<b>3.474.000,00</b>	<b>3.474.000,00</b>
<b>RESERVA DO RPPS (XIX)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>28.941.000,00</b>	<b>43.352.000,00</b>	<b>60.982.000,00</b>
<b>PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRIMÁRIAS (XX)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.225.000,00</b>	<b>7.597.000,00</b>	<b>7.677.000,00</b>	<b>7.637.000,00</b>
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS (XXI) = (XII+XVII+XVIII+XIX+XX)</b>	<b>1.986.546.000,00</b>	<b>2.199.854.000,00</b>	<b>2.320.301.000,00</b>	<b>2.656.444.000,00</b>	<b>2.827.837.000,00</b>	<b>3.064.682.000,00</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XXII) = (IX-XXI)</b>	<b>-71.016.000,00</b>	<b>-164.770.000,00</b>	<b>-70.370.000,00</b>	<b>-44.398.000,00</b>	<b>-759.000,00</b>	<b>11.824.000,00</b>

Notas:

(<sup>1</sup>) O Resultado Primário indica se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias. Pelos valores estimados é possível observar que as receitas projetadas até 2024 não conseguem suportar o nível das despesas fixadas, apresentando um resultado primário negativo neste período. Neste sentido, observa-se que a situação fiscal do município necessitará de acompanhamento para se evitar o descontrole das contas públicas.

(<sup>2</sup>) A partir do exercício de 2022 foi incluído na base de cálculo do Resultado Primário a projeção de Pagamento de Restos a pagar de Despesas Primárias, conforme observado no Manual de demonstrativos Fiscais MDF 12ª Edição, página 69.

Continua (7/12)

MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**Metodologia e Memória de Cálculo**  
**2023**

**PAGAMENTO RESTOS A PAGAR PRIMÁRIO A PREÇOS CORRENTES (Nova metodologia)**

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO
	2022	2023	2024	2025
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	7.757.000,00	7.597.000,00	7.677.000,00	7.637.000,00

Nota: Para a projeção do Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias a partir do exercício de 2022 tomou-se como parâmetro a média aritmética simples de seus valores nos dois exercícios anteriores.

**RESULTADO NOMINAL A PREÇOS CORRENTES (Nova metodologia)**

R\$ 1,00

JUROS NOMINAIS	PREVISTO / LDO	PREVISTO / LDO	PREVISTO / LDO	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO
	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXIII)	43.393.000,00	33.770.000,00	31.824.000,00	25.222.000,00	24.749.000,00	25.368.000,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXIV)	10.793.000,00	6.978.000,00	11.502.000,00	19.125.000,00	20.914.000,00	20.119.000,00
<b>RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXV) = XXII + (XXIII - XXIV)</b>	<b>-38.416.000,00</b>	<b>-137.978.000,00</b>	<b>-50.048.000,00</b>	<b>-38.301.000,00</b>	<b>3.076.000,00</b>	<b>17.073.000,00</b>

Nota: Resultado Nominal projetado pela metodologia acima da linha, conforme Manual de Demonstrativos Fiscais 12ª ed.

Continuação

MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Metodologia e Memória de Cálculo  
2023

## RESULTADO PRIMÁRIO A PREÇOS CONSTANTES

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	PREVISTO / LDO	PREVISTO / LDO	PREVISTO / LDO	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO
	2020	2021	2022	2023	2024	2025
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>2.321.434.998,57</b>	<b>2.449.266.435,20</b>	<b>2.350.165.000,00</b>	<b>2.470.345.925,97</b>	<b>2.495.712.727,45</b>	<b>2.572.628.103,43</b>
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>2.226.930.531,62</b>	<b>2.266.745.132,40</b>	<b>2.277.629.000,00</b>	<b>2.416.741.437,17</b>	<b>2.480.507.035,82</b>	<b>2.570.999.316,11</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	873.388.397,04	911.215.355,60	921.384.000,00	1.062.394.380,93	1.110.519.675,01	1.177.734.312,17
Receita de Contribuições	126.224.138,44	147.779.763,20	149.775.000,00	150.861.191,08	150.516.493,19	149.799.503,33
Transferências Correntes	1.054.013.601,13	1.043.010.004,40	1.050.137.000,00	1.094.119.093,36	1.113.408.077,21	1.139.415.514,80
<b>Demais Receitas Primárias Correntes</b>	<b>123.387.382,44</b>	<b>127.572.747,20</b>	<b>124.509.000,00</b>	<b>86.227.364,72</b>	<b>84.511.670,15</b>	<b>83.011.759,38</b>
Receita Patrimonial	59.780.088,79	40.852.070,80	35.054.000,00	26.245.823,40	24.601.488,94	24.039.540,73
(-)Aplicações Financeiras (II)	49.917.012,58	37.167.262,00	31.824.000,00	23.139.407,08	21.551.120,27	21.038.226,42
Receita de Serviços	63.468.101,65	72.625.292,20	67.493.000,00	34.979.752,33	34.061.724,53	33.165.393,92
Outras Receitas Correntes	50.056.204,58	51.262.646,20	53.786.000,00	48.141.196,07	47.399.576,94	46.845.051,16
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (III) = (I-II)</b>	<b>2.177.013.519,05</b>	<b>2.229.577.870,40</b>	<b>2.245.805.000,00</b>	<b>2.393.602.030,09</b>	<b>2.458.955.915,55</b>	<b>2.549.961.089,69</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IV)</b>	<b>94.504.466,95</b>	<b>182.521.302,80</b>	<b>72.536.000,00</b>	<b>53.604.488,80</b>	<b>15.205.691,63</b>	<b>1.628.787,32</b>
Operações de Crédito (V)	66.720.132,96	163.136.435,00	68.200.000,00	50.642.108,91	12.191.025,25	0,00
Amortizações de Empréstimos (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	1.273.434,26	9.149.287,80	210.000,00	196.329,91	186.348,53	177.474,79
Transferências de Capital	24.210.205,49	10.234.479,40	4.126.000,00	2.766.049,97	2.828.317,86	1.451.312,53
Outras Receitas de Capital	2.300.694,24	1.100,60	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)</b>	<b>26.510.899,73</b>	<b>10.235.580,00</b>	<b>4.126.000,00</b>	<b>2.766.049,97</b>	<b>2.828.317,86</b>	<b>1.451.312,53</b>
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII)</b>	<b>2.203.524.418,77</b>	<b>2.239.813.450,40</b>	<b>2.249.931.000,00</b>	<b>2.396.368.080,06</b>	<b>2.461.784.233,41</b>	<b>2.551.412.402,21</b>

Notas: Valores constantes a preços de 2022.

Continua (9/12)

Continuação

MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Metodologia e Memória de Cálculo  
2023

## RESULTADO PRIMÁRIO A PREÇOS CONSTANTES

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	PREVISTO / LDO	PREVISTO / LDO	PREVISTO / LDO	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO
	2020	2021	2022	2023	2024	2025
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>2.321.434.998,57</b>	<b>2.449.266.435,20</b>	<b>2.350.165.000,00</b>	<b>2.470.345.925,97</b>	<b>2.495.712.727,45</b>	<b>2.572.628.103,43</b>
<b>DESPESAS CORRENTES (X)</b>	<b>2.172.210.819,82</b>	<b>2.212.546.085,40</b>	<b>2.187.574.000,00</b>	<b>2.342.761.756,40</b>	<b>2.387.820.412,46</b>	<b>2.457.675.857,90</b>
Pessoal e Encargos Sociais	1.298.197.784,29	1.267.295.775,40	1.303.871.000,00	1.471.459.685,40	1.530.612.826,29	1.599.455.877,58
Juros e Encargos da Dívida (XI)	12.415.696,47	7.679.986,80	11.502.000,00	17.545.839,37	18.211.650,14	16.685.118,16
Outras Despesas Correntes	861.597.339,06	937.570.323,20	872.201.000,00	853.756.231,64	838.995.936,03	841.534.862,17
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XII)=(X-XI)</b>	<b>2.159.795.123,35</b>	<b>2.204.866.098,60</b>	<b>2.176.072.000,00</b>	<b>2.325.215.917,04</b>	<b>2.369.608.762,32</b>	<b>2.440.990.739,74</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XIII)</b>	<b>145.309.547,50</b>	<b>232.853.942,00</b>	<b>159.117.000,00</b>	<b>97.845.692,03</b>	<b>67.116.818,70</b>	<b>61.497.502,45</b>
Investimentos	108.133.779,63	200.060.464,40	116.530.000,00	62.523.738,49	33.756.078,12	29.340.563,41
Inversões Financeiras	13.373.935,62	12.371.844,60	15.005.000,00	12.656.857,51	11.624.142,57	11.491.077,95
Concessão de Empréstimos (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XV)	0,00	5.503,00	5.000,00	4.587,15	4.353,94	4.146,61
Demais Inversões Financeiras	13.373.935,62	12.366.341,60	15.000.000,00	12.652.270,36	11.619.788,63	11.486.931,34
Amortização da Dívida (XVI)	23.801.832,26	20.421.633,00	27.582.000,00	22.665.096,03	21.736.598,01	20.665.861,09
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XVII) = (XIII-XIV-XV-XVI)</b>	<b>121.507.715,24</b>	<b>212.426.806,00</b>	<b>131.530.000,00</b>	<b>75.176.008,85</b>	<b>45.375.866,75</b>	<b>40.827.494,75</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)</b>	<b>3.914.631,25</b>	<b>3.866.407,80</b>	<b>3.474.000,00</b>	<b>3.187.150,12</b>	<b>3.025.115,84</b>	<b>2.881.062,70</b>
<b>RESERVA DO RPPS (XIX)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>26.551.327,43</b>	<b>37.750.380,46</b>	<b>50.573.680,37</b>
<b>PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRIMÁRIAS (XX)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.225.000,00</b>	<b>6.969.711,98</b>	<b>6.685.035,77</b>	<b>6.333.527,88</b>
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS (XXI) = (XII+XVII+XVIII+XIX+XX)</b>	<b>2.285.217.469,85</b>	<b>2.421.159.312,40</b>	<b>2.320.301.000,00</b>	<b>2.437.100.115,41</b>	<b>2.462.445.161,13</b>	<b>2.541.606.505,45</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XXII) = (IX-XXI)</b>	<b>-81.693.051,07</b>	<b>-181.345.862,00</b>	<b>-70.370.000,00</b>	<b>-40.732.035,35</b>	<b>-660.927,73</b>	<b>9.805.896,77</b>

Continua (10/12)

MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**Metodologia e Memória de Cálculo**  
**2023**

**PAGAMENTO RESTOS A PAGAR PRIMÁRIO A PREÇOS CONSTANTES (Nova metodologia)**

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO
	2022	2023	2024	2025
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	7.757.000,00	6.969.711,98	6.685.035,77	6.333.527,88

**RESULTADO NOMINAL A PREÇOS CONSTANTES (Nova metodologia)**

R\$ 1,00

JUROS NOMINAIS	PREVISTO / LDO	PREVISTO / LDO	PREVISTO / LDO	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO
	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXIII)	49.917.012,58	37.167.262,00	31.824.000,00	23.139.407,08	21.551.120,27	21.038.226,42
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXIV)	12.415.696,47	7.679.986,80	11.502.000,00	17.545.839,37	18.211.650,14	16.685.118,16
<b>RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXV) = XXII + (XXIII - XXIV)</b>	<b>-44.191.734,96</b>	<b>-151.858.586,80</b>	<b>-50.048.000,00</b>	<b>-35.138.467,64</b>	<b>2.678.542,40</b>	<b>14.159.005,03</b>

Continua (11/12)

MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**Metodologia e Memória de Cálculo**  
**2023**

**PROJEÇÃO DÍVIDA PÚBLICA A PREÇOS CORRENTES**

Tabela 2.4 - Dívida Pública

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	PREVISTO / LDO	PREVISTO / LDO	PREVISTO / LDO	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO
	2020	2021	2022	2023	2024	2025
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA (I)</b>	<b>543.777.000,00</b>	<b>557.583.000,00</b>	<b>725.238.000,00</b>	<b>585.711.000,00</b>	<b>573.379.000,00</b>	<b>530.860.000,00</b>
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>309.646.000,00</b>	<b>274.069.000,00</b>	<b>361.214.000,00</b>	<b>487.795.000,00</b>	<b>480.164.000,00</b>	<b>483.980.000,00</b>
Disponibilidade de Caixa	301.464.000,00	266.655.000,00	355.254.000,00	486.104.000,00	478.112.000,00	482.108.000,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	333.815.000,00	289.223.000,00	365.313.000,00	504.430.000,00	497.057.000,00	500.743.000,00
(-) Restos a Pagar Processados	32.351.000,00	22.568.000,00	10.059.000,00	5.977.000,00	6.612.000,00	6.294.000,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	0,00	12.349.000,00	12.333.000,00	12.341.000,00
Demais Haveres Financeiros	8.182.000,00	7.414.000,00	5.960.000,00	1.691.000,00	2.052.000,00	1.872.000,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)</b>	<b>234.131.000,00</b>	<b>283.514.000,00</b>	<b>364.024.000,00</b>	<b>97.916.000,00</b>	<b>93.215.000,00</b>	<b>46.880.000,00</b>

Fonte: Dados constantes da Lei nº 13.316, de 22 de dezembro de 2021, publicada no Jornal Oficial Extra nº 4522, de 29/12/2021 e do Relatório de Gestão Fiscal - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, republicada no Jornal Oficial Extra nº 4569 de 22/02/2022. Para a projeção das Deduções, tomou-se como parâmetro a média aritmética simples de seus valores nos dois exercícios anteriores. A Dedução de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados foi inserida apenas a partir de 2023 em razão de sua previsão ter sido incluída no MDF 12ª ed. publicado e válido a partir de 2022. Valores da dívida consolidada para os exercícios de 2023 a 2025 - Secretaria Municipal de Fazenda / Gerência de Apoio Financeiro e Controladoria Geral do Município / Gerência de Contadoria.

**PROJEÇÃO DÍVIDA PÚBLICA A PREÇOS CONSTANTES**

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	PREVISTO / LDO	PREVISTO / LDO	PREVISTO / LDO	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO
	2020	2021	2022	2023	2024	2025
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA (I)</b>	<b>625.532.305,87</b>	<b>613.675.849,80</b>	<b>725.238.000,00</b>	<b>537.348.555,32</b>	<b>499.291.276,00</b>	<b>440.253.582,42</b>
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>356.200.384,32</b>	<b>301.640.341,40</b>	<b>361.214.000,00</b>	<b>447.517.527,49</b>	<b>418.120.817,55</b>	<b>401.374.993,07</b>
Disponibilidade de Caixa	346.788.244,18	293.480.493,00	355.254.000,00	445.966.154,19	416.333.961,57	399.822.503,32
Disponibilidade de Caixa Bruta	384.003.123,86	318.318.833,80	365.313.000,00	462.778.967,38	432.831.031,09	415.276.908,45
(-) Restos a Pagar Processados	37.214.879,68	24.838.340,80	10.059.000,00	5.483.476,18	5.757.647,07	5.219.749,18
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	0,00	11.329.337,01	10.739.422,45	10.234.655,96
Demais Haveres Financeiros	9.412.140,14	8.159.848,40	5.960.000,00	1.551.373,30	1.786.855,99	1.552.489,75
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)</b>	<b>269.331.921,55</b>	<b>312.035.508,40</b>	<b>364.024.000,00</b>	<b>89.831.027,83</b>	<b>81.170.458,44</b>	<b>38.878.589,35</b>

Notas: Valores constantes a preços de 2022.

25  
 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**METAS ANUAIS**

**2023**

AMF - Tabela 1 (LRF, art 4º, § 1º)

Especificação	2023				2024				2025			
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	% RCL
Receita Total	2.692.682.000,00	2.470.345.925,97	0,411	106,395	2.866.041.000,00	2.495.712.727,45	0,413	104,392	3.102.088.000,00	2.572.628.103,43	0,424	104,157
Receitas Primárias (I)	2.612.046.000,00	2.396.368.080,06	0,398	103,208	2.827.078.000,00	2.461.784.233,42	0,407	102,973	3.076.506.000,00	2.551.412.402,21	0,421	103,298
Receitas Primárias Correntes	2.609.031.000,00	2.393.602.030,09	0,398	103,089	2.823.830.000,00	2.458.955.915,56	0,407	102,854	3.074.756.000,00	2.549.961.089,68	0,421	103,239
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.158.012.000,00	1.062.394.380,93	0,177	45,756	1.275.305.000,00	1.110.519.675,01	0,184	46,451	1.420.118.000,00	1.177.734.312,17	0,194	47,683
Contribuições	164.439.000,00	150.861.191,08	0,025	6,497	172.851.000,00	150.516.493,19	0,025	6,296	180.629.000,00	149.799.503,33	0,025	6,065
Transferências Correntes	1.192.592.000,00	1.094.119.093,36	0,182	47,122	1.278.622.000,00	1.113.408.077,21	0,184	46,572	1.373.913.000,00	1.139.415.514,80	0,188	46,131
Demais Receitas Primárias Correntes	93.988.000,00	86.227.364,72	0,014	3,714	97.052.000,00	84.511.670,15	0,014	3,535	100.096.000,00	83.011.759,38	0,014	3,361
Receitas Primárias de Capital	3.015.000,00	2.766.049,97	0,000	0,119	3.248.000,00	2.828.317,86	0,000	0,118	1.750.000,00	1.451.312,53	0,000	0,059
Despesa Total	2.692.682.000,00	2.470.345.925,97	0,411	106,395	2.866.041.000,00	2.495.712.727,45	0,413	104,392	3.102.088.000,00	2.572.628.103,43	0,424	104,157
Despesas Primárias (II)	2.656.444.000,00	2.437.100.115,41	0,406	104,963	2.827.837.000,00	2.462.445.161,13	0,408	103,000	3.064.682.000,00	2.541.606.505,45	0,419	102,901
Despesas Primárias Correntes	2.566.905.000,00	2.354.954.394,58	0,392	101,425	2.768.051.000,00	2.410.384.258,61	0,399	100,823	3.007.815.000,00	2.494.445.482,82	0,411	100,992
Pessoal e Encargos Sociais	1.603.894.000,00	1.471.459.685,40	0,245	63,374	1.757.734.000,00	1.530.612.826,29	0,254	64,023	1.928.632.000,00	1.599.455.877,58	0,264	64,757
Outras Despesas Correntes	963.011.000,00	883.494.709,19	0,147	38,051	1.010.317.000,00	879.771.432,33	0,146	36,800	1.079.183.000,00	894.989.605,24	0,147	36,235
Despesas Primárias de Capital	81.942.000,00	75.176.008,85	0,013	3,238	52.109.000,00	45.375.866,75	0,008	1,898	49.230.000,00	40.827.494,75	0,007	1,653
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	7.597.000,00	6.969.711,98	0,001	0,300	7.677.000,00	6.685.035,77	0,001	0,280	7.637.000,00	6.333.527,88	0,001	0,256
Resultado Primário (III) = (I - II)	(44.398.000,00)	(40.732.035,35)	(0,008)	(1,754)	(759.000,00)	(660.927,71)	(0,001)	(0,028)	11.824.000,00	9.805.896,76	0,002	0,397
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	25.222.000,00	23.139.407,08	0,004	0,997	24.749.000,00	21.551.120,27	0,004	0,901	25.368.000,00	21.038.226,42	0,003	0,852
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	19.125.000,00	17.545.839,37	0,003	0,756	20.914.000,00	18.211.650,14	0,003	0,762	20.119.000,00	16.685.118,16	0,003	0,676
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	(38.301.000,00)	(35.138.467,64)	(0,007)	(1,513)	3.076.000,00	2.678.542,42	0,000	0,112	17.073.000,00	14.159.005,02	0,002	0,573
Dívida Pública Consolidada	585.711.000,00	537.348.555,32	0,089	23,143	573.379.000,00	499.291.276,00	0,083	20,885	530.860.000,00	440.253.582,42	0,073	17,824

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**METAS ANUAIS**  
**2023**

AMF - Tabela 1 (LRF, art 4º, § 1º)

Especificação	2023				2024				2025			
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	% RCL
Dívida Consolidada Líquida	97.916.000,00	89.831.027,83	0,015	3,869	93.215.000,00	81.170.458,44	0,013	3,395	46.880.000,00	38.878.589,35	0,006	1,574
Receitas Primárias advindas de PPP (VII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias geradas por PPP (VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

**Fonte**

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia / Diretoria de Orçamento - Metas projetadas.

**Notas Explicativas**

(\*): Receita Corrente Líquida projetada utilizando-se a média de crescimento de 2018 a 2021, de 8,48%.

(\*\*): De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, a Reserva de Contingência e a Reserva do RPPS estão incluídas no somatório das despesas primárias, sendo contabilizada juntamente com o grupo Outras Despesas Correntes.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
**2023**

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso)

Especificação	Metas previstas em 2021 (a)	% PIB	% RCL	Metas realizadas em 2021 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) * 100
Receita Total	2.225.392.000,00	0,380	103,476	2.316.427.322,37	0,396	107,709	91.035.322,37	4,091
Receitas Primárias (I)	2.035.084.000,00	0,348	94,627	2.259.189.883,61	0,386	105,048	224.105.883,61	11,012
Despesa Total	2.225.392.000,00	0,380	103,476	2.413.536.125,45	0,412	112,224	188.144.125,45	8,454
Despesas Primárias (II)	2.199.854.000,00	0,736	102,289	2.235.566.349,62	0,382	103,949	35.712.349,62	1,623
Resultado Primário (I-II)	(164.770.000,00)	(0,388)	(7,661)	23.623.533,99	0,004	1,098	188.393.533,99	(114,337)
Resultado Nominal	(137.978.000,00)	(0,024)	(6,416)	18.775.278,78	0,003	0,873	156.753.278,78	(113,607)
Dívida Pública Consolidada	557.583.000,00	0,095	25,926	509.457.433,38	0,087	23,689	(48.125.566,62)	(8,631)
Dívida Consolidada Líquida	283.514.000,00	0,048	13,183	(5.980.953,37)	(0,001)	(0,278)	(289.494.953,37)	(102,110)

**Fonte**

Lei 13.185/2020, publicada no Jornal Oficial do Município, edição Extra nº 4240 de 29/12/2020. Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO, republicado no Jornal Oficial do Município, edição Extra nº 4591 de 23/03/2022.

**Notas Explicativas**

O objetivo desse demonstrativo é avaliar a execução da Lei Orçamentária Anual - LOA em relação às metas que foram estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o mesmo exercício. A análise dos valores permite observar que a Receita Total arrecadada no exercício de 2021 foi aproximadamente 4% superior a meta estabelecida. Em contrapartida, a Despesa Total excedeu a meta em torno de 8%, o que foi possível por meio da abertura de créditos adicionais suplementares. Em relação à Receita e Despesa Primárias, o resultado foi positivo. A Receita foi superior à Despesa em 1%, como demonstra o Resultado Primário de R\$ 23.623.533,99 (vinte e três milhões, seiscentos e vinte e três mil, quinhentos e trinta e três reais e noventa e nove centavos). Atribui-se os resultados alcançados em 2021 à retomada gradual da atividade econômica, refletida no desempenho da arrecadação orçamentária. A Dívida Pública Consolidada foi 9% inferior ao valor previsto, enquanto que a Dívida Consolidada Líquida, no valor negativo de R\$ -5.980.953,37, correspondeu a 0,28% da Receita Corrente Líquida ajustada, de acordo com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
**2023**

AMF - Demonstrativo III (LRF, art.4º, § 2º inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	2.018.030.000,00	2.225.392.000,00	10,28	2.350.165.000,00	5,61	2.692.682.000,00	14,57	2.866.041.000,00	6,44	3.102.088.000,00	8,24
Receitas Primárias (I)	1.915.530.000,00	2.035.084.000,00	6,24	2.249.931.000,00	10,56	2.612.046.000,00	16,09	2.827.078.000,00	8,23	3.076.506.000,00	8,82
Despesas Total	2.018.030.000,00	2.225.392.000,00	10,28	2.350.165.000,00	5,61	2.692.682.000,00	14,57	2.866.041.000,00	6,44	3.102.088.000,00	8,24
Despesas Primárias (II)	1.986.546.000,00	2.199.854.000,00	10,74	2.320.301.000,00	5,48	2.656.444.000,00	14,49	2.827.837.000,00	6,45	3.064.682.000,00	8,38
Resultado Primário (III) = (I)-	(71.016.000,00)	(164.770.000,00)	132,02	(70.370.000,00)	(57,29)	(44.398.000,00)	(36,91)	(759.000,00)	(98,29)	11.824.000,00	(1.657,84)
Resultado Nominal	(38.416.000,00)	(137.978.000,00)	259,17	(50.048.000,00)	(63,73)	(38.301.000,00)	(23,47)	3.076.000,00	(108,03)	17.073.000,00	455,04
Dívida Pública Consolidada	543.777.000,00	557.583.000,00	2,54	725.238.000,00	30,07	585.711.000,00	(19,24)	573.379.000,00	(2,11)	530.860.000,00	(7,42)
Dívida Consolidada Líquida	234.131.000,00	283.514.000,00	21,09	364.024.000,00	28,40	97.916.000,00	(73,10)	93.215.000,00	(4,80)	46.880.000,00	(49,71)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	2.321.434.998,57	2.449.266.435,20	5,51	2.350.165.000,00	(4,05)	2.470.345.925,97	5,11	2.495.712.727,45	1,03	2.572.628.103,43	3,08
Receitas Primárias (I)	2.203.524.418,77	2.239.813.450,40	1,65	2.249.931.000,00	0,45	2.396.368.080,06	6,51	2.461.784.233,41	2,73	2.551.412.402,21	3,64
Despesas Total	2.321.434.998,57	2.449.266.435,20	5,51	2.350.165.000,00	(4,05)	2.470.345.925,97	5,41	2.495.712.727,45	1,01	2.572.628.103,43	3,06
Despesas Primárias (II)	2.285.217.469,85	2.421.159.312,40	5,95	2.320.301.000,00	(4,17)	2.437.100.115,41	5,03	2.462.445.161,13	1,04	2.541.606.505,45	3,21
Resultado Primário (III) = (I)-	(81.693.051,08)	(181.345.862,00)	121,98	(70.370.000,00)	(61,20)	(40.732.035,35)	(42,12)	(660.927,72)	(98,38)	9.805.896,76	(1.583,66)
Resultado Nominal	(44.191.734,96)	(151.858.586,80)	243,64	(50.048.000,00)	(67,04)	(35.138.467,64)	(29,79)	2.678.542,40	(107,62)	14.159.005,03	428,61
Dívida Pública Consolidada	625.532.305,87	613.675.849,80	(1,90)	725.238.000,00	18,16	537.348.555,32	(25,91)	499.291.276,00	(7,08)	440.253.582,42	(11,82)
Dívida Consolidada Líquida	269.331.921,55	312.035.508,40	15,86	364.024.000,00	16,66	89.831.027,83	(75,32)	81.170.458,44	(9,64)	38.878.589,35	(52,10)

**Fonte**

Exercícios de 2020, 2021 e 2022 retirados das seguintes leis: Lei nº 12.900 de 16/07/2019 - LDO/2020, Lei nº 13.111 de 16/07/20 - LDO 2021 e Lei nº 13.240 de 26/07/21 - LDO 2022 e alterações.

**Notas Explicativas**

A partir 2020 o resultado Nominal foi obtido pela nova metodologia acima da linha, ou seja, não se considerou a variação da Dívida Pública.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**2023**

AMF - Tabela 4 - (LRF, art.4º, §2, inciso III)

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2021</b>	<b>%</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>	<b>2019</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Reservas	0,00	0,0	0,00	0,0	149.411,01	0,0
Resultado Acumulado (*)	3.133.826.729,19	100,0	2.661.855.220,40	100,0	2.479.237.851,57	100,0
<b>TOTAL</b>	<b>3.133.826.729,19</b>	<b>100,00</b>	<b>2.661.855.220,40</b>	<b>100,00</b>	<b>2.479.387.262,58</b>	<b>100,00</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2021</b>	<b>%</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>	<b>2019</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Reservas	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Resultado Acumulado (*)	(1.744.236.463,69)	100,0	(1.681.957.883,09)	100,0	(2.945.460.620,14)	100,0
<b>TOTAL</b>	<b>(1.744.236.463,69)</b>	<b>100,00</b>	<b>(1.681.957.883,09)</b>	<b>100,00</b>	<b>(2.945.460.620,14)</b>	<b>100,00</b>

**Fonte**

Anexo 14 - Balanço Patrimonial emitido em 24/02/2022 - Sistema Equiplano - Gerência de Contadoria-CGM.

**Notas Explicativas**

Patrimônio Líquido:

Entes consolidados, exceto CAAPSM - Plano de Previdência Social - Fundo Previdenciário, até 2020.

Entes consolidados, exceto Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Londrina, a partir de 2021.

Patrimônio Líquido - Regime Previdenciário:

Ente: CAAPSM - Plano de Previdência Social - Fundo Previdenciário, até 2020.

Ente: Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Londrina, a partir de 2021.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
**2023**

AMF - Tabela 5 (LRF, art.4º, §2, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2021(a)	2020(b)	2019(c)
RECEITAS DE CAPITAL (I)	711.038,20	2.835.589,77	103.541,62
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	711.038,20	2.835.589,77	103.541,62
Alienação de Bens Móveis	627.993,90	1.760.604,91	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	1.064.170,00	32.936,19
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	83.044,30	10.814,86	70.605,43
DESPESAS EXECUTADAS	2021(d)	2020(e)	2019(f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	268.708,87	649.733,02	1.186.457,70
DESPESAS DE CAPITAL	268.708,87	649.733,02	1.186.457,70
Investimentos	268.708,87	649.733,02	1.186.457,70
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO III	(g) = ((Ia - IId) + IIIh)	(h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	(i) = (Ic - IIg)
	1.545.270,00	1.102.940,67	(1.082.916,08)

**Fonte**

Controladoria Geral do Município - Balançetes Financeiros por Fonte de Recurso e Relatórios do Anexo 2 da Lei Federal 4.320/1964, emitidos em 9 mar. 2022, Sistema Equiplano SCP®.

**AMF / Tabela 6 - DEMONSTRATIVO 6 - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS  
2023

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

<b>RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS</b>			
<b>FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)</b>			
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>279.294.056,89</b>	<b>332.870.216,99</b>	<b>364.068.869,06</b>
<b>Receita de Contribuições dos Segurados</b>	<b>73.596.057,22</b>	<b>85.308.192,58</b>	<b>98.024.016,46</b>
Ativo	63.232.696,79	71.355.945,14	73.887.831,27
Inativo	9.733.268,82	13.100.500,58	22.534.474,70
Pensionista	630.091,61	851.746,86	1.601.710,49
<b>Receita de Contribuições Patronais</b>	<b>157.119.583,19</b>	<b>199.419.243,68</b>	<b>230.494.609,90</b>
Ativo	97.487.197,04	119.684.913,37	137.318.476,15
Inativo	53.572.874,06	71.870.131,54	83.759.697,98
Pensionista	6.059.512,09	7.864.198,77	9.416.435,77
<b>Em regime de Parcelamento de Débitos</b>	<b>18.124.956,15</b>	<b>18.742.031,25</b>	<b>21.538.588,64</b>
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>11.184.988,55</b>	<b>2.664.720,60</b>	<b>1.333.547,75</b>
Receitas Imobiliárias	98.984,71	84.658,29	73.600,00
Receitas de Valores Mobiliários	11.086.003,84	2.580.062,31	1.259.947,75
Outras Receitas Patrimoniais			
<b>Receita de Serviços</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>19.268.471,78</b>	<b>26.736.028,88</b>	<b>12.678.106,31</b>
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	19.267.982,54	26.734.978,05	12.678.106,31
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) <sup>1</sup>			
Demais Receitas Correntes	489,24	1.050,83	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
<b>TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)</b>	<b>279.294.056,89</b>	<b>332.870.216,99</b>	<b>364.068.869,06</b>
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>Benefícios</b>	<b>316.003.137,81</b>	<b>352.396.945,27</b>	<b>371.175.964,05</b>
Aposentadorias	284.287.723,45	317.475.311,16	333.734.327,95
Pensões	31.715.414,36	34.921.634,11	37.441.636,10
Outros Benefícios Previdenciários			
<b>Outras Despesas Previdenciárias</b>	<b>288.511,04</b>	<b>1.510.490,86</b>	<b>1.171.608,12</b>
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	234.365,68	1.481.521,64	1.169.034,53
Demais Despesas Previdenciárias	54.145,36	28.969,22	2.573,59
<b>TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)</b>	<b>316.291.648,85</b>	<b>353.907.436,13</b>	<b>372.347.572,17</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)<sup>2</sup></b>	<b>-36.997.591,96</b>	<b>-21.037.219,14</b>	<b>-8.278.703,11</b>
<b>RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
VALOR			
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
VALOR			

Continua...

Continuação

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

<b>APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS</b>			
	2019	2020	2021
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)</b>			
	2019	2020	2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	213.941,27	1.232.763,96	29.030,15
Investimentos e Aplicações	100.834.183,88	72.577.350,11	84.208.192,78
Outro Bens e Direitos			
<b>ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS</b>			
<b>RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS</b>			
	2019	2020	2021
Receitas Correntes	498.976,34	283.089,54	100.754,41
<b>TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)</b>	<b>498.976,34</b>	<b>283.089,54</b>	<b>100.754,41</b>
<b>DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS</b>			
	2019	2020	2021
Despesas Correntes (XIII)	7.040.791,22	7.270.420,67	7.104.902,79
Pessoal e Encargos Sociais	3.122.291,71	3.387.993,55	2.436.281,31
Demais Despesas Correntes	3.918.499,51	3.882.427,12	4.668.621,48
Despesas de Capital (XIV)	32.890,58	3.413,75	61.418,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS (XV) = (XIII + XIV)</b>	<b>7.073.681,80</b>	<b>7.273.834,42</b>	<b>7.166.320,79</b>
<b>RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)<sup>2</sup></b>	<b>(6.574.705,46)</b>	<b>(6.990.744,88)</b>	<b>(7.065.566,38)</b>
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS</b>			
	2019	2020	2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	382,31	7.493,34	2.542,05
Investimentos e Aplicações	6.577.171,27	3.850.462,35	1.364.837,78
Outro Bens e Direitos			
<b>BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO</b>			
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)</b>			
	2019	2020	2021
Contribuições dos Servidores			
Demais Receitas Previdenciárias			
<b>TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)</b>			
	2019	2020	2021
Aposentadorias			
Pensões			
Outras Despesas Previdenciárias			
<b>TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)<sup>2</sup></b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Sistema Equiplano, Contabilidade CAAPSM, em 09/03/2022.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
2023**

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIAS (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. anterior) + (c)
2022	364.551.873,65	402.077.339,02	(37.525.465,37)	46.272.799,30
2023	344.511.537,20	387.654.084,24	(43.142.547,04)	3.130.252,26
2024	330.485.257,04	374.712.303,07	(44.227.046,03)	(41.096.793,77)
2025	316.484.594,51	364.248.403,18	(47.763.808,67)	(88.860.602,44)
2026	302.863.891,89	354.276.752,31	(51.412.860,42)	(140.273.462,86)
2027	289.518.801,26	346.229.416,80	(56.710.615,54)	(196.984.078,40)
2028	276.568.880,92	336.753.582,64	(60.184.701,72)	(257.168.780,12)
2029	263.934.223,90	327.065.277,32	(63.131.053,42)	(320.299.833,54)
2030	251.888.064,65	314.642.204,20	(62.754.139,55)	(383.053.973,09)
2031	240.282.041,50	302.226.829,41	(61.944.787,91)	(444.998.761,00)
2032	228.830.088,72	290.533.937,72	(61.703.849,00)	(506.702.610,00)
2033	217.341.200,12	282.380.134,73	(65.038.934,61)	(571.741.544,61)
2034	206.467.647,66	271.392.854,42	(64.925.206,76)	(636.666.751,37)
2035	195.366.499,45	263.710.052,51	(68.343.553,06)	(705.010.304,43)
2036	185.185.566,05	252.684.151,66	(67.498.585,61)	(772.508.890,04)
2037	175.069.430,48	243.855.212,77	(68.785.782,29)	(841.294.672,33)
2038	165.723.774,27	231.596.841,07	(65.873.066,80)	(907.167.739,13)
2039	148.120.111,00	220.309.865,58	(72.189.754,58)	(979.357.493,71)
2040	135.021.822,84	209.222.166,37	(74.200.343,53)	(1.053.557.837,24)
2041	126.378.701,27	199.574.808,48	(73.196.107,21)	(1.126.753.944,45)
2042	118.179.979,78	189.448.259,86	(71.268.280,08)	(1.198.022.224,53)
2043	110.265.798,82	179.777.244,91	(69.511.446,09)	(1.267.533.670,62)
2044	102.742.102,95	170.275.733,46	(67.533.630,51)	(1.335.067.301,13)
2045	95.584.959,62	160.873.328,05	(65.288.368,43)	(1.400.355.669,56)
2046	88.260.566,75	153.252.904,39	(64.992.337,64)	(1.465.348.007,20)
2047	81.511.109,37	145.253.977,78	(63.742.868,41)	(1.529.090.875,61)
2048	75.322.459,08	136.651.374,84	(61.328.915,76)	(1.590.419.791,37)
2049	69.085.349,11	129.673.609,75	(60.588.260,64)	(1.651.008.052,01)
2050	63.418.460,37	121.970.470,44	(58.552.010,07)	(1.709.560.062,08)
2051	58.019.291,92	114.624.020,25	(56.604.728,33)	(1.766.164.790,41)
2052	53.017.482,73	107.235.115,77	(54.217.633,04)	(1.820.382.423,45)
2053	48.417.424,19	99.840.984,11	(51.423.559,92)	(1.871.805.983,37)
2054	44.204.397,88	92.360.882,62	(48.156.484,74)	(1.919.962.468,11)
2055	40.332.139,49	85.041.591,39	(44.709.451,90)	(1.964.671.920,01)
2056	36.774.567,90	77.954.328,19	(41.179.760,29)	(2.005.851.680,30)
2057	33.560.437,51	70.908.371,95	(37.347.934,44)	(2.043.199.614,74)
2058	30.554.140,30	64.350.896,22	(33.796.755,92)	(2.076.996.370,66)
2059	27.785.143,50	58.139.810,50	(30.354.667,00)	(2.107.351.037,66)
2060	25.206.089,82	52.375.877,77	(27.169.787,95)	(2.134.520.825,61)
2061	22.804.536,82	47.056.771,49	(24.252.234,67)	(2.158.773.060,28)
2062	20.580.621,16	42.133.369,96	(21.552.748,80)	(2.180.325.809,08)
2063	18.520.282,61	37.611.549,95	(19.091.267,34)	(2.199.417.076,42)
2064	16.613.832,79	33.477.661,99	(16.863.829,20)	(2.216.280.905,62)
2065	14.854.759,12	29.709.831,31	(14.855.072,19)	(2.231.135.977,81)
2066	13.236.830,20	26.286.591,01	(13.049.760,81)	(2.244.185.738,62)
2067	11.753.944,14	23.186.573,76	(11.432.629,62)	(2.255.618.368,24)
2068	10.399.745,83	20.387.811,54	(9.988.065,71)	(2.265.606.433,95)
2069	9.167.592,00	17.868.276,47	(8.700.684,47)	(2.274.307.118,42)
2070	8.050.541,33	15.606.362,54	(7.555.821,21)	(2.281.862.939,63)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2023

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIAS (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. anterior) + (c)
2071	7.041.535,10	13.581.280,08	(6.539.744,98)	(2.288.402.684,61)
2072	6.133.371,60	11.773.094,22	(5.639.722,62)	(2.294.042.407,23)
2073	5.318.629,25	10.162.587,32	(4.843.958,07)	(2.298.886.365,30)
2074	4.590.044,72	8.731.770,47	(4.141.725,75)	(2.303.028.091,05)
2075	3.940.565,58	7.463.971,68	(3.523.406,10)	(2.306.551.497,15)
2076	3.363.335,62	6.343.812,94	(2.980.477,32)	(2.309.531.974,47)
2077	2.852.096,12	5.357.546,82	(2.505.450,70)	(2.312.037.425,17)
2078	2.401.338,94	4.492.976,63	(2.091.637,69)	(2.314.129.062,86)
2079	2.005.987,01	3.738.922,04	(1.732.935,03)	(2.315.861.997,89)
2080	1.661.245,70	3.084.979,73	(1.423.734,03)	(2.317.285.731,92)
2081	1.362.660,39	2.521.576,09	(1.158.915,70)	(2.318.444.647,62)
2082	1.106.071,07	2.039.888,33	(933.817,26)	(2.319.378.464,88)
2083	887.524,29	1.631.640,86	(744.116,57)	(2.320.122.581,45)
2084	703.142,74	1.288.880,41	(585.737,67)	(2.320.708.319,12)
2085	549.191,01	1.004.057,12	(454.866,11)	(2.321.163.185,23)
2086	422.183,64	770.148,52	(347.964,88)	(2.321.511.150,11)
2087	318.840,89	580.598,82	(261.757,93)	(2.321.772.908,04)
2088	236.085,38	429.323,43	(193.238,05)	(2.321.966.146,09)
2089	171.067,20	310.736,52	(139.669,32)	(2.322.105.815,41)
2090	121.078,29	219.656,65	(98.578,36)	(2.322.204.393,77)
2091	83.516,78	151.249,87	(67.733,09)	(2.322.272.126,86)
2092	56.023,13	101.171,93	(45.148,80)	(2.322.317.275,66)
2093	36.504,89	65.595,82	(29.090,93)	(2.322.346.366,59)
2094	23.071,89	41.122,51	(18.050,62)	(2.322.364.417,21)
2095	14.092,79	24.825,35	(10.732,56)	(2.322.375.149,77)
2096	8.286,03	14.364,71	(6.078,68)	(2.322.381.228,45)

## Fonte

Avaliação Atuarial 2022

## Notas Explicativas

1 Projeção atuarial elaborada em 31/12/2021 e oficialmente enviada ao Ministério do Trabalho e Previdência.  
 2 Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:  
 Taxa de Juros de 4,84% a.a.  
 Crescimento Salarial de 2,21% a.a. (Quadro Geral) / 2,39% a.a. (Magistério)  
 Crescimento Real de Benefícios de 0,00%  
 Compensação Financeira calculada em conformidade com as informações disponibilizadas na base de dados.  
 Tábua de Mortalidade e Sobrevida de Válidos e Inválidos: IBGE 2020 - M / IBGE 2020 - F  
 Tábua de Entrada em Invalidez: ALVARO VINDAS  
 Geração Futura ou Novos Entrados: Não considerada  
 Quantidade de segurados ativos: 9317  
 Média da base de cálculo dos segurados ativos: R\$ 4.251,63  
 Idade média dos segurados ativos: 45,32 anos  
 Quantidade de aposentados: 3773  
 Média do valor dos benefícios dos aposentados: R\$ 6.846,46  
 Idade média dos aposentados: 66,66 anos  
 Quantidade de pensionistas: 766  
 Média do valor dos benefícios dos pensionistas: R\$ 3.750,51  
 Idade média dos pensionistas: 63,34 anos

35  
 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
**2023**

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

CÓDIGO	TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES / PROGRAMAS / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
				2023	2024	2025	
1	IPTU	Crédito Presumido Concessão de Isenção em caráter não geral	Contribuintes contemplados através da Lei Municipal nº 8.673/2001 e suas alterações, Leis Municipais nº 5.669/1993 10.730/2009, 11.996/2013, 8.787/2002, 13.106/2020.	21.700.000,00	22.100.000,00	22.700.000,00	Revisão dos benefícios concedidos.
2	IPTU	Outros Benefícios	Desconto de pagamento à vista (Lei nº 12.627/2017) e abatimento relativo a "Nota Londrina" (Lei nº 12.348 de 06/11/2015).	31.900.000,00	33.500.000,00	35.500.000,00	Recadastramento de edificações, abertura de novos loteamentos e aumento da receita do imposto sobre serviços - ISS.
3	ISS	Crédito Presumido Concessão de Isenção em caráter não geral	Empresas prestadoras de serviços, conforme Lei nº 10.994/2010. E serviços necessários à construção dos empreendimentos vinculados ao programa, destinados a famílias com renda de até 3 salários mínimos, Lei nº 10.730/2009 e suas alterações.	162.000,00	173.000,00	181.000,00	Incentivo e geração de empregos, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico das empresas. E aprimorar metodologia de fiscalização da atividade de construção civil, desenvolvendo novas ferramentas no sistema fiscal; apurar o ISS devido.
4	ISS	Outros Benefícios	Desconto de pagamento à vista.	160.000,00	172.000,00	182.000,00	Manutenção de Cadastro de Contribuintes.
5	ITBI	Crédito Presumido Concessão de Isenção em caráter não geral	Contribuintes contemplados através das Leis Municipais nºs 5.669/1993, 8.787/2002 10.108/2006, 10.730/2009, 13.106/2020.	4.300.000,00	4.680.000,00	5.030.000,00	Análise de pedidos dos contribuintes com o fim de aferir desvios auditáveis.
6	TAXAS	Crédito Presumido Concessão de Isenção em caráter não geral	Contribuintes contemplados através das Leis Municipais nºs 8.673/2001 e alterações, 10.730/2009 e 13.106/2020. E Microempresas, EPP, MEI ou outros contribuintes com área de até 150 m2, conforme Lei 12.079/2014.	6.270.000,00	6.615.000,00	7.037.000,00	Revisão cadastral para fins de isenção de tributos. E compensação através do aumento de empresas, profissionais autônomos que deixarão a informalidade, diante do benefício oferecido.
7	TAXAS	Outros Benefícios	Desconto de pagamento à vista.	2.100.000,00	2.230.000,00	2.415.000,00	Manutenção de Cadastro de Contribuintes.
<b>TOTAL</b>				<b>66.592.000,00</b>	<b>69.470.000,00</b>	<b>73.045.000,00</b>	

**Fonte**

Secretaria Municipal de Fazenda - Diretoria de Gestão de Cadastro e Informações, Diretoria de Arrecadação e Diretoria de Fiscalização Tributária - 04/03/2022.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO****2023**

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

EVENTOS	Valor Previsto 2023
Aumento permanente da receita	36.904.000,00
(-) Transferências constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	2.975.000,00
Saldo final do aumento permanente de receita (I)	33.929.000,00
Redução permanente de despesa (II)	0,00
Margem bruta (III) = (I+II)	33.929.000,00
Saldo utilizado da margem bruta (IV) = (V+VI)	33.929.000,00
Novas DOCC (V)	33.929.000,00
Novas DOCC geradas por PPP's (VI)	0,00
Margem líquida de expansão de DOCC (VII) = (III-IV)	0,00

**Fonte**

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia / Diretoria de Orçamento, 16/03/2022.

**Notas Explicativas**

Conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal no artigo 17, o aumento de despesa de caráter continuado (despesa que incide sobre dois ou mais exercícios) deverá ser custeado com um aumento real de receita que faça frente à nova despesa. Para 2023, considerou-se a trajetória de arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS que, apesar da queda de arrecadação em virtude da Pandemia de COVID-19 nos anos anteriores, apresentaram crescimento real aproximado de 6% em virtude do cenário de recuperação da arrecadação. As novas DOCC foram calculadas a partir da expectativa de incremento nos Grupos de Natureza da Despesa 3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais e 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes. Ainda assim, a ampliação da despesa corresponderá ao mesmo montante do incremento da receita, condicionada à efetiva realização da mesma.

## **ANEXO II**

# **ANEXO DE RISCOS FISCAIS**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**

**2023**

ARF(LRF, art.4º, § 3º)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Avais e Garantias Concedidas	1.000.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de despesas discricionárias.	1.000.000,00
Assunção de Passivos	45.242.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de despesas discricionárias ou utilização da reserva de contingência.	45.242.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>46.242.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>46.242.000,00</b>

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	95.400.000,00	Contingenciamento de despesas/ limitação de empenho / medidas de cobrança judiciais e administrativas.	95.400.000,00
Restituição de Tributos a Maior	1.700.000,00	Contingenciamento de despesas/ limitação de empenho.	1.700.000,00
Discrepância de Projeções	2.600.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de despesas discricionárias.	2.600.000,00
Outros Riscos Fiscais	75.000,00	Contingenciamento de despesas/ limitação de empenho.	75.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>99.775.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>99.775.000,00</b>

<b>TOTAL</b>	<b>146.017.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>146.017.000,00</b>
--------------	-----------------------	--------------	-----------------------

**Fonte**

Secretaria Municipal de Fazenda/Assessoria Técnica II, em 09/03/2022; CAAPSML/Diretoria de Previdência - Relatório da Avaliação Atuarial, data-base 31/12/2021, em 09/03/22; ACESF: Diretoria Administrativo Financeira, em 03/03/22.

**Notas Explicativas**

Avais e garantias: Garantinorte (Lei 13032/2020). O valor correspondente à Assunção de Passivos poderá ser alterado caso o Projeto de Lei 262/2021 seja aprovado.

# **ANEXO III**

## **ANEXO DE METAS**

### **E PRIORIDADES**

	<b>PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR</b> <b>LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS</b> <b>ANEXO III – METAS E PRIORIDADES</b> <b>2023</b>
--	--

<b>Orgão:</b> 1 - Câmara Municipal de Londrina												
<b>Programa:</b> 0 - Operações Especiais												
<b>Eixo:</b> 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública												
<b>Objetivo:</b> Realizar as operações especiais												
<b>Instrumento Base:</b> Artigo 2º, alínea "d" da Portaria do MPOG nº 42/99												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1	Município	Pagamento de indenizações e restituições	Indenizações e restituições pagas	0.001	28	846	2023	global	100.0	0.00	5.000,00	5.000,00

<b>Orgão:</b> 1 - Câmara Municipal de Londrina												
<b>Programa:</b> 1 - Procedimentos Legislativos												
<b>Eixo:</b> 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública												
<b>Objetivo:</b> Buscar a excelência nos serviços prestados pelo Poder Legislativo												
<b>Instrumento Base:</b> Lei Orgânica do Município de Londrina - Art. 13												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1001	Município	Readequação da estrutura física e aquisição de equipamentos e material permanente	Estrutura e equipamentos readequados	1.001	01	31	2023	global	100.0	6.000.000,00	1.809.000,00	7.809.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2001	Município	Manutenção das atividades - CML	Atividades mantidas	2.001	01	31	2023	global	100.0	0,00	38.511.000,00	38.511.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2002	Município	Pagamento de encargos com inativos e pensionistas	Pagamento efetuado	2.002	09	272	2023	global	100.0	0,00	3.502.000,00	3.502.000,00

<b>Orgão:</b> 2 - Chefia de Gabinete												
<b>Programa:</b> 2 - Apoio à Gestão Governamental												
<b>Eixo:</b> 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública												
<b>Objetivo:</b> Aumentar a eficácia e a transparência da ação governamental nas atividades de apoio administrativo												
<b>Instrumento Base:</b> Lei Municipal 8.834/02												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2003	Município	Manutenção das atividades - Chefia de Gabinete	Atividades mantidas	2.003	04	122	2023	global	100.0	0,00	5.132.000,00	5.132.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2004	Município	Manutenção das atividades da Ouvidoria-Geral	Atividades mantidas	2.004	04	122	2023	global	100.0	0,00	521.000,00	521.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2005	Município	Manutenção das atividades - Divulgação Institucional	Atividades mantidas	2.005	04	131	2023	global	100.0	0,00	10.000,00	10.000,00


**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO III – METAS E PRIORIDADES**  
**2023**

**Orgão:** 3 - Controladoria-Geral do Município

**Programa:** 2 - Apoio à Gestão Governamental

**Eixo:** 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública

**Objetivo:** Aumentar a eficácia e a transparência da ação governamental nas atividades de apoio administrativo

**Instrumento Base:** Lei Municipal 8.834/02

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2006	Município	Manutenção das atividades - Controladoria-Geral	Atividades mantidas	2.006	04	124	2023	global	100.0	0.00	6.677.000,00	6.677.000,00

**Orgão:** 4 - Procuradoria-Geral do Município

**Programa:** 2 - Apoio à Gestão Governamental

**Eixo:** 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública

**Objetivo:** Aumentar a eficácia e a transparência da ação governamental nas atividades de apoio administrativo

**Instrumento Base:** Lei Municipal 8.834/02

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2007	Município	Manutenção das atividades - Procuradoria-Geral	Atividades mantidas	2.007	02	62	2023	global	100.0	0.00	17.590.000,00	17.590.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2008	Município	Manutenção das atividades - Corregedoria-Geral	Atividades mantidas	2.008	04	122	2023	global	100.0	0.00	617.000,00	617.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
5001	Município	Readequação da estrutura física e de equipamentos - PROCON	Estrutura e equipamentos readequados	5.001	14	422	2023	global	100.0	0.00	5.000,00	5.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
6001	Município	Manutenção das atividades - PROCON	Atividades mantidas	6.001	14	422	2023	global	100.0	0.00	604.000,00	604.000,00

**Orgão:** 5 - Secretaria Municipal de Governo

**Programa:** 2 - Apoio à Gestão Governamental

**Eixo:** 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública

**Objetivo:** Aumentar a eficácia e a transparência da ação governamental nas atividades de apoio administrativo

**Instrumento Base:** Lei Municipal 8.834/02

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2009	Município	Manutenção das atividades - Secretaria de Governo	Atividades mantidas	2.009	04	122	2023	global	100.0	0.00	2.345.000,00	2.345.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2010	Município	Formação e qualificação de servidores municipais	Capacitação realizada	2.010	04	128	2023	global	100.0	0.00	103.000,00	103.000,00


**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO III – METAS E PRIORIDADES**  
**2023**

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
6002	Município	Manutenção de Subvenção Social - SMG	Subvenções realizadas	6.002	14	244	2023	global	100.0	0.00	26.000,00	26.000,00

**Orgão:** 5 - Secretaria Municipal de Governo

**Programa:** 25 - Mais Moradia

**Eixo:** 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida

**Objetivo:** Promover parcerias com outros entes federativos a produção e comercialização de unidades habitacionais e lotes urbanizados de interesse social

**Instrumento Base:** Lei 10.278/2007 - artigos 10 e 13

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
5002	Município	Desenvolvimento das ações do Fundo Municipal de Habitação de Londrina	Ações mantidas	5.002	16	482	2023	global	100.0	10.100.000,00	7.000,00	10.107.000,00

**Orgão:** 6 - Secretaria Municipal de Fazenda

**Programa:** 0 - Operações Especiais

**Eixo:** 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública

**Objetivo:** Realizar as operações especiais

**Instrumento Base:** Artigo 2º, alínea "d" da Portaria do MPOG nº 42/99

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2	Município	Pagamentos de juros e amortização da dívida interna	Pagamento efetuado	0.002	28	843	2023	global	100.0	0.00	68.000.000,00	68.000.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
3	Município	Manutenção das operações especiais - precatórios, indenizações, restituições, garantias e PASEP	Atividades mantidas	0.003	28	846	2023	global	1000.0	28.000,00	54.613.000,00	54.641.000,00

**Orgão:** 6 - Secretaria Municipal de Fazenda

**Programa:** 2 - Apoio à Gestão Governamental

**Eixo:** 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública

**Objetivo:** Aumentar a eficácia e a transparência da ação governamental nas atividades de apoio administrativo

**Instrumento Base:** Lei Municipal 8.834/02

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1002	Município	Participação no capital de empresas municipais	Participação executada	1.002	04	122	2023	global	100.0	0.00	11.646.000,00	11.646.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2011	Município	Manutenção das Atividades Financeiras	Atividades mantidas	2.011	04	123	2023	global	100.0	0.00	4.040.000,00	4.040.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2012	Município	Manutenção das atividades da Secretaria de Fazenda, de Tributos e de Arrecadação	Atividades mantidas	2.012	04	129	2023	global	100.0	5.645.000,00	21.706.000,00	27.351.000,00



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO III – METAS E PRIORIDADES**  
**2023**

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2013	Município	Pagamentos de encargos, tarifas e taxas	Pagamento efetuado	2.013	04	122	2023	global	100.0	0.00	3.000.000,00	3.000.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2014	Município	Concessão de gratuidade no transporte coletivo municipal	Gratuidade concedida	2.014	04	122	2023	global	100.0	0.00	6.700.000,00	6.700.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2015	Município	Aporte para cobertura de déficit atuarial	Aporte efetuado	2.015	09	272	2023	global	100.0	0.00	200.000,00	200.000,00

**Orgão:** 6 - Secretaria Municipal de Fazenda

**Programa:** 9999 - Reserva de Contingência

**Eixo:** 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública

**Objetivo:** Realizar reservas de contingência

**Instrumento Base:** Artigo 5º III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF)

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
9001	Município	Constituição da reserva de contingência do Município	Reserva Constituída	9.001	99	999	2023	global	100.0	0.00	3.000.000,00	3.000.000,00

**Orgão:** 7 - Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia

**Programa:** 2 - Apoio à Gestão Governamental

**Eixo:** 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública

**Objetivo:** Aumentar a eficácia e a transparência da ação governamental nas atividades de apoio administrativo

**Instrumento Base:** Lei Municipal 8.834/02

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1003	Município	Modernização da infraestrutura tecnológica e de equipamentos - SMPOT	Atividades mantidas	1.003	04	126	2023	unidade	4.0	0.00	10.000,00	10.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2016	Município	Manutenção das atividades de Planejamento e Orçamento	Atividades mantidas	2.016	04	121	2023	global	100.0	0.00	5.944.000,00	5.944.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2017	Município	Manutenção das atividades de Tecnologia da Informação	Atividades mantidas	2.017	04	126	2023	global	100.0	0.00	12.490.000,00	12.490.000,00

**Orgão:** 8 - Secretaria Municipal de Gestão Pública

**Programa:** 2 - Apoio à Gestão Governamental

**Eixo:** 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública

**Objetivo:** Aumentar a eficácia e a transparência da ação governamental nas atividades de apoio administrativo

**Instrumento Base:** Lei Municipal 8.834/02


**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO III – METAS E PRIORIDADES**  
**2023**

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1004	Município	Readequação da estrutura física, de equipamentos e aquisição de imóveis	Imóveis desapropriados/adquiridos	1.004	04	122	2023	global	100.0	100.000,00	1.000,00	101.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2018	Município	Manutenção das atividades - Secretaria de Gestão Pública	Atividades mantidas	2.018	04	122	2023	global	100.0	103.000,00	13.373.000,00	13.476.000,00

**Orgão:** 9 - Secretaria Municipal de Recursos Humanos

**Programa:** 2 - Apoio à Gestão Governamental

**Eixo:** 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública

**Objetivo:** Aumentar a eficácia e a transparência da ação governamental nas atividades de apoio administrativo

**Instrumento Base:** Lei Municipal 8.834/02

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2019	Município	Manutenção das despesas de pessoal à disposição de outros órgãos	Atividades mantidas	2.019	04	122	2023	global	100.0	0,00	6.138.000,00	6.138.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2020	Município	Manutenção das atividades da Secretaria de Recursos Humanos	Atividades mantidas	2.020	04	122	2023	global	100.0	0,00	11.967.000,00	11.967.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2021	Município	Obrigações patronais com inativos e pensionistas	Encargos mantidos	2.021	09	272	2023	global	100.0	0,00	86.436.000,00	86.436.000,00

**Orgão:** 20 - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

**Programa:** 3 - Do Campo à Cidade

**Eixo:** 2 - Desenvolvimento Econômico

**Objetivo:** Promover a melhoria e a expansão da infraestrutura viária rural e ampliar o acesso do produtor rural à mecanização agrícola

**Instrumento Base:** Lei Municipal 5.608/93 e Lei Municipal 8834/2002, art. 20 XI

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2022	Município	Manutenção, expansão e qualificação da infraestrutura viária rural	Serviços executados	2.022	20	605	2023	global	100.0	8.554.000,00	1.252.000,00	9.806.000,00

**Orgão:** 20 - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

**Programa:** 3 - Do Campo à Cidade

**Eixo:** 2 - Desenvolvimento Econômico

**Objetivo:** Qualificar a produção e a infraestrutura rural e ampliar a aquisição de equipamentos e implementos agrícolas

**Instrumento Base:** Lei Municipal 8834/2002, art. 20 VIII

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1005	Zona Rural	Construção, recuperação e conservação de pontes e estradas rurais	Equipamentos adquiridos	1.005	20	605	2023	global	100.0	2.935.000,00	30.000,00	2.965.000,00


**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO III – METAS E PRIORIDADES**  
**2023**

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2026	Município	Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural	Atividades mantidas	2.026	20	606	2023	global	100.0	0,00	25.000,00	25.000,00

**Orgão:** 20 - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

**Programa:** 3 - Do Campo à Cidade

**Eixo:** 2 - Desenvolvimento Econômico

**Objetivo:** Ampliar as políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional e a otimização dos espaços urbanos

**Instrumento Base:** Lei Municipal 12.620/2017

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2023	Município	Promoção do acesso da população à Segurança Alimentar e Nutricional	Acesso a segurança alimentar promovido	2.023	20	605	2023	global	100.0	0,00	1.027.000,00	1.027.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2024	Município	Ampliação da Política Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana	Acesso a segurança alimentar promovido	2.024	20	605	2023	global	100.0	0,00	11.000,00	11.000,00

**Orgão:** 20 - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

**Programa:** 3 - Do Campo à Cidade

**Eixo:** 2 - Desenvolvimento Econômico

**Objetivo:** Fortalecer a agricultura familiar fomentando à comercialização, o cooperativismo e agroindustrialização

**Instrumento Base:** Lei Municipal 10637/2008, art. 45 IV e Lei Municipal 12700/2018

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1006	Município	Ampliação e qualificação de ações voltadas à pequena produção rural/agroindústria familiar	Agricultura familiar fortalecida	1.006	20	605	2023	global	100.0	90.000,00	39.000,00	129.000,00

**Orgão:** 20 - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

**Programa:** 3 - Do Campo à Cidade

**Eixo:** 2 - Desenvolvimento Econômico

**Objetivo:** Readequar e manter a estrutura administrativa da SMAA

**Instrumento Base:** Leis Municipais 8834/2002 e 10637/2008

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1007	Município	Ampliação e renovação da estrutura física e de equipamentos da SMAA	Estrutura e equipamentos readequados	1.007	20	605	2023	unidade	804.0	81.000,00	67.000,00	148.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2025	Município	Manutenção das atividades - SMAA	Atividades mantidas	2.025	20	605	2023	global	100.0	0,00	9.028.000,00	9.028.000,00


**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO III – METAS E PRIORIDADES**  
**2023**

<b>Orgão:</b> 21 - Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação												
<b>Programa:</b> 4 - Desenvolvimento e Renovação da Infraestrutura												
<b>Eixo:</b> 4 - Infraestrutura, Mobilidade e Ordenamento do Território												
<b>Objetivo:</b> Realizar ações estruturantes na malha viária, para a ampliação, conservação e melhorias do sistema												
<b>Instrumento Base:</b> Plano Diretor / Audiências Públicas do PPA												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1008	Município	Pavimentação, recapeamento asfáltico e obras de integração da malha viária	Obras executadas	1.008	15	451	2023	global	100.0	791.000,00	1.720.000,00	2.511.000,00

<b>Orgão:</b> 21 - Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação												
<b>Programa:</b> 4 - Desenvolvimento e Renovação da Infraestrutura												
<b>Eixo:</b> 4 - Infraestrutura, Mobilidade e Ordenamento do Território												
<b>Objetivo:</b> Realizar ações estruturantes no sistema de drenagem, para ampliação e desobstrução da rede de captação de águas pluviais												
<b>Instrumento Base:</b> Plano Diretor / Audiências Públicas do PPA												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1015	Município	Execução de projetos de saneamento básico e obras de drenagem urbana - FMSBDS	Obras executadas	1.015	17	512	2023	global	100.0	0,00	2.338.000,00	2.338.000,00

<b>Orgão:</b> 21 - Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação												
<b>Programa:</b> 4 - Desenvolvimento e Renovação da Infraestrutura												
<b>Eixo:</b> 4 - Infraestrutura, Mobilidade e Ordenamento do Território												
<b>Objetivo:</b> Realizar ações para a ampliação e modernização de espaços públicos do Município (praças, parques e centros esportivos)												
<b>Instrumento Base:</b> Plano Diretor / Audiências Públicas do PPA												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1009	Município	Construção, ampliação e modernização de praças, parques municipais, centros e complexos esportivos	Espaços públicos criados	1.009	15	451	2023	global	100.0	966.000,00	0,00	966.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1014	Município	Execução de projetos de criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes - FMDU	Projetos executados	1.014	18	541	2023	global	100.0	0,00	70.000,00	70.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
5003	Município	Execução de projetos em áreas de interesse histórico, cultural e paisagístico - FMDU	Projetos executados	5.003	13	392	2023	global	100.0	0,00	70.000,00	70.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
5004	Município	Execução de projetos para regularização fundiária - FMDU	Projetos executados	5.004	16	482	2023	global	100.0	0,00	70.000,00	70.000,00

	<b>PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR</b> <b>LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS</b> <b>ANEXO III – METAS E PRIORIDADES</b> <b>2023</b>
--	--

**Orgão:** 21 - Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação

**Programa:** 4 - Desenvolvimento e Renovação da Infraestrutura

**Eixo:** 4 - Infraestrutura, Mobilidade e Ordenamento do Território

**Objetivo:** Revitalizar próprios municipais da Secretaria, para ampliação e modernização da capacidade técnica e executiva

**Instrumento Base:** Plano Diretor / Audiências Públicas do PPA

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1011	Município	Ampliação, modernização e manutenção dos próprios municipais - SMOP	Estrutura e equipamentos readequados	1.011	15	451	2023	global	100.0	0.00	550.000,00	550.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1012	Município	Aquisição de equipamentos e modernização da frota de veículos, máquinas e equipamentos industriais	Equipamentos adquiridos	1.012	15	451	2023	unidade	88.0	0.00	379.000,00	379.000,00

**Orgão:** 21 - Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação

**Programa:** 4 - Desenvolvimento e Renovação da Infraestrutura

**Eixo:** 4 - Infraestrutura, Mobilidade e Ordenamento do Território

**Objetivo:** Realizar ações estruturantes para o desenvolvimento e a implantação de áreas industriais

**Instrumento Base:** Plano Diretor / Audiências Públicas do PPA

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1010	Município	Construção e ampliação de áreas industriais	Obras executadas	1.010	15	451	2023	global	0	0.00	0,00	0,00

**Orgão:** 21 - Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação

**Programa:** 4 - Desenvolvimento e Renovação da Infraestrutura

**Eixo:** 4 - Infraestrutura, Mobilidade e Ordenamento do Território

**Objetivo:** Realizar ações para modernização dos processos internos

**Instrumento Base:** Lei Municipal 8.834/02

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2027	Município	Manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos industriais	Serviços executados	2.027	15	451	2023	global	100.0	0.00	710.000,00	710.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2028	Município	Manutenção das atividades da Secretaria - SMOP	Custeio mantido	2.028	15	451	2023	global	100.0	0.00	33.026.000,00	33.026.000,00

**Orgão:** 21 - Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação

**Programa:** 5 - Eficientização e Modernização do Sistema de Iluminação Pública

**Eixo:** 4 - Infraestrutura, Mobilidade e Ordenamento do Território

**Objetivo:** Expandir e eficientizar o Parque de Iluminação Pública

**Instrumento Base:** Plano Diretor / Audiências Públicas do PPA / Lei nº 12194/2014

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1013	Município	Ampliação, readequação e modernização da rede estruturada de iluminação pública	Obras executadas	1.013	15	452	2023	global	100.0	23.737.000,00	0,00	23.737.000,00

	<b>PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR</b> <b>LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS</b> <b>ANEXO III – METAS E PRIORIDADES</b> <b>2023</b>
--	--

<b>Orgão:</b> 21 - Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação												
<b>Programa:</b> 5 - Eficientização e Modernização do Sistema de Iluminação Pública												
<b>Eixo:</b> 4 - Infraestrutura, Mobilidade e Ordenamento do Território												
<b>Objetivo:</b> Realizar ações para modernização dos processos internos e de fiscalização dos serviços delegados de iluminação pública												
<b>Instrumento Base:</b> Plano Diretor / Audiências Públicas do PPA / Lei nº 12194/2014												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2029	Município	Manutenção das atividades e modernização da estrutura de equipamentos da Gerência de Iluminação Pública	Estrutura e equipamentos readequados	2.029	15	452	2023	global	100.0	29.567.000,00	2.812.000,00	32.379.000,00

<b>Orgão:</b> 22 - Secretaria Municipal de Educação												
<b>Programa:</b> 6 - Aprende Mais Londrina												
<b>Eixo:</b> 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida												
<b>Objetivo:</b> Ampliar a oferta e equipar as unidades escolares de Educação Básica do Município, em todas as etapas e modalidades												
<b>Instrumento Base:</b> Plano Municipal de Educação - Meta 1												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
5005	Município	Readequação de estrutura física, aquisição de equipamentos e informatização da Secretaria Municipal de Educação	Estrutura e equipamentos readequados	5.005	12	122	2023	global	100.0	0,00	1.600.000,00	1.600.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
5006	Município	Readequação da estrutura física e de equipamentos - Ensino Fundamental	Estrutura e equipamentos readequados	5.006 5.018	12	361	2023	unidade	1517.0	8.656.000,00	136.000,00	8.792.000,00
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
5007	Município	Readequação da estrutura física e de equipamentos - Educação Infantil	Estrutura e equipamentos readequados	5.007 5.019	12	365	2023	unidade	1804.0	4.150.000,00	100.000,00	4.250.000,00

<b>Orgão:</b> 22 - Secretaria Municipal de Educação												
<b>Programa:</b> 6 - Aprende Mais Londrina												
<b>Eixo:</b> 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida												
<b>Objetivo:</b> Melhorar a qualidade e manter a Educação Básica em todas as etapas e modalidades												
<b>Instrumento Base:</b> Plano Municipal de Educação - Metas 2, 7, 15, 16 e 20												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2030	Município	Manutenção das atividades - Ensino Superior	Atividades mantidas	2.030	12	364	2023	global	100.0	0,00	61.000,00	61.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
6003	Município	Manutenção das atividades - Administração / SME	Atividades mantidas	6.003	12	122	2023	global	100.0	160.000,00	18.121.000,00	18.281.000,00
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
6004	Município	Manutenção das atividades - Ensino Fundamental	Atividades mantidas	6.004 6.022	12	361	2023	global	100.0	190.488.000,00	199.720.000,00	390.208.000,00



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO III – METAS E PRIORIDADES**  
**2023**

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
6007	Município	Manutenção das atividades - Ensino Médio	Atividades mantidas	6.007	12	362	2023	global	100.0	16.000,00	0,00	16.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
6008	Município	Manutenção das atividades - Educação Infantil	Atividades mantidas	6.008 6.023	12	365	2023	global	100.0	91.177.000,00	88.512.000,00	179.689.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
6009	Município	Manutenção das atividades - Educação de Jovens e Adultos	Atividades mantidas	6.009	12	366	2023	global	100.0	140.000,00	2.123.000,00	2.263.000,00

**Orgão:** 22 - Secretaria Municipal de Educação  
**Programa:** 6 - Aprende Mais Londrina  
**Eixo:** 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida  
**Objetivo:** Atender com equidade os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação  
**Instrumento Base:** Plano Municipal de Educação - Lei 12.291/2015

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
6010	Município	Manutenção das atividades - Educação Especial	Atividades mantidas	6.010	12	367	2023	global	100.0	366.000,00	3.569.000,00	3.935.000,00

**Orgão:** 22 - Secretaria Municipal de Educação  
**Programa:** 6 - Aprende Mais Londrina  
**Eixo:** 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida  
**Objetivo:** Ampliar a jornada escolar do aluno do Ensino Fundamental de 4 para 5 horas diárias e estimular o ensino integral  
**Instrumento Base:** Plano Municipal de Educação - Metas 2, 6 e 19

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
6005	Município	Readequação do currículo escolar e reorganização do Projeto Político Pedagógico	Currículo reorganizado	6.005	12	361	2023	global	100.0	120.000,00	61.000,00	181.000,00

**Orgão:** 22 - Secretaria Municipal de Educação  
**Programa:** 6 - Aprende Mais Londrina  
**Eixo:** 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida  
**Objetivo:** Investir no avanço da qualidade da Educação até que todas escolas tenham IDEB superior a 6,5, com média do município de 7,5  
**Instrumento Base:** Plano Municipal de Educação - meta 7

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
6006	Município	Elevação dos índices SAEB, SAEP e outros instrumentos de avaliação	Atividades mantidas	6.006	12	361	2023	global	100.0	250.000,00	0,00	250.000,00

**Orgão:** 23 - Secretaria Municipal do Ambiente  
**Programa:** 7 - Londrina Sustentável e Humana  
**Eixo:** 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida  
**Objetivo:** Realizar o controle e o planejamento ambiental na prevenção e reparação de danos ambientais  
**Instrumento Base:** Lei nº 11.471/2012

	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO III – METAS E PRIORIDADES 2023
---	--

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1016	Município	Readequação da estrutura física e de equipamentos - SEMA	Estrutura e equipamentos readequados	1.016	18	541	2023	global	100.0	90.000,00	0,00	90.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2031	Município	Manutenção das atividades da Secretaria - SEMA	Custeio mantido	2.031	18	541	2023	global	100.0	416.000,00	12.878.000,00	13.294.000,00

**Orgão:** 23 - Secretaria Municipal do Ambiente  
**Programa:** 7 - Londrina Sustentável e Humana  
**Eixo:** 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida  
**Objetivo:** Valorizar os espaços livres de uso público municipais  
**Instrumento Base:** Lei nº 11.471/2012

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1017	Município	Aquisição de equipamentos e bens para manutenção dos espaços livres de uso público municipal	Equipamentos adquiridos	1.017	18	541	2023	unidade	6.0	37.000,00	0,00	37.000,00

**Orgão:** 23 - Secretaria Municipal do Ambiente  
**Programa:** 7 - Londrina Sustentável e Humana  
**Eixo:** 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida  
**Objetivo:** Promover a Educação Ambiental no Município de Londrina  
**Instrumento Base:** Lei nº 11.471/2012

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2032	Município	Manutenção das Atividades de Educação Ambiental - SEMA	Estrutura e equipamentos readequados	2.032	18	541	2023	global	100.0	6.000,00	0,00	6.000,00

**Orgão:** 23 - Secretaria Municipal do Ambiente  
**Programa:** 7 - Londrina Sustentável e Humana  
**Eixo:** 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida  
**Objetivo:** Promover ações de conservação da fauna silvestre e ações de combate aos maus tratos de animais domésticos no município  
**Instrumento Base:** Lei nº 11.471/2012

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2034	Município	Manutenção das atividades de Proteção aos Animais - FUPA	Atividades mantidas	2.034	18	541	2023	global	100.0	0,00	500.000,00	500.000,00

**Orgão:** 23 - Secretaria Municipal do Ambiente  
**Programa:** 7 - Londrina Sustentável e Humana  
**Eixo:** 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida  
**Objetivo:** Desenvolver projetos para políticas públicas de preservação dos recursos naturais  
**Instrumento Base:** Lei nº 11.471/2012

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1018	Município	Desenvolvimento e implantação de Projetos Ambientais - FMMA	Projetos executados	1.018	18	541	2023	global	100.0	0,00	100.000,00	100.000,00


**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO III – METAS E PRIORIDADES**  
**2023**

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2033	Município	Manutenção das atividades de apoio a Projetos Ambientais - FMMA	Atividades mantidas	2.033	18	541	2023	global	100.0	0,00	182.000,00	182.000,00

**Orgão:** 24 - Secretaria Municipal de Cultura

**Programa:** 8 - Londrina Mais - Cultura para Todos

**Eixo:** 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida

**Objetivo:** Consolidar e manter os serviços e as ações da Secretaria Municipal de Cultura

**Instrumento Base:** Artigo 19 da Lei Municipal nº 8.834/2002

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
5008	Município	Reforma/Restauração/Readequação dos prédios da Secretaria de Cultura	Estrutura e equipamentos readequados	5.008	13	392	2023	global	100.0	2.100.000,00	0,00	2.100.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
6011	Município	Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Cultura	Atividades mantidas	6.011	13	392	2023	global	100.0	570.000,00	9.575.000,00	10.145.000,00

**Orgão:** 24 - Secretaria Municipal de Cultura

**Programa:** 8 - Londrina Mais - Cultura para Todos

**Eixo:** 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida

**Objetivo:** Manter a continuidade da construção do Teatro Municipal - 2ª Fase

**Instrumento Base:** Lei 11.535/2012 e Plano de Governo 2021-2024

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
5009	Município	Continuidade da construção do Teatro Municipal - 2ª Fase	Teatro Municipal construído	5.009	13	392	2023	global	100.0	15.000.000,00	0,00	15.000.000,00

**Orgão:** 24 - Secretaria Municipal de Cultura

**Programa:** 8 - Londrina Mais - Cultura para Todos

**Eixo:** 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida

**Objetivo:** Implementar os projetos: Cultura na Praça, CulturaTEC, Cidades dos Festivais, Startups da Cultura, entre outros

**Instrumento Base:** Lei 11.535/2012 e Plano de Governo 2021-2024

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2035	Município	Manutenção das ações do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Londrina - FMP	Parcerias promovidas	2.035	13	391	2023	global	100.0	0,00	190.000,00	190.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2036	Município	Manutenção das ações do Programa Municipal de Incentivo à Atividade Audiovisual - FMIA	Parcerias promovidas	2.036	13	392	2023	global	100.0	0,00	1.000,00	1.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
6012	Município	Manutenção das ações do Programa Municipal de Incentivo à Cultura - PROMIC	Parcerias promovidas	6.012	13	392	2023	global	100.0	0,00	4.759.000,00	4.759.000,00


**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO III – METAS E PRIORIDADES**  
**2023**

<b>Orgão:</b>	25 - Secretaria Municipal de Assistência Social
<b>Programa:</b>	9 - Londrina Mais SUAS
<b>Eixo:</b>	1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida
<b>Objetivo:</b>	Manter, qualificar e ampliar as ofertas de proteção social do SUAS e atender às novas demandas da dinâmica da realidade
<b>Instrumento Base:</b>	Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Plano Municipal e Conferência Municipal de Assistência Social 2021

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
5013	Município	Estruturação da Proteção Social e da Gestão no SUAS - FMAS	Estrutura e equipamentos viabilizados	5.013	08	244	2023	global	100.0	1.404.000,00	4.000,00	1.408.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
6016	Município	Manutenção e ampliação da Proteção Social Básica - FMAS	Atividades mantidas	6.016	08	244	2023	global	100.0	6.092.000,00	10.854.000,00	16.946.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
6017	Município	Manutenção e ampliação da Proteção Social Especial - FMAS	Atividades mantidas	6.017	08	244	2023	global	100.0	7.185.000,00	15.555.000,00	22.740.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
6018	Município	Manutenção e ampliação dos benefícios e transferência de renda no SUAS - FMAS	Benefícios mantidos	6.018	08	244	2023	global	100.0	14.023.000,00	14.381.000,00	28.404.000,00

<b>Orgão:</b>	25 - Secretaria Municipal de Assistência Social
<b>Programa:</b>	9 - Londrina Mais SUAS
<b>Eixo:</b>	1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida
<b>Objetivo:</b>	Gerenciar a política de assistência social, exercendo a coordenação do SUAS no município de Londrina
<b>Instrumento Base:</b>	Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Plano Municipal e Conferência Municipal de Assistência Social 2021

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
5010	Município	Estruturação do Órgão Gestor do SUAS no Município	Estrutura e equipamentos viabilizados	5.010	08	244	2023	unidade	53.0	3.000,00	7.000,00	10.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
6013	Município	Manutenção do Órgão Gestor do SUAS no Município	Atividades mantidas	6.013	08	244	2023	global	100.0	48.000,00	36.693.000,00	36.741.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
6019	Município	Manutenção das atividades de Gestão do SUAS - FMAS	Atividades mantidas	6.019	08	244	2023	global	100.0	148.000,00	1.000,00	149.000,00

<b>Orgão:</b>	25 - Secretaria Municipal de Assistência Social
<b>Programa:</b>	9 - Londrina Mais SUAS
<b>Eixo:</b>	1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida
<b>Objetivo:</b>	Fomentar o exercício do controle social e da participação na gestão e operacionalização do SUAS em Londrina
<b>Instrumento Base:</b>	Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Plano Municipal e Conferência Municipal de Assistência Social 2021



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO III – METAS E PRIORIDADES  
2023

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
5014	Município	Estruturação para o exercício do Controle Social no SUAS	Política implementada	5.014	08	244	2023	global	100.0	19.000,00	1.000,00	20.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
6020	Município	Fomento ao exercício do Controle Social e à participação no SUAS	Política implementada	6.020	08	244	2023	global	100.0	83.000,00	108.000,00	191.000,00

**Orgão:** 25 - Secretaria Municipal de Assistência Social

**Programa:** 10 - Londrina Mais Cidadania para Crianças e Adolescentes

**Eixo:** 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida

**Objetivo:** Promover e articular a implementação de ações voltadas à ampliação da proteção integral de crianças e adolescentes da zona urbana e zona rural de acordo com suas especificidades.

**Instrumento Base:** Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conferência de Assistência Social e Plano Municipal de Assistência Social

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
6015	Município	Implementação da política de atendimento à criança e ao adolescente - CMDCA	Política implementada	6.015	14	243	2023	global	100.0	2.218.000,00	6.000,00	2.224.000,00

**Orgão:** 25 - Secretaria Municipal de Assistência Social

**Programa:** 10 - Londrina Mais Cidadania para Crianças e Adolescentes

**Eixo:** 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida

**Objetivo:** Fomentar ações transversais de modo a formar e qualificar a rede que integra o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente

**Instrumento Base:** Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conferência de Assistência Social e Plano Municipal de Assistência Social

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
5012	Município	Fomento à estruturação e fortalecimento do CMDCA e rede de atendimento à criança e ao adolescente	Política implementada	5.012	14	243	2023	global	100.0	1.034.000,00	5.000,00	1.039.000,00

**Orgão:** 25 - Secretaria Municipal de Assistência Social

**Programa:** 10 - Londrina Mais Cidadania para Crianças e Adolescentes

**Eixo:** 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida

**Objetivo:** Manter o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Conselho Tutelar (CT)

**Instrumento Base:** Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conferência de Assistência Social e Plano Municipal de Assistência Social

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
5011	Município	Estruturação do Conselho Tutelar e do CMDCA	Estrutura e equipamentos viabilizados	5.011	14	243	2023	global	100.0	603.000,00	0,00	603.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
6014	Município	Manutenção das atividades do Conselho Tutelar e do CMDCA	Atividades mantidas	6.014	14	243	2023	global	100.0	15.000,00	3.571.000,00	3.586.000,00


**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO III – METAS E PRIORIDADES**  
**2023**

<b>Orgão:</b>	26 - Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres
<b>Programa:</b>	11 - Promoção e Garantia dos Direitos das Mulheres
<b>Eixo:</b>	1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida
<b>Objetivo:</b>	Manter a gestão das políticas públicas para as mulheres
<b>Instrumento Base:</b>	Lei Municipal nº 11.214/2011 e Lei Municipal nº 12.466/2016

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
5015	Município	Readequação da estrutura física e de equipamentos - SMPM	Estrutura e equipamentos readequados	5.015	14	422	2023	unidade	55.0	0,00	60.000,00	60.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
6021	Município	Manutenção das atividades da Secretaria - SMPM	Custeio mantido	6.021	14	422	2023	global	100.0	0,00	5.995.000,00	5.995.000,00

<b>Orgão:</b>	26 - Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres
<b>Programa:</b>	11 - Promoção e Garantia dos Direitos das Mulheres
<b>Eixo:</b>	1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida
<b>Objetivo:</b>	Implementar e fortalecer as políticas de promoção da autonomia econômica das mulheres e de enfrentamento à violência
<b>Instrumento Base:</b>	Lei Municipal nº 11.214/2011 e Lei Municipal nº 12.466/2016

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
5016	Município	Reforma e ampliação da Casa Abrigo Canto de Dália	Obras executadas	5.016	14	422	2023	global	0	0,00	0,00	0,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
5017	Município	Construir a Casa da Mulher Londrinense	Obras executadas	5.017	14	422	2023	global	0	0,00	0,00	0,00

<b>Orgão:</b>	27 - Secretaria Municipal do Idoso
<b>Programa:</b>	12 - Promoção e Articulação para a Consolidação dos Direitos da Pessoa Idosa
<b>Eixo:</b>	1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida
<b>Objetivo:</b>	Desenvolver ações que promovam o envelhecimento ativo, a valorização da pessoa idosa, a defesa e a promoção de seus direitos
<b>Instrumento Base:</b>	Artigo 1º da Lei Municipal nº 7.995/1999

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1020	Município	Implementação de projetos de atendimentos especializados - FMDI	Serviços contratados	1.020	14	241	2023	global	100.0	65.000,00	0,00	65.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2038	Município	Parcerias para atendimento ao idoso - FMDI	Atividades mantidas	2.038	14	241	2023	Pessoas	276.0	22.000,00	6.005.000,00	6.027.000,00

<b>Orgão:</b>	27 - Secretaria Municipal do Idoso
<b>Programa:</b>	12 - Promoção e Articulação para a Consolidação dos Direitos da Pessoa Idosa
<b>Eixo:</b>	1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida
<b>Objetivo:</b>	Qualificar, manter e estruturar programas, serviços e projetos da Secretaria Municipal do Idoso
<b>Instrumento Base:</b>	VIII Conferência Municipal do Idoso


**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO III – METAS E PRIORIDADES**  
**2023**

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1019	Município	Implementação de melhorias estruturais e de equipamentos - FMDI	Estrutura e equipamentos readequados	1.019	14	241	2023	global	100.0	78.000,00	0,00	78.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1039	Município	Promover a melhoria e readequação da estrutura física da Secretaria Municipal do Idoso	Estrutura e equipamentos readequados	1.039	14	241	2023	global	0	0,00	0,00	0,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2037	Município	Manutenção dos serviços, programas e projetos - SMI	Custeio mantido	2.037	14	241	2023	global	100.0	30.000,00	3.779.000,00	3.809.000,00

**Orgão:** 28 - Secretaria Municipal de Defesa Social

**Programa:** 13 - Londrina Mais Segura

**Eixo:** 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida

**Objetivo:** Promover e expandir a proteção dos bens, serviços e instalações do município

**Instrumento Base:** Artigo 1º da Lei Municipal nº 10.774/2009

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1021	Município	Readequação da estrutura física, aquisição de equipamentos e materiais permanentes	Equipamentos adquiridos	1.021	06	181	2023	unidade	66.0	0,00	57.000,00	57.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2039	Município	Manutenção das atividades da Secretaria - SMDS	Atividades mantidas	2.039	06	181	2023	global	100.0	0,00	24.053.000,00	24.053.000,00

**Orgão:** 28 - Secretaria Municipal de Defesa Social

**Programa:** 13 - Londrina Mais Segura

**Eixo:** 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida

**Objetivo:** Manter as atividades da Defesa Civil, Junta Militar e Tiro de Guerra na cidade de Londrina

**Instrumento Base:** Artigo 11 da Lei Federal nº 4375/1964

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2040	Município	Manutenção das atividades da Junta Militar e Tiro de Guerra	Atividades mantidas	2.040	05	153	2023	global	100.0	0,00	131.000,00	131.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2041	Município	Manutenção das atividades da Defesa Civil	Atividades mantidas	2.041	06	182	2023	global	100.0	0,00	25.000,00	25.000,00

**Orgão:** 29 - Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego e Renda - SMTER

**Programa:** 14 - Londrina, Cidade de Oportunidades

**Eixo:** 2 - Desenvolvimento Econômico

**Objetivo:** Manter, implementar e aperfeiçoar as atividades e projetos/políticas de fomento ao trabalho e geração de renda

**Instrumento Base:** Artigo 1º da Lei Municipal nº 11.455 de 20/12/2011



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO III – METAS E PRIORIDADES  
2023

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1022	Município	Investimento na expansão da estrutura de atendimento ao público - SMTER	Equipamentos adquiridos	1.022	11	334	2023	global	100.0	0,00	7.000,00	7.000,00
2042	Município	Manutenção das atividades de atendimento ao trabalhador e ao empregador via SINE - SMTER	Custeio mantido	2.042	11	334	2023	global	100.0	0,00	1.651.000,00	1.651.000,00
2043	Município	Fornecimento de qualificação profissional gratuita	Capacitação realizada	2.043	11	334	2023	global	100.0	0,00	1.000,00	1.000,00
2044	Município	Execução das atividades do Fundo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda - FMTER	Atividades mantidas	2.044	11	334	2023	global	100.0	0,00	19.000,00	19.000,00
<b>Orgão:</b> 40 - Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Londrina - ACESF												
<b>Programa:</b> 0 - Operações Especiais												
<b>Eixo:</b> 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública												
<b>Objetivo:</b> Realizar as operações especiais												
<b>Instrumento Base:</b> Artigo 2º, alínea "d" da Portaria do MPOG nº 42/99												
4	Município	Pagamento dos encargos da Dívida Pública Interna	Pagamento efetuado	0.004	28	843	2023	global	0	0,00	0,00	0,00
5	Município	Pagamento das operações especiais - precatórios, indenizações, restituições e PASEP	Pagamento efetuado	0.005	28	846	2023	global	100.0	0,00	201.000,00	201.000,00
<b>Orgão:</b> 40 - Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Londrina - ACESF												
<b>Programa:</b> 15 - Modernização dos Serviços Funerários para a Londrina do Futuro												
<b>Eixo:</b> 4 - Infraestrutura, Mobilidade e Ordenamento do Território												
<b>Objetivo:</b> Manter e expandir os serviços funerários para ampliar capacidade e qualidade de atendimento												
<b>Instrumento Base:</b> Lei Municipal nº 2.837/1977												
1023	Município	Implantação / readequação da estrutura física e de equipamentos - ACESF	Estrutura e equipamentos readequados	1.023	04	122	2023	global	100.0	51.000,00	736.000,00	787.000,00
1024	Município	Aquisição de produtos funerários para revenda	Produtos adquiridos	1.024	23	692	2023	global	100.0	0,00	2.150.000,00	2.150.000,00


**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO III – METAS E PRIORIDADES**  
**2023**

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2045	Município	Manutenção dos serviços funerários e cemiteriais	Atividades mantidas	2.045	04	122	2023	global	100.0	2.856.000,00	10.031.000,00	12.887.000,00

**Orgão:** 40 - Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Londrina - ACESF

**Programa:** 9999 - Reserva de Contingência

**Eixo:** 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública

**Objetivo:** Realizar reservas de contingência

**Instrumento Base:** Artigo 5º III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF)

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
9002	Município	Constituição da reserva de contingência	Reserva Constituída	9.002	99	999	2023	global	100.0	0,00	50.000,00	50.000,00

**Orgão:** 41 - Autarquia Municipal de Saúde

**Programa:** 0 - Operações Especiais

**Eixo:** 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública

**Objetivo:** Realizar as operações especiais

**Instrumento Base:** Artigo 2º, alínea "d" da Portaria do MPOG nº 42/99

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
6	Município	Pagamento de precatórios e requisitórios	Pagamento efetuado	0.006	28	846	2023	global	100.0	0,00	69.000,00	69.000,00

**Orgão:** 42 - Fundo Municipal de Saúde de Londrina

**Programa:** 0 - Operações Especiais

**Eixo:** 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública

**Objetivo:** Realizar as operações especiais

**Instrumento Base:** Artigo 2º, alínea "d" da Portaria do MPOG nº 42/99

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
7	Município	Pagamento de sentenças judiciais, indenizações e restituições	Pagamento efetuado	0.007	28	846	2023	global	100.0	6.000,00	80.000,00	86.000,00

**Orgão:** 42 - Fundo Municipal de Saúde de Londrina

**Programa:** 16 - Londrina Mais Saúde

**Eixo:** 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida

**Objetivo:** Redirecionar as ações e serviços para o desenvolvimento das Redes de Atenção à Saúde, atendendo necessidades da comunidade

**Instrumento Base:** Plano Municipal de Saúde

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2046	Município	Manutenção de pessoal à disposição de outros órgão e despesas administrativas	Atividades mantidas	2.046	04	122	2023	global	100.0	0,00	22.040.000,00	22.040.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
5020	Município	Obras e equipamentos para Atenção Básica	Unidades de saúde readequadas	5.020	10	301	2023	global	100.0	865.000,00	30.000,00	895.000,00


**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO III – METAS E PRIORIDADES**  
**2023**

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
5021	Município	Obras e equipamentos para Atenção Especializada	Unidades de saúde readequadas	5.021	10	302	2023	global	100.0	2.850.000,00	30.000,00	2.880.000,00
6024	Município	Manutenção das atividades da Coordenação Administrativa do Fundo Municipal de Saúde	Atividades mantidas	6.024	10	122	2023	global	100.0	89.000,00	25.950.000,00	26.039.000,00
6026	Município	Manutenção das atividades da Atenção Básica de Saúde	Atividades mantidas	6.026	10	301	2023	global	100.0	34.567.000,00	156.289.000,00	190.856.000,00
6027	Município	Manutenção das atividades de Média e Alta Complexidade	Atividades mantidas	6.027	10	302	2023	global	100.0	346.904.000,00	143.891.000,00	490.795.000,00
6028	Município	Manutenção das atividades do SAMU	Atividades mantidas	6.028	10	302	2023	global	100.0	11.527.000,00	24.040.000,00	35.567.000,00
6029	Município	Manutenção e aprimoramento da Política de Assistência Farmacéutica	Atividades mantidas	6.029	10	303	2023	global	100.0	1.011.000,00	1.536.000,00	2.547.000,00
6032	Município	Manutenção das atividades Municipais Antidrogas - REMAD	Atividades mantidas	6.032	10	302	2023	global	100.0	0,00	960.000,00	960.000,00
<b>Orgão:</b> 42 - Fundo Municipal de Saúde de Londrina												
<b>Programa:</b> 16 - Londrina Mais Saúde												
<b>Eixo:</b> 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida												
<b>Objetivo:</b> Fortalecer ações de Vigilância em Saúde para reduzir riscos, agravos e enfrentamento de situações de Saúde Pública												
<b>Instrumento Base:</b> Plano Municipal de Saúde												
6030	Município	Manutenção das atividades de Vigilância Sanitária	Atividades mantidas	6.030	10	304	2023	global	100.0	2.715.000,00	8.215.000,00	10.930.000,00
6031	Município	Manutenção das atividades da Vigilância Ambiental e Epidemiológica	Atividades mantidas	6.031	10	305	2023	global	100.0	4.333.000,00	15.493.000,00	19.826.000,00

	<b>PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR</b> <b>LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS</b> <b>ANEXO III – METAS E PRIORIDADES</b> <b>2023</b>
--	--

<b>Orgão:</b> 42 - Fundo Municipal de Saúde de Londrina												
<b>Programa:</b> 16 - Londrina Mais Saúde												
<b>Eixo:</b> 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida												
<b>Objetivo:</b> Viabilizar resultados mais abrangentes à população, por meio do fortalecimento da gestão municipal, regional e macrorregional												
<b>Instrumento Base:</b> Plano Municipal de Saúde												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
6025	Município	Fortalecimento da participação popular	Participação popular fortalecida	6.025	10	122	2023	global	100.0	0,00	120.000,00	120.000,00

<b>Orgão:</b> 43 - CAAPSML - Plano de Assistência à Saúde												
<b>Programa:</b> 0 - Operações Especiais												
<b>Eixo:</b> 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública												
<b>Objetivo:</b> Realizar as operações especiais												
<b>Instrumento Base:</b> Artigo 2º, alínea "d" da Portaria do MPOG nº 42/99												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
16	Município	Pagamento de encargos especiais - Precatórios, indenizações, Taxa de Administração e PASEP	Pagamento efetuado	0.016	28	846	2023	global	100.0	0,00	5.160.000,00	5.160.000,00

<b>Orgão:</b> 43 - CAAPSML - Plano de Assistência à Saúde												
<b>Programa:</b> 17 - Programa de Seguridade Social do Servidor Municipal de Londrina												
<b>Eixo:</b> 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública												
<b>Objetivo:</b> Garantir assistência à saúde dos servidores optantes do plano de saúde CAAPSML e seus dependentes												
<b>Instrumento Base:</b> Lei nº 11.348/2011 e alterações												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2067	Município	Manutenção das atividades de assistência à saúde - CAAPSML	Atividades mantidas	2.067	10	302	2023	global	100.0	0,00	33.015.000,00	33.015.000,00

<b>Orgão:</b> 43 - CAAPSML - Plano de Assistência à Saúde												
<b>Programa:</b> 9999 - Reserva de Contingência												
<b>Eixo:</b> 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública												
<b>Objetivo:</b> Realizar reservas de contingência												
<b>Instrumento Base:</b> Artigo 5º III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF)												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
9007	Município	Constituição de reserva de contingência - CAAPSML/Saúde	Reserva Constituída	9.007	99	999	2023	global	100.0	0,00	191.000,00	191.000,00

<b>Orgão:</b> 45 - Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Londrina												
<b>Programa:</b> 0 - Operações Especiais												
<b>Eixo:</b> 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública												
<b>Objetivo:</b> Realizar as operações especiais												
<b>Instrumento Base:</b> Artigo 2º, alínea "d" da Portaria do MPOG nº 42/99												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
8	Município	Concessão e manutenção da Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência Social	Compensação financeira paga	0.008	09	845	2023	global	100.0	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO III – METAS E PRIORIDADES**  
**2023**

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
9	Município	Pagamento de encargos especiais - Precatórios, indenizações, restituições e PASEP	Encargos mantidos	0.009	28	846	2023	global	100.0	9.711.000,00	0,00	9.711.000,00

**Orgão:** 45 - Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Londrina

**Programa:** 17 - Programa de Seguridade Social do Servidor Municipal de Londrina

**Eixo:** 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública

**Objetivo:** Garantir a Aposentadoria e Pensão de todos os servidores estatutários do Município

**Instrumento Base:** Lei nº 11.348 de 25 de outubro de 2011

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2047	Município	Concessão e manutenção dos benefícios do Regime Próprio de Previdência Social	Benefícios mantidos	2.047	09	272	2023	global	100.0	446.904.000,00	1.620.000,00	448.524.000,00

**Orgão:** 45 - Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Londrina

**Programa:** 9999 - Reserva de Contingência

**Eixo:** 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública

**Objetivo:** Realizar reservas de contingência

**Instrumento Base:** Artigo 5º III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF)

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
7001	Município	Reserva do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Fundo Previdenciário	Reserva do RPPS constituída		99	997	2023	global	0	0,00	0,00	0,00

**Orgão:** 46 - CAAPSML - Órgão Gerenciador

**Programa:** 0 - Operações Especiais

**Eixo:** 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública

**Objetivo:** Realizar as operações especiais

**Instrumento Base:** Artigo 2º, alínea "d" da Portaria do MPOG nº 42/99

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
10	Município	Pagamento de encargos especiais do RPPS e do Plano de Assistência à Saúde	Pagamento efetuado	0.010	28	846	2023	global	100.0	0,00	4.708.000,00	4.708.000,00

**Orgão:** 46 - CAAPSML - Órgão Gerenciador

**Programa:** 17 - Programa de Seguridade Social do Servidor Municipal de Londrina

**Eixo:** 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública

**Objetivo:** Gerenciar os Planos de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Londrina

**Instrumento Base:** Lei nº 11.348 de 25 de outubro de 2011

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1025	Município	Readequação da estrutura física e aquisição de materiais permanentes	Estrutura e equipamentos readequados	1.025	04	122	2023	unidade	37.0	0,00	285.000,00	285.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2048	Município	Manutenção e aperfeiçoamento das atividades do Órgão Gerenciador - Plano de Saúde	Atividades mantidas	2.048	04	122	2023	global	100.0	0,00	4.630.000,00	4.630.000,00


**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO III – METAS E PRIORIDADES**  
**2023**

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2049	Município	Manutenção e aperfeiçoamento das atividades do Órgão Gerenciador - RPPS	Atividades mantidas	2.049	04	122	2023	global	100.0	0.00	4.631.000,00	4.631.000,00

**Órgão:** 46 - CAAPSM - Órgão Gerenciador

**Programa:** 9999 - Reserva de Contingência

**Eixo:** 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública

**Objetivo:** Realizar reservas de contingência

**Instrumento Base:** Artigo 5º III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF)

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
9003	Município	Constituição da reserva de contingência	Reserva Constituída	9.003	99	999	2023	global	100.0	0.00	72.000,00	72.000,00

**Órgão:** 47 - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL

**Programa:** 0 - Operações Especiais

**Eixo:** 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública

**Objetivo:** Realizar as operações especiais

**Instrumento Base:** Artigo 2º, alínea "d" da Portaria do MPOG nº 42/99

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
11	Município	Pagamento das operações especiais - Precatórios, indenizações, restituições e PASEP	Pagamento efetuado	0.011	28	846	2023	global	100.0	0.00	7.000,00	7.000,00

**Órgão:** 47 - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL

**Programa:** 18 - Planejamento Urbano e Territorial Integrado

**Eixo:** 4 - Infraestrutura, Mobilidade e Ordenamento do Território

**Objetivo:** Desenvolver estudos, pesquisas e projetos estratégicos e urbanísticos pertinentes ao planejamento urbano e municipal

**Instrumento Base:** Lei Municipal nº. 5.495, de 27/07/1993 - Art. 1º

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2050	Município	Manutenção das atividades - IPPUL	Atividades mantidas	2.050	15	451	2023	global	100.0	0.00	6.522.000,00	6.522.000,00

**Órgão:** 47 - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL

**Programa:** 18 - Planejamento Urbano e Territorial Integrado

**Eixo:** 4 - Infraestrutura, Mobilidade e Ordenamento do Território

**Objetivo:** Readequar o Instituto com equipamentos e recursos humanos

**Instrumento Base:** Lei Municipal nº. 5.495, de 27/07/1993 - Art. 1º

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1026	Município	Readequação da estrutura física, de equipamentos e softwares - IPPUL	Estrutura e equipamentos readequados	1.026	15	451	2023	unidade	40.0	6.000,00	28.000,00	34.000,00

**Órgão:** 47 - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL

**Programa:** 9999 - Reserva de Contingência

**Eixo:** 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública

**Objetivo:** Realizar reservas de contingência

**Instrumento Base:** Artigo 5º III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF)


**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO III – METAS E PRIORIDADES**  
**2023**

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
9004	Município	Constituição de reserva de contingência	Reserva Constituída	9.004	99	999	2023	global	100.0	0,00	1.000,00	1.000,00

**Orgão:** 48 - Instituto de Desenvolvimento de Londrina - CODEL

**Programa:** 0 - Operações Especiais

**Eixo:** 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública

**Objetivo:** Realizar as operações especiais

**Instrumento Base:** Artigo 2º, alínea "d" da Portaria do MPOG nº 42/99

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
12	Município	Pagamento das operações especiais - Precatórios, indenizações, restituições e PASEP	Pagamento efetuado	0.012	28	846	2023	global	100.0	0,00	2.000,00	2.000,00

**Orgão:** 48 - Instituto de Desenvolvimento de Londrina - CODEL

**Programa:** 19 - Desenvolve Londrina

**Eixo:** 2 - Desenvolvimento Econômico

**Objetivo:** Desenvolver políticas públicas no setor de Turismo

**Instrumento Base:** Artigo 3º Inciso VI da Lei Municipal nº 9.872/05

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2055	Município	Manutenção das atividades de Turismo	Atividades mantidas	2.055	23	695	2023	global	100.0	3.000,00	437.000,00	440.000,00

**Orgão:** 48 - Instituto de Desenvolvimento de Londrina - CODEL

**Programa:** 19 - Desenvolve Londrina

**Eixo:** 2 - Desenvolvimento Econômico

**Objetivo:** Desenvolver políticas públicas em Ciência e Tecnologia

**Instrumento Base:** Artigo 3º Inciso VII da Lei Municipal nº 9.872/20

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1027	Município	Readequação de estrutura física e de equipamentos para a área de Ciência e Tecnologia	Estrutura e equipamentos readequados	1.027	19	572	2023	global	0	0,00	0,00	0,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2052	Município	Manutenção das atividades de Ciência e Tecnologia	Atividades mantidas	2.052	19	572	2023	global	100.0	0,00	580.000,00	580.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2056	Município	Manutenção do Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia de Londrina - FACITEL	Atividades mantidas	2.056	19	573	2023	global	100.0	0,00	50.000,00	50.000,00

**Orgão:** 48 - Instituto de Desenvolvimento de Londrina - CODEL

**Programa:** 19 - Desenvolve Londrina

**Eixo:** 2 - Desenvolvimento Econômico

**Objetivo:** Desenvolver políticas públicas na área industrial

**Instrumento Base:** Artigo 3º Inciso I da Lei Municipal nº 9.872/05

 <p style="text-align: center;"><b>PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR</b>  <b>LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS</b>  <b>ANEXO III – METAS E PRIORIDADES</b>  <b>2023</b></p>												
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2053	Município	Manutenção das atividades de Desenvolvimento Econômico e Industrial	Atividades mantidas	2.053	22	661	2023	global	100.0	0,00	564.000,00	564.000,00

**Orgão:** 48 - Instituto de Desenvolvimento de Londrina - CODEL

**Programa:** 19 - Desenvolve Londrina

**Eixo:** 2 - Desenvolvimento Econômico

**Objetivo:** Readequar e manter a estrutura administrativa da CODEL

**Instrumento Base:** Artigo 3º da Lei Municipal nº 9.872/20

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1028	Município	Aquisição de imóveis e equipamentos - CODEL	Aquisição realizada	1.028	22	661	2023	global	100.0	0,00	250.000,00	250.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2051	Município	Manutenção do pessoal à disposição de Outros Órgãos	Atividades mantidas	2.051	04	122	2023	global	100.0	0,00	1.900.000,00	1.900.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2054	Município	Manutenção das atividades - CODEL	Atividades mantidas	2.054	22	661	2023	global	100.0	0,00	3.423.000,00	3.423.000,00

**Orgão:** 48 - Instituto de Desenvolvimento de Londrina - CODEL

**Programa:** 9999 - Reserva de Contingência

**Eixo:** 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública

**Objetivo:** Realizar reservas de contingência

**Instrumento Base:** Artigo 5º III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF)

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
9005	Município	Constituição da reserva de contingência	Reserva Constituída	9.005	99	999	2023	global	100.0	0,00	1.000,00	1.000,00

**Orgão:** 49 - Fundação de Esportes de Londrina - FEL

**Programa:** 0 - Operações Especiais

**Eixo:** 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública

**Objetivo:** Realizar as operações especiais

**Instrumento Base:** Artigo 2º, alínea "d" da Portaria do MPOG nº 42/99

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
13	Município	Pagamento das operações especiais - Precatórios, indenizações, restituições e PASEP	Pagamento efetuado	0.013	28	846	2023	global	100.0	0,00	93.000,00	93.000,00

**Orgão:** 49 - Fundação de Esportes de Londrina - FEL

**Programa:** 20 - Serviço à População no Âmbito do Esporte, Recreação e do Lazer

**Eixo:** 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida

**Objetivo:** Ampliar o atendimento à comunidade no âmbito do esporte, recreação e do lazer

**Instrumento Base:** Art.35 Inciso IX do Plano Diretor Municipal

	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO III – METAS E PRIORIDADES 2023
---	--

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
5022	Município	Ampliação da estrutura física e de equipamentos dos novos espaços esportivos	Estrutura e equipamentos readequados	5.022	27	812	2023	global	100.0	0,00	250.000,00	250.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
6033	Município	Ampliação dos atendimentos da Fundação de Esportes	Atendimento ampliado	6.033	27	812	2023	global	100.0	0,00	150.000,00	150.000,00

**Orgão:** 49 - Fundação de Esportes de Londrina - FEL

**Programa:** 20 - Serviço à População no Âmbito do Esporte, Recreação e do Lazer

**Eixo:** 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida

**Objetivo:** Recuperar e manter os espaços esportivos, para melhor conservação dos próprios e qualidade desportiva

**Instrumento Base:** Art.35 Inciso IX do Plano Diretor Municipal

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2057	Município	Incentivo ao esporte de alto rendimento	Incentivo realizado	2.057	27	811	2023	global	100.0	0,00	1.400.000,00	1.400.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
5023	Município	Readequação da estrutura física e de equipamentos - FEL	Estrutura e equipamentos readequados	5.023	27	812	2023	unidade	32.0	0,00	226.000,00	226.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
6034	Município	Manutenção das atividades - FEL	Atividades mantidas	6.034	27	812	2023	global	100.0	0,00	4.886.000,00	4.886.000,00

**Orgão:** 49 - Fundação de Esportes de Londrina - FEL

**Programa:** 20 - Serviço à População no Âmbito do Esporte, Recreação e do Lazer

**Eixo:** 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida

**Objetivo:** Promover o incentivo às atividades esportivas visando a preservação da saúde, educação, vida social e qualidade de vida

**Instrumento Base:** Art.35 Inciso IX do Plano Diretor Municipal

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
6035	Município	Incentivo ao esporte comunitário	Incentivo realizado	6.035	27	812	2023	global	100.0	0,00	5.020.000,00	5.020.000,00

**Orgão:** 49 - Fundação de Esportes de Londrina - FEL

**Programa:** 9999 - Reserva de Contingência

**Eixo:** 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública

**Objetivo:** Realizar reservas de contingência

**Instrumento Base:** Artigo 5º III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF)

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
9006	Município	Constituição de reserva de contingência	Reserva Constituída	9.006	99	999	2023	global	100.0	0,00	1.000,00	1.000,00


**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO III – METAS E PRIORIDADES**  
**2023**

<b>Orgão:</b> 50 - Fundo de Urbanização de Londrina												
<b>Programa:</b> 0 - Operações Especiais												
<b>Eixo:</b> 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública												
<b>Objetivo:</b> Realizar as operações especiais												
<b>Instrumento Base:</b> Artigo 2º, alínea "d" da Portaria do MPOG nº 42/99												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
14	Município	Pagamento das operações especiais - Indenizações e restituições	Pagamento efetuado	0.014	28	846	2023	global	100.0	2.000,00	1.000,00	3.000,00

<b>Orgão:</b> 50 - Fundo de Urbanização de Londrina												
<b>Programa:</b> 21 - Londrina, Quem Ama Cuida												
<b>Eixo:</b> 4 - Infraestrutura, Mobilidade e Ordenamento do Território												
<b>Objetivo:</b> Gerenciar, fiscalizar, estruturar, modernizar, de forma integrada, os Resíduos sólidos												
<b>Instrumento Base:</b> Artigo 5º da Lei nº 9.503, de 1997												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1034	Município	Readequação da estrutura física e de equipamentos dos serviços de coleta e destinação final dos resíduos domiciliares	Estrutura e equipamentos readequados	1.034	18	451	2023	global	100.0	6.741.000,00	0,00	6.741.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2058	Município	Remuneração da CMTU pelos serviços de administração e gerenciamento do FUL - Resíduos sólidos	Atividades mantidas	2.058	04	122	2023	global	100.0	2.736.000,00	0,00	2.736.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2066	Município	Fiscalização, gerenciamento e planejamento dos serviços de coleta e destinação final dos resíduos domiciliares	Atividades mantidas	2.066	18	452	2023	global	100.0	38.858.000,00	0,00	38.858.000,00

<b>Orgão:</b> 50 - Fundo de Urbanização de Londrina												
<b>Programa:</b> 21 - Londrina, Quem Ama Cuida												
<b>Eixo:</b> 4 - Infraestrutura, Mobilidade e Ordenamento do Território												
<b>Objetivo:</b> Gerenciar, fiscalizar, estruturar, modernizar processos da limpeza urbana do município												
<b>Instrumento Base:</b> Artigo 5º da Lei nº 9.503, de 1997												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1030	Município	Readequação da estrutura física e de equipamentos dos serviços de limpeza e manutenção de áreas públicas e particulares	Estrutura e equipamentos readequados	1.030	15	452	2023	unidade	100.0	0,00	120.000,00	120.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2062	Município	Manutenção e aprimoramento dos serviços de limpeza em áreas públicas e particulares	Atividades mantidas	2.062	15	452	2023	global	100.0	0,00	24.039.000,00	24.039.000,00

 <p style="text-align: center;">PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO III – METAS E PRIORIDADES 2023</p>												
<b>Orgão:</b> 50 - Fundo de Urbanização de Londrina												
<b>Programa:</b> 22 - Trânsito Inteligente												
<b>Eixo:</b> 4 - Infraestrutura, Mobilidade e Ordenamento do Território												
<b>Objetivo:</b> Manter e aprimorar tecnologias, a fiscalização, sinalização, gerenciamento e planejamento do trânsito												
<b>Instrumento Base:</b> Plano Diretor Municipal e Lei nº 9.503/97												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1029	Município	Aquisição de equipamentos para gerenciamento, planejamento e fiscalização de trânsito	Equipamentos adquiridos	1.029	15	451	2023	unidade	540.0	500.000,00	0,00	500.000,00
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2059	Município	Remuneração da CMTU pelos serviços de administração e gerenciamento do FUL - Trânsito	Atividades mantidas	2.059	04	122	2023	global	100.0	1.085.000,00	0,00	1.085.000,00
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2060	Município	Manutenção das atividades de gerenciamento, planejamento e fiscalização do trânsito	Atividades mantidas	2.060	15	451	2023	global	100.0	15.922.000,00	0,00	15.922.000,00
<b>Orgão:</b> 50 - Fundo de Urbanização de Londrina												
<b>Programa:</b> 22 - Trânsito Inteligente												
<b>Eixo:</b> 4 - Infraestrutura, Mobilidade e Ordenamento do Território												
<b>Objetivo:</b> Manter e aprimorar projetos de educação de trânsito												
<b>Instrumento Base:</b> Plano Diretor Municipal e Lei nº 9.503/97												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2061	Município	Manutenção e aprimoramento de atividades de educação de trânsito	Atividades mantidas	2.061	15	451	2023	global	100.0	575.000,00	0,00	575.000,00
<b>Orgão:</b> 50 - Fundo de Urbanização de Londrina												
<b>Programa:</b> 23 - Transporte Compartilhado Acessível												
<b>Eixo:</b> 4 - Infraestrutura, Mobilidade e Ordenamento do Território												
<b>Objetivo:</b> Monitorar e fiscalizar a execução do sistema público de transporte coletivo												
<b>Instrumento Base:</b> Art 5º VII e VIII da Lei nº 5.496/1993												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1031	Município	Readequação da estrutura física e de equipamentos do transporte público coletivo	Estrutura e equipamentos readequados	1.031	15	453	2023	unidade	182.0	0,00	239.000,00	239.000,00
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2064	Município	Manutenção de pontos de ônibus	Atividades mantidas	2.064	15	453	2023	global	100.0	0,00	446.000,00	446.000,00



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO III – METAS E PRIORIDADES**  
**2023**

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2065	Município	Manutenção das atividades de gerenciamento, planejamento e fiscalização do sistema de transporte público coletivo	Atividades mantidas	2.065	15	453	2023	global	100.0	0,00	4.539.000,00	4.539.000,00

**Orgão:** 50 - Fundo de Urbanização de Londrina

**Programa:** 23 - Transporte Compartilhado Acessível

**Eixo:** 4 - Infraestrutura, Mobilidade e Ordenamento do Território

**Objetivo:** Promover o acesso dos cidadãos ao transporte coletivo

**Instrumento Base:** Art 5º VII e VIII da Lei nº 5.496/1993

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1032	Município	Aquisição e manutenção de estruturas, equipamentos e tecnologias vinculadas à promoção do acesso ao transporte público coletivo	Aquisição realizada	1.032	15	453	2023	global	100.0	0,00	75.000,00	75.000,00

**Orgão:** 50 - Fundo de Urbanização de Londrina

**Programa:** 23 - Transporte Compartilhado Acessível

**Eixo:** 4 - Infraestrutura, Mobilidade e Ordenamento do Território

**Objetivo:** Gerenciar as atividades de conservação e manutenção do Terminal Urbano Central, dos Terminais de Integração e Distritais

**Instrumento Base:** Art 5º VII e VIII da Lei nº 5.496/1993

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1033	Município	Reforma dos espaços e manutenção de equipamentos voltados ao atendimento dos usuários dos terminais	Estrutura e equipamentos readequados	1.033	15	453	2023	global	100.0	0,00	228.000,00	228.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
2063	Município	Manutenção e ampliação da limpeza dos Terminais Urbanos e Distritais	Atividades mantidas	2.063	15	453	2023	global	100.0	0,00	3.600.000,00	3.600.000,00

**Orgão:** 61 - Companhia de Habitação de Londrina - COHAB-LD

**Programa:** 0 - Operações Especiais

**Eixo:** 3 - Democratização e Modernização da Gestão Pública

**Objetivo:** Realizar as operações especiais

**Instrumento Base:** Artigo 2º, alínea "d" da Portaria do MPOG nº 42/99

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
15	Município	Pagamento de dívidas e encargos especiais	Pagamento efetuado	0.015	28	843	2023	global	100.0	11.000.000,00	0,00	11.000.000,00

**Orgão:** 61 - Companhia de Habitação de Londrina - COHAB-LD

**Programa:** 25 - Mais Moradia

**Eixo:** 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida

**Objetivo:** Promover parcerias com outros entes federativos a produção e comercialização de unidades habitacionais e lotes urbanizados de interesse social

**Instrumento Base:** Lei 10.278/2007 - artigos 10 e 13


**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO III – METAS E PRIORIDADES**  
**2023**

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
5024	Município	Construção de empreendimentos habitacionais	Obras executadas	5.024	16	482	2023	unidade	1334.0	0,00	6.276.000,00	6.276.000,00

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
5025	Município	Construção de loteamentos de interesse social	Obras executadas	5.025	16	482	2023	unidade	66.0	0,00	1.452.000,00	1.452.000,00

**Orgão:** 61 - Companhia de Habitação de Londrina - COHAB-LD  
**Programa:** 25 - Mais Moradia  
**Eixo:** 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida  
**Objetivo:** Realizar a Regularização Fundiária, visando o desenvolvimento urbano e social para a população de baixa renda  
**Instrumento Base:** Lei 10.278/2007 - artigos 10 e 13

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
5026	Município	Realização da titulação dos beneficiários	Titulação realizada	5.026	16	482	2023	unidade	400.0	0,00	400.000,00	400.000,00

**Orgão:** 62 - Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU-LD  
**Programa:** 26 - Serviço Público de Qualidade  
**Eixo:** 4 - Infraestrutura, Mobilidade e Ordenamento do Território  
**Objetivo:** Administrar o Fundo de Urbanização de Londrina, e prestar serviço público ao município de Londrina  
**Instrumento Base:** Lei nº 5.496/1993

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1035	Município	Readequação da estrutura física e de equipamentos para os serviços públicos urbanos - CMTU	Estrutura e equipamentos readequados	1.035	04	122	2023	unidade	180.0	0,00	840.000,00	840.000,00

**Orgão:** 63 - Sercomtel Iluminação S.A.  
**Programa:** 5 - Eficientização e Modernização do Sistema de Iluminação Pública  
**Eixo:** 4 - Infraestrutura, Mobilidade e Ordenamento do Território  
**Objetivo:** Investir no uso de tecnologias que permitam otimizar os serviços prestados  
**Instrumento Base:** Plano Diretor / Audiências Públicas do PPA / Lei nº 12194/2014

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1036	Município	Aquisição e modernização do ativo imobilizado	Aquisição realizada	1.036	15	452	2023	global	100.0	0,00	645.000,00	645.000,00

**Orgão:** 64 - Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.  
**Programa:** 24 - Cidade Conectada  
**Eixo:** 2 - Desenvolvimento Econômico  
**Objetivo:** Implementar e gerenciar, com excelência, novos serviços, visando atender suas delegações  
**Instrumento Base:** Lei 12912/19

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1037	Município	Modernização do parque tecnológico-CTD	Estrutura e equipamentos readequados	1.037	19	572	2023	global	100.0	0,00	1.605.000,00	1.605.000,00



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO III – METAS E PRIORIDADES**  
**2023**

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1038	Município	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes	Equipamentos adquiridos	1.038	19	572	2023	global	100.0	0,00	28.173.000,00	28.173.000,00

**ANEXO IV**

**DEMONSTRATIVO DE**

**OBRAS EM ANDAMENTO**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO NA DATA DE ENVIO DO PROJETO DE LEI DA LDO

2023

Art. 45, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000

CÓDIGO DO PROJETO / ATIVIDADE	NOME DO PROJETO / ATIVIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISÃO		EXECUÇÃO		SALDO A EXECUTAR	
			Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
1008	Pavimentação, recapeamento asfáltico e obras de integração da malha viária	m <sup>2</sup>	1.792,43	574.439,94	629,00	176.615,07	1.163,43	397.824,87
1009	Construção, ampliação e modernização de praças, parques municipais, centros e complexos esportivos	m <sup>2</sup>	13.535,35	8.158.691,07	3.159,00	970.946,69	10.376,35	7.187.744,38
1013	Ampliação, readequação e modernização da rede estruturada de iluminação pública	unidade	37.425,00	70.459.039,99	6.527,00	12.746.157,48	30.898,00	57.712.882,51
1023	Implantação / readequação da estrutura física e de equipamentos - ACESF	m <sup>2</sup>	276,94	969.477,13	127,00	444.081,25	149,94	525.395,88
5006	Readequação da estrutura física e de equipamentos - Ensino Fundamental	m <sup>2</sup>	785,00	1.713.346,46	64,00	140.339,12	721,00	1.573.007,34
5016	Reforma e ampliação da Casa Abrigo Canto de Dália	m <sup>2</sup>	57,93	169.845,89	32,00	93.103,32	25,93	76.742,57
5020	Obras e equipamentos para Atenção Básica	m <sup>2</sup>	1.251,67	789.128,75	176,00	105.628,76	1.075,67	683.499,99
5021	Obras e equipamentos para Atenção Especializada	m <sup>2</sup>	5.448,74	11.898.939,90	3.795,00	8.182.550,20	1.653,74	3.716.389,70

**Fonte**

Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação - SMOP / Diretoria de Edificações Públicas; Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Londrina – ACESF; Fundo Municipal de Saúde de Londrina – FMSL.

**Notas Explicativas**

Projetos previstos no Projeto/Atividade 1.008 - Pavimentação, recapeamento asfáltico e obras de integração da malha viária:  
Construção de Ciclovia em Concreto Pigmentado e Urbanização de Área Verde- Rua José Giroldo  
Execução de Calçada e Implantação de Acessibilidade na Praça Adelino Vidotti

Projetos previstos na ação 1.009 - Construção, ampliação e modernização de praças, parques municipais, centros e complexos esportivos:  
Instalação de Equipamento de Ar Condicionado para o Tecnocentro e Laboratório de Alimentos  
Reforma do Ginásio Moringão e FEL- Elétrica, Ar Condicionado, Cobertura, Pintura  
Implantação de Acessibilidade na Praça Guilherme Soares

Projetos previstos na ação 1.013 - Ampliação, readequação e modernização da rede estruturada de iluminação pública:  
Iluminação ornamental no entorno do Parque Arthur Thomas  
Modernização da iluminação pública do município segunda fase  
Modernização da iluminação pública ornamental do município segunda fase  
Expansão e modernização da iluminação pública do bosque central  
Expansão da iluminação pública ornamental do município de Londrina

Projetos previstos na ação 1.023 - Implantação / readequação da estrutura física e de equipamentos - ACESF  
Construção da Capela Mortuária Zona Sul

Projetos previstos na ação 5.006 - Readequação da estrutura física e de equipamentos - Ensino Fundamental  
Construção do Ginásio da Escola Municipal do Residencial Terra Nova

Projetos previstos na ação 5.016 - Reforma e ampliação da Casa Abrigo Canto de Dália  
Ampliação da Casa Abrigo

Projetos previstos na ação 5.020 - Obras e equipamentos para Atenção Básica  
Recuperação da UBS Vila Brasil (Remanescente)- Lote 02  
Recuperação da UBS Vivi Xavier (Remanescente)- Lote 03  
Recuperação da UBS Lerroville (Remanescente) - Lote 01

Projetos previstos na ação 5.021 - Obras e equipamentos para Atenção Especializada  
Ampliação e Reforma da Maternidade Municipal Lucilla Ballalai  
Reforma e Ampliação da Sede do Complexo Regulador SAMU Regional

# **ANEXO V**

## **AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL**

### **PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE**

## 1 Sumário Executivo

O Plano de Assistência à Saúde da **CAAPSML** está estruturado no modelo de autogestão em saúde, exclusivamente constituído para atender aos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo da administração direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Londrina, inclusive quando inativos, os pensionistas do regime de previdência gerenciado pela **CAAPSML** e os ocupantes de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a administração pública do Município de Londrina, seus beneficiários e dependentes.

Por ser autogestão dentro de Pessoa Jurídica de Direito Público, não há exigibilidade de atendimento às normas da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, que regula os planos de saúde no âmbito das Pessoas Jurídicas de Direito Privado.

A **Exacttus** Consultoria Atuarial Ltda. é a empresa contratada mediante processo licitatório para realizar os trabalhos de Avaliação Atuarial conforme pregão eletrônico PG/SMGP-0281/2018 e Contrato Nº SMGP-0033/2019.

### ***Quanto aos trabalhos desenvolvidos:***

Os estudos e análises apresentadas no presente relatório seguiram as especificações do objeto e a data-base dos dados no período de janeiro/2021 a dezembro/2021, o qual indicamos a seguir:

- a) *Análise da Sinistralidade;*
- b) *Projeção de cenários futuros com indicação de tabela de mensalidades;*
- c) *Sugestão de tabela de contribuição por faixa etária (conforme a categoria: titular, dependente direto e indireto);*
- d) *Cálculo da Reserva de Contingência necessária para formação de garantias financeiras;*
- e) *Cálculo da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA necessária para formação de garantias financeiras; e*
- f) *Análise da coparticipação.*

Os cálculos foram efetuados de acordo com as regras vigentes do plano *CAAPSMML*, baseado nas informações disponibilizadas pela *CAAPSMML* e de acordo com as normas técnicas e atuariais pertinentes, possibilitando deste modo a visualização da situação financeira e atuarial do plano de saúde em questão.

### *Considerações iniciais:*

Para desenvolvimento de qualquer cálculo atuarial, três elementos são fundamentais:

- **Base Normativa:** é composta pelas Leis, Resoluções, Instruções Normativas, Regulamentos dos Planos de Saúde como: coberturas, exclusões, carências, área de abrangência geográfica etc.;
- **Base Cadastral:** características individuais da população estudada, principalmente a idade, o sexo dos beneficiários do plano, categoria funcional, grau de parentesco, data de contratação, períodos de carência, tipo e frequência de utilização, contraprestações pecuniárias etc.
- **Base Atuarial:** são as hipóteses e mecanismos de projeção futuros, critérios de financiamento etc. A Base Atuarial é estabelecida pelos atuários responsáveis pelo cálculo atuarial em conformidade com as características do Plano, sendo que dependem também das Bases Cadastrais e Normativas fornecidas pelo Cliente.

**Importante: Não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a auditoria dos dados encaminhados. Nosso trabalho consistiu em verificar se as informações enviadas estão adequadas, preliminarmente ao cálculo atuarial da carteira.**

### *Principais resultados:*

Com a retirada em definitivo da contribuição patronal, a sinistralidade do programa demonstra que somente com os recursos provenientes da participação dos beneficiários (mensalidades + coparticipação) não é possível manter a situação financeira equilibrada, porque, de acordo com os resultados obtidos, o índice atual está no

patamar de 144% (vide item 5.1.2) e encontra-se bem acima da meta atuarial que é de 88%.

Percebemos que houve reajuste das mensalidades desde a última avaliação atuarial, entretanto não foi suficiente para o equilíbrio da operação, dado a descontinuidade da contribuição patronal.

Estamos recomendando nova tabela de mensalidade (item b) para recomposição da receita, visando atingir o equilíbrio financeiro da operação

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022.



**WILMA GOMES TORRES**  
ATUÁRIA MIBA Nº 539

**ERIC LEÃO CAVALARI**  
ATUÁRIO MIBA Nº 1008

**EXACTTUS CONSULTORIA ATUARIAL LTDA**  
CIBA Nº 111

## **2 Introdução e Objetivo**

O objetivo básico deste relatório é o de fornecer os resultados da Avaliação Atuarial e Financeira do Plano *CAAPSML*.

A Avaliação Atuarial consiste na análise do Plano, de modo a sugerir preços que contemplam várias premissas atuariais e financeiras capazes de fornecer credibilidade aos resultados propostos, além de um diagnóstico geral do plano de saúde em questão proporcionando diretrizes para tomadas de decisões gerenciais.

Os cálculos levaram em consideração o histórico de despesas e receitas, comportamento da massa de usuários, entre outros dados financeiros de grande relevância para os resultados apontados e as regras contidas no regulamento.

A presente avaliação está posicionada com data-base compreendendo o período de *janeiro de 2021 a dezembro de 2021*.

### **3 Escopo dos trabalhos**

O foco do projeto é o de avaliar os seguintes itens em consonância com objeto, o qual indicamos a seguir:

- a) Análise da Sinistralidade;
- b) Projeção de cenários futuros com indicação de tabela de mensalidades;
- c) Sugestão de tabela de contribuição por faixa etária (conforme a categoria: titular, dependente direto e indireto);
- d) Cálculo da Reserva de Contingência necessária para formação de garantias financeiras;
- e) Cálculo da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA necessária para formação de garantias financeiras; e
- f) Análise da coparticipação.

## **4 Base de Dados**

O foco desta fase do projeto é analisar as bases para determinação dos cálculos solicitados, posicionada no período de 01/01/2021 a 31/12/2021.

O estudo foi conduzido com base nas informações recebidas, sendo:

### **4.1 Documentação:**

- ✓ Balancete de 31/12/2021;
- ✓ Resolução n.º 148, de 21 de dezembro de 2016.

### **4.2 Outros dados:**

- ✓ Informações sobre receitas e despesas fora da base de dados foram enviadas em arquivo específico via email.

### **4.3 Comentário sobre os dados:**

Este estudo está sendo realizado considerando os dados consolidados, enviados pelo departamento contábil-financeiro, referentes ao período de janeiro de 2021 a dezembro de 2021.

Os dados individualizados do layout padrão não foram contemplados por estarem incompletos.

## 5 Cálculos atuariais

### 5.1 Resultados da Avaliação Atuarial:

Os cálculos atuariais aqui apresentados visam estabelecer o diagnóstico da situação estatístico-atuarial-financeira da **CAAPSML** e propor ações que visam à melhoria e a garantia da sustentabilidade do programa. Seguindo o escopo do serviço os resultados estão compreendidos nos seguintes itens:

#### 5.1.2 - Análise da Sinistralidade:

Inicialmente com o objetivo de proceder à avaliação econômico-atuarial do plano de saúde atual contemplando sua viabilidade no curto, médio e longo prazos, executamos o exame das receitas e despesas e calculamos a sinistralidade do plano que nos pontua claramente a visão da situação econômico-financeira do programa.

Os valores da sinistralidade analisada foram extraídos da **planilha** fornecida:

Fonte	Item	Valores (R\$)
Receitas Base de dados	Receita Mensalidade (R\$)	34.868.795,60
	Receita Coparticipação (R\$)	7.758.983,64
	Total de Receitas Informadas (base de dados)	42.627.779,24
Despesas Base de dados	Despesas (R\$)	47.985.703,07
	Despesas - Material de Consumo (R\$)	921.448,29
	Total de Despesas Informadas (base de dados)	48.907.151,36
Sinistralidade Operacional (%)		115%
Orçamento	Contribuição Patronal (Receita - R\$)	-
	Receita Patrimonial + Multas/Juros + Reembolso (R)	1.452.729,95
	Disp. Exerc. anteriores + sentenças judiciais (D)	207.764,80
	Obrigações Tributárias (Despesa - R\$)	1.236.943,02
	Rendimento negativo	- 15.045,18
	Restos a Pagar (Despesa - R\$)	7.981.182,11
	Gerenciamento - Tx. Adm. (Despesa - R\$)	5.139.800,68
Totais	Receita Operacional (R\$)	44.080.509,19
	Despesa Operacional (R\$)	63.487.887,15
	Resultado Operacional (R\$)	- 19.407.377,96
Sinistralidade Total (%)		144%

A sinistralidade considerando as receitas e despesas assistenciais é de 115%, ao calcularmos considerando as demais receitas e despesas operacionais a sinistralidade total é de 144%, ocasionando um déficit operacional no ano de 2021 no montante de mais de R\$ 19,4 milhões.

Podemos perceber que houve um aumento considerável da sinistralidade no comparativo com a avaliação anterior que foi de 131%.

Como referência temos que a sinistralidade meta e considerada atuarialmente ideal é de até **88%**. Nota-se que a sinistralidade apurada é de **144%** estando muito acima da meta atuarial que é de **88%** e também acima da média de mercado de autogestões, conforme podemos visualizar no quadro a seguir em relação as autogestões que é de **88,9%** em 2017 – Caderno de Informações ANS- Junho 2017 (mais atual disponível - sítio: [www.ans.gov.br](http://www.ans.gov.br)):

**Taxa de sinistralidade das operadoras de planos privados de saúde, segundo modalidade da operadora (Brasil - 2015-2017)**

Modalidade	1º Tri 2015	2º Tri 2015	3º Tri 2015	4º Tri 2015	1º Tri 2016	2º Tri 2016	3º Tri 2016	4º Tri 2016	1º Tri 2017
<b>Operadoras médico-hospitalares</b>	<b>84,3%</b>	<b>84,6%</b>	<b>84,9%</b>	<b>84,6%</b>	<b>81,6%</b>	<b>84,8%</b>	<b>86,2%</b>	<b>85,6%</b>	<b>81,5%</b>
Autogestão	91,2%	91,4%	93,4%	96,2%	85,5%	91,7%	95,7%	94,7%	88,9%
Cooperativa médica	84,1%	84,8%	85,2%	83,6%	81,2%	84,0%	84,9%	84,7%	79,4%
Filantropia	79,6%	78,2%	79,2%	76,7%	75,2%	79,5%	80,3%	79,8%	75,7%
Medicina de grupo	81,5%	81,5%	80,8%	80,3%	78,1%	81,0%	81,7%	81,5%	77,2%
Seguradora especializada em saúde	85,1%	85,4%	85,6%	86,3%	85,2%	87,7%	89,1%	87,8%	86,6%
<b>Operadoras exclusivamente odontológicas</b>	<b>45,2%</b>	<b>45,6%</b>	<b>46,2%</b>	<b>46,8%</b>	<b>43,6%</b>	<b>47,4%</b>	<b>49,1%</b>	<b>48,6%</b>	<b>42,2%</b>
Cooperativa odontológica	59,6%	60,2%	61,3%	62,5%	60,2%	62,6%	64,1%	63,1%	61,9%
Odontologia de grupo	41,7%	42,1%	42,5%	42,4%	39,7%	43,8%	45,5%	44,3%	37,4%

Fonte: DIOPS/ANS/MS - 13/06/2015

Caderno de Informação da Saúde Suplementar - junho/2017

Nota: Dados preliminares, sujeitos à revisão.

Há uma tendência de aumento da sinistralidade com o passar do tempo, devido ao envelhecimento da massa de beneficiários, inclusão de novos procedimentos, aumento dos custos médicos etc., o que demonstra que o desempenho da **CAAPSM** durante o período analisado tem-se mantido acima do comportamento geral do Mercado.

**a) Projeção de cenários futuros com indicação de tabela de mensalidades:**

Calculamos o fluxo financeiro para os próximos 3 anos, no primeiro momento considerando a forma atual de arrecadação sem reajustes para os próximos anos conforme demonstramos a seguir:

**a.1 - Cenário mantendo as Condições Atuais**

**Fluxo Financeiro - Projeção para os próximos 3 anos (valores em R\$):**

Para os cálculos e projeções num horizonte de 3 (três) anos foram consideradas as seguintes premissas:

- Aumento de custos médicos – 5,69% a.a.; utilizamos o FIPE Saúde do período de análise de janeiro/2021 a dezembro/2021.
- Inflação: 4,50% para os próximos anos, próximo a meta do BC anexo a este relatório.
- Crescimento real de salário - 1,00% ao ano.

**FIPE SAUDE**

Categoria	jan/2021 - dez/2021
Saúde	5,69%

**Projeção de beneficiários para os próximos 3 (três) anos:**

Projeção de beneficiários				
Faixa	Atual*	+ 1 ano	+ 2 anos	+ 3 anos
0 a 18	2.221	2.035	1.865	1.709
19 a 23	466	426	390	357
24 a 28	448	410	375	343
29 a 33	753	689	631	578
34 a 38	943	863	790	723
39 a 43	952	871	797	730
44 a 48	821	751	687	628
49 a 53	929	849	776	709
54 a 58	1.034	943	860	784
59 ou +	3.363	3.063	2.789	2.540
<b>Total geral</b>	<b>11.929</b>	<b>10.900</b>	<b>9.960</b>	<b>9.101</b>
Movimentação da massa		-8,31%	-8,31%	-8,31%

\*Atual = data-base dos dados 31/12/2021

Na projeção de beneficiários foi considerado o decréscimo de 8,31% ao ano com base no histórico de 2019 a 2021 e foram utilizados também os fatores da tábua biométrica AT-2000 para considerar a mortalidade do grupo.

**Projeção próximos 3 anos - Fluxo mantendo as Condições Atuais:**

Período	Despesas Operacional*	Contribuição Beneficiários + Coparticipação	Contribuição Patronal	Outras Receitas*	Total Contribuição	Resultado Plano	Resultado Acumulado
	(A)	(B)	(C)	(D)	E = (B+C+D)	F =(E-A)	(G) ("G" ano anterior + F)
Atual	63.487.887,15	42.627.779,24	-	1.452.729,95	44.080.509,19	(19.407.377,96)	(19.407.377,96)
+ 1 ano	61.312.246,83	41.110.506,88	-	1.340.691,09	42.451.197,98	(18.861.048,85)	(38.268.426,81)
+ 2 anos	59.212.578,00	39.648.187,30	-	1.237.322,58	40.885.509,87	(18.327.068,12)	(56.595.494,94)
+ 3 anos	57.184.409,87	38.237.613,27	-	1.141.915,81	39.379.529,08	(17.804.880,79)	(74.400.375,73)

As despesas contemplam todas informadas na planilha em Excel conforme demonstrado no item 5.1.2. As outras receitas também contemplam todas na planilha em Excel conforme demonstrado no item 5.1.2.

A avaliação atuarial e financeira do Plano nos moldes atuais demonstra que a sinistralidade do período se encontra em **144%**, estando bem acima da meta (88%) do ponto de vista atuarial, resultando na data-base do estudo no déficit de mais de R\$ 19,4 milhões.

Foi descontinuada a contribuição patronal, desta forma no 1º ano da projeção o resultado acumulado será negativo em mais de R\$ 38,2 milhões, fechando o 3º ano da projeção em mais de R\$ 74,4 milhões de déficit.

Considerando a manutenção das contribuições nas condições atuais fica evidenciado o aumento da sinistralidade no período atual da projeção considerando a descontinuidade da contribuição patronal.

<b>Sinistralidade Projetada</b>	
Atual	144%
+ 1 ano	144%
+ 2 anos	145%
+ 3 anos	145%

***b) Sugestão de tabela de contribuição por faixa etária (conforme a categoria: titular, dependente direto e indireto):***

Considerando a retirada em definitivo da contribuição patronal e como vimos na projeção dos fluxos, faz-se necessário a implantação de nova tabela de mensalidades para compensar a perda de receita com a contribuição patronal.

Apresentamos a sugestão de prêmio total por faixa etária. Sendo a tabela de custeio baseada em faixas etárias, bastante eficiente para composição da receita e por consequência o equilíbrio econômico-financeiro do Plano e em nosso entendimento o melhor método de contribuição.

Foram considerados a distribuição conforme a categoria: Titular, Dependente direto e Indireto.

Realizamos estudo técnico atuarial de precificação considerando as despesas do plano, a composição de reserva de contingência e PEONA e a distribuição da massa por faixas etárias que nos retornaram os seguintes resultados:

***b.1) - Valores por faixa etária (valores em R\$):***

<b>Tabela por Faixas Etárias - R\$</b>		
<b>Faixa Etária</b>	<b>Titular e Dependente Direto</b>	<b>Dependente Indireto</b>
<b>0 a 18</b>	175,35	505,86
<b>19 a 23</b>	191,86	615,99
<b>24 a 28</b>	213,17	703,06
<b>29 a 33</b>	316,26	761,02
<b>34 a 38</b>	356,34	864,90
<b>39 a 43</b>	376,89	983,30
<b>44 a 48</b>	462,44	1172,68
<b>49 a 53</b>	502,05	1382,65
<b>54 a 58</b>	552,11	1967,80
<b>59 ou +</b>	589,85	2601,23

Ou seja, a tabela acima demonstra o atual custo do Plano, de acordo com as quantidades de vida por faixa etária e sua respectiva utilização, no período de análise, ou seja, de janeiro/2021 a dezembro/2021.

Recomendamos que os valores sejam reajustados anualmente para compensação da sinistralidade, inflação da saúde e dos custos médicos mantendo assim o equilíbrio financeiro e atuarial da carteira.

Para a precificação da tabela por faixas etárias utilizamos a metodologia baseada na Teoria do Risco Coletivo constante do anexo deste relatório.

### ***c) Reserva de Contingência:***

Para a composição da margem de segurança financeira a reserva de contingência é a mais indicada, pois é destinada a cobertura de Oscilação de Riscos, ou seja, eventos de ponta que elevam a sinistralidade da carteira.

A experiência de mercado, que é de 25% sobre as contribuições mensais (no nosso estudo, sugerimos incluir as contribuições dos beneficiários e patronal), entretanto, considerando a perda de receita com a contribuição patronal recomendamos que a **CAAPSML** utilize o percentual de 50% das receitas para início da constituição desta reserva.

O saldo da reserva de contingência para a **CAAPSML**, cálculos com data-base em dezembro/2021, é de **R\$ 22.040.254,60**.

Eventuais “picos” de sinistralidade podem ser revertidos à medida da necessidade da CAAPSML.

**d) PEONA – Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados:**

Outra provisão comumente utilizada é a PEONA – Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados, embora a **CAAPSML** não esteja sujeito às normas da ANS, abaixo elencamos as utilizadas para o cálculo da **PEONA** – Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados para as operadoras de saúde que sejam pessoas jurídicas de direito privado:

RN – Resolução Normativa nº 160 alterada pela RN nº 209 de 22/12/2009: Dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios, Dependência Operacional e constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde.

Segregamos os cálculos correspondentes a **PEONA** - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados, abaixo demonstramos os valores calculados para a **CAAPSML**.

Similarmente à metodologia aplicada às Operadoras vinculadas à ANS, os dados utilizados para o cálculo da **PEONA** - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados da **CAAPSML** foram extraídos da base de dados fornecida pela **CAAPSML**.

A provisão para eventos ocorridos e não avisados estima o valor que deverá ser provisionado para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela **CAAPSML**.

Para o Mercado de Saúde fiscalizado pela ANS, a RN nº 209/09 determina a constituição da Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados **PEONA** no caso das autogestões de forma integral do valor calculado da referida provisão.

Para constituição da Peona pela metodologia similar à da RN 209/09, a **CAAPSML**, deverá constituir valores mínimos, observando o maior entre os seguintes resultados:

I - 8,5% do total de receitas anuais;

II - 10% do total de despesas anuais.

Assim, o valor total estimado da **PEONA** - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados utilizando a metodologia da ANS é de **R\$ 6.348.788,72**.

Vale lembrar que esta provisão neste momento não é obrigatória a **CAAPSML**, visto que esta instituição não necessita seguir as regras estipuladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. Porém, para o equilíbrio do plano de saúde em questão, atuarialmente, sugerimos sua constituição, pois garante a reserva necessária para cobrir eventuais riscos ainda não conhecidos pela Operadora, mas que já ocorreram.

***e) Recomendações mínimas sobre as provisões técnicas:***

Considerando os cálculos acima demonstrados, temos a seguinte recomendação de constituição de provisões técnicas para a **CAAPSML**:

Reserva de Contingência	R\$ 22.040.254,60
PEONA*	R\$ 6.348.788,72
<b>Resultado Final</b>	<b>R\$ 28.389.043,31</b>

**\*Lembramos que a PEONA não é obrigatória a CAAPSML**

Recomendamos a constituição do montante total das reservas/provisões no valor de **R\$28.389.043,31** e que sejam controladas em contas gerenciais específicas, separadamente das receitas e despesas da carteira, para o acompanhamento correto da situação financeira atuarial do plano analisado.

***f) Análise da coparticipação:***

Inicialmente vale ressaltar que o conceito de coparticipação nos procedimentos médico-hospitalares tem como propósito inibir e desestimular os usos excedentes e desnecessários, não devendo exercer um papel punitivo.

Em nossa análise incluímos os principais grupos de procedimentos e os percentuais praticados, de forma que o detalhamento das cobranças de cobertura de cada item estão dispostos no **CAPÍTULO IV - DOS BENEFÍCIOS - SEÇÃO I - DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR - TABELA 01** da Resolução nº 148, de 21 de dezembro de 2016.

A seguir a análise da coparticipação atualmente praticada pela **CAAPSML**:

<b>Grupo de Procedimentos</b>	<b>% Coparticipação CAAPSML</b>	<b>% Coparticipação mercado*</b>	<b>Análise</b>	<b>% Coparticipação Sugerido</b>
Consultas	30%	20% a 50%	Adequado	Manter
Atendimento em Pronto Socorro	30%	20% a 50%	Adequado	Manter
Exames	de 25% a 50%	20% a 50%	Adequado	Manter
Terapias	40%	20% a 50%	Adequado	Manter
Imobilizações	30%	20% a 50%	Adequado	Manter
Internações	Isento	Franquia	Mercado pratica franquia fixa por exigência ANS	Manter

**\* Conforme experiência da carteira de clientes Exacttus (composta por autogestões, operadoras de medicina de grupo e de odontologia de grupo, cooperativas médicas e odontológicas).**

Em nossa análise dos valores de coparticipação demonstrou-se adequado em todos os itens.

Em nenhuma hipótese recomendamos a redução dos valores atualmente praticados, até que se faça nova avaliação atuarial, um dos motivos pelos quais aconselhamos que sejam realizadas avaliações atuariais a cada período anual.

## 6 Conclusões e Recomendações

Com a descontinuidade da contribuição patronal, a sinistralidade do programa demonstra que somente com os recursos provenientes da participação dos beneficiários (mensalidades + coparticipação) não é possível manter a situação financeira equilibrada, porque, de acordo com os resultados obtidos, o índice atual está no patamar de 144% (vide item 5.1.2) e encontra-se bem acima da meta atuarial que é de 88%.

Percebemos que houve reajuste das mensalidades desde a última avaliação atuarial, entretanto não foi suficiente para o equilíbrio da operação, dado a retirada da contribuição patronal. Para tanto, estamos recomendando nova tabela de mensalidade (item b) para recomposição da receita visando atingir o equilíbrio financeiro da operação

Lembramos que os reajustes periódicos da tabela de contribuições fazem-se necessários também para a constituição das reservas/provisões que objetivam a cobertura dos riscos do plano de saúde, uma vez que se extinguiu a Contribuição Patronal e a expectativa cada vez mais de aumentos dos custos médico-hospitalares que influenciarão no resultado da operação.

Mantemos como sugestão de ações a longo prazo, a aplicação de reajustes anuais e a constituição das provisões além da continuidade de avaliações atuariais pelo menos em periodicidades anuais, justamente em função das diversas variáveis que compõem os custos do plano de saúde: aumento dos custos médico-hospitalares, novo rol de coberturas e benefícios, adesão ou não de novos servidores etc.

Ressaltamos que todas as análises e cálculos realizados foram efetuados considerando a base de dados enviada pela **CAAPSML**, relatórios gerenciais e informações encaminhadas por e-mail. Porém, caso haja qualquer alteração nestes dados os resultados serão alterados. Portanto, este relatório é sensível à qualidade da base de dados.

## 7 Anexos

Apresentamos a seguir as formulações, os critérios técnicos e metodologias de cálculos que foram utilizados para demonstração dos resultados apurados e apresentados neste relatório.

### 7.1 – Sinistralidade:

Para apuração do índice de Sinistralidade aplicamos a seguinte formulação:

$$\text{Ín} \quad \% = \frac{\text{ição} + \text{ação}}{\text{ição} + \text{ação}}$$

### 7.2 – Tabelas por faixas etárias:

Para a precificação da tabela por faixas etárias (item b) utilizamos a metodologia baseada na Teoria do Risco Coletivo, com os seguintes critérios:

#### Prêmio Puro:

O prêmio puro atuarial foi mensurado, considerando as informações de despesas assistenciais por coberturas, sendo: consultas, exames, terapias, outros atendimentos ambulatoriais, demais despesas assistenciais e internações.

Para cálculo do Prêmio Puro, usamos a seguinte formulação:

$$PP = f \times CM \times (1 + MS)$$

Para consultas, exames complementares, terapias, outros atendimentos ambulatoriais, demais despesas assistenciais e internações, onde:

$PP$  = Prêmio Puro;

$f$  = Frequência de utilização anual;

$CM$  = Custo Médio por Procedimento;

$MS$  = Margem de Segurança.

A Margem de Segurança é demonstrada a seguir, mensurada através da fórmula de desvio padrão.

### **Margem de Segurança Estatística:**

No prêmio puro por faixa etária, foi incluída margem de segurança estatística, considerando o seguinte critério:

Consideramos como margem de segurança para os prêmios puros apurados na base de dados a inclusão da margem estatística mensurada através da fórmula de desvio padrão, conforme especificado no livro Probabilidade & Estatística<sup>1</sup>, detalhada abaixo:

Considerando-se a média aritmética de uma população finita de tamanho  $N$ , determina-se a média aritmética somando-se todos os valores da população e dividindo-se pelo tamanho  $N$  da mesma, representa-se a média aritmética da população pela letra grega  $\mu$  e deste modo temos:

$$\mu = \frac{\sum_{i=1}^N x_i}{N}$$

A amplitude total de uma população finita de tamanho  $N$  determina que a amplitude total seja a mesma tanto para uma amostra como para uma população finita e ambas denominam-se, simplesmente amplitude total.

A variância de uma população finita de tamanho  $N$  divide-se por  $N$  a soma das diferenças ao quadrado entre cada valor da amostra e a média amostral. A expressão da variância da população simbolizada por  $\sigma^2$ :

---

<sup>1</sup> LOPES, P. A. Probabilidade & Estatística. Rio de Janeiro: *Reichmann & Affonso Editores*: 1999. p. 35 – 38

$$\sigma^2 = \frac{\sum_{i=1}^N (x_i - \mu)^2}{N}$$

As comparações feitas entre os valores, bem como a diferença de cada valor da população e a média aritmética da população, são tais que a quantidade de graus de liberdade é igual ao total de valores. A variância de uma população finita de tamanho N é conhecida como variância da população.

O desvio padrão de uma população finita de tamanho N foi dado por:

$$\sigma = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^N (x_i - \mu)^2}{N}}$$

**Carregamentos:**

Consideramos os seguintes percentuais de carregamentos comerciais, administrativos e margem de sobra, conforme abaixo:

**Agenciamento – Comissionamento em percentual sobre primeira mensalidade ( $\beta_1$ ):**

Não há.

**Comissão mensal em % e R\$ ( $\beta_2$ ):**

Não há.

**Despesa de Administração ( $\beta_3$ ):**

Incluimos nos cálculos atuariais o percentual de 12% (doze por cento), relativos às despesas administrativas, encargos e tributos.

**Margem de Sobra ( $\beta_4$ ):**

Não há.

**Cálculo do Prêmio Comercial Mensal:**

Para mensuração do prêmio comercial mensal, utilizamos o seguinte critério técnico atuarial:

$$PC^{12} = \frac{(PP)}{1 - \left( \left( \frac{\beta_1}{12} \right) + \beta_2 + \beta_3 + \beta_4 \right)}$$

### 7.3 – Tabela - Banco Central do Brasil:

A seguir demonstramos Tabela “Histórico de Metas para a inflação no Brasil” a qual utilizamos como base nas projeções – item inflação e que se encontra disponível no sítio: <https://www.bcb.gov.br/Pec/metas/TabelaMetaseResultados.pdf>:



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Histórico de Metas para a inflação no Brasil

Ano	Norma	Data	Meta (%)	Banda (p.p.)	Limites Inferior e Superior (%)	Inflação Efetiva (IPCA % a.a.)
1999			8	2	6-10	8,94
2000	Resolução 2.615	30/6/1999	6	2	4-8	5,97
2001			4	2	2-6	7,67
2002	Resolução 2.744	28/6/2000	3,5	2	1,5-5,5	12,53
2003 <sup>1/</sup>	Resolução 2.842	28/6/2001	3,25	2	1,25-5,25	9,30
	Resolução 2.972	27/6/2002	4	2,5	1,5-6,5	
2004 <sup>1/</sup>	Resolução 2.972	27/6/2002	3,75	2,5	1,25-6,25	7,60
	Resolução 3.108	25/6/2003	5,5	2,5	3-8	
2005	Resolução 3.108	25/6/2003	4,5	2,5	2-7	5,69
2006	Resolução 3.210	30/6/2004	4,5	2	2,5-6,5	3,14
2007	Resolução 3.291	23/6/2005	4,5	2	2,5-6,5	4,46
2008	Resolução 3.378	29/6/2006	4,5	2	2,5-6,5	5,90
2009	Resolução 3.463	26/6/2007	4,5	2	2,5-6,5	4,31
2010	Resolução 3.584	1/7/2008	4,5	2	2,5-6,5	5,91
2011	Resolução 3.748	30/6/2009	4,5	2	2,5-6,5	6,50
2012	Resolução 3.880	22/6/2010	4,5	2	2,5-6,5	5,84
2013	Resolução 3.991	30/6/2011	4,5	2	2,5-6,5	5,91
2014	Resolução 4.095	28/6/2012	4,5	2	2,5-6,5	6,41
2015	Resolução 4.237	28/6/2013	4,5	2	2,5-6,5	10,67
2016	Resolução 4.345	25/6/2014	4,5	2	2,5-6,5	6,29
2017	Resolução 4.419	25/6/2015	4,5	1,5	3,0-6,0	2,95
2018	Resolução 4.499	30/6/2016	4,5	1,5	3,0-6,0	
2019	Resolução 4.582	28/6/2017	4,25	1,5	2,75-5,75	
2020	Resolução 4.582	28/6/2017	4	1,5	2,5-5,5	
2021	Resolução 4.671	26/6/2018	3,75	1,5	2,25-5,25	

<sup>1/</sup> A Carta Aberta, de 21/11/2003, estabeleceu metas ajustadas de 8,5% para 2003 e de 5,5% para 2004.

# **PLANO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL:**

## **FUNDO DE PREVIDÊNCIA**

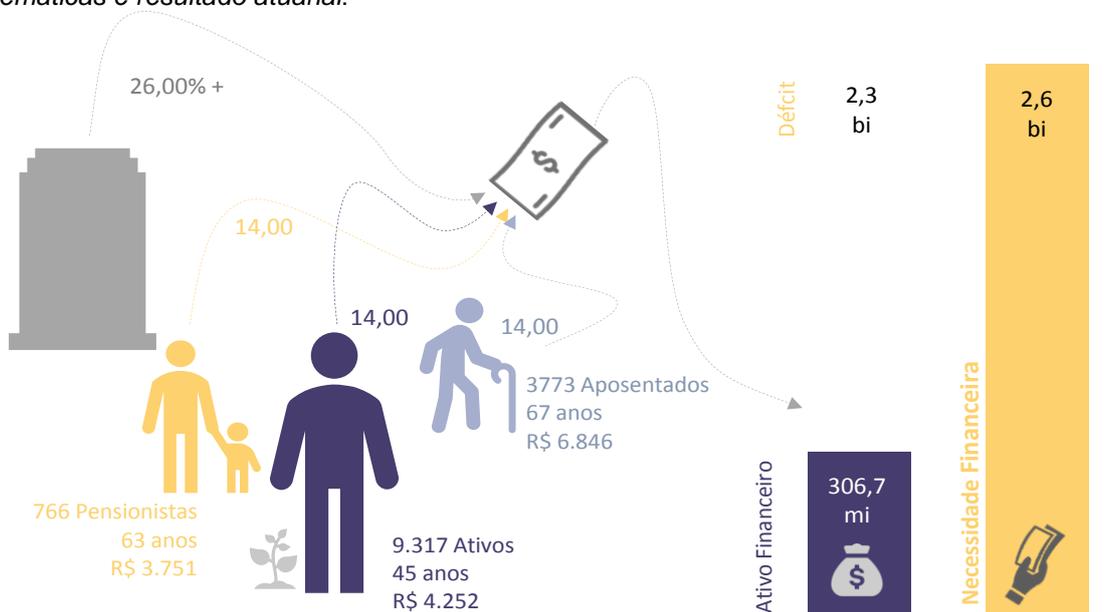
## AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE PREVIDÊNCIA DA CAAPSML – CAIXA DE ASSISTÊNCIA, APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA - PR

### SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente sumário executivo tem por finalidade demonstrar de forma sucinta as principais informações e resultados que serão apresentados ao longo deste Relatório da Avaliação Atuarial do plano de benefícios administrado pela **CAIXA DE ASSISTÊNCIA, APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA (PR) – CAAPSML**, na data focal de 31/12/2021, à luz das disposições legais e normativas vigentes.

De acordo com a base de dados utilizada referente a 31/08/2021, a CAAPSML possuía à época um contingente de 13856 segurados, distribuídos entre ativos, aposentados e pensionistas. Ademais, o Fundo em Capitalização da CAAPSML possuía como o somatório dos ativos garantidores dos compromissos destinados à cobertura dos benefícios previdenciários assegurados pelo plano de benefícios um montante de R\$ 83.798.264,67. Com o advento da Emenda Constitucional nº 103/2019, são assegurados pelo referido RPPS os benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição, idade e compulsória, aposentadoria por invalidez e pensão por morte.

Assim, considerados os benefícios garantidos, o plano de custeio vigente, as metodologias de cálculo, entre outras variáveis, a avaliação atuarial com data focal de 31/12/2021, apurou um **déficit** atuarial para o Fundo em Capitalização no valor de R\$ 2.322.387.532,64, conforme demonstrado na figura a seguir e na *Tabela 11. Provisões matemáticas e resultado atuarial*:



Desse modo, para a sustentação do equilíbrio financeiro e atuarial do Fundo em Capitalização da CAAPSML, depreende-se a manutenção das alíquotas de custeio normal de 14,00% para os segurados e 26,00% para o Ente Público e impõe-se a necessidade de adequação da base de incidência da alíquota de custeio normal patronal, além da implementação em lei do plano de amortização, em conformidade com as exigências estabelecidas na Portaria nº 464/2018 e na Instrução Normativa nº 7/2018.

Em sequência, por meio dos fluxos atuariais, os quais efetuam uma estimativa de recebimento de contribuições e pagamentos de benefícios – observadas as hipóteses atuariais e a população atual de segurados do RPPS (massa fechada) – foram projetados os seguintes resultados em valor presente atuarial, na data focal de 31/12/2021:

Exercício	Receita Fundo em Capitalização	Despesa Fundo em Capitalização
2022	R\$ R\$ 364.551.873,65	R\$ R\$ 402.077.339,02
2023	R\$ R\$ 344.511.537,20	R\$ R\$ 387.654.084,24
2024	R\$ R\$ 330.485.257,04	R\$ R\$ 374.712.303,07

Reitera-se que os números apresentados estão em valor presente, focados em 31/12/2021 e consideram as probabilidades diversas, conforme as hipóteses atuariais adotadas. Destaca-se ainda que, tendo em vista as determinações da Portaria nº 464/2018, mais especificamente em seu artigo 10, § 2º, tais projeções consideram todas as receitas e despesas do RPPS, estimadas atuarialmente, inclusive o custeio administrativo.

Como o custeio administrativo é avaliado em regime de repartição simples, as receitas e despesas administrativas são demonstradas apenas no primeiro ano do fluxo, o que justifica a redução dos valores para os anos subsequentes.

Importante frisar que é natural se identificar divergências entre os valores estimados atuarialmente e aqueles efetivamente observados ao longo dos exercícios. Isso se deve tanto pelas estimativas considerarem hipóteses de mortalidade, sobrevivência e entrada em invalidez, quanto o fato dos valores estarem descontados no tempo pela taxa de juros e com população segurada fechada a novos ingressos, enquanto que os observados consideram valores nominais (sem desconto de taxa de juros) e eventuais crescimentos salariais, entrada de novos segurados, entre outros.

# SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO EXECUTIVO.....</b>	<b>108</b>
<b>SUMÁRIO .....</b>	<b>110</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>113</b>
<b>2. BASE NORMATIVA .....</b>	<b>115</b>
<b>2.1. NORMAS GERAIS.....</b>	<b>115</b>
2.1.1. Artigo 40 da Constituição Federal Brasileira .....	115
2.1.2. Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 .....	115
2.1.3. Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999.....	115
2.1.4. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.....	116
2.1.5. Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.....	116
2.1.6. Portaria nº 204, de 10 de julho de 2008 .....	116
2.1.7. Portaria nº 402, de 10 de dezembro de 2008 .....	116
2.1.8. Portaria nº 746, de 27 de dezembro de 2011 .....	116
2.1.9. Portaria nº 509, de 12 de dezembro de 2013 .....	116
2.1.10. Portaria nº 464, de 19 de novembro de 2018.....	116
2.1.11. Instruções Normativas SPREV nº 01, nº 02, nº 03, nº 04, nº 05, nº 07, nº 08, nº 09 e nº 10, de 21 de dezembro de 2018 e SEPRT/ME nº 01, de 23/08/2019.....	116
2.1.12. Portaria nº 14.816, de 19 de junho de 2020 .....	117
2.1.13. Portaria nº 19.451, de 18 de agosto de 2020.....	117
2.1.14. Nota SEI nº 4/2020/COAAT/CGACI/SRPPS/SPREV/SEPRT-ME, de 30 de setembro de 2020 .....	117
2.1.15. Portaria nº 3.725, de 30 de março de 2021 .....	117
2.1.16. Portaria nº 6.132, de 25 de maio de 2021 .....	117
<b>2.2. NORMAS ESPECÍFICAS .....</b>	<b>117</b>
<b>3. ROL DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE .....</b>	<b>117</b>
<b>3.1. Descrição dos benefícios previdenciários do rpps e condições de elegibilidade.....</b>	<b>118</b>
3.1.1. Aposentadoria por tempo de contribuição, idade e compulsória .....	119
3.1.2. Aposentadoria por incapacidade permanente.....	121
3.1.3. Pensão por morte.....	122
<b>4. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODO DE FINANCIAMENTO.....</b>	<b>123</b>
<b>4.1. Descrição dos regimes financeiros.....</b>	<b>123</b>
4.1.1. Regime de capitalização .....	123
4.1.2. Repartição de capitais de cobertura .....	124
4.1.3. Repartição simples .....	124
<b>4.2. Descrição dos métodos de financiamento .....</b>	<b>124</b>
4.2.1. Prêmio Nivelado Individual .....	124
<b>4.3. Resumo dos regimes financeiros e métodos adotados por benefício .....</b>	<b>125</b>
<b>5. HIPÓTESES ATUARIAIS... ..</b>	<b>126</b>
<b>5.1. Tábuas biométricas .....</b>	<b>126</b>

<b>5.2.</b>	<b>Alterações futuras no perfil e composição das massas .....</b>	<b>127</b>
5.2.1.	Rotatividade .....	127
5.2.2.	Novos entrados (geração futura) .....	127
<b>5.3.</b>	<b>Estimativas de remunerações e proventos .....</b>	<b>128</b>
5.3.1.	Taxa real de crescimento da remuneração .....	128
5.3.2.	Crescimento dos proventos .....	129
<b>5.4.</b>	<b>Taxa de juros atuarial .....</b>	<b>129</b>
<b>5.5.</b>	<b>Entrada em algum regime previdenciário e em aposentadoria .....</b>	<b>130</b>
5.5.1.	Idade estimada de entrada no mercado de trabalho.....	130
5.5.2.	Idade estimada de entrada em aposentadoria programada .....	131
<b>5.6.</b>	<b>Composição do grupo familiar .....</b>	<b>131</b>
<b>5.7.</b>	<b>Compensação financeira.....</b>	<b>132</b>
5.7.1.	Compensação previdenciária a receber .....	132
5.7.2.	Compensação previdenciária a pagar .....	133
<b>5.8.</b>	<b>Demais premissas e hipóteses.....</b>	<b>134</b>
5.8.1.	Fator de determinação das remunerações e dos proventos .....	134
5.8.2.	Critério para concessão de aposentadoria pela regra da média.....	135
5.8.3.	Estimativa de crescimento real do teto do RGPS .....	136
<b>5.9.</b>	<b>Resumo das hipóteses atuariais e premissas .....</b>	<b>136</b>
<b>6.</b>	<b><i>ANÁLISE DA BASE CADASTRAL .....</i></b>	<b><i>137</i></b>
6.1.	Dados fornecidos e sua descrição.....	137
6.2.	Estatísticas básicas .....	137
6.3.	Qualidade da base cadastral .....	138
6.4.	Premissas adotadas para ajuste técnico da base cadastral .....	139
6.5.	Recomendações .....	139
<b>7.</b>	<b><i>RESULTADO ATUARIAL – FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) .....</i></b>	<b><i>140</i></b>
7.1.	Ativos garantidores e créditos a receber .....	140
7.2.	Compensação financeira .....	140
7.3.	Análise do Plano de Amortização do Déficit Atuarial vigente .....	141
7.4.	Provisões matemáticas e resultado atuarial – Alíquotas Vigentes .....	141
7.5.	Análise atuarial e financeira.....	143
7.6.	Comportamento das receitas e despesas projetadas e executadas.....	147
7.7.	Sensibilidade à taxa de juros.....	148
7.8.	Sensibilidade ao crescimento salarial .....	149
7.9.	Sensibilidade às tábuas de mortalidade .....	149
7.10.	Balanço Atuarial – Instrução Normativa nº 8/2018 .....	150
<b>8.</b>	<b><i>DOS CUSTOS E PLANO DE CUSTEIO.....</i></b>	<b><i>151</i></b>
8.1.	Das remunerações e dos proventos atuais.....	151
8.2.	Alíquotas de custeio normal vigentes em lei.....	151
8.3.	Alíquotas de custeio normal – Por Benefício.....	152
8.4.	Alíquotas de custeio normal – Por Regime Financeiro.....	153
8.5.	Custos e alíquotas de custeio normal a constarem em lei – Custeio Patronal conforme Portaria nº 464/2018	153
<b>9.</b>	<b><i>EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL .....</i></b>	<b><i>156</i></b>

9.1.	ALTERNATIVA 1 – Prazo 35 anos – alíquotas suplementares.....	157
9.2.	ALTERNATIVA 2 – Prazo 35 anos - aportes periódicos .....	158
10.	<b>CUSTEIO ADMINISTRATIVO.....</b>	<b>160</b>
11.	<b>PARECER ATUARIAL – FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO).....</b>	<b>163</b>
	<b>ANEXO 1 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES.....</b>	<b>167</b>
	<b>ANEXO 2 – ESTATÍSTICAS .....</b>	<b>175</b>
2.1.	<b>FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (Plano Previdenciário) .....</b>	<b>175</b>
2.1.1.	Estatísticas dos servidores ativos .....	177
2.1.2.	Estatísticas dos servidores inativos .....	181
2.1.3.	Estatísticas dos pensionistas .....	184
2.1.4.	Análise comparativa .....	185
	<b>ANEXO 3 – PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONTABILIZAR.....</b>	<b>187</b>
	<b>ANEXO 4 – EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS .....</b>	<b>188</b>
4.1.	<b>FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (Plano Previdenciário) .....</b>	<b>188</b>
	<b>ANEXO 5 – RESUMO DOS FLUXOS ATUARIAIS.....</b>	<b>188</b>
5.1.	<b>FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (Plano Previdenciário) .....</b>	<b>188</b>
5.1.1.	Análise das elegibilidades .....	194
	<b>ANEXO 6 – TÁBUAS EM GERAL.....</b>	<b>195</b>
	<b>ANEXO 7 – PROJEÇÕES ATUARIAIS (RREO) .....</b>	<b>197</b>
7.1.	<b>FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (Plano Previdenciário) .....</b>	<b>197</b>
	<b>ANEXO 8 – DURAÇÃO DO PASSIVO .....</b>	<b>199</b>
8.1.	<b>FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (Plano Previdenciário) .....</b>	<b>199</b>
	<b>ANEXO 9 – GANHOS E PERDAS ATUARIAIS .....</b>	<b>199</b>
	<b>ANEXO 10 – VIABILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO .....</b>	<b>201</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A Previdência Social no Brasil está estruturada em dois grandes pilares: o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, destinado à seguridade previdenciária dos trabalhadores da iniciativa privada e o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, objeto deste trabalho, destinado à seguridade previdenciária dos servidores públicos de cargo efetivo.

A progressiva ampliação da natureza e alcance dos benefícios previdenciários sem a criação de fonte de custeio correspondente constituiu causa e denotação do desequilíbrio atuarial do modelo previdenciário público.

Em particular, nos Estados e Municípios – na sua imensa maioria – não foi utilizado para a constituição dos regimes previdenciários nenhum estudo atuarial, sendo a estrutura técnica e gerencial definida sem parâmetros científicos, em especial o plano de custeio. Em consequência, as alíquotas de contribuição, na maioria dos casos, mostraram-se insuficientes para o financiamento dos planos de benefícios que contemplavam em alguns casos, serviços assistenciais e de saúde, resultando em grandes desequilíbrios financeiros e atuariais dos regimes.

Diante deste cenário e com o fito de alcançar um regime equilibrado, solvente e, principalmente, justo em relação às perspectivas das gerações atual e futura, o Estado introduziu profundas mudanças estruturais no sistema dos RPPS.

Ao estabelecer normas gerais para a organização e funcionamento dos RPPS, a Lei nº 9.717/1998 propiciou, ainda, a sua necessária e desejável padronização normativa e conceitual em relação ao RGPS.

A partir da consolidação da Emenda Constitucional nº 20/1998, foi estabelecido um novo modelo previdenciário, com ênfase no caráter contributivo, na impossibilidade de conceder benefícios distintos do RGPS, não sendo mais possível falar, com legitimidade, em RPPS sem nele abranger, no mínimo, aposentadoria e pensão por morte e, principalmente, na necessidade de equilibrá-lo financeira e atuarialmente.

Assim, de modo a garantir tal equilíbrio, a avaliação atuarial se faz um instrumento imprescindível, pois a partir dos resultados é possível indicar diretrizes para a elaboração de um plano de investimento, financiamento e gestão na adoção de políticas de longo prazo com responsabilidade social e fiscal, que visem garantir os benefícios assegurados pelo plano por meio da arrecadação dos recursos necessários.

Por sua vez, a Emenda Constitucional nº 103/2019 trouxe diversas regras ao sistema previdenciário nacional, dentre as imposições com impacto atuarial, restringiu aos RPPS o pagamento de benefícios de aposentadorias e de pensões por morte, determinou novos limites mínimos para o custeio dos segurados e tornou obrigatória a implantação da previdência complementar a todos os RPPS com a consequente limitação dos benefícios ao teto do RGPS àqueles servidores que ingressarem após a sua criação, cujo prazo se encerra em 13/11/2021.

De forma inovadora, a EC nº 103/2019 tornou alguns critérios facultativos aos Entes Federativos e seus RPPS, como a possibilidade de estabelecerem o custeio por meio da aplicação de alíquotas progressivas aplicarem a redução da imunidade de contribuição dos benefícios para valores inferiores ao teto do RGPS, tendo como limite mínimo o salário-mínimo nacional e alterarem as regras permanentes e de transição dos benefícios de aposentadorias e de pensões por morte.

Todas as medidas facultativas possuem um cunho técnico-atuarial que traz consigo relevante impacto atuarial, uma vez que altera o recebimento das receitas de contribuições do plano de benefícios ou altera as regras dos benefícios, impactando em uma redistribuição das obrigações previdenciárias desse plano, razão pela qual, recomenda-se que, antes da adoção de qualquer uma dessas medidas, seja aferido o seu impacto atuarial.

Ademais, restou aberta a possibilidade da instituição de contribuição extraordinária dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, como medida extrema para o estabelecimento de solução ao déficit atuarial dos RPPS, cuja definição e aplicabilidade efetiva também demandam estudos atuariais.

Desse modo, considera-se de extrema relevância a preocupação do legislador em trazer ao texto constitucional a definição do equilíbrio financeiro e atuarial, de modo a uniformizar o conceito e fortalecer esse mandamento em relação ao sistema previdenciário, o qual é justamente dimensionado por meio da elaboração da avaliação atuarial anual obrigatória, imposta pela Secretaria de Previdência –SPREV a todos os RPPS, relativa ao final de cada exercício.

Nesse sentido, o presente estudo realizado pela **LUMENS ATUARIAL** tem como objetivo reavaliar atuarialmente o plano de benefícios administrados pela **CAIXA DE ASSISTÊNCIA, APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA (PR) – CAAPSML**, posicionado em 31/12/2021, a fim de apurar, dentre outras informações, as estatísticas referentes aos segurados vinculados ao Ente Federativo, as provisões técnicas, o passivo atuarial, os custos, as contribuições necessárias patronais e dos servidores, com destaque ao plano de equacionamento para financiar o déficit atuarial –quando houver – e os fluxos atuariais de despesas e receitas previdenciárias.

Para a realização dos cálculos e demais aspectos técnicos, foram considerados os dados cadastrais da população abrangida e suas características financeiras e demográficas, além dos regimes e métodos financeiros, hipóteses atuariais e premissas, em consonância com às exigências legais, principalmente aquelas estabelecidas na Portaria nº 464, de 19 de novembro de 2018, que dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos RPPS, bem como nas referidas Instruções Normativas publicadas.

Importante ressaltar que o diagnóstico atuarial apresentado neste documento está fundamentado nas bases cadastrais e financeiras disponibilizadas pela Unidade Gestora do RPPS, nas hipóteses atuariais demonstradas e devidamente justificadas – observada a ciência e concordância por parte do Ente Federativo e Unidade Gestora do RPPS – e na estruturação técnica dos métodos de financiamento utilizados, conforme demonstrado em capítulo específico da Nota Técnica Atuarial.

Quanto à estruturação deste documento, destaca-se que consta do capítulo 5 as hipóteses atuariais adotadas na modelagem técnica, no capítulo 6 as análises relativas à base cadastral, enquanto o capítulo 7 e seguintes demonstram os resultados atuariais do Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) e o plano de custeio.

Por fim, conforme o Indicador de Situação Previdenciária dos Regimes Próprios de Previdência Social de 2021 – ISP-RPPS-2021, divulgado pela SPREV, a CAAPSML está enquadrado como RPPS de **GRANDE PORTE** e **MAIOR MATURIDADE**, indicando a classificação **D** no ISP-RPPS-2021, o que corresponde ao Perfil Atuarial **I**. A observância dessas classificações é importante para a definição de determinadas variáveis na aplicação de regras mais ou menos amenas para o equacionamento do déficit atuarial, maiores ou menores limites da taxa de

administração e atendimento a determinadas exigências legais, como o prazo para a entrega de documentos ou até mesmo o conteúdo mínimo a ser observado, por exemplo e, portanto, possuem influência direta na definição dos planos de custeio apresentados por meio da reavaliação atuarial.

## **2. BASE NORMATIVA**

### **2.1. NORMAS GERAIS**

A presente avaliação atuarial foi desenvolvida em observância a todos os critérios preconizados pela legislação em vigor, bem como as instruções e demais normas emitidas pela Secretaria de Previdência –SPREV aplicáveis à elaboração das avaliações atuariais dos RPPS.

#### **2.1.1. Artigo 40 da Constituição Federal Brasileira**

Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

Destaca-se as regras dispostas pela Emenda Constitucional nº 20, de dezembro de 1998, pela Emenda Constitucional nº 41, de dezembro de 2003, pela Emenda Constitucional nº 47, de julho de 2005 e pela Emenda Constitucional nº 70, de março de 2012.

**Ressalta-se ainda a aplicabilidade de dispositivos vinculados à Emenda Constitucional nº 103, de 13 novembro de 2019, em especial à limitação do rol de benefícios às aposentadorias e pensões e à alíquota contributiva dos segurados, observada legislação editada pelo ente federativo.**

#### **2.1.2. Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998**

A Lei em epígrafe dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

Estabelece a realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.

Conforme disposições, as alíquotas de contribuição dos servidores ativos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para os respectivos regimes próprios de previdência social não serão inferiores às dos servidores titulares de cargos efetivos da União, devendo ainda ser observadas, no caso das contribuições sobre os proventos dos inativos e sobre as pensões, as mesmas alíquotas aplicadas às remunerações dos servidores em atividade do respectivo ente estatal.

#### **2.1.3. Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999**

Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.

#### **2.1.4. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

#### **2.1.5. Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004**

Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências.

#### **2.1.6. Portaria nº 204, de 10 de julho de 2008**

Dispõe sobre a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP e dá outras providências.

#### **2.1.7. Portaria nº 402, de 10 de dezembro de 2008**

Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento das Leis nº 9.717, de 1998 e nº 10.887, de 2004.

#### **2.1.8. Portaria nº 746, de 27 de dezembro de 2011**

Dispõe sobre cobertura de déficit atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS por aporte.

#### **2.1.9. Portaria nº 509, de 12 de dezembro de 2013**

O demonstrativo contábil das provisões matemáticas atende a Portaria nº 509, de 12 de dezembro de 2013, que estabelece a adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público –PCASP, além das Instruções de Procedimentos Contábeis emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional, ambos, atualizados de acordo com o exercício pertinente.

#### **2.1.10. Portaria nº 464, de 19 de novembro de 2018**

Dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos regimes próprios de previdência social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e estabelece parâmetros para a definição do plano de custeio e o equacionamento do déficit atuarial.

#### **2.1.11. Instruções Normativas SPREV nº 01, nº 02, nº 03, nº 04, nº 05, nº 07, nº 08, nº 09 e nº 10, de 21 de dezembro de 2018 e SEPRT/ME nº 01, de 23/08/2019**

Conjunto de atos que normatizam a Portaria nº 464/2018, sendo a IN nº 08/2018 aquela que dispõe sobre os elementos mínimos e estrutura a ser seguida para o Relatório da Avaliação Atuarial.

### **2.1.12. Portaria nº 14.816, de 19 de junho de 2020**

Dispõe sobre a aplicação do art. 9º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, a valores devidos por Municípios a seus Regimes Próprios de Previdência Social, e altera, em caráter excepcional, parâmetros técnico-atuariais aplicáveis aos RPPS.

### **2.1.13. Portaria nº 19.451, de 18 de agosto de 2020**

Altera o art. 15 da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, e o art. 51 da Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, para dispor sobre a taxa de administração para o custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do órgão ou entidade gestora dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS e dá outras providências.

### **2.1.14. Nota SEI nº 4/2020/COAAT/CGACI/SRPPS/SPREV/SEPRT-ME, de 30 de setembro de 2020**

Esta Nota trata dos parâmetros, procedimentos e demais orientações acerca das avaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social para o exercício 2020, e do tratamento quanto aos critérios para redução do plano de custeio estabelecidos no art. 65 da Portaria MF nº 464, de 2018, em decorrência das alterações trazidas pela EC nº 103, de 2019, das medidas possibilitadas pela Instrução Normativa nº 07/2018, além dos reflexos da Portaria SPREV nº 14.816, de 2020, decorrente da regulamentação da Lei Complementar nº 173, de 2020.

### **2.1.15. Portaria nº 3.725, de 30 de março de 2021**

Altera parâmetros para a revisão da segregação da massa dos beneficiários dos Regimes Próprios de Previdência Social previstos na Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018.

### **2.1.16. Portaria nº 6.132, de 25 de maio de 2021**

Divulga a taxa de juros parâmetro a ser utilizada nas avaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social relativas ao exercício de 2022, posicionadas em 31 de dezembro de 2021.

## **2.2. NORMAS ESPECÍFICAS**

Em complemento aos normativos federais supracitados, o presente estudo da **CAIXA DE ASSISTÊNCIA, APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA (PR) – CAAPSML** também se embasou na legislação municipal que rege a matéria, com destaque à Lei Municipal nº 11348, de 25/10/2011 e alterações.

## **3. ROL DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE**

A **CAIXA DE ASSISTÊNCIA, APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA (PR) – CAAPSML** gere plano de benefícios na modalidade benefício definido (BD), onde os benefícios garantidos têm seu valor ou nível previamente definidos e o plano de custeio é determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, por meio da contribuição dos servidores ativos, inativos, pensionistas e entes públicos, de acordo com os limites impostos na legislação municipal, respeitada a legislação federal.

### 3.1. DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

Na avaliação atuarial elaborada pela **LUMENS ATUARIAL** foram considerados todos os benefícios previdenciários assegurados pela CAAPSML e descritos abaixo.

#### QUANTO AOS SEGURADOS



- Aposentadoria por tempo de contribuição
- Aposentadoria por idade
- Aposentadoria compulsória
- Aposentadoria por invalidez

#### QUANTOS AOS DEPENDENTES



- Pensão por Morte

Referente os benefícios previdenciários, inicialmente cumpre informar que os proventos de aposentadoria e as pensões não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão por ocasião de sua concessão.

Ressalta-se ainda que em qualquer hipótese, é garantido um benefício inicial equivalente, pelo menos, ao salário-mínimo vigente, inclusive ao conjunto de beneficiários, no caso de pensão por morte.

Salvo nos casos permitidos em Lei, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria, pelo mesmo segurado, por conta do RPPS.

Em sequência, estão explicitadas as principais características dos benefícios previdenciários, em concordância com as normas federais e a Lei Municipal nº 11348, de 25/10/2011.

Reitera-se que com o advento da Emenda Constitucional nº 103/2019, o rol de benefícios se limita às aposentadorias e pensões, momento em que se repassou ao ente federativo eventuais encargos relacionados a auxílio-doença, salário-maternidade, salário-família e auxílio-reclusão.

### 3.1.1. Aposentadoria por tempo de contribuição, idade e compulsória

A aposentadoria por tempo de contribuição e idade consistem em um benefício mensal vitalício ao segurado, depois de satisfeitas as condições necessárias para a sua concessão, estabelecidas nas normas pertinentes, conforme regras apresentadas nas tabelas 1 e 2 a seguir.

A definição dos destinatários das normas de transição considera os parâmetros do momento em que o servidor público ingressou no RPPS e do momento em que reuniu condições de aposentadoria.

Com o advento da EC nº 41/03, a integralidade e a paridade foram extintas do âmbito constitucional para servidores aposentados com base nas regras do art. 40, da CF, com a nova redação e com base nas regras do art. 2º, da EC nº 41/03, assegurado o direito adquirido.

A integralidade que corresponde à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo foi substituída, pela nova sistemática, de forma que os proventos e as pensões terão como base para o cálculo da média aritmética simples as 100,00% maiores remunerações de todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde o início das contribuições realizadas.

A paridade é a revisão dos benefícios na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modifique a remuneração dos servidores em atividades. Ao contrário desses casos, os proventos serão reajustados na forma da lei, a fim de preservar-lhes, em caráter permanente, o seu valor real.

Em relação a aposentadoria compulsória, independe da vontade do servidor, sendo aquela que, uma vez implementada a idade de 75 anos, o servidor é compelido a afastar-se do serviço, passando à inatividade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, conforme dispõe o inciso II, § 1º, art. 40, CF e reajustados na mesma data que se der o reajuste dos benefícios do RGPS.

Calculado a partir da média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 100,00% de todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde o início das contribuições.

Os estudos elaborados pela **LUMENS ATUARIAL** consideram, para fins de estimativa da data de aposentadoria, todas as regras constitucionais, verificando-se sua aplicabilidade a cada um dos servidores. Para tanto, são adotadas hipóteses relativas à entrada em aposentadoria (regra a ser escolhida pelo servidor) e, quando constatada razoabilidade, um período para recebimento do abono de permanência e utilização de lapso temporal para esperar por uma regra mais vantajosa, conforme exposto em capítulo específico das hipóteses atuariais.

**TABELA 1. REGRAS DE APOSENTADORIA PARA QUADRO GERAL**

Regra	Aposentadoria	Idade (anos)	Tempo Contrib. (anos)	Regra	Tempo Serv. Público	Tempo de Carreira	Tempo no Cargo	Ingresso	Cumprimento Requisitos	Provento	Reajuste
Direito Adquirido	Voluntária (art. 8º, EC 20)	53 homem 48 mulher	35 homem 30 mulher	Pedágio* de 20%	—	—	5	Até 16/12/98	Até 31/12/03	Integral	Paridade
	Voluntária (§ 1º, art. 8º, EC 20)	53 homem 48 mulher	30 homem 25 mulher	Pedágio de 40%	—	—	5	Até 16/12/98	Até 31/12/03	Proporcional	Paridade
	Voluntária (a, III, § 1º, art. 40, CF)	60 homem 55 mulher	35 homem 30 mulher	—	10	—	5	Até 16/12/98	Até 16/12/98	Integral	Paridade
	Por idade (b, III, § 1º, art. 40, CF)	65 homem 60 mulher	—	—	10	—	5	Até 16/12/98	Até 16/12/98	Proporcional	Paridade
	Voluntária (art. 2º, EC 41)	53 homem 48 mulher	35 homem 30 mulher	Pedágio de 20%	—	—	5	Até 16/12/98	Vigência da EC 41/03	Média e Reduzida <sup>3</sup>	Índice
	Voluntária (art. 3º, EC 47)	Id + TC <sup>2</sup> = 95 anos homem Id + TC <sup>2</sup> = 85 anos mulher	—	—	25	15	5	Até 16/12/98	Vigência da EC 47/05	Integral	Paridade
	Voluntária (art. 6º, EC 41)	60 homem 55 mulher	35 homem 30 mulher	—	20	10	5	Até 31/12/03	Vigência da EC 41/03	Integral	Paridade
	Voluntária (a, III, § 1º, art. 40, CF)	60 homem 55 mulher	35 homem 30 mulher	—	10	—	5	A partir 01/01/04	Até 28/12/2020	Média	Índice
Transição 1	Por Idade (b, III, § 1º, art. 40, CF)	65 homem 60 mulher	—	—	10	—	5	A partir 01/01/04	Até 28/12/2020	Média e Proporcional	Índice
	Idade (LC 13.193/20, art. 83, §1º, II)	60 homem 57 mulher	35 homem 30 mulher	Sistema de pontuação	20	—	5	Até 31/12/03	Vigência da LC 13.193/20	Integral	Paridade
Transição 2	Idade (LC 13.193/2020, art. 83, I-V, §§ 1º-3º)	60 homem 57 mulher	35 homem 30 mulher	Sistema de pontuação	20	—	5	A partir 01/01/04	Vigência da LC 13.193/20	Média	Índice
	Voluntária (LC 13.193/20, art. 83, §1º, I)	60 homem 57 mulher	35 homem 30 mulher	Pedágio de 50%	20	—	5	Até 31/12/03	Vigência da LC 13.193/20	Integral	Paridade
Permanente	Voluntária (LC 13.193/20, art. 83, §1º, I)	60 homem 57 mulher	35 homem 30 mulher	Pedágio de 50%	20	—	5	A partir 01/01/04	Vigência da LC 13.193/20	Média	Índice
	Voluntária (LC 13.193/20, art. 17)	65 homem 62 mulher	25 homem 25 mulher	—	10	—	5	A partir 28/12/2020	Vigência da LC 13.193/20	Média	Índice

1. Pedágio é período adicional de contribuição, equivalente aos percentuais especificados acima, que o servidor terá que cumprir ao que faltaria para atingir o limite de tempo de contribuição exigido, na data de publicação da EC/20 para completar os requisitos da aposentadoria.

2. Tempo de Contribuição – TC mínimo de 35 anos para homem e 30 anos para mulher.

3. Provento reduzido para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos para aposentadoria voluntária na proporção de 3,5% e 5% para aqueles que completarem as exigências para aposentadoria até 31/12/2005 e até 01/01/2006, respectivamente.

**TABELA 2. REGRAS DE APOSENTADORIA PARA PROFESSORES**

Regra	Aposentadoria	Idade (anos)	Tempo Contrib. (anos)	Regra	Bônus <sup>1</sup>	Tempo Serv. Público	Tempo de Carreira	Tempo no Cargo	Ingresso	Cumprimento Requisitos	Provento	Reajuste
Direito Adquirido	Voluntária (art. 8º, EC 20)	53 homem 48 mulher	35 homem 30 mulher	Pedágio de 20%	17% h 20% m	—	—	5	Até 16/12/98	Até 31/12/03	Integral	Paridade
	Voluntária (§ 1º, art. 8º, EC 20)	53 homem 48 mulher	30 homem 25 mulher	Pedágio de 40%	17% h 20% m	—	—	5	Até 16/12/98	Até 31/12/03	Proporcional	Paridade
	Voluntária (a, III, § 1º, art. 40, CF)	55 homem 50 mulher	30 homem 25 mulher	—	—	10	—	5	Até 16/12/98	Até 16/12/98	Integral	Paridade
	Voluntária (art. 2º, EC 41)	53 homem 48 mulher	35 homem 30 mulher	Pedágio de 20%	17% h 20% m	—	—	5	Até 16/12/98	Vigência da EC 41/03	Média e Reduzida	Índice
	Voluntária (art. 6º, EC 41)	55 homem 50 mulher	30 homem 25 mulher	—	—	20	10	5	Até 31/12/03	Vigência da EC 41/03	Integral	Paridade
	Voluntária (a, III, § 1º, art. 40, CF)	55 homem 50 mulher	30 homem 25 mulher	—	—	10	—	5	A partir 01/01/04	Até 31/12/2020	Média	Índice
Transição 1	Idade (LC 13.193/20, art. 83, §2º)	55 homem 52 mulher	30 homem 25 mulher	Sistema de pontuação	—	20	—	5	Até 31/12/03	Vigência da LC 13.193/20	Integral	Paridade
	Idade (LC 13.193/20, art. 83, §2º)	55 homem 52 mulher	30 homem 25 mulher	Sistema de pontuação	—	20	—	5	A partir 01/01/04	Vigência da LC 13.193/20	Média	Índice
Transição 2	Voluntária (LC 13.193/20, art. 83, §2º)	55 homem 52 mulher	30 homem 25 mulher	Pedágio de 50%	—	20	—	5	Até 31/12/03	Vigência da LC 13.193/20	Integral	Paridade
	Voluntária (LC 13.193/20, art. 83, §2º)	55 homem 52 mulher	30 homem 25 mulher	Pedágio de 50%	—	20	—	5	A partir 01/01/04	Vigência da LC 13.193/20	Média	Índice
Permanente	Voluntária (LC 13.193/20, art. 19)	60 homem 57 mulher	25 homem 25 mulher	—	—	10	—	5	A partir 28/12/2020	Vigência da LC 13.193/20	Média	Índice

1. Bônus é o acréscimo de 17%, se homem e 20%, se mulher ao tempo de serviço exercido até 16/12/1998, antes do cálculo do pedágio e desde que se aposentem, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério.

### 3.1.2. Aposentadoria por incapacidade permanente

A aposentadoria por incapacidade permanente, disposta no inciso I, § 1º, art. 40, CF é aquela decorrente do infortúnio causado ao servidor que o impeça permanentemente de exercer sua atividade funcional, bem como aquele incapaz à readaptação, sendo em ambos os casos, constatado em exame médico pericial realizado por uma junta médica indicada pelo regime e desde que precedida de licença para tratamento de saúde, nas condições estabelecidas pela norma. O direito ao recebimento do benefício pelo servidor será mantido enquanto permanecer à condição de inválido para a atividade laborativa.

Os proventos da aposentadoria por incapacidade permanente serão calculados pela média aritmética simples das 100,00% maiores remunerações de contribuição desde julho/1994, cujo resultado será proporcionalizado ao tempo de contribuição, exceto se a invalidez for decorrente de acidente de serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei, hipótese em que o servidor fará jus à integralidade da média.

Considera-se acidente em serviço aquele ocorrido no exercício do cargo, que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Equipara-se ao acidente em serviço, dentre outros:

- a) o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação.
- b) acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:
  - ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;
  - ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;
  - ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;
  - ato de pessoa privada do uso da razão; e
  - desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.
- c) a doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo;
- d) o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço:
  - na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;
  - na prestação espontânea de qualquer serviço ao Município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;

- em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiada pelo Município dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado; e.
- no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

São também considerados no exercício do cargo, os períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante.

Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, as estabelecidas pela legislação vigente na data base do presente estudo, entre outras que a lei indicar:

- a) tuberculose ativa;
- b) alienação mental;
- c) esclerose múltipla;
- d) neoplasia maligna;
- e) cegueira posterior ao ingresso no serviço público;
- f) hanseníase;
- g) cardiopatia grave;
- h) doença de Parkinson;
- i) paralisia irreversível e incapacitante;
- j) espondiloartrose anquilosante;
- k) nefropatia grave;
- l) estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante); e
- m) síndrome de imunodeficiência adquirida-Aids.

Essa modalidade de aposentadoria, não assegura a paridade e seus proventos serão reajustados na mesma data que se der o reajuste dos benefícios do RGPS, a exceção daqueles casos enquadrados nas previsões da Emenda Constitucional nº 70/2012.

### **3.1.3. Pensão por morte**

A pensão por morte é o benefício previdenciário pago aos dependentes habilitados do segurado em razão de seu falecimento, seja na condição de ativo ou inativo.

No caso de pensão decorrente de falecimento de inativo, o benefício corresponderá à 70,00% para um dependente, mais 10,00% por dependente adicional, até o máximo de 100,00%, aplicados sobre o valor da aposentadoria, não podendo o valor resultante ser inferior a dois salários mínimos, a exceção do casos em que a remuneração ou o provento do falecido seja inferior a esse patamar.

Em caso de óbito do segurado em atividade, a pensão por morte será calculada sobre o valor que receberia no caso de aposentadoria por incapacidade permanente.

Cabe ressaltar ainda que haverá cessão com a perda de qualidade e não serão reversíveis aos demais dependentes, preservando-se o valor de 100,00% quando a quantidade de dependentes restantes for igual ou superior a cinco dependentes.

Ademais, ressalta-se que já foi realizada a adequação da legislação local para as regras da Lei Federal nº 13.135, de 17/06/2015, que alterou as regras de pensão por morte do RGPS, estabelecendo a temporariedade para os beneficiários com idade inferior a 44 anos, avaliada quando da data do óbito do segurado, conforme tabela que segue.

**TABELA 3. TEMPORARIEDADE DE PAGAMENTO DA PENSÃO POR MORTE**

Idade do cônjuge ou companheiro	Tempo de recebimento do benefício
Menos de 21 anos	3 anos
De 21 a 26 anos	6 anos
De 27 a 29 anos	10 anos
De 30 a 40 anos	15 anos
De 41 a 43 anos	20 anos
Maior ou igual a 44 anos	Vitalício

## **4. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODO DE FINANCIAMENTO**

Denomina-se regime financeiro a metodologia utilizada para determinar, sob o ponto de vista atuarial, o financiamento das responsabilidades vinculadas ao plano de benefícios frente aos segurados.

Para os benefícios do Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) da **CAIXA DE ASSISTÊNCIA, APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA (PR) – CAAPSML**, foram adotados os regimes financeiros e método atuarial de financiamento elencados a seguir, em conformidade com as disposições da Portaria nº 464/2018.

### **4.1. DESCRIÇÃO DOS REGIMES FINANCEIROS**

#### **4.1.1. Regime de capitalização**

O regime financeiro de capitalização possui uma estrutura técnica que consiste em determinar as contribuições necessárias e suficientes a serem arrecadadas ao longo do período laborativo do segurado para custear a sua aposentadoria e os demais benefícios previstos ao longo da fase de percepção de renda.

Pressupõe, para tanto, a formação de provisões matemáticas de benefícios a conceder (segurados ativos) e provisões matemáticas de benefícios concedidos (segurados em gozo de renda), pois as contribuições são antecipadas no tempo em relação ao pagamento do benefício.

Para o Fundo em Capitalização, adotou-se o regime de capitalização na estruturação dos seguintes benefícios:

- Aposentadorias Programadas;
- Reversão em Pensão de Aposentadorias Programadas;
- Aposentadoria por Invalidez;
- Reversão em Pensão de Aposentadoria por Invalidez; e
- Pensão por Morte (ativos).

#### **4.1.2. Repartição de capitais de cobertura**

Para o regime financeiro de repartição de capitais de cobertura as receitas arrecadadas em um determinado período devem ser suficientes para cobrir toda a despesa gerada no mesmo período, observada sua continuidade em exercícios subsequentes, até sua extinção.

Assim, há formação de provisões matemáticas apenas quando do fato gerador do benefício, sendo esta uma reserva para benefícios concedidos. Observadas as disposições da Portaria nº 464/2018 os recursos necessários à formação de tal provisão matemática são advindos do fundo garantidor de benefícios, observada a formação deste com recursos próprios estabelecidos em plano de custeio específico aos benefícios.

Para o Fundo em Capitalização, não foi financiado nenhum benefício pelo regime financeiro de repartição de capitais de cobertura.

#### **4.1.3. Repartição simples**

Para o regime de repartição simples, ou regime de caixa, as receitas arrecadadas em um determinado período devem ser suficientes para pagar todas as despesas ocorridas neste mesmo período. Logo, um pressuposto básico desse regime é a não formação de provisões matemáticas.

No Fundo em Capitalização não há benefícios previdenciários financiados pelo regime financeiro de repartição simples. Não obstante, adota-se este regime para financiamento das despesas administrativas.

## **4.2. DESCRIÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO**

### **4.2.1. Prêmio Nivelado Individual**

Trata-se de método similar ao Idade Normal de Entrada, porém, considera como idade de ingresso aquela averbada, constante da base cadastral, não havendo a necessidade de estimar uma hipótese de idade de ingresso no plano.

Assim, o valor presente atuarial dos benefícios (VABF) a serem pagos aos segurados é financiado entre uma idade hipotética averbada de ingresso e a idade de aposentadoria prevista,

considerando, para tanto, rendas aleatórias (atuariais) a partir desta idade de ingresso e temporária pelo período contributivo, conforme Nota Técnica Atuarial.

Neste método as contribuições são niveladas ao longo da fase contributiva e a constituição da reserva garantidora se dá de forma exponencial, haja vista a capitalização dos recursos.

A provisão matemática de benefícios a conceder corresponderá à diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, sendo este VACF apurado mediante a multiplicação, individual, do custo anual pela anuidade atuarial temporária entre a data focal da avaliação atuarial e a data estimada para aposentadoria.

Tendo em vista as exigências da Portaria nº 464/2018, que determina a apuração dos resultados técnicos do plano de benefícios considerando o plano de custeio vigente, calcula-se o VACF apurando-se o custo anual individual, mediante a aplicação das alíquotas vigentes e uma anuidade atuarial, com crescimento salarial e multidecremental, temporária pelo tempo faltante para aposentadoria. Com isso, são adotadas técnicas convergentes com o método ortodoxo.

Para o Fundo em Capitalização adotou-se o método do Prêmio Nivelado Individual na estruturação dos seguintes benefícios:

- Aposentadorias Programadas;
- Reversão em Pensão de Aposentadorias Programadas;
- Aposentadoria por Invalidez;
- Reversão em Pensão de Aposentadoria por Invalidez; e
- Pensão por Morte (ativos).

#### 4.3. RESUMO DOS REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS ADOTADOS POR BENEFÍCIO

Conhecida a descrição dos regimes financeiros e dos métodos de financiamento, apresenta-se abaixo o resumo do modelo atuarial efetivamente adotado por benefício.

**TABELA 4. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS POR BENEFÍCIO – FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO**

Benefícios	Regime financeiro	Método atuarial
Aposentadoria por tempo de contribuição, idade e compulsória	CAP	PNI
Aposentadoria por invalidez	CAP	PNI
Pensão por morte de ativo	CAP	PNI
Pensão por morte de aposentado válido	CAP	PNI
Pensão por morte de aposentado inválido	CAP	PNI

## 5. HIPÓTESES ATUARIAIS

O dimensionamento fidedigno do passivo atuarial, ou provisões matemáticas, tem como um dos seus principais pilares a definição das hipóteses (ou premissas) atuariais. Assim, com base nas boas práticas atuariais, as hipóteses devem ser as melhores estimativas que se possam obter para as variáveis adotadas na modelagem atuarial, visto que determinarão o custo do plano e o plano de custeio necessário ao equilíbrio e sustentabilidade do regime previdenciário.

Assim, a Portaria nº 464/2018 determina que as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras devem estar adequadas à situação do plano de benefícios e aderentes às características da massa de beneficiários do regime para o correto dimensionamento dos seus compromissos futuros, obedecidos os parâmetros mínimos estabelecidos.

Ademais, a Portaria supra passou a prever o denominado Relatório de Análise das Hipóteses, que deve contemplar, no mínimo, os testes de aderência da taxa de juros, das tábuas biométricas e da taxa de crescimento real de salários, cuja periodicidade mínima para a execução do trabalho deve ser a cada 4 anos ou sob demanda da SPREV, a depender do Perfil Atuarial do RPPS, que poderá ter seu conteúdo mínimo alterado. A IN nº 09/2018 trata sobre as especificidades e o conteúdo do Relatório de Análise das Hipóteses, sendo que a Portaria nº 18.084, de 29/07/2020 postergou por um ano o início das exigências do relatório, passando para 31/07/2021 o início do calendário de acordo com o Perfil Atuarial.

Desta forma, diante da inexistência de estudos estatísticos prévios –os quais se recomenda antecipadamente às próximas avaliações atuariais –buscou-se identificar as estimativas que mais se aproximam da população, observando-se os parâmetros mínimos estabelecidos pela Portaria nº 464/2018. São apresentadas a seguir as hipóteses atuariais adotadas e as respectivas justificativas.

Dentre as hipóteses adotadas, o passivo atuarial é mais sensível à taxa de juros, às tábuas de mortalidade e à taxa de crescimento real de salários. Não obstante, consta do capítulo de resultados uma análise de sensibilidade para demonstração dos impactos destas hipóteses ao resultado atuarial.

### 5.1. TÁBUAS BIOMÉTRICAS

As hipóteses referentes às tábuas biométricas são utilizadas para a mensuração das ocorrências dos eventos atinentes à morte de válidos e inválidos e à entrada em invalidez. A partir das tábuas biométricas também se obtêm as estimativas de sobrevivência daqueles que se aposentam ou recebem pensão.

Ademais, as tábuas biométricas servem para a apuração dos compromissos referentes aos benefícios de aposentadoria programada, aposentadoria por invalidez e pensão por morte.

Em virtude da inexistência do histórico de óbitos, de entradas em invalidez e de óbitos de inválidos, adotou-se as tábuas biométricas abaixo descritas, observados os parâmetros mínimos previstos na Portaria nº 464/2018.

**TABELA 5. TÁBUAS BIOMÉTRICAS – FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO**

Hipóteses	Masculino	Feminino
Tábua de Mortalidade de Válidos (Fase laborativa)	IBGE 2020 - M	IBGE 2020 - F
Tábua de Mortalidade de Válidos (Fase pós-laborativa)	IBGE 2020 - M	IBGE 2020 - F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IBGE 2020 - M	IBGE 2020 - F
Tábua de Entrada em Invalidez	ALVARO VINDAS	ALVARO VINDAS

No que se refere aos cálculos atuariais, quando aplicável à fase laborativa, é adotada a tábua de mortalidade de válidos informada, associada com o decréscimo da entrada em invalidez e da rotatividade, quando utilizada, para gerar a probabilidade de um segurado vivo e válido vir a falecer antes de completar a idade.

Não foi adotada tábua de morbidez para a presente avaliação atuarial.

## 5.2. ALTERAÇÕES FUTURAS NO PERFIL E COMPOSIÇÃO DAS MASSAS

### 5.2.1. Rotatividade

Trata-se de hipótese relacionada à saída de servidores ativos, seja por desligamento ou exoneração.

Para o presente estudo considerou-se a hipótese de rotatividade como sendo nula e sem efeito sobre a composição da massa de segurados, qual seja, igual a 0,00%.

A adoção de rotatividade nula se justifica pelo critério do conservadorismo. Por se tratar de Fundo em Capitalização destinado aos servidores públicos de cargo efetivo, historicamente com baixa taxa de rotatividade, e ainda por se ter ciência de que, em caso de desligamento ou exoneração, os recursos acumulados pelo segurado servirão para cobertura de compensações previdenciárias futuras junto a outros regimes de previdência, a adoção desta hipótese poderia gerar perdas atuariais, materializando-se em déficits técnicos e em frustração de recursos no longo prazo.

### 5.2.2. Novos entrados (geração futura)

Esta hipótese se refere à probabilidade de ingresso de novos servidores na prefeitura e, por conseguinte, o ingresso de novos segurados no RPPS.

Todavia, com base na Nota SEI nº 4/2020/COAAT/CGACI/SRPPS/SPREV/SEPRT-ME, de 30 de setembro de 2020, em seu item 108.5<sup>1</sup>, não foram apurados os custos correspondentes à geração futura, uma vez que estão dispensados de constarem dos relatórios das avaliações atuariais até que a SPREV edite a Instrução Normativa correspondente à matéria, a qual ainda não se encontra divulgada até a data de elaboração do presente relatório.

<sup>1</sup> Nota SEI nº 4/2020/COAAT/CGACI/SRPPS/SPREV/SEPRT-ME, de 30 de setembro de 2020: “108.5. Da hipótese de reposição de segurados ativos, que trata sobre as gerações futuras de segurados, disposto no art. 22 da Portaria MF nº 464, de 2018, também tratada no art. 11 da Instrução Normativa nº 09, de 2018, conforme deliberado na referida reunião, e convalidado por esta SPREV, fica dispensada a sua apresentação na avaliação atuarial 2020 e subsequentes, bem como no DRAA e na NTA, até que seja publicada a instrução específica, que conterà os parâmetros e orientações para sua utilização, para fins do previsto no § 3º do art. 24 da Portaria MF nº 464/2018.”

### **5.3. ESTIMATIVAS DE REMUNERAÇÕES E PROVENTOS**

#### **5.3.1. Taxa real de crescimento da remuneração**

A hipótese de crescimento da remuneração refere-se à estimativa dos futuros aumentos reais das remunerações dos servidores do Município. Em um plano estruturado na modalidade de benefício definido, tal qual o ora avaliado, quanto maior o crescimento real da remuneração esperado, maior será o custo do plano, pois o valor do benefício tem relação direta com o valor da remuneração na data de aposentadoria.

Portanto, cabe salientar que, no caso de serem concedidos reajustes pela gestão municipal que não estejam previstos pelo atuário responsável pela confecção da avaliação atuarial do RPPS, tais reajustes acarretarão perdas atuariais, podendo se materializar em déficits técnicos, uma vez que as remunerações observadas dos segurados estarão maiores que aquelas utilizadas na mensuração dos compromissos (provisões matemáticas) quando da última avaliação atuarial.

A Portaria nº 464/2018 determina que a taxa real mínima de crescimento da remuneração durante a carreira é de 1,00% a cada ano da projeção atuarial.

No entanto, a Prefeitura de Londrina (PR) garante aos servidores efetivos ativos do quadro geral e magistério vantagens decorrentes da evolução no cargo e/ou na carreira, conforme definido na Lei Municipal nº 4928/1992 (Regime Jurídico Único) e nas Leis nº 9337/2004 (Quadro Geral) e nº 11531/2012 (Magistério), abaixo explicitadas:

- a) um anuênio de 1,00% a cada 1 ano, o que redundará em um crescimento salarial anual de 1,00% acima da reposição inflacionária, para o quadro geral e magistério;
- b) uma gratificação equivalente à sexta-parte da remuneração, ao completar 25 anos de vinculação ao Município. Para esta vantagem, foi considerado que 50% dos atuais servidores ativos podem atingir este adicional redundando em um crescimento salarial de 0,34% ao ano para o quadro geral e magistério;
- c) mudança de referências (promoção na carreira por conhecimento) de 10,00% a cada 4 anos para o quadro geral e de 12,50% a cada 4 anos para o magistério. Para esta vantagem, também foi considerado que 50% dos atuais servidores ativos podem atingir este adicional redundando em um crescimento salarial anual de 1,25% e de 1,56%, respectivamente, acima da reposição inflacionária; e
- d) mudança de nível (promoção por merecimento) de 0,63% a cada 1 ano para o quadro geral e para o magistério. Para esta vantagem, também foi considerado que 50% dos atuais servidores ativos podem atingir este adicional redundando em um crescimento salarial anual de 0,32% acima da reposição inflacionária.

Assim, diante da análise do plano de cargos e salários acima descrita aferiu-se um crescimento da remuneração de 2,91% ao ano para o quadro geral e de 3,22% ao ano para o magistério. Entretanto, tendo em vista que a Prefeitura de LONDRINA (PR) projeta conceder somente a inflação para as

próximas reposições salariais e aplicada a equivalência da taxa simples para a composta nos percentuais aferidos por um período de permanência médio de 25 anos em atividade desde a admissão até a aposentadoria, adotou-se como hipótese de crescimento da remuneração o percentual de 2,21% ao ano para o quadro geral e de 2,39% ao ano para o magistério.

A hipótese de crescimento real das remunerações está adequada e fundamentada, também, em manifestação do Ente Federativo, observadas as exigências da Portaria nº 464/2018.

Desta forma, a gestão municipal da Prefeitura de LONDRINA (PR), ciente dos impactos causados pela concessão de reajustes acima do percentual adotado, deve anteriormente à referida concessão, avaliar financeira e atuarialmente os impactos que serão causados na CAAPSML.

### **5.3.2. Crescimento dos proventos**

A hipótese de crescimento real dos benefícios refere-se a uma estimativa quanto aos futuros aumentos dos benefícios concedidos aos segurados e pensionistas do Ente Federado. Em um plano estruturado na modalidade de benefício definido, tal qual o ora avaliado, quanto maior o crescimento real dos benefícios esperado, maior será o custo do plano, pois a evolução do valor do benefício tem relação direta com o valor das reservas matemáticas necessárias para custear tal benefício.

Trata-se de hipótese adotada apenas aos segurados que se encontram em gozo de renda, ou que virão a se aposentar com direito à regra da integralidade e paridade, a depender da estrutura histórica de evolução dos benefícios.

Para o presente estudo não foi utilizada a hipótese de crescimento dos benefícios, adotando-se a hipótese de que os mesmos sofrerão reajustes anuais apenas pela inflação esperada.

## **5.4. TAXA DE JUROS ATUARIAL**

A taxa de juros –adotada nos cálculos atuariais para compor a taxa de desconto das contribuições e benefícios para a data focal da avaliação atuarial – expressa a estimativa de retorno real das aplicações dos recursos do plano de benefícios, tratando-se de uma expectativa de rentabilidade acima da inflação, no curto, médio e longo prazo.

Quanto maior a expectativa de retorno a ser alcançado, menor será o valor presente atuarial dos benefícios futuros, que representa os compromissos do plano de benefícios frente aos seus segurados. Em contrapartida, quanto menor o percentual de retorno utilizado como hipótese, maior será o passivo atuarial.

Conforme estabelece a Portaria nº 464/2018, a taxa máxima real de juros aceita nas projeções atuariais do plano de benefícios será o menor percentual dentre:

- a) o valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos dos ativos garantidores do RPPS previsto na política anual de investimentos; e

b) a taxa de juros parâmetro (TJP) cujo ponto da estrutura a termo de taxa de juros média seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS, admitidas exceções.

Para tanto, inicialmente cumpre informar a taxa de desconto de **5,40% ao ano estabelecida na Política de Investimentos para 2022**.

Adicionalmente, observada a duração do passivo (*duration*) apurada em 15,69 anos, com base nos fluxos atuariais estimados no encerramento do exercício anterior, tem-se como taxa de juros parâmetro, estabelecida na Portaria nº 6.132, de 25 de maio de 2021, **o percentual de 4,84% ao ano**.

Com isso, deve-se considerar o percentual de **4,84%** como sendo o limite máximo a ser adotado como hipótese atuarial.

Adotando-se esse percentual como meta atuarial, e a partir do histórico das rentabilidades anuais auferidas pelos recursos garantidores do plano de benefícios da CAAPSML, compreendido no período de 01/2019 a 12/2021, apurou-se uma rentabilidade acumulada de **15,78%**, sendo que para o mesmo período, a referida meta atuarial acumulada montou em **40,60%**. Com isso, observou-se uma rentabilidade de **24,82%** abaixo da meta atuarial no referido período.

Analisando apenas os 12 últimos meses, observa-se que os recursos do plano de benefícios alcançaram uma rentabilidade de **2,02%** enquanto a meta atuarial montou em **15,49%**, o que representa que a rentabilidade obtida pela CAAPSML foi superada em **13,47%** pela meta atuarial.

De qualquer forma, diante dos atuais cenários da economia brasileira, cuja taxa básica (SELIC) encontra-se em seu menor nível histórico, caso não haja reversão no curto ou médio prazo, para atingimento da meta atuarial (4,84% + INPC) será necessária uma maior exposição em segmentos de maior risco e, conseqüentemente, uma maior possibilidade de retorno esperado.

Faz-se necessário também a realização periódica de uma avaliação conjunta entre atuário, ente federativo, RPPS e gestores financeiros, para que se possa estudar a adoção de uma taxa de juros sempre adequada aos patamares possíveis de se alcançar no longo prazo.

Afora as considerações acima, rentabilidades inferiores à meta estabelecida acarretam perdas atuariais que podem se materializar em desequilíbrios técnicos estruturais, demandando ações imediatas para instauração da sustentabilidade atuarial do regime previdenciário.

## **5.5. ENTRADA EM ALGUM REGIME PREVIDENCIÁRIO E EM APOSENTADORIA**

### **5.5.1. Idade estimada de entrada no mercado de trabalho**

Tendo em vista que constaram da base de dados as informações relativas ao tempo de serviço/contribuição anterior à admissão na Prefeitura para parte dos servidores ativos, utilizou-se as informações de cada um desses servidores e a hipótese de 25 anos como a idade de início das atividades profissionais quando não informado.

Tal hipótese foi adotada com base na Portaria nº 464/2018, que estabelece a apuração por meio da diferença entre a idade do segurado na data de ingresso no ente ou de vinculação ao RPPS e a idade de 25 anos.

### 5.5.2. Idade estimada de entrada em aposentadoria programada

Para a projeção da idade estimada de entrada em aposentadoria programada, na qual os servidores em atividade completarão todas as condições de elegibilidade, de posse dos dados cadastrais, foram avaliadas as regras constitucionalmente previstas, aplicáveis a cada servidor, conforme consta do Capítulo 3.

Adotou-se a hipótese de aposentadoria quando do cumprimento das regras exigidas à primeira elegibilidade com benefício não proporcional àqueles servidores que possuem direito às regras de transição e consequente acesso à paridade e à integralidade, sem que tenha sido adicionado ainda qualquer tempo médio em abono de permanência. Aos servidores que possuem direito apenas à regra de benefício pela média, foi considerada a menor idade entre aquela que preenche o cumprimento dos requisitos mínimos e a de benefício integral, também não foi adicionado qualquer tempo médio em abono de permanência. Justifica-se a não adoção em razão das novas regras de elegibilidade terem sido recentemente aprovadas, sem que haja experiência em relação ao comportamento dos segurados ativos até o momento.

Por sua vez, para aqueles servidores em atividade que já cumpriram com as regras de elegibilidade, ou seja, estariam aptos a requerer o benefício de aposentadoria voluntária, foi adotada a premissa de que o requerimento do benefício se daria ao longo do exercício seguinte ao da data base da presente avaliação atuarial. Portanto, todos os riscos iminentes estão distribuídos como benefícios a serem concedidos (despesas) já no primeiro ano das projeções atuariais, sem qualquer diferimento adicional, sob a ótica do conservadorismo bem como pelo fato de não haver, até o momento, estudos prévios que comprovem algum comportamento esperado para esse grupo de servidores iminentes.

### 5.6. COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

A hipótese de composição familiar expressa a família padrão associada a cada idade dos servidores do Município e segurados do plano de benefícios, de modo que, para um segurado de idade  $x$ , a sua composição familiar é composta, por exemplo, de cônjuge de idade  $y$  e filhos de idades  $z_1$ ,  $z_2$  e  $z_3$ . Com base nessas estimativas é que serão estabelecidas as anuidades atuariais para a pensão por morte, conforme metodologia constante da Nota Técnica Atuarial.

Para a composição familiar média foram realizados estudos da população atual de segurados que indicaram que **66,03%** dos segurados são casados e, portanto, possuem pelo menos um dependente vitalício, sendo considerado o cônjuge de sexo feminino **2** anos mais **jovem** que o segurado titular e o cônjuge do sexo masculino **2** anos mais **velho** que a segurada titular, quando não informada a data de nascimento. Tais informações foram obtidas da base cadastral encaminhada para realização do estudo.

## 5.7. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

Regulada pela Lei nº 9.769/1999, a Compensação Previdenciária (COMPREV) é um acerto de contas entre o RGPS e os RPPS e destes entre si, quando do pagamento dos benefícios de aposentadoria e, posteriormente, das pensões por morte dela decorrentes, proporcional ao período e ao valor das contribuições previdenciárias vertidas a cada Regime.

A Lei supracitada ainda conceitua que ao contrário do regime de origem que se trata do regime previdenciário ao qual o segurado ou servidor público esteve vinculado sem que dele receba aposentadoria ou tenha gerado pensão para seus dependentes, o regime instituidor é o responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente a segurado ou servidor público ou a seus dependentes com cômputo de tempo de contribuição no âmbito do regime de origem.

Recentemente, por meio da publicação da Portaria SEPRT/ME nº 15.829, de 02/07/2020, restaram definidas as questões iniciais relativas à operacionalização da COMPREV dos RPPS entre si, o que significará um passo importante para o fluxo financeiro dos planos de benefícios, cujos segurados, por vezes, já efetuaram contribuições a outros Entes Federados e utilizam esses tempos de contribuição no seu vínculo público atual, no qual o RPPS será o responsável pelo pagamento de seus benefícios previdenciários.

Para a estimativa do saldo de Compensação Previdenciária, a avaliação atuarial deverá computar tanto os valores estimados **a receber** como aqueles estimados **a pagar** para o RGPS, sendo que tais estimativas, conseqüentemente, dependem da disponibilidade das informações constantes da base de dados encaminhada pela Unidade Gestora e pelo setor de Relação Humanas (RH) do Ente Federativo.

### 5.7.1. Compensação previdenciária a receber

Assim sendo, sob a ótica da receita do RPPS, tem-se que a estimativa da COMPREV a receber é oriunda tanto dos segurados ativos que possuem tempo de contribuição vertido a outros regimes previdenciários –precipuamente ao INSS –como dos próprios inativos, cujos processos de entrada junto ao regime previdenciário de origem ou não foram iniciados ou ainda não foram deferidos.

A estimativa da compensação previdenciária a receber parte da proporção de tempo de contribuição ao regime de origem em relação ao tempo total estimado até a aposentadoria.

Para fins de limites de valores estimados a receber de COMPREV, relacionados aos servidores ativos e o conseqüente impacto na reserva matemática de benefícios a conceder (RMBaC), a Instrução Normativa nº 09/2018 determina a observância, no caso de ausência de informações relativas ao tempo anterior, do percentual inicial de 10,00% sobre o valor atual dos benefícios futuros (VABF) relativos aos benefícios desse grupo, sendo esse percentual máximo válido para a Avaliação Atuarial 2020, com data focal de 31/12/2019, e reduzido para 1,00% a cada ano, até atingir o novo limite máximo de 5,00%.

Portanto, para a presente Avaliação Atuarial 2022, o limite a ser observado será de 8,00% sobre o VABF dos segurados ativos.

Por sua vez, para fins dos valores estimados a receber de COMPREV, relacionados aos segurados aposentados e pensionistas e o conseqüente impacto na reserva matemática de benefícios concedidos (RMBC), foram estabelecidas as seguintes regras:

- a) Primeiramente, no caso de já haver fluxo mensal de COMPREV deferido, estima-se a COMPREV a receber a partir desse valor para esses aposentados e/ou pensionistas; e
- b) Na ausência de fluxo mensal de COMPREV deferido, para os benefícios elegíveis à COMPREV, restritivamente aos aposentados, requereu-se a composição do tempo de aposentadoria efetivamente considerado para o benefício, aplicando-se a proporção dos tempos em outros regimes previdenciários a fim de que seja estimada a COMPREV a receber, e, na ausência dessa informação e havendo fluxos mensais de COMPREV deferidos de outros benefícios no RPPS, aplicou-se a proporção entre os fluxos deferidos e a folha total de benefícios do plano para todos os benefícios elegíveis à COMPREV; e
- c) Na ausência de fluxos mensais de COMPREV deferidos bem como da composição de tempos de contribuição para a aposentadoria dos aposentados, não foi estimada COMPREV a receber para os aposentados e pensionistas.

Os valores apurados na avaliação atuarial são demonstrados no capítulo de resultados.

### **5.7.2. Compensação previdenciária a pagar**

Ao passo que a estimativa da COMPREV a receber parece ser mais próxima da realidade de ser estimada, já é de conhecimento que praticamente todos os RPPS possuam igualmente um passivo a título de COMPREV a pagar.

Tal passivo pode ser discriminado em duas frentes distintas:

- a) Processos de COMPREV a pagar que já tenham sido deferidos a outros regimes previdenciários, ou seja, que atualmente o RPPS já esteja arcando com o pagamento de fluxo mensal enquanto tais benefícios subsistirem em seus respectivos regimes instituidores; e

- b) Estimativa de um passivo referente a todas as pessoas que seriam passíveis de perceber, futuramente, compensação previdenciária do RPPS, por ter tido vinculação de cargo efetivo com o Ente Federativo em questão e, por conseguinte, contribuído ao RPPS em tal período. De forma resumida, considera-se que o grupo dos servidores efetivos exonerados<sup>2</sup> do Ente Federativo se enquadra nestas características apontadas. Ressalta-se que se trata de uma estimativa mais complexa e passível de maior erro, tendo em vista que é provável que se desconheça a situação atual destas pessoas, como, por exemplo, se estão vivas, se ~~de~~ fato – irão um dia se aposentar e, caso positivo, com que idade e valor de benefício, etc.

Ressalva-se que na metodologia adotada para a estimativa da COMPREV a pagar, conforme Nota Técnica Atuarial, quando da análise da base de dados dos exonerados, são desconsiderados todos os casos de ex-servidores cuja idade, na data da presente avaliação atuarial, seja igual ou superior a 75 anos (idade limite para vinculação como servidor efetivo em atividade no âmbito do serviço público).

Os valores apurados na avaliação atuarial são demonstrados no capítulo de resultados.

## **5.8. DEMAIS PREMISSAS E HIPÓTESES**

### **5.8.1. Fator de determinação das remunerações e dos proventos**

A hipótese referente ao fator de determinação é utilizada para estimar as perdas inflacionárias decorrentes dos efeitos da inflação futura ao longo do tempo sobre as remunerações e benefícios.

Dados os referidos efeitos da inflação, ocorrem perdas do poder de compra tanto das remunerações dos segurados ativos como dos benefícios dos aposentados e pensionistas, entre o período de um reajuste e outro. Com isso, a presente hipótese busca, desta forma, quantificar as perdas inflacionárias projetadas. A relação entre o nível de inflação e o fator de capacidade é inversamente proporcional, portanto, quanto maior o nível de inflação, menor o fator de capacidade.

Para a hipótese do fator de determinação das remunerações e dos benefícios, adota-se a projeção de inflação, a qual será determinada pela aplicação da seguinte formulação, considerando o pagamento postecipado das contribuições e benefícios:

---

<sup>2</sup> O termo “exonerado” no serviço público ~~denota~~ ~~o~~ ato de todo servidor público ocupante de cargo efetivo que tenha desocupado o seu cargo, ou que o cargo esteja em vacância após a sua saída, independente da motivação ocorrida (óbito, aposentadoria ou desligamento do Ente público). Para a estimativa de COMPREV a pagar, a recomendação, quando da solicitação da base de dados, foi de que fossem informados apenas os casos referentes aos ex-servidores efetivos que se desligaram do Ente após a exoneração.

$$FC = \frac{1 - v^n / i_m}{n}, \text{ sendo } v^n = \frac{1}{(1+i_m)^n},$$

Onde,

$i_m$ : Corresponde à inflação mensal calculada com base em premissa adotada;

$n$ : Corresponde ao número de pagamentos e contribuições realizados no ano.

Para definição do fator de capacidade foi adotada a meta de inflação de mais longo prazo disponível, conforme definições do Conselho Monetário Nacional (CMN), sendo esta equivalente a 3,00% ao ano, prevista para 2024.

Diante deste percentual, observada a metodologia de cálculo, foi apurado um fator de capacidade equivalente a 98,31% a ser adotado para dimensionamento do passivo atuarial do plano de benefícios.

### 5.8.2. Critério para concessão de aposentadoria pela regra da média

Considerando que já consta concessões de benefícios de aposentadoria concedidos pelos RPPS's até o momento da realização da presente avaliação atuarial pela regra da média da remunerações de contribuição, é fato extremamente relevante para o contexto atuarial a representatividade de **77,35%** dos segurados ativos com provável regra de aposentadoria pela média, o que se faz necessário um monitoramento constante e bastante próximo desta realidade.

À medida que os benefícios de aposentadoria forem sendo concedidos por meio desta regra e os dados históricos alimentados e traduzidos com significância estatística, esta hipótese deverá ser revisada de modo a convergir para a realidade que será observada.

Assim, para todos aqueles segurados cuja regra da concessão dos seus benefícios de aposentadoria se der pela média, será adotado um benefício equivalente a 70,00% da remuneração projetada na idade da concessão do benefício.

Tal percentual se mostra adequado e superior à média que está sendo observada pela experiência desta empresa, quando analisadas as bases de dados dos Municípios em que atua. Logo, os dados dos aposentados cuja regra de concessão dos benefícios tenha sido a do cálculo pela média, o primeiro benefício tem representado um percentual entre 70,00% e 75,00% da última remuneração na ativa. Essa defasagem será certamente acentuada para os Municípios que disponham em suas normas locais de vantagens remuneratórias que confirmam evolução acima da média quando da concessão de vantagens ao longo da carreira.

### 5.8.3. Estimativa de crescimento real do teto do RGPS

Observada a política econômica presente no Brasil ao longo das últimas décadas, adotou-se como nulo o crescimento real do teto de benefício do Regime Geral de Previdência Social.

## 5.9. RESUMO DAS HIPÓTESES ATUARIAIS E PREMISSAS

**TABELA 6. HIPÓTESES ATUARIAIS FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO**

Hipóteses	Masculino	Feminino	Observação
Tábua de Mortalidade de Válidos (Fase laborativa)	IBGE 2020 - M	IBGE 2020 - F	Atualizada
Tábua de Mortalidade de Válidos (Fase pós-laborativa)	IBGE 2020 - M	IBGE 2020 - F	Atualizada
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IBGE 2020 - M	IBGE 2020 - F	Atualizada
Tábua de Entrada em Invalidez	ALVARO VINDAS	ALVARO VINDAS	Mantida
Tábua de morbidez	Não adotada		Mantida
Rotatividade	Nula		Mantida
Novos entrados (geração futura)	Não adotada		Mantida
Crescimento da remuneração	2,21% quadro geral / 2,39% magistério		Mantida / Mantida
Crescimento dos proventos	0,00%		Mantida
Taxa de juros atuarial	4,84%		Alterada
Idade de entrada no mercado de trabalho	Base Cadastral / 25 anos		Mantida
Idade de entrada em aposentadoria programada	Idade em que o servidor completar todas as condições de elegibilidade, conforme as regras constitucionais vigentes.		Mantida
Composição familiar	Hipótese de que 66,03% dos segurados ativos e inativos, ao falecer, gerarão pensão vitalícia para um dependente, sendo 2 anos mais velho, se masculino e 2 anos mais jovem, se feminino, quando não informada a data de nascimento.		Atualizada
Compensação financeira	Estimada em conformidade com as normas pertinentes.		Mantida
Fator de determinação da remuneração	98,31%		Alterada
Fator de determinação dos proventos	98,31%		Alterada
Critério para concessão de aposentadoria pela regra da média	70,00% da remuneração projetada.		Mantida

\* As alterações ou manutenções das hipóteses estão embasadas nas análises constantes dos tópicos anteriores.

## 6. ANÁLISE DA BASE CADASTRAL

Para o desenvolvimento de uma avaliação atuarial se faz necessária a disponibilização de dados e informações confiáveis e consistentes, de forma a possibilitar uma precificação do passivo atuarial fidedigna à realidade do RPPS.

### 6.1. DADOS FORNECIDOS E SUA DESCRIÇÃO

Para realização da avaliação atuarial, inicialmente foram fornecidas informações pela **CAIXA DE ASSISTÊNCIA, APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA (PR) -CAAPSML** mediante preenchimento de formulário próprio da **LUMENS ATUARIAL**, disponível em arquivos de planilhas digitais. Em sequência, foram fornecidos, também em arquivos digitais, via *e-mail*, dados cadastrais dos servidores ativos, inativos, pensionistas e dos servidores exonerados, estes últimos utilizados na estimativa de compensação previdenciária a pagar, tendo o arquivo a base de informações previstas no arquivo modelo disponibilizado pela SPREV aos RPPS's.

Constava ainda da base de dados disponibilizada informações relativas aos respectivos dependentes, para elaboração de estudos acerca da composição familiar e, posteriormente, para estimativa dos encargos relativos à pensão por morte.

Os dados cadastrais fornecidos e posicionados em 31/08/2021, foram objeto de testes de consistência que indicaram a necessidade de adequações anteriormente à realização dos estudos técnicos. Novas versões foram encaminhadas sendo a última considerada satisfatória para o estudo da avaliação atuarial.

### 6.2. ESTATÍSTICAS BÁSICAS

A **CAAPSML** possuía à época um contingente de 13.856 segurados, distribuídos entre ativos, inativos e pensionistas, conforme demonstrado a seguir.

**TABELA 7. ESTATÍSTICAS GERAIS DOS SEGURADOS – FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO**

Situação da população coberta	Quantidade		Remuneração média (R\$)		Idade média	
	Sexo feminino	Sexo masculino	Sexo feminino	Sexo masculino	Sexo feminino	Sexo masculino
Ativos	7033	2284	R\$ 4.038,65	R\$ 4.907,45	44,87	46,70
Aposentados por tempo de contribuição	2381	856	R\$ 7.615,49	R\$ 7.076,91	64,43	70,96
Aposentados por idade	178	46	R\$ 2.634,74	R\$ 2.638,72	72,66	77,35
Aposentados - compulsória	25	33	R\$ 2.473,54	R\$ 2.576,39	79,60	79,97
Aposentados por invalidez	200	54	R\$ 3.518,27	R\$ 3.713,31	63,59	65,24
Pensionistas	581	185	R\$ 3.851,36	R\$ 3.433,81	66,79	52,49

### 6.3. QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

Adicionalmente, em atendimento às exigências do Art. 7º da Instrução Normativa nº 8/2018, segue análise da qualidade da base cadastral, destacando sua atualização, amplitude e consistência.

**TABELA 8. ATUALIZAÇÃO DA BASE CADASTRAL**

Atualização da base cadastral	Ativos	Aposentados	Pensionistas
Data do último recenseamento previdenciário	06/12/2019	06/12/2019	06/12/2019
Percentual de cobertura do último recenseamento	98,90%	96,09%	85,94%

**TABELA 9. AMPLITUDE DA BASE CADASTRAL – FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO**

Amplitude da base cadastral		Consistência	Completo
Ativo	Identificação do segurado ativo	76%-100%	76%-100%
Ativo	Sexo	76%-100%	76%-100%
Ativo	Estado civil	76%-100%	76%-100%
Ativo	Data de nascimento	76%-100%	76%-100%
Ativo	Data de ingresso no ENTE	76%-100%	76%-100%
Ativo	Identificação do cargo atual	76%-100%	76%-100%
Ativo	Base de cálculo (remuneração de contribuição)	76%-100%	76%-100%
Ativo	Tempo de contribuição para o RGPS	76%-100%	0%-25%
Ativo	Tempo de contribuição para outros RPPS	76%-100%	0%-25%
Ativo	Data de nascimento do cônjuge	76%-100%	76%-100%
Ativo	Número de dependentes	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Identificação do aposentado	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Sexo	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Estado civil	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Data de nascimento	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Data de nascimento do cônjuge	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Data de nascimento do dependente mais novo	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Valor do benefício	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Condição do aposentado (válido ou inválido)	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Tempo de contribuição para o RPPS	76%-100%	0%-25%
Aposentado	Tempo de contribuição para outros Regimes	76%-100%	0%-25%
Aposentado	Valor mensal da compensação previdenciária	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Número de dependentes	76%-100%	76%-100%
Pensão	Identificação da pensão	76%-100%	76%-100%
Pensão	Número de pensionistas	76%-100%	76%-100%
Pensão	Sexo do pensionista principal	76%-100%	76%-100%
Pensão	Data de nascimento	76%-100%	76%-100%
Pensão	Valor do benefício	76%-100%	76%-100%
Pensão	Condição do pensionista (válido ou inválido)	76%-100%	76%-100%
Pensão	Duração do benefício (vitalício ou temporário)	76%-100%	76%-100%

#### **6.4. PREMISSAS ADOTADAS PARA AJUSTE TÉCNICO DA BASE CADASTRAL**

Tendo em vista que constaram da base de dados as informações relativas ao tempo de serviço/contribuição anterior à admissão na Prefeitura para parte dos servidores ativos, utilizou-se as informações de cada um desses servidores e a hipótese de 25 anos como a idade de início das atividades profissionais quando não informado.

Tal hipótese foi adotada com base na Portaria nº 464/2018, que estabelece a apuração por meio da diferença entre a idade do segurado na data de ingresso no ente ou de vinculação ao RPPS e a idade de 25 anos.



#### **6.5. RECOMENDAÇÕES**

Insta informar a importância da realização de um recadastramento periódico junto aos atuais servidores ativos, aposentados e pensionistas, para que se mantenham os dados cadastrais e funcionais sempre atualizados e adequados às próximas avaliações atuariais, com ênfase nas informações relativas ao tempo de serviço / contribuição anterior à Prefeitura.

Desta forma, a estimativa de idade de atingimento das elegibilidades à aposentadoria será mais realista, gerando, conseqüentemente, provisões matemáticas mais bem estimadas e fidedignas à realidade.

Destaca-se também a necessidade de manter os dados dos dependentes legais dos servidores ativos e aposentados sempre atualizados, para uma melhor estimativa dos encargos de pensão por morte.

Ressalta-se que é fundamental uma base de dados atualizada e consistente, caso contrário, apesar dos esforços técnicos e diligência, o passivo atuarial precificado e plano de custeio definido poderá não refletir a realidade da CAAPSML, elevando-se os riscos de desequilíbrios estruturais.

## 7. RESULTADO ATUARIAL – FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

### 7.1. ATIVOS GARANTIDORES E CRÉDITOS A RECEBER

Conforme definições da Portaria nº 464/2018 os ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios deverão apresentar liquidez compatível com as obrigações do plano de benefícios do RPPS e deverão ser reconhecidos pelo seu valor contábil na data focal da avaliação, devidamente precificados para essa data.

Quanto à liquidez, é recomendável a realização de estudos prévios à aquisição de títulos a serem marcados a vencimento, bem como demais ativos que possuam carência para resgate, de forma que as estratégias de investimentos estejam adequadas ao vencimento do passivo atuarial.

Para a produção da presente avaliação atuarial foi informado o valor de **R\$ 85.165.644,50** como o somatório dos bens e direitos vinculados ao Plano, posicionado em 31/12/2021, e em consonância com o Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR.

No entanto, a CAAPSMML possuía contabilizado, na mesma data, o valor de R\$ 1.367.379,83 a título de Fundo Administrativo, que deverá ser deduzido do valor constante do DAIR a fim de que se possa obter o valor do ativo líquido disponível para a finalidade previdenciária. Assim, o valor do ativo a ser considerado na presente avaliação atuarial é de **R\$ 83.798.264,67**.

Somado aos ativos garantidores do RPPS, considerou-se o saldo devedor do Termo de Parcelamento celebrado entre a Prefeitura Municipal de LONDRINA (PR) e a CAAPSMML, posicionado em 31/12/2021, equivalente ao montante de **R\$ 222.947.927,10**, conforme abaixo discriminado.

**TABELA 10. SALDOS DEVEDORES DOS TERMOS DE PARCELAMENTOS**

Termo de parcelamento	Número de parcelas faltantes	Valor da prestação atualizada	Saldo devedor
1º Parcelamento	208	R\$ 1.695.915,03	R\$ 222.947.927,10

O referido patrimônio será comparado às provisões matemáticas para se apurar o resultado técnico do Plano. Entende-se por provisão matemática o montante calculado atuarialmente, em determinada data, que expressa em valor presente o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos do plano de benefícios ao longo do tempo, líquido do valor presente atuarial das contribuições futuras.

### 7.2. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

Para o presente caso, foi estimada uma COMPREV a receber no valor total de **R\$ 546.534.789,73**, sendo R\$ 332.565.143,31 referente aos segurados ativos (reserva matemática de benefícios a conceder –RMBaC) e R\$ 213.969.646,42 referente aos segurados inativos (reservas matemáticas de benefícios concedidos – RMBC).

Enquanto a COMPREV a pagar foi estimada no valor total de **R\$ 41.249.971,83**, sendo R\$ 38.904.712,67 referente aos segurados ativos (reserva matemática de benefícios a conceder – RMBaC) e R\$ 2.345.259,16 referente aos segurados inativos (reserva matemática de benefícios concedidos – RMBC).

Conclusivamente, o valor do saldo final relativo à estimativa de COMPREV para esta avaliação atuarial, com data focal 31/12/2021, da **CAIXA DE ASSISTÊNCIA, APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA (PR) – CAAPSML** é positivo em **R\$ 505.284.817,90**, observado o limite da norma.

Ressalta-se que a adoção da premissa de idade de entrada no mercado de trabalho, quando da inexistência da informação na base cadastral, gera um impacto positivo de R\$ 163.473.327,09 no valor estimado de COMPREV.

### **7.3. ANÁLISE DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL VIGENTE**

Não há plano de amortização de déficit atuarial reconhecido em lei pelo Município de LONDRINA (PR), na data de 31/12/2021.

### **7.4. PROVISÕES MATEMÁTICAS E RESULTADO ATUARIAL – ALÍQUOTAS VIGENTES**

As provisões matemáticas são calculadas com base na diferença entre o valor atual dos benefícios futuros – VABF dos diferentes benefícios cobertos pelo plano e o valor atual das contribuições futuras –VACF do ente e segurados, observadas as alíquotas vigentes quando da data focal da avaliação atuarial.

Para o cálculo atuarial do VACF, considerou-se o plano de custeio vigente, disposto na Lei Municipal nº 13192, de 28/12/2020, na qual estão definidas as alíquotas contributivas do Ente Federativo em **26,00%**, calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos e sobre a folha total de benefícios mantidos pelo RPPS, e na Lei Municipal nº 12.995, de 26/12/2019, na qual estão definidas as alíquotas do segurado ativo em **14,00%**, sobre a sua remuneração de contribuição e dos segurados aposentados e pensionistas em **14,00%** e **14,00%**, respectivamente, calculadas sobre a parcela do benefício que excede R\$ 3.300,00.

Assim, o resultado atuarial é obtido pela diferença entre o ativo garantidor dos compromissos do plano de benefícios e a provisão matemática, que se refere ao montante atualmente necessário para fazer jus aos benefícios futuros cobertos pelo Plano, líquido das contribuições futuras, previstas no plano de custeio vigente.

Com base no referido plano de custeio e nos benefícios cobertos pela CAAPSML, bem como nos regimes financeiros, métodos de financiamento, hipóteses atuariais adotadas e ainda nas informações cadastrais e financeiras, apurou-se os seguintes valores, posicionados na data focal da avaliação atuarial, qual seja em 31/12/2021.

**TABELA 11. PROVISÕES MATEMÁTICAS E RESULTADO ATUARIAL**

<b>Resultados</b>	<b>Geração atual</b>
<b>Ativos Garantidores dos Compromissos (1)</b>	<b>R\$ 306.746.191,77</b>
Aplicações e Recursos - DAIR	R\$ 83.798.264,67
Parcelamentos de Débitos Previdenciários	R\$ 222.947.927,10
<b>Provisão Matemática (2 = 3 + 4 - 5)</b>	<b>R\$ 2.629.133.724,41</b>
<b>Benefícios Concedidos (3)</b>	<b>R\$ 2.750.399.245,20</b>
Benefícios do Plano	R\$ 4.360.954.410,35
Contribuições do Ente (-)	R\$ 1.090.210.183,92
Contribuições do Inativo (-)	R\$ 292.530.837,26
Contribuições do Pensionista (-)	R\$ 16.189.756,71
Compensação Previdenciária (-)	R\$ 211.624.387,26
<b>Benefícios a Conceder (4)</b>	<b>-R\$ 121.265.520,79</b>
Benefícios do Plano	R\$ 4.157.064.291,37
Contribuições do Ente (-)	R\$ 2.830.282.732,93
Contribuições do Ativo (-)	R\$ 1.154.386.648,60
Compensação Previdenciária (-)	R\$ 293.660.430,63
<b>Plano de Amortização Vigente (5)</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Outros Créditos (-)	R\$ 0,00
<b>Resultado Atuarial (6 = 1 - 2)</b>	<b>-R\$ 2.322.387.532,64</b>

Portanto, conforme determinado pelos §§ 4º e 5º do artigo 3º da Portaria nº 464/2018, o resultado oficial considerando o plano de custeio vigente em 31/12/2021 é de um **déficit atuarial no valor de R\$ 2.322.387.532,64**, e deverá compor a escrituração contábil de encerramento do exercício de 2021.

A Emenda Constitucional nº 103/2019 inovou ao explicitar constitucionalmente o conceito de “Equilíbrio Financeiro e Atuarial”.<sup>3</sup> Portanto, para os RPPS que possuem plano de equacionamento do déficit atuarial vigente, não obstante se possa atestar um superávit atuarial para o seu Fundo em Capitalização, o que define o equilíbrio atuarial, para fins constitucionais, é a comparação entre o conjunto de bens e direitos com o montante apurado dos compromissos futuros, avaliados atuarialmente a valor presente. Não havendo esta equivalência, há o desequilíbrio atuarial, e **sendo a diferença negativa (bens e direitos inferiores aos compromissos futuros), resta-se, portanto, comprovada a situação de déficit atuarial.** É o caso da CAAPSM, cujo patrimônio (conjunto de bens e direitos) é inferior ao seu compromisso atuarial, na data de 31/12/2021, conforme demonstrado na tabela anterior.

<sup>3</sup> EC nº 103/2019: “Art. 9º § 1º O equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio de previdência social deverá ser comprovado por meio de garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das despesas projetadas, apuradas atuarialmente, que, juntamente com os bens, direitos e ativos vinculados, comparados às obrigações assumidas, evidenciem a solvência e a liquidez do plano de benefícios.”

De acordo ainda com a EC nº 103/2019, estabelece-se explicitamente que a existência de plano de equacionamento de déficit em um RPPS **decorre** da situação de insuficiência atuarial. Ou seja, para que se implemente e se mantenha um plano de equacionamento em vigor, se faz necessária a existência de déficit atuarial, conforme previsão contida em seu art. 9º, §§ 4º e 5º <sup>4</sup>.

## 7.5. ANÁLISE ATUARIAL E FINANCEIRA

Em sequência, de forma comparativa aos exercícios anteriores, tem-se os seguintes resultados do Plano.

**TABELA 12. ANÁLISE COMPARATIVA COM OS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

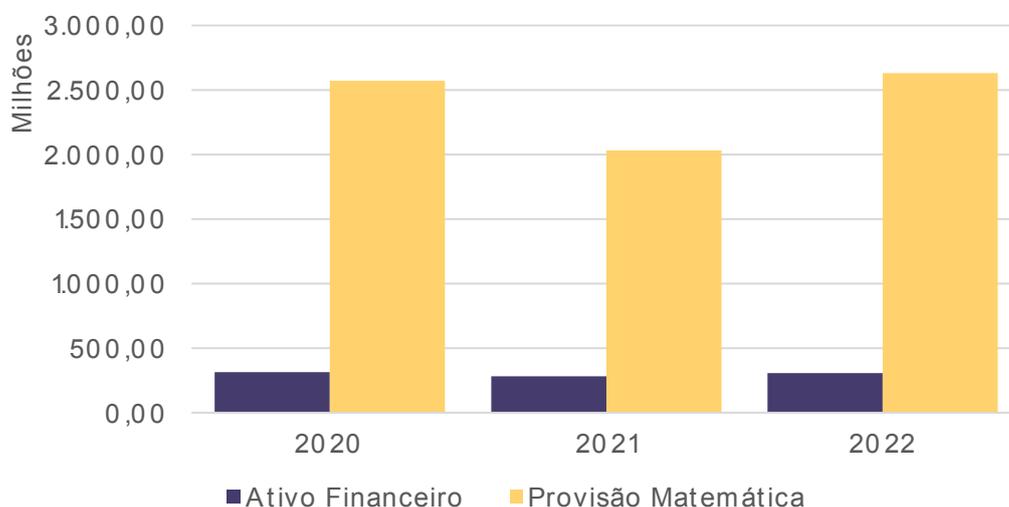
Resultados	2019*	2020*	2021
<b>Ativos Garantidores (1)</b>	<b>R\$ 314.208.985,63</b>	<b>R\$ 282.257.972,06</b>	<b>R\$ 306.746.191,77</b>
Aplicações e Recursos – DAIR	R\$ 100.834.183,88	R\$ 72.577.357,60	R\$ 83.798.264,67
Parcelamentos	R\$ 213.374.801,75	R\$ 209.680.614,46	R\$ 222.947.927,10
<b>Provisão Matemática (2 = 3 + 4 - 5)</b>	<b>R\$ 2.570.120.099,37</b>	<b>R\$ 2.030.996.238,59</b>	<b>R\$ 2.629.133.724,41</b>
Benefícios Concedidos (3)	R\$ 2.494.029.657,38	R\$ 2.488.863.457,11	R\$ 2.750.399.245,20
Benefícios a Conceder (4)	R\$ 76.090.441,99	-R\$ 457.867.218,52	-R\$ 121.265.520,79
Plano de Amortização Vigente (5)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Resultado Atuarial (6 = 1 - 2)</b>	<b>-R\$ 2.255.911.113,74</b>	<b>-R\$ 1.748.738.266,53</b>	<b>-R\$ 2.322.387.532,64</b>
<b>Índice de Cobertura das Provisões Matemáticas IC = (a / (3+4))</b>	<b>3,92%</b>	<b>3,57%</b>	<b>3,19%</b>

\* Dados extraídos dos respectivos DRAA cadastrados no site da SPREV.

<sup>4</sup> EC nº 103/2019: “Art. 9º § 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui déficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social.

§ 5º Para fins do disposto no § 4º, não será considerada como ausência de déficit a implementação de segregação da massa de segurados ou a previsão em lei de plano de equacionamento de déficit.” (Grifo nosso!)

**GRÁFICO 1. EVOLUÇÃO ANUAL DO ATIVO LÍQUIDO X PROVISÕES MATEMÁTICAS**



Pela análise do **Índice de Cobertura das Provisões Matemáticas ( $IC_{PM}$ )** é possível aferir qual o comportamento das provisões matemáticas versus o do ativo do RPPS, identificando se o nível destas reservas está coberto pelo patrimônio garantidor (aplicações e investimentos) que o RPPS possui, historicamente. Logo, quanto mais próximo de 1,00 mais próximo do equilíbrio atuarial o RPPS estará.

Conclusivamente, é sempre recomendado que a evolução do **Índice de Cobertura das Provisões Matemáticas ( $IC_{PM}$ )** seja, ano a ano, positiva, o que demonstraria, desta forma, que o plano de custeio aplicado está aderente e adequado ao crescimento das provisões matemáticas, bem como que o ativo do RPPS está igualmente crescendo de acordo com as projeções realizadas anteriormente.

Desse modo, analisando as três últimas avaliações atuariais realizadas, depreende-se que o **Índice de Cobertura das Provisões Matemáticas ( $IC_{PM}$ )** deste CAAPSML passou de 3,92% no exercício de 2019 para 3,57% no exercício de 2020 e, finalmente, para 3,19% no exercício de 2021, o que representa uma variação negativa de 0,74% neste período.

Ademais, verifica-se a cobertura de apenas 3,05% das reservas dos benefícios concedidos (inativos), indicando, portanto, que as reservas matemáticas de benefícios a conceder (ativos) estão descobertas.

Estes índices denotam uma margem bastante preocupante de cobertura e devem ser analisados conjuntamente com as projeções atuariais, de modo a estabelecer uma maior segurança para os anos vindouros por meio de aportes ou alíquotas suplementares.

Em atendimento ao art. 8º da Instrução Normativa nº 8/2018, informa-se ainda o montante de R\$ 5.223.523.969,95 como sendo o valor presente atuarial das remunerações futuras (VASF), apuradas

atuariamente por meio de técnicas matemáticas convergentes com o método agregado (ortodoxo)<sup>5</sup>, conforme já descrito no Capítulo 4 do presente relatório.

No mesmo sentido, para fins de atendimento da Portaria nº 464/2018 e com o objetivo de identificar os componentes do déficit técnico para auxiliar na análise atuarial, segue demonstrados os encargos apurados separadamente para os benefícios concedidos até a promulgação da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998 e após esta data.

**TABELA 13. ENCARGOS DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS SEPARADOS PELA DATA DE CONCESSÃO**

Categorias	Encargos dos benefícios concedidos		
	Até 15/12/98	Após 15/12/98	Total
Aposentadoria por tempo de contribuição, idade e compulsória	R\$ 414.893.435,09	R\$ 3.148.710.693,39	R\$ 3.563.604.128,48
Aposentadoria por invalidez	R\$ 9.527.881,22	R\$ 126.119.299,02	R\$ 135.647.180,25
Pensão por morte de ativo	R\$ 63.088.202,94	R\$ 282.629.024,94	R\$ 345.717.227,88
Pensão por morte de aposentado válido	R\$ 49.538.459,15	R\$ 255.876.027,09	R\$ 305.414.486,25
Pensão por morte de aposentado inválido	R\$ 1.005.136,76	R\$ 9.566.250,74	R\$ 10.571.387,49
<b>Total</b>	<b>R\$ 538.053.115,16</b>	<b>R\$ 3.822.901.295,19</b>	<b>R\$ 4.360.954.410,35</b>

Assim, em observância a tabela acima, verifica-se que os encargos com os benefícios concedidos até 15/12/1998 são inferiores àqueles concedidos após esta mesma data e, por conseguinte, acarretam um impacto negativo menor no resultado atuarial da CAAPSMML.

A título de informação, os saldos de COMPREV estimados nas Avaliações Atuariais de 2019, 2020 e 2021 foram de R\$ 689.695.899,31, R\$ 509.998.714,80 e R\$ 505.284.817,90, respectivamente, conforme consta dos demonstrativos atuariais. Logo, verifica-se que o valor estimado de COMPREV se manteve em um patamar próximo ao que vinha sendo estimado na avaliação atuarial anterior.

No que ainda concerne as aplicações e recursos do Plano, observa-se uma elevação na ordem de 15,46% em relação ao ano anterior, auxiliada pela rentabilidade da carteira de investimentos auferida pela CAAPSMML no decorrer do ano de 2021, bem como pela receita arrecadada das contribuições previdenciárias.

Sabe-se que o retorno financeiro sobre o patrimônio constituído é fonte extremamente relevante no contexto atuarial, razão pela qual deve-se sempre buscar atingir a meta estipulada na política de investimento do RPPS, sob pena de que haja um descompasso entre a evolução do passivo atuarial e o patrimônio do Plano, podendo redundar em uma piora do resultado atuarial apurado.

Depreendeu-se da análise da base de dados, que houve o ingresso de 6 servidores ativos no decorrer do ano de 2021, sendo que a nova massa de servidores possui um perfil 9,0 anos mais jovem do que a antiga. Desta forma, ao confrontar as obrigações futuras geradas pela inclusão destes

<sup>5</sup> Tendo em vista a metodologia de apuração do VASF, trata-se de valor considerado para apuração do Valor Atual das Contribuições Futuras (VACF) pelo método Agregado, com alíquotas vigentes (Ortodoxo), não devendo ser utilizado aos demais métodos tradicionais, em especial ao Crédito Unitário Projetado.

servidores no plano de benefício com a receita futura que será gerada, tem-se uma redução do passivo atuarial em R\$ 2.215.651,68, uma vez que o encargo gerado foi inferior à receita esperada, gerando, portanto, para esta massa em específico e nesta data, uma provisão negativa para a CAAPSMML.

Ademais, verificou-se a elevação da reserva matemática de benefícios a conceder em R\$ 336.601.697,73 de um ano para o outro, além de um incremento de 0,49% na remuneração média dos servidores ativos do Município, capitaneadas pelo ingresso dos servidores ativos, variação na respectiva folha de pagamento e às revisões realizadas nas hipóteses atuariais.

No que se refere aos inativos e pensionistas, observou-se uma elevação na reserva matemática de benefícios concedidos (RMBC) de R\$ 261.535.788,09, em sua grande parte, em razão da concessão de 155 benefícios de aposentadoria e 58 benefícios de pensão por morte ao longo do ano de 2021 e do aumento no valor médio dos benefícios de aposentadoria em 0,89%, acarretando um aumento de R\$ 1.274.984,48 mensais na folha de benefícios da CAAPSMML.

Ante o exposto e, apesar do aumento do ativo garantidor, da receita decorrente das alíquotas contributivas normais vigentes de 14,00% dos segurados e de 26,00% do Ente Federativo, dos saldos da compensação previdenciária e do parcelamento, o resultado apurado para a presente avaliação atuarial remontou a um **déficit atuarial no valor de R\$ 2.322.387.532,64**, justificado pelas variações e características da massa segurada e às adequações procedidas às hipóteses atuariais, com destaque a redução da taxa de juros.

Em relação à regularidade do repasse das contribuições normais e suplementares no decorrer do exercício de fechamento, insta ressaltar que a situação não foi informada pela CAAPSMML. Quanto ao plano de amortização, verificou-se a não implementação em lei.

Por fim, no que se refere à **situação financeira** da CAAPSMML, quando analisadas **apenas as contribuições normais patronal e dos servidores ativos e inativos** nos últimos 3 anos, depreende-se um déficit financeiro médio de R\$ 6.227.628,26 frente à despesa média com os benefícios.

Atualmente o nível de insuficiência da receita representa **27,44%** da arrecadação total, sendo 127,44% desta consumidos pelos benefícios dos atuais inativos (aposentados e pensionistas), conforme dados que seguem.

**TABELA 14. SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CAAPSMML**

Descrição	Média mensal
Repasse patronal – custeio normal	R\$ 15.778.168,19
Repasse patronal – custeio suplementar	R\$ 0,00
Contribuição ativos	R\$ 5.575.476,04
Contribuição inativos e pensionistas	R\$ 1.345.883,14
<b>Receita total</b>	<b>R\$ 22.699.527,36</b>
<b>Despesas previdenciárias (benefícios)</b>	<b>R\$ 28.927.155,63</b>
Insuficiência financeira	-R\$ 6.227.628,26 (-27,44% da receita total)
<b>Relação (despesas x receita total)</b>	<b>127,44%</b>

Destarte, alerta-se que a situação financeira constatada na CAAPSM, deve ser acompanhada, visando a capitalização de recursos suficientes para o pagamento dos benefícios.

## 7.6. COMPORTAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS PROJETADAS E EXECUTADAS

Em complemento a análise da situação financeira e atuarial e visando o atendimento ao inciso IV do §1º do Art. 50 da Portaria nº 464/2018, apresenta-se a seguir o comportamento entre as receitas e despesas previdenciárias projetadas e aquelas auferidas pela CAAPSM, seguindo o modelo disposto no demonstrativo de resultados da avaliação atuarial – DRAA.

**TABELA 15. COMPORTAMENTO RECEITAS E DESPESAS PROJETADAS E EXECUTADAS**

Descrição	Valores projetados	Valores executados
<b>Base de cálculo da contribuição normal</b>	<b>R\$ 575.318.896,83</b>	<b>R\$ 524.495.920,42</b>
BC - Contribuições dos Aposentados	R\$ 112.760.976,90	R\$ 22.534.474,70
BC - Contribuições dos Pensionistas	R\$ 7.091.706,24	R\$ 1.601.710,49
BC - Compensação Previdenciária a Receber	R\$ 22.405.446,59	R\$ 12.678.106,31
BaC - Contribuição do Ente	R\$ 144.040.627,12	R\$ 229.633.654,98
BaC - Contribuição dos Segurados Ativos	R\$ 77.560.337,68	R\$ 73.885.822,01
BaC - Contribuição dos Aposentados	R\$ 4.952.956,86	R\$ 0,00
BaC - Contribuição dos Pensionistas	R\$ 0,00	R\$ 0,00
BaC - Compensação Previdenciária a Receber	R\$ 5.905.848,85	R\$ 0,00
Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Parcelamentos de Débitos Previdenciários	R\$ 11.946.085,21	R\$ 21.538.588,64
Outras Receitas	R\$ 0,00	R\$ 4.000.000,00
<b>Total das receitas</b>	<b>R\$ 386.663.985,46</b>	<b>R\$ 365.872.357,13</b>
BC - Encargos - Aposentadorias Programadas	R\$ 156.888.019,71	R\$ 286.686.111,97
BC - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores	R\$ 140.111.171,93	R\$ 36.881.560,12
BC - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais	R\$ 0,00	R\$ 0,00
BC - Encargos - Aposentadorias por Invalidez	R\$ 15.003.852,78	R\$ 10.169.229,45
BC - Encargos - Pensões por Morte	R\$ 74.079.953,48	R\$ 37.441.636,10
BC - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar	R\$ 198.627,29	R\$ 795.580,82
BaC - Encargos - Aposentadorias Programadas	R\$ 29.816.964,70	R\$ 0,00
BaC - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores	R\$ 17.775.826,29	R\$ 0,00
BaC - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais	R\$ 0,00	R\$ 0,00
BaC - Encargos - Aposentadorias por Invalidez	R\$ 858.661,09	R\$ 0,00
BaC - Encargos - Pensões por Morte de Servidores em Atividade	R\$ 749.882,72	R\$ 0,00
BaC - Encargos - Pensões por Morte de Aposentados	R\$ 229.658,80	R\$ 0,00
BaC - Encargos - Outros Benefícios e Auxílios	R\$ 0,00	R\$ 0,00
BaC - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar	R\$ 483.830,66	R\$ 0,00
Outras Despesas	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Total das despesas</b>	<b>R\$ 436.196.449,44</b>	<b>R\$ 378.518.445,03</b>
<b>Insuficiência ou excedente financeiro</b>	<b>-R\$ 49.532.463,99</b>	<b>-R\$ 12.646.087,90</b>

## 7.7. SENSIBILIDADE À TAXA DE JUROS

Conforme mencionado no capítulo destinado às hipóteses atuariais, a taxa de juros utilizada nos cálculos atuariais expressa a estimativa de retorno acima da inflação para os recursos do Plano.

Esta hipótese é utilizada para descontar as obrigações futuras do plano de benefícios junto aos segurados. Com isso, quanto maior a expectativa de rentabilidade, maior será o desconto dos valores no tempo e menor será o passivo atuarial. Por outro lado, quanto menor a expectativa de rentabilidade, menor será o desconto dos valores no tempo e maior será o passivo atuarial.

Deste modo, a redução da meta atuarial acarreta elevação das provisões matemáticas e, conseqüentemente, em piora dos resultados atuariais do plano de benefícios, com agravamento do déficit técnico.

Em contrapartida, a não redução da meta atuarial irá exigir maior esforço dos gestores financeiros para alcançar o patamar exigido e, não se alcançando o referido percentual estabelecido como meta, poderão ser observados déficits técnicos a serem reconhecidos nos anos seguintes, tendo em vista a ocorrência de uma perda atuarial.

Assim, para análise comparativa ao resultado atuarial apurado na presente avaliação, segue abaixo demonstrado os resultados obtidos se consideradas as taxas de 5,40% e 3,84% de juros ao ano.

**TABELA 16. VARIAÇÃO DO RESULTADO EM FUNÇÃO DA TAXA DE JUROS**

Resultados	4,84%	5,40%	3,84%
Ativos Garantidores	R\$ 306.746.191,77	R\$ 306.746.191,77	R\$ 306.746.191,77
Provisão Matemática	R\$ 2.629.133.724,41	R\$ 2.445.353.972,71	R\$ 3.005.317.122,10
Benefícios Concedidos (+)	R\$ 2.750.399.245,20	R\$ 2.600.651.509,77	R\$ 3.057.217.149,76
Benefícios a Conceder (+)	-R\$ 121.265.520,79	-R\$ 155.297.537,06	-R\$ 51.900.027,66
Plano de Amortização (-)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Resultado Atuarial [+/-]</b>	<b>-R\$ 2.322.387.532,64</b>	<b>-R\$ 2.138.607.780,94</b>	<b>-R\$ 2.698.570.930,33</b>

Da tabela acima, depreende-se um impacto expressivo nos resultados em função da variação da taxa de juros, haja vista se tratar de cálculos de longo prazo. A redução da meta atuarial eleva significativamente o déficit técnico. As análises demonstram o quão sensíveis são os passivos atuariais às variações na hipótese de taxa de juros.

A manutenção da atual hipótese, por outro lado, poderá acarretar perdas atuariais nos anos futuros caso não se consiga atingir o patamar estabelecido como meta. Todavia, a definição pelas hipóteses não deve se basear nos resultados atuariais, mas sim nas características reais da massa de segurados, bem como no cenário econômico de longo prazo, por meio da realização de estudos específicos, que visem a adequação da hipótese da taxa de juros à realidade do Regime.

## 7.8. SENSIBILIDADE AO CRESCIMENTO SALARIAL

Adicionalmente, foram realizados estudos para se verificar a sensibilidade do passivo a alterações da hipótese da taxa real de crescimento dos salários em 3,21%/3,39% e 2,71%/2,89%, dos servidores do Quadro Geral e Magistério, respectivamente.

**TABELA 17. VARIAÇÃO DO RESULTADO EM FUNÇÃO DO CRESCIMENTO SALARIAL**

Resultados	2,21%/2,39%	3,21%/3,39%	2,71%/2,89%
Ativos Garantidores	R\$ 306.746.191,77	R\$ 306.746.191,77	R\$ 306.746.191,77
Provisão Matemática	R\$ 2.629.133.724,41	R\$ 2.647.214.872,40	R\$ 2.636.857.370,63
Benefícios Concedidos (+)	R\$ 2.750.399.245,20	R\$ 2.750.399.245,20	R\$ 2.750.399.245,20
Benefícios a Conceder (+)	-R\$ 121.265.520,79	-R\$ 103.184.372,80	-R\$ 113.541.874,57
Plano de Amortização (-)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Resultado Atuarial [+/-]</b>	<b>-R\$ 2.322.387.532,64</b>	<b>-R\$ 2.340.468.680,63</b>	<b>-R\$ 2.330.111.178,86</b>

Apesar de se demonstrar um impacto inferior, se comparado à taxa de juros, o passivo atuarial, como demonstrado possui relativa sensibilidade ao crescimento salarial. Assim, a mitigação do risco atuarial associado passa pela definição da melhor estimativa e da observância, pelo Ente Federativo, de tais percentuais em suas políticas de gestão de pessoas.

Eventuais reestruturações de planos de cargos e salários deve estar precedida de estudos de impactos atuariais.

## 7.9. SENSIBILIDADE ÀS TÁBUAS DE MORTALIDADE

Por fim, quanto à sensibilidade do passivo atuarial, foram realizados estudos para se verificar o impacto de eventuais elevações da longevidade da população segurada considerando as tábuas IBGE 2019 - M / IBGE 2019 - F e AT-2000 MALE / AT-2000 FEMALE, observados os sexos masculino e feminino, respectivamente.

**TABELA 18. VARIAÇÃO DO RESULTADO EM FUNÇÃO DA TÁBUA DE MORTALIDADE**

Resultados	IBGE 2020 - M / IBGE 2020 - F	IBGE 2019 - M / IBGE 2019 - F	AT-2000 MALE / AT-2000 FEMALE
Ativos Garantidores	R\$ 306.746.191,77	R\$ 306.746.191,77	R\$ 306.746.191,77
Provisão Matemática	R\$ 2.629.133.724,41	R\$ 2.616.908.952,46	R\$ 2.822.679.318,92
Benefícios Concedidos (+)	R\$ 2.750.399.245,20	R\$ 2.740.962.200,89	R\$ 2.890.482.687,28
Benefícios a Conceder (+)	-R\$ 121.265.520,79	-R\$ 124.053.248,43	-R\$ 67.803.368,36
Plano de Amortização (-)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Resultado Atuarial [+/-]</b>	<b>-R\$ 2.322.387.532,64</b>	<b>-R\$ 2.310.162.760,69</b>	<b>-R\$ 2.515.933.127,15</b>

Os resultados constantes da tabela acima demonstram a piora do resultado atuarial se considerada evolução nos níveis de longevidade da população segurada. Afora os resultados apurados, é essencial que as tábuas biométricas estejam aderentes à realidade dos segurados e atestadas por meio de estudos estatísticos periódicos.

## 7.10. BALANÇO ATUARIAL – INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8/2018

Em atendimento ao inciso I do Art. 8º da Instrução Normativa nº 8/2018, apresenta-se a seguir o Balanço Atuarial, seguindo os modelos estabelecidos no Anexo da referida instrução e observado o plano de custeio vigente em 31/12/2021.

**TABELA 19. BALANÇO ATUARIAL**

Descrição	Alíquota normal vigente em lei	Alíquota normal de equilíbrio
<b>Alíquota Normal (patronal + servidor) (A)</b>	40,00%	40,00%
Desconto das alíquotas dos benefícios calculados por RS, RCC e taxa de adm. (B)	1,00%	1,00%
Alíquota Normal por regime de capitalização para apuração dos resultados atuariais (C = A - B)	39,00%	39,00%
Descrição	Valores com alíquotas vigentes	Valores com alíquotas de equilíbrio
<b>Ativos garantidores</b>	<b>R\$ 306.746.191,77</b>	<b>R\$ 306.746.191,77</b>
Aplicações em Segmento de Renda Fixa	R\$ 48.130.417,16	R\$ 48.130.417,16
Aplicações em Segmento de Renda Variável e Investimentos Estruturados	R\$ 9.621.447,51	R\$ 9.621.447,51
Aplicações em Segmento Imobiliário	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Aplicações em Segmento de Investimentos no Exterior	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Aplicações em Enquadramento	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Títulos e Valores não Sujeitos ao Enquadramento	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Demais Bens, direitos e ativos*	R\$ 248.994.327,10	R\$ 248.994.327,10
<b>Provisão matemática - Total</b>	<b>R\$ 2.629.133.724,38</b>	<b>R\$ 4.914.854.190,62</b>
<b>Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC</b>	<b>R\$ 2.962.023.632,45</b>	<b>R\$ 4.052.233.816,37</b>
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Concedidos	R\$ 4.360.954.410,35	R\$ 4.360.954.410,35
(-) VACF – Concedidos (Ente)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) VACF – Concedidos (Servidores)	R\$ 1.398.930.777,91	R\$ 308.720.593,98
<b>Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC</b>	<b>R\$ 172.394.909,84</b>	<b>R\$ 1.367.905.192,15</b>
Valor Atual dos Benefícios Futuros - a Conceder	R\$ 4.157.064.291,37	R\$ 4.157.064.291,37
(-) VACF – a Conceder (Ente)	R\$ 2.830.282.732,93	R\$ 1.689.467.405,43
(-) VACF – a Conceder (Servidores)	R\$ 1.154.386.648,60	R\$ 1.099.691.693,79
<b>Ajuste da Provisão Matemática (COMPREV)</b>	<b>-R\$ 505.284.817,90</b>	<b>-R\$ 505.284.817,90</b>
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Pagar - Benefícios Concedidos	R\$ 2.345.259,16	R\$ 2.345.259,16
(-) Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios Concedidos	R\$ 213.969.646,42	R\$ 213.969.646,42
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Pagar - Benefícios a Conceder	R\$ 38.904.712,67	R\$ 38.904.712,67
(-) Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios a Conceder	R\$ 332.565.143,31	R\$ 332.565.143,31
<b>Resultado atuarial</b>	<b>-R\$ 2.322.387.532,61</b>	<b>-R\$ 4.608.107.998,85</b>
<b>Superávit Atuarial (S.A)</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Reserva de Contingência	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Reserva para Ajuste do Plano	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Déficit Atuarial (D.A)</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 4.608.107.998,87</b>
Déficit Atuarial Equacionado	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VP de Amortização do D.A estabelecido em lei	R\$ 0,00	R\$ 4.608.107.998,87
VP da Cobertura da Insuficiência Financeira	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Déficit Atuarial a Equacionar</b>	<b>-R\$ 2.322.387.532,64</b>	<b>R\$ 0,00</b>

\* Considerado o saldo devedor dos parcelamentos, quando houver.

## 8. DOS CUSTOS E PLANO DE CUSTEIO

Define-se plano de custeio as fontes de recursos necessárias para o financiamento dos benefícios garantidos e da taxa de administração, representadas pelas alíquotas de contribuições previdenciárias a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas ao respectivo RPPS, bem como os aportes necessários ao atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial.

Pelo exposto e embasado nas diretrizes da Portaria nº 464/2018, a **LUMENS ATUARIAL** elaborou a avaliação atuarial com o objetivo de apurar os encargos previdenciários para subsidiar tecnicamente a **CAIXA DE ASSISTÊNCIA, APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA (PR) – CAAPSML**.

### 8.1. DAS REMUNERAÇÕES E DOS PROVENTOS ATUAIS

Em atendimento ao art. 9º da Instrução Normativa nº 8/2018, são apresentados a seguir os montantes das remunerações de contribuição e proventos apurados com base nas estatísticas da população coberta, em 31/12/2021.

**TABELA 20. REMUNERAÇÕES E PROVENTOS**

<b>Categorias</b>	<b>Valor mensal</b>	<b>Valor anual</b>
Total das remunerações de contribuição dos segurados ativos iminentes	R\$ 4.258.055,65	R\$ 55.354.723,45
Total das remunerações de contribuição dos segurados ativos não iminentes	R\$ 35.354.360,25	R\$ 459.606.683,25
<b>Total das remunerações de contribuição dos segurados ativos*</b>	<b>R\$ 39.612.415,90</b>	<b>R\$ 514.961.406,70</b>
Total das parcelas dos proventos de aposentadoria que superem R\$ 3.300,00	R\$ 14.312.502,97	R\$ 186.062.538,61
<b>Total dos proventos de aposentadoria*</b>	<b>R\$ 25.831.709,06</b>	<b>R\$ 335.812.217,78</b>
Total das parcelas das pensões por morte que superem R\$ 3.300,00	R\$ 975.948,57	R\$ 12.687.331,41
<b>Total das pensões por morte*</b>	<b>R\$ 2.872.893,93</b>	<b>R\$ 37.347.621,09</b>
<b>Total</b>	<b>R\$ 68.317.018,89</b>	<b>R\$ 888.121.245,57</b>

\* Os valores totais (mensal e anual) correspondem a base de cálculo vigente em lei para incidência do custo normal patronal.

### 8.2. ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL VIGENTES EM LEI

Na sequência e, em consonância com o que preceitua o §5º do artigo 3º da Portaria nº 464/2018, os resultados apurados consideraram o plano de custeio vigente nas Leis Municipais nº 13192, de 28/12/2020 e nº 12995, de 26/12/2019, conforme demonstrado a seguir.

**TABELA 21. ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL VIGENTES EM LEI**

<b>Categorias</b>	<b>Valor anual da base de cálculo (R\$)</b>	<b>Alíquota vigente %</b>	<b>Contribuição esperada</b>
Ente Federativo	R\$ 888.121.245,57	25,00%	R\$ 222.024.523,85
Taxa de Administração	R\$ 888.121.245,57	1,00%	R\$ 8.887.000,00
<b>Ente Federativo – Total</b>	---	<b>26,00%</b>	<b>R\$ 230.911.523,85</b>
Segurados Ativos	R\$ 514.961.406,70	14,00%	R\$ 72.094.596,94
Aposentados*	R\$ 186.062.538,61	14,00%	R\$ 26.048.755,41
Pensionistas*	R\$ 12.687.331,41	14,00%	R\$ 1.776.226,40
<b>Total</b>		<b>40,00%</b>	<b>R\$ 355.248.498,23</b>

\* Previsão de incidência da alíquota de contribuição sobre a parcela do benefício que excede R\$ 3.300,00.

Em relação a taxa de administração verificar esclarecimentos no capítulo destinado ao custeio administrativo.

### 8.3. ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL – POR BENEFÍCIO

Todavia, considerando os regimes financeiros, os métodos de financiamento e as hipóteses atuariais adotadas, o cálculo indicou um custeio normal total inferior ao custeio normal vigente, conforme apresentado abaixo, por benefício, inclusive o custeio administrativo.

**TABELA 22. ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL, CALCULADAS POR BENEFÍCIO**

<b>Categorias</b>	<b>Regime financeiro</b>	<b>Custo anual previsto (R\$)</b>	<b>Alíquota normal (%)</b>
Aposentadoria por tempo de contribuição, idade e compulsória	CAP	R\$ 66.827.390,87	8,02%
Aposentadoria por invalidez	CAP	R\$ 10.653.176,03	1,28%
Pensão por morte de ativo	CAP	R\$ 9.602.444,29	1,15%
Pensão por morte de aposentado válido	CAP	R\$ 7.116.187,79	0,85%
Pensão por morte de aposentado inválido	CAP	R\$ 831.033,43	0,10%
Custeio Administrativo	RS	R\$ 7.141.763,75	1,00%
<b>Total</b>		<b>R\$ 102.171.996,17</b>	<b>12,41%</b>

Ressalta-se que para a apuração do custeio normal dos benefícios em capitalização, considerou-se –por conservadorismo –a remuneração de contribuição dos servidores ativos não iminentes, desconsiderando-se tal grupo sob o princípio de que se aposentariam no transcorrer do exercício seguinte ao da data focal dessa Avaliação Atuarial, e que, por conseguinte, não comporiam a base de incidência do custeio.

Desse modo, a diferença entre a alíquota normal vigente e a alíquota normal de equilíbrio calculada (40,00% - 12,41% = 27,59%) foi considerada para fins de adequação do valor presente atuarial das contribuições futuras (VACF) e, conseqüentemente, das provisões matemáticas de benefícios a conceder (PMBaC). Tal percentual acarretou uma elevação do VACF em R\$ 1.611.019.076,39, com redução equivalente da PMBaC. Assim, os resultados apurados foram atuarialmente ajustados considerando a manutenção das alíquotas normais vigentes, conforme determinação da Portaria nº 464/2018.

Contudo, depreende-se, a necessidade de adequação da alíquota de custeio normal patronal às disposições da norma, **quanto à base de incidência**, conforme apresentado no item 8.5, a seguir.

#### 8.4. ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL – POR REGIME FINANCEIRO

Adicionalmente, demonstra-se a seguir as alíquotas de custeio normal, calculadas por Regime Financeiro e o custeio administrativo.

**TABELA 23. ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL, CALCULADAS POR REGIME**

Categories	Custo anual previsto (R\$)	Alíquota normal (%)
Capitalização	R\$ 95.030.232,42	11,41%
Repartição de Capitais de Cobertura	R\$ 0,00	0,00%
Repartição Simples	R\$ 0,00	0,00%
Custeio Administrativo	R\$ 7.141.763,75	1,00%
<b>Total</b>	<b>R\$ 102.171.996,17</b>	<b>12,41%</b>

#### 8.5. CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL A CONSTAREM EM LEI – CUSTEIO PATRONAL CONFORME PORTARIA Nº 464/2018

Inicialmente, insta salientar que o plano de custeio proposto deverá observar os parâmetros dispostos na Portaria nº 464/2018, em especial, o inciso IV, do art. 48<sup>6</sup>, que estabelece que a base de cálculo das contribuições do ente federativo, tanto normal quanto suplementar, deverão incidir apenas sobre a remuneração de contribuição dos ativos, que corresponde ao valor mensal de R\$ 39.612.415,90 e ao valor anual de R\$ 514.961.406,70.

Logo, **se faz necessário que o Ente, em conjunto com o RPPS, promova a adequação da sua legislação em relação a esse aspecto**, sob pena de não atendimento aos critérios trazidos pelo conjunto normativo em vigor, bem como que a lei municipal tivesse sido publicada até o fim do exercício de 2020, conforme previsão expressa do artigo 49 da Portaria nº 464/2018 e o artigo 10 da Instrução Normativa nº 7/2018.

Assim sendo, visando adequação à norma supra, foi realizado outro cálculo atuarial considerando como base de contribuição das alíquotas normais propostas apenas a remuneração de contribuição dos ativos, o que representou um déficit atuarial de R\$ 4.608.107.998,87, a seguir evidenciado.

<sup>6</sup> Portaria nº 464/2018: “Art. ~~48~~. plano de custeio proposto na avaliação atuarial **deverá** observar os seguintes parâmetros:(...)”

IV - quando instituído na forma de alíquotas, **ter a remuneração de contribuição dos segurados ativos como base de cálculo das contribuições do ente federativo, normal e suplementar;**”

**TABELA 24. PROVISÕES MATEMÁTICAS E RESULTADO ATUARIAL**

Descrição	Geração atual – Portaria nº 464/2018
<b>Ativos Garantidores dos Compromissos (1)</b>	<b>R\$ 306.746.191,77</b>
Aplicações e Recursos - DAIR	R\$ 83.798.264,67
Parcelamentos de Débitos Previdenciários	R\$ 222.947.927,10
<b>Provisão Matemática (2 = 3 + 4 - 5)</b>	<b>R\$ 4.914.854.190,64</b>
<b>Benefícios Concedidos (3)</b>	<b>R\$ 3.840.609.429,12</b>
Benefícios do Plano	R\$ 4.360.954.410,35
Contribuições do Ente (-)	R\$ 0,00
Contribuições do Inativo (-)	R\$ 292.530.837,26
Contribuições do Pensionista (-)	R\$ 16.189.756,71
Compensação Previdenciária (-)	R\$ 211.624.387,26
<b>Benefícios a Conceder (4)</b>	<b>R\$ 1.074.244.761,52</b>
Benefícios do Plano	R\$ 4.157.064.291,37
Contribuições do Ente (-)	R\$ 1.689.467.405,43
Contribuições do Ativo (-)	R\$ 1.099.691.693,79
Compensação Previdenciária (-)	R\$ 293.660.430,63
<b>Plano de Amortização Vigente (5)</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Outros Créditos (-)	R\$ 0,00
<b>Resultado Atuarial (6 = 1 - 2)</b>	<b>-R\$ 4.608.107.998,87</b>

Portanto, para o financiamento dos benefícios assegurados pela **CAAPSML**, cujos resultados consideraram apenas a remuneração de contribuição dos ativos como base de contribuição das alíquotas normais, o cálculo também indicou um custeio normal total inferior ao custeio normal vigente, conforme apresentado abaixo, por benefício, inclusive o custeio administrativo.

**TABELA 25. ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL, CALCULADAS POR BENEFÍCIO**

Categorias	Regime financeiro	Custo anual previsto (R\$)	Alíquota normal (%)
Aposentadoria Programada	CAP	R\$ 66.827.390,87	14,54%
Aposentadoria por Invalidez	CAP	R\$ 10.653.176,03	2,32%
Pensão por Morte de Ativo	CAP	R\$ 9.602.444,29	2,09%
Reversão em Pensão de Ap. Programada	CAP	R\$ 7.116.187,79	1,55%
Reversão em Pensão de Ap. por Invalidez	CAP	R\$ 831.033,43	0,18%
Custeio Administrativo	RS	R\$ 5.152.969,87	1,00%
<b>Total</b>		<b>R\$ 100.183.202,29</b>	<b>21,68%</b>

Para a apuração do custeio normal dos benefícios em capitalização, considerou-se –por conservadorismo – a remuneração de contribuição dos servidores ativos não iminentes, desconsiderando-se tal grupo sob o princípio de que se aposentariam no transcorrer do exercício seguinte ao da data focal dessa Avaliação Atuarial, e que, por conseguinte, não comporiam a base de incidência do custeio.

De forma análoga ao que se apurou na situação de custeio vigente, descrita no item 8.3 deste Relatório, a diferença entre a alíquota normal vigente e a alíquota normal de equilíbrio calculada (40,00% - 21,68% = 18,32%) foi considerada para fins de adequação do valor presente atuarial das contribuições futuras (VACF) e, conseqüentemente, das provisões matemáticas de benefícios a conceder (PMBaC). Tal percentual acarretou uma elevação do VACF em R\$ 1.454.747.776,93, com redução equivalente da PMBaC. Assim, os resultados, para a determinação do plano de custeio proposto, foram atuarialmente ajustados considerando a manutenção da alíquota normal patronal vigente.

Adicionalmente, demonstra-se a seguir as alíquotas de custeio normal, calculadas por regime financeiro e o custeio administrativo.

**TABELA 26. ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL, CALCULADAS POR REGIME**

Categories	Custo anual previsto (R\$)	Alíquota normal (%)
Capitalização	R\$ 95.030.232,42	20,68%
Repartição de Capitais de Cobertura	R\$ 0,00	0,00%
Repartição Simples	R\$ 0,00	0,00%
Custeio Administrativo	R\$ 5.152.969,87	1,00%
<b>Total</b>	<b>R\$ 100.183.202,29</b>	<b>21,68%</b>

Por fim, com relação ao plano de custeio a constar em lei, depreende-se a **manutenção das alíquotas de custeio normal**, conforme apresentado a seguir, e a implementação do plano de amortização, em conformidade com as exigências estabelecidas na Portaria nº 464/2018 e na Instrução Normativa nº 7/2018, apresentada na sequência.

**TABELA 27. ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL A CONSTAREM EM LEI**

Categories	Valor anual da base de cálculo (R\$)	Alíquota apurada (%)	Contribuição esperada definida (R\$)
Ente Federativo*	R\$ 514.961.406,70	25,00%	R\$ 128.740.351,68
Taxa de Administração	R\$ 514.961.406,70	1,00%	R\$ 5.149.614,07
Aporte Anual – Custeio Administrativo	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00
Ente Federativo – Total	R\$ 514.961.406,70	26,00%	R\$ 133.889.965,74
Segurados Ativos	R\$ 514.961.406,70	14,00%	R\$ 72.094.596,94
Aposentados**	R\$ 186.062.538,61	14,00%	R\$ 26.048.755,41
Pensionistas**	R\$ 12.687.331,41	14,00%	R\$ 1.776.226,40
<b>Total</b>		<b>40,00%</b>	<b>R\$ 233.809.544,48</b>

\* Incidente apenas sobre a folha de remuneração de contribuição dos servidores ativos.

\*\* Previsão de incidência da alíquota de contribuição sobre a parcela do benefício que excede R\$ 3.300,00.

## 9. EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

Conforme exposto no item 8.5 deste Relatório, foi apurado um resultado de déficit atuarial, já contemplando a alteração da base de incidência das contribuições patronais. Portanto, para a sustentação do equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios da CAAPSML, **há a necessidade de que o plano de amortização seja implementado em lei.**

Assim sendo, o déficit técnico atuarial apurado deve ser equacionado e, por conseguinte, o plano de amortização implementado em lei, por meio de alíquotas de contribuição suplementar ou aportes periódicos de recursos, observados os critérios definidos na Instrução Normativa nº 7/2018 e as alterações trazidas pela Portaria nº 14.816/2020, com destaque aos prazos máximos e percentuais mínimos para o equacionamento do déficit, conforme alternativas apresentadas a seguir.

Inicialmente, em atendimento ao parágrafo único do inciso I do art. 8º da Instrução Normativa nº 8/2018, ressalta-se que foram apresentados no capítulo de análise atuarial e financeira as considerações a respeito das principais causas do déficit atuarial apurado.

Recomenda-se, por fim, a observância à previsão contida no artigo 54, §3º da Portaria nº 464/2018 quando da elaboração da norma referente ao plano de amortização, de modo que seja incluída, necessariamente, uma tabela contemplando todas as alíquotas / aportes e os períodos de exigência<sup>7</sup> bem como **o cumprimento do prazo previsto pelo artigo 49 da mesma Portaria, qual seja 31/12/2022**, para a aprovação da norma no âmbito local, sob pena de serem aplicadas algumas restrições quando da elaboração da Avaliação Atuarial do exercício seguinte (artigo 49, §1º, I, II e III).

Contudo, tendo em vista que o Município de LONDRINA (PR) não promoveu o equacionamento do déficit atuarial apurado na Avaliação Atuarial 2020, referente ao encerramento do exercício de 2020 de forma tempestiva, conforme já relatado no item *Análise Atuarial e Financeira* do Capítulo 7, a Portaria nº 464/2018, em seu artigo 49, §1º, I e II<sup>8</sup> determina:

- I. A necessidade de reconhecimento imediato do plano de custeio apresentado nessa Avaliação Atuarial, ou seja, **perde-se a prerrogativa de reconhecimento do déficit até**

---

<sup>7</sup> Portaria nº 464/2018: “Art. 54. §3º Para atendimento ao requisito previsto no inciso V do caput, **a lei que instituir ou alterar plano de amortização deverá identificar todas as alíquotas e aportes e respectivos períodos de exigência por meio de tabela**, além de conter os prazos para repasse na forma do inciso I do art. 50, não se admitindo a simples menção a percentuais e a outros aspectos constantes da avaliação atuarial respectiva.” (Grifo nosso!)

<sup>8</sup> Portaria nº 464/2018: “Art. 49. O plano de custeio proposto na avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro de cada exercício que indicar a necessidade de majoração das contribuições, implementado por meio de lei do ente federativo editada, publicada e encaminhada à Secretaria de Previdência e ser exigível até 31 de dezembro do exercício subsequente, observará o seguinte:

(...)

§ 1º Sem prejuízo do atendimento, pelo ente federativo, das exigências de órgãos de controle e a observância de outras normas legais, o cumprimento da forma e prazo previstos no caput para implementação do plano de custeio deverá ser comprovado à Secretaria de Previdência, integrando parte das medidas relacionadas à observância do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, resultando, a sua inobservância, nos seguintes efeitos:

**I - o plano de custeio estabelecido pela próxima avaliação atuarial deverá ser implementado de imediato;**

**II - o déficit apurado deverá ser integralmente equacionado, não se aplicando os percentuais mínimos de que trata o inciso II do art. 55; (...).”** (Grifo nosso!)

**31/12 do exercício corrente** e tão logo sejam de conhecimento da Administração e da Unidade Gestora os resultados, se faz necessário o reconhecimento em lei; e

- II. A vedação da opção pelo Ente dos cenários que contemplem a aplicação do Limite de Déficit Atuarial (LDA), **impondo o reconhecimento do déficit integral apurado**. Assim sendo, não serão apresentadas as opções de equacionamento do déficit atuarial com a aplicação do LDA.

Por sua vez, por determinação da Portaria nº 464/2018, segue apresentado, de forma resumida, as opções de equacionamento do déficit atuarial apurado, cujo resultado considerou como base de incidência da contribuição patronal apenas a folha de remuneração dos ativos.

**TABELA 28. CENÁRIOS DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL**

Descrição	Por 35 anos	Por duração do passivo (LDA)	Por sobrevida média – RMBaC (LDA)	Por sobrevida média – RMBC (LDA)
Déficit atuarial total		R\$ 4.608.107.998,87		
Déficit RMBC		R\$ 3.533.863.237,35		
Déficit RMBaC		R\$ 1.074.244.761,52		
Constantes 'a' e 'b'		-	-	-
Duration t-1 ou Sobrevida		-	-	-
% LDA RMBaC		-	-	
LDA RMBaC		-	-	
Déficit com LDA	R\$ 4.608.107.998,87	-	-	-
Prazo de Financiamento (anos)	35	-	-	-
<b>Folha mensal</b>		<b>R\$ 39.612.415,90</b>		

\* Valor da 1ª parcela calculada pelo método PRICE (prestação constante).

Na sequência, segue demonstrada a evolução das alíquotas e dos aportes, conforme algumas alternativas de financiamento do déficit atuarial estabelecidas, todas em conformidade com a Portaria nº 464/2018 bem como a Instrução Normativa nº 7/2018 e a Portaria nº 14.816/2020.

Outrossim, cabe a importante ressalva da restrição à necessidade de que os pagamentos realizados para o equacionamento do déficit atuarial por meio de aportes, atendam à periodicidade **mensal**, conforme preceitua a Portaria nº 464/2018, em seu artigo 48, III<sup>9</sup>.

## 9.1. ALTERNATIVA 1 – PRAZO 35 ANOS – ALÍQUOTAS SUPLEMENTARES

Alternativamente, pode-se promover o equacionamento do déficit atuarial apurado por meio do financiamento por prazo de 35 anos e aplicação de alíquotas suplementares.

<sup>9</sup> Portaria nº 464/2018: “Art. 48. O plano de custeio proposto na avaliação atuarial **deverá observar os seguintes parâmetros:** (...)

III - consistir o plano de amortização do déficit atuarial no estabelecimento de alíquota de contribuição complementar ou em **aportes mensais** cujos valores sejam preestabelecidos.” (Grifo nosso!)

**TABELA 29. PRAZO 35 ANOS – ALÍQUOTAS**

Ano	Saldo devedor	Juros	Parcela	Alíquota	Base de incidência
2022	R\$ 4.608.107.998,87	R\$ 223.032.427,15	R\$ 74.321.685,37	14,11%	R\$ 526.730.583,74
2023	R\$ 4.756.818.740,65	R\$ 230.230.027,05	R\$ 153.441.336,94	28,48%	R\$ 538.768.739,24
2024	R\$ 4.833.607.430,76	R\$ 233.946.599,65	R\$ 236.248.862,22	42,87%	R\$ 551.082.020,57
2025	R\$ 4.831.305.168,19	R\$ 233.835.170,14	R\$ 236.124.176,16	41,89%	R\$ 563.676.715,59
2026	R\$ 4.829.016.162,16	R\$ 233.724.382,25	R\$ 236.043.359,35	40,94%	R\$ 576.559.255,86
2027	R\$ 4.826.697.185,06	R\$ 233.612.143,76	R\$ 235.894.487,97	40,00%	R\$ 589.736.219,93
2028	R\$ 4.824.414.840,85	R\$ 233.501.678,30	R\$ 241.165.091,82	39,98%	R\$ 603.214.336,72
2029	R\$ 4.816.751.427,33	R\$ 233.130.769,08	R\$ 246.676.795,46	39,98%	R\$ 617.000.488,90
2030	R\$ 4.803.205.400,95	R\$ 232.475.141,41	R\$ 252.314.466,25	39,98%	R\$ 631.101.716,47
2031	R\$ 4.783.366.076,11	R\$ 231.514.918,08	R\$ 258.080.983,08	39,98%	R\$ 645.525.220,32
2032	R\$ 4.756.800.011,11	R\$ 230.229.120,54	R\$ 263.979.290,69	39,98%	R\$ 660.278.365,90
2033	R\$ 4.723.049.840,96	R\$ 228.595.612,30	R\$ 270.012.401,06	39,98%	R\$ 675.368.687,00
2034	R\$ 4.681.633.052,19	R\$ 226.591.039,73	R\$ 276.183.395,06	39,98%	R\$ 690.803.889,61
2035	R\$ 4.632.040.696,86	R\$ 224.190.769,73	R\$ 282.495.423,95	39,98%	R\$ 706.591.855,79
2036	R\$ 4.573.736.042,64	R\$ 221.368.824,46	R\$ 288.951.710,99	39,98%	R\$ 722.740.647,79
2037	R\$ 4.506.153.156,11	R\$ 218.097.812,76	R\$ 295.555.553,14	39,98%	R\$ 739.258.512,10
2038	R\$ 4.428.695.415,73	R\$ 214.348.858,12	R\$ 302.310.322,69	39,98%	R\$ 756.153.883,66
2039	R\$ 4.340.733.951,17	R\$ 210.091.523,24	R\$ 309.219.469,01	39,98%	R\$ 773.435.390,21
2040	R\$ 4.241.606.005,40	R\$ 205.293.730,66	R\$ 316.286.520,30	39,98%	R\$ 791.111.856,68
2041	R\$ 4.130.613.215,76	R\$ 199.921.679,64	R\$ 323.515.085,40	39,98%	R\$ 809.192.309,65
2042	R\$ 4.007.019.810,00	R\$ 193.939.758,80	R\$ 330.908.855,62	39,98%	R\$ 827.685.982,05
2043	R\$ 3.870.050.713,19	R\$ 187.310.454,52	R\$ 338.471.606,65	39,98%	R\$ 846.602.317,77
2044	R\$ 3.718.889.561,06	R\$ 179.994.254,76	R\$ 346.207.200,44	39,98%	R\$ 865.950.976,59
2045	R\$ 3.552.676.615,37	R\$ 171.949.548,18	R\$ 354.119.587,23	39,98%	R\$ 885.741.839,00
2046	R\$ 3.370.506.576,32	R\$ 163.132.518,29	R\$ 362.303.406,04	39,99%	R\$ 905.985.011,36
2047	R\$ 3.171.335.688,57	R\$ 153.492.647,33	R\$ 370.583.663,31	39,99%	R\$ 926.690.830,97
2048	R\$ 2.954.244.672,59	R\$ 142.985.442,15	R\$ 379.053.161,57	39,99%	R\$ 947.869.871,40
2049	R\$ 2.718.176.953,17	R\$ 131.559.764,53	R\$ 387.716.225,85	39,99%	R\$ 969.532.947,86
2050	R\$ 2.462.020.491,86	R\$ 119.161.791,81	R\$ 396.577.279,98	39,99%	R\$ 991.691.122,74
2051	R\$ 2.184.605.003,68	R\$ 105.734.882,18	R\$ 405.640.848,94	39,99%	R\$ 1.014.355.711,27
2052	R\$ 1.884.699.036,92	R\$ 91.219.433,39	R\$ 414.911.561,08	39,99%	R\$ 1.037.538.287,27
2053	R\$ 1.561.006.909,23	R\$ 75.552.734,41	R\$ 424.394.150,56	39,99%	R\$ 1.061.250.689,07
2054	R\$ 1.212.165.493,07	R\$ 58.668.809,86	R\$ 434.093.459,73	39,99%	R\$ 1.085.505.025,57
2055	R\$ 836.740.843,21	R\$ 40.498.256,81	R\$ 444.014.441,59	39,99%	R\$ 1.110.313.682,41
2056	R\$ 433.224.658,43	R\$ 20.968.073,47	R\$ 454.192.731,90	40,00%	R\$ 1.135.689.328,29
2057	R\$ 0,00				

**9.2. ALTERNATIVA 2 – PRAZO 35 ANOS - APORTES PERIÓDICOS**

Ademais, pode-se promover o equacionamento do déficit atuarial apurado por meio do financiamento por prazo de 35 anos e aplicação de aportes mensais de recursos.

**TABELA 30. PRAZO 35 ANOS – APORTES**

Ano	Saldo devedor	Juros	Parcela anual	Parcela anual sobre a folha*	Parcela mensal (Aporte)
2022	R\$ 4.608.107.998,87	R\$ 223.032.427,15	R\$ 74.344.142,38	14,11%	R\$ 6.195.345,20
2023	R\$ 4.756.796.283,63	R\$ 230.228.940,13	R\$ 153.485.960,09	28,49%	R\$ 12.790.496,67
2024	R\$ 4.833.539.263,67	R\$ 233.943.300,36	R\$ 296.201.371,26	53,75%	R\$ 24.683.447,60
2025	R\$ 4.771.281.192,77	R\$ 230.930.009,73	R\$ 296.201.371,26	52,55%	R\$ 24.683.447,60
2026	R\$ 4.706.009.831,25	R\$ 227.770.875,83	R\$ 296.201.371,26	51,37%	R\$ 24.683.447,60
2027	R\$ 4.637.579.335,82	R\$ 224.458.839,85	R\$ 296.201.371,26	50,23%	R\$ 24.683.447,60
2028	R\$ 4.565.836.804,41	R\$ 220.986.501,33	R\$ 296.201.371,26	49,10%	R\$ 24.683.447,60
2029	R\$ 4.490.621.934,49	R\$ 217.346.101,63	R\$ 296.201.371,26	48,01%	R\$ 24.683.447,60
2030	R\$ 4.411.766.664,86	R\$ 213.529.506,58	R\$ 296.201.371,26	46,93%	R\$ 24.683.447,60
2031	R\$ 4.329.094.800,18	R\$ 209.528.188,33	R\$ 296.201.371,26	45,89%	R\$ 24.683.447,60
2032	R\$ 4.242.421.617,25	R\$ 205.333.206,27	R\$ 296.201.371,26	44,86%	R\$ 24.683.447,60
2033	R\$ 4.151.553.452,26	R\$ 200.935.187,09	R\$ 296.201.371,26	43,86%	R\$ 24.683.447,60
2034	R\$ 4.056.287.268,09	R\$ 196.324.303,78	R\$ 296.201.371,26	42,88%	R\$ 24.683.447,60
2035	R\$ 3.956.410.200,61	R\$ 191.490.253,71	R\$ 296.201.371,26	41,92%	R\$ 24.683.447,60
2036	R\$ 3.851.699.083,06	R\$ 186.422.235,62	R\$ 296.201.371,26	40,98%	R\$ 24.683.447,60
2037	R\$ 3.741.919.947,42	R\$ 181.108.925,46	R\$ 296.201.371,26	40,07%	R\$ 24.683.447,60
2038	R\$ 3.626.827.501,62	R\$ 175.538.451,08	R\$ 296.201.371,26	39,17%	R\$ 24.683.447,60
2039	R\$ 3.506.164.581,43	R\$ 169.698.365,74	R\$ 296.201.371,26	38,30%	R\$ 24.683.447,60
2040	R\$ 3.379.661.575,92	R\$ 163.575.620,27	R\$ 296.201.371,26	37,44%	R\$ 24.683.447,60
2041	R\$ 3.247.035.824,93	R\$ 157.156.533,93	R\$ 296.201.371,26	36,60%	R\$ 24.683.447,60
2042	R\$ 3.107.990.987,60	R\$ 150.426.763,80	R\$ 296.201.371,26	35,79%	R\$ 24.683.447,60
2043	R\$ 2.962.216.380,14	R\$ 143.371.272,80	R\$ 296.201.371,26	34,99%	R\$ 24.683.447,60
2044	R\$ 2.809.386.281,68	R\$ 135.974.296,03	R\$ 296.201.371,26	34,21%	R\$ 24.683.447,60
2045	R\$ 2.649.159.206,45	R\$ 128.219.305,59	R\$ 296.201.371,26	33,44%	R\$ 24.683.447,60
2046	R\$ 2.481.177.140,79	R\$ 120.088.973,61	R\$ 296.201.371,26	32,69%	R\$ 24.683.447,60
2047	R\$ 2.305.064.743,14	R\$ 111.565.133,57	R\$ 296.201.371,26	31,96%	R\$ 24.683.447,60
2048	R\$ 2.120.428.505,45	R\$ 102.628.739,66	R\$ 296.201.371,26	31,25%	R\$ 24.683.447,60
2049	R\$ 1.926.855.873,85	R\$ 93.259.824,29	R\$ 296.201.371,26	30,55%	R\$ 24.683.447,60
2050	R\$ 1.723.914.326,89	R\$ 83.437.453,42	R\$ 296.201.371,26	29,87%	R\$ 24.683.447,60
2051	R\$ 1.511.150.409,05	R\$ 73.139.679,80	R\$ 296.201.371,26	29,20%	R\$ 24.683.447,60
2052	R\$ 1.288.088.717,59	R\$ 62.343.493,93	R\$ 296.201.371,26	28,55%	R\$ 24.683.447,60
2053	R\$ 1.054.230.840,26	R\$ 51.024.772,67	R\$ 296.201.371,26	27,91%	R\$ 24.683.447,60
2054	R\$ 809.054.241,67	R\$ 39.158.225,30	R\$ 296.201.371,26	27,29%	R\$ 24.683.447,60
2055	R\$ 552.011.095,71	R\$ 26.717.337,03	R\$ 296.201.371,26	26,68%	R\$ 24.683.447,60
2056	R\$ 282.527.061,48	R\$ 13.674.309,78	R\$ 296.201.371,26	26,08%	R\$ 24.683.447,60
2057	R\$ 0,00				

\* Apresenta a representatividade em percentual sobre a folha de remuneração de contribuição dos ativos em cada exercício, reiterando-se que trata de alternativa de aportes periódicos mensais, e não de alíquotas suplementares, sendo não recomendada a inclusão desta coluna em eventual projeto de lei de equacionamento do déficit atuarial.

De qualquer sorte, e independentemente da alternativa adotada, tal insuficiência deve ser sanada de forma a atender às exigibilidades impostas pela legislação pertinente, especialmente à Portaria nº 204/2008, que dispõe sobre a emissão do certificado de regularidade previdenciária – CRP.

Ademais, importante evidenciar também a referência à Instrução Normativa nº 7/2018, de 21/12/2018, artigo 9º, parágrafo único, alterado pela Portaria nº 14.816/2020, de 19/06/2020, artigo 6º III, “a)” e “b)” com a Portaria nº 464/2018, artigo 54, inciso II, na qual se possibilitou o critério de escalonamento do pagamento do déficit atuarial por meio do plano de amortização, com o valor mínimo

correspondente a 1/3 dos juros do déficit no exercício de 2022, 2/3 dos juros para o exercício de 2023 e, a contar do exercício de 2024, no mínimo o pagamento dos juros. Este é o motivo pelo qual pode ser verificada uma evolução mais abrupta dos valores devidos a contar do ano de 2024.

**Logo, após as providências em relação às ressalvas aqui recomendadas, se faz necessário que o Ente, em conjunto com o RPPS, promova a adequação da sua legislação no que se refere a esse aspecto**, sob pena de não atendimento aos critérios dispostos pelo conjunto normativo em vigor.

Ademais, tendo em vista a não aprovação da norma no exercício passado, conforme já mencionado ao longo do Relatório, reitera-se a recomendação de que seja providenciada a edição de lei municipal com sua aprovação e publicação imediata, uma vez que o prazo estabelecido era até o fim do exercício de 2021, conforme previsão expressa do artigo 49 da Portaria nº 464/2018.

## 10. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Entende-se por custeio administrativo as contribuições, expressas em alíquotas, destinadas ao financiamento do custo administrativo da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social. Tal custeio deve estar estabelecido em lei municipal.

A Portaria nº 464/2018 estabelece, em seu artigo 51, cuja redação foi parcialmente alterada pela Portaria nº 19.451/2020, de 18/08/2020, o que segue:

*“Art. 51. A avaliação atuarial deverá propor plano de custeio para o financiamento do custo administrativo do RPPS.*

*§ 1º A alíquota de contribuição do plano de custeio do custo administrativo deverá ser somada àquela destinada à cobertura do custo normal dos benefícios e deverá ser corretamente dimensionada, de forma a impossibilitar que sejam utilizados para administração do RPPS recursos destinados à cobertura do custo normal e do custo suplementar do plano de benefícios.*

*§ 2º A forma de financiamento do custo administrativo do RPPS será por meio da Taxa de Administração prevista no art. 15 da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, a ser somada às alíquotas de cobertura do custo normal dos benefícios do RPPS e incluída no plano de custeio definido na avaliação atuarial do RPPS na forma do § 1º.*

*§ 3º Independentemente da forma de financiamento do custo administrativo, os recursos para essa finalidade deverão ser mantidos pela unidade orçamentária do RPPS por meio de Reserva Administrativa, para sua utilização de forma segregada dos recursos destinados ao pagamento dos benefícios.*

*§ 4º A destinação dos saldos remanescentes dos recursos destinados à Reserva Administrativa, apurados ao final de cada exercício, deverá observar o disposto no art. 15 da Portaria MPS nº 402, de 2008.”*

Cabe a ressalva da necessidade imposta pelo legislador de que o financiamento das despesas administrativas se dê por meio da Taxa de Administração, devendo o correspondente percentual definido compor o custeio normal do(s) plano(s) de benefícios administrado(s) pelo RPPS, não sendo mais permitido o pagamento das despesas administrativas diretamente pelo Ente Federativo.

Tem-se, ainda, as seguintes recomendações legais a serem observadas:

“Art. 52. Os recursos destinados ao financiamento do custo administrativo do RPPS deverão ser objeto de contínuo acompanhamento por parte, dentre outros:

I - do ente federativo, que deverá avaliar periodicamente o custo administrativo do RPPS;

II - da unidade gestora do RPPS, que deverá estabelecer processo contínuo de verificação dos repasses e da alocação dos recursos; e

III - dos conselhos deliberativo e fiscal do RPPS, que deverão zelar pela utilização dos recursos segundo os parâmetros gerais e observados os princípios que regem a Administração Pública.”

Assim, em atendimento à Instrução Normativa nº 8/2018, anteriormente à avaliação do custeio administrativo, segue demonstrado o levantamento das despesas administrativas (custo administrativo) relativo aos últimos três anos.

**TABELA 31. DESPESAS ADMINISTRATIVAS DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS**

Ano	Despesa
2019	R\$ 7.073.681,80
2020	R\$ 7.273.834,42
2021	R\$ 7.166.230,79

Quanto à estimativa das despesas administrativas para o próximo exercício, destaca-se que por meio da Lei Municipal nº 11348/2011, foram estabelecidos os parâmetros a serem observados quanto à gestão administrativa da **CAIXA DE ASSISTÊNCIA, APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA (PR) – CAAPSML**, na qual restou definida como limite para a taxa de administração o correspondente a dois pontos percentuais do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social, relativo ao exercício anterior, para que se possa ser aferido o limite de gastos para a gestão do RPPS ao longo de cada exercício, com a consequente definição do custo administrativo (aferido em valores monetários) e do custeio administrativo (aferido em percentual de contribuição).

Assim, em observância à referida Lei, na qual estão estabelecidos os limites máximos a serem gastos na gestão do RPPS, foi definido pela Unidade Gestora um orçamento para cobertura de tais despesas no montante de R\$ 8.887.000,00 e, que representou 1,00% a título de custo normal, na composição do plano de custeio do Fundo em Capitalização.

Diante do cenário de adequação imposto pelo inciso II do artigo 15, da Portaria nº 402/2008 (redação dada pela Portaria nº 19.451/2020), no qual se determina que a base de incidência para a apuração do limite de gastos com as despesas custeadas pela Taxa de Administração será aquela correspondente ao somatório da remuneração de contribuição de todos os servidores ativos vinculados ao RPPS, apurado no exercício financeiro anterior, o Município deverá, primeiramente, atender a esse critério, por meio de alteração da lei local, em caso de não cumprimento do requisito.

Ademais, impõe-se que seja determinado o percentual correspondente à Taxa de Administração, observado os novos limites estabelecidos pela Portaria nº 19.451/2020, de acordo com o porte de cada RPPS, podendo esse limite ser extrapolado em 20,00%, no caso de financiamento de

despesas relacionadas ao Pró-Gestão e atendimento dos requisitos mínimos relativos à certificação de dirigentes e conselheiros do RPPS.

A **CAAPSML** está enquadrada como RPPS de **GRANDE PORTE**, sendo o limite da Taxa de Administração permitido pela legislação de **2,40%** (inciso II, alíneas “a” a “d” do artigo 15 da Portaria nº 402/2008) e de **2,88%** (§5º, inciso I do artigo 15 da Portaria nº 402/2008) quando do acréscimo de 20,00%, ambos sobre o somatório da remuneração de contribuição de todos os servidores ativos vinculados ao RPPS, apurado no exercício financeiro anterior.

Pelo exposto, a fim de que sejam demonstrados os impactos da adoção dos limites máximos permitidos pela Portaria nº 402/2008 no resultado atuarial, segue evidenciado na tabela abaixo, o resultado considerando o cenário atual comparativamente aos dois limites normativos já mencionados.

**TABELA 32. VARIAÇÃO DO RESULTADO EM FUNÇÃO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**

Resultados	1,00%	2,15%	2,40%	2,88%
Ativos Garantidores	R\$ 306.746.191,77	R\$ 306.746.191,77	R\$ 306.746.191,77	R\$ 306.746.191,77
Provisão Matemática	R\$ 2.629.133.724,41	R\$ 2.787.071.916,79	R\$ 2.821.425.773,47	R\$ 2.887.385.178,29
Benefícios Concedidos (+)	R\$ 2.750.399.245,20	R\$ 2.800.521.802,26	R\$ 2.811.424.188,28	R\$ 2.832.356.769,45
Benefícios a Conceder (+)	-R\$ 121.265.520,79	-R\$ 13.449.885,47	R\$ 10.001.585,19	R\$ 55.028.408,84
Plano de Amortização (-)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Resultado Atuarial [+/-]	-R\$ 2.322.387.532,64	-R\$ 2.480.325.725,02	-R\$ 2.514.679.581,70	-R\$ 2.580.638.986,52
<b>Taxa de Administração</b>	<b>R\$ 5.152.969,87</b>	<b>R\$ 11.071.670,24</b>	<b>R\$ 12.359.073,76</b>	<b>R\$ 14.830.888,51</b>

A análise dos impactos demonstrados na tabela possui cunho gerencial para a tomada de decisão na definição do limite da Taxa de Administração a ser previsto na norma local.

Recomenda-se, porém, que a definição seja feita de forma tempestiva, até 30/06/2022, prazo esse prorrogado pela Portaria MTP nº 905, de 09/12/2021, com a alteração da lei local, em conjunto com o estabelecimento do novo plano de custeio para o exercício de 2023, uma vez que há impacto no resultado atuarial, conforme restou demonstrado na tabela anterior. Como decorrência, tanto o custo normal como a sequência do custo suplementar apresentados nesse Relatório podem ser alterados, em caso de se estabelecer a Taxa de Administração em um percentual distinto daquele considerado nessa Avaliação Atuarial.

**Vale recordar que a legislação impôs prazo para adequação das normas locais até 30/06/2022**, no que se refere à base de incidência para a apuração dos limites de gastos da Taxa de Administração, bem como para outros critérios importantes, tais como a necessidade de previsão em lei para a constituição de Reserva Administrativa<sup>10</sup> com os recursos acumulados e os critérios para a reversão de eventuais sobras de custeio administrativo.

<sup>10</sup> Portaria nº 464/2018: “ANEXO – DOS CONCEITOS: Reserva administrativa: constituída com os recursos destinados ao financiamento do custo administrativo do RPPS, relativos ao exercício corrente ou de sobras de custeio de exercícios anteriores e respectivos rendimentos, provenientes de alíquota de contribuição integrante do plano de custeio normal, aportes preestabelecidos para essa finalidade, repasses financeiros ou pagamentos diretos pelo ente federativo ou destinados a fundo administrativo instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.”

Por fim, no caso da CAAPSML, conforme já relatado anteriormente, foi informada a existência de R\$ 1.367.379,83 a título de Reserva Administrativa constituída com as sobras de recursos acumulados, estando devidamente escriturada contabilmente nas contas relativas à Taxa de Administração, não sendo esses recursos passíveis de serem utilizados para fins previdenciários, até que haja eventual reversão dos valores que possibilite a utilização para o pagamento de benefícios pelo RPPS.

## **11. PARECER ATUARIAL – FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)**

O presente parecer atuarial tem como finalidade principal apresentar, de forma sucinta, a situação financeira e atuarial do Fundo em Capitalização administrado pela **CAIXA DE ASSISTÊNCIA, APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA (PR) – CAAPSML**, na data focal de 31/12/2021. Tem ainda como objetivo relatar aspectos relacionados à adequação da base cadastral e às bases técnicas utilizadas, bem como os resultados apurados, o plano de custeio e demais medidas necessárias ao equilíbrio do sistema, em consonância com as normas pertinentes vigentes.

Para tanto, este parecer está organizado em tópicos, visando o cumprimento dos temas requeridos pelo Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA), conforme segue:

### **a) Perspectivas de alteração futura no perfil e na composição da massa de segurados.**

Quanto às perspectivas de alteração futura no perfil e na composição da massa de segurados, ressalta-se que, apesar da hipótese de novos entrados – para cada servidor que se aposenta, um novo servidor ingressa em seu lugar, de acordo com as características descritas deste relatório – ter sido adotada neste estudo, o resultado apurado desta geração futura foi apenas a título demonstrativo, uma vez que em nada influenciou nas provisões matemáticas da geração atual e, portanto, para fins de definição do plano de custeio de equilíbrio da CAAPSML.

### **b) Adequação da base de dados utilizada e respectivos impactos em relação aos resultados apurados**

Referente à base cadastral, foram realizados testes de consistência que indicaram a necessidade de adequações anteriormente à realização dos estudos técnicos. Novas versões foram disponibilizadas, visando a consistência necessária ao início dos cálculos atuariais.

Entretanto, insta salientar que os resultados e conclusões apresentados são diretamente decorrentes dessas bases cadastrais, bem como eventuais modificações significativas na massa de segurados ou nas características da referida massa acarretarão alterações nos resultados de reavaliações futuras.

Em se tratando de um importante pilar para avaliação atuarial, a apuração dos compromissos previdenciários é extremamente sensível às alterações decorrentes dos dados cadastrais e da dinâmica demográfica dos segurados.

**c) Análise dos regimes financeiros e métodos atuariais adotados e perspectivas futuras de comportamento dos custos e dos compromissos do plano de benefícios**

Os regimes financeiros e os respectivos métodos de financiamento adotados são compatíveis com os benefícios assegurados e estão em conformidade com a norma vigente. Não há perspectiva de alterações significativas do plano de custeio, salvo se houver alteração expressiva das características da massa de segurados ou alteração das bases técnicas e hipóteses adotadas.

**d) Adequação das hipóteses utilizadas às características da massa de segurados e de seus dependentes e análises de sensibilidade para os resultados**

Observadas as fundamentações e as justificativas constantes do Relatório de Avaliação Atuarial, as hipóteses e bases técnicas utilizadas estão adequadas aos normativos vigentes, sendo as melhores estimativas que se pôde adotar no dimensionamento do passivo atuarial, haja vista a ausência de testes estatísticos de aderência das hipóteses atuariais.

Assim, recomenda-se a realização prévia de estudos estatísticos específicos de aderência afim de se aperfeiçoar a apuração dos compromissos previdenciários.

**e) Metodologia utilizada para a determinação do valor da compensação previdenciária a receber e impactos nos resultados**

Em relação à compensação previdenciária, esclarece-se que a metodologia utilizada consta da respectiva Nota Técnica Atuarial, adotando-se critérios conservadores de forma a mitigar riscos de desequilíbrios técnicos estruturais.

Destaca-se que a metodologia adotada considera, com base em dados cadastrais de servidores exonerados, o valor presente atuarial das compensações previdenciárias a pagar a outros regimes previdenciários.

**f) Composição e características dos ativos garantidores**

Quanto aos ativos garantidores evidenciados, os valores estão em consonância com o Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR, relativo ao fechamento do exercício anterior ao da realização da avaliação atuarial, estando na mesma data focal.

**g) Variação dos compromissos do plano (VABF e VACF)**

A variação do VABF e do VACF se justifica pela alteração da massa segurada, com o ingresso de novos segurados ativos e as entradas em benefício de aposentadoria e pensão por morte gerados no exercício em estudo, bem como a variação do nível médio das respectivas folhas de remuneração e proventos e a adequação das bases técnicas, dentre outras características.

**h) Resultado da avaliação atuarial e situação financeira e atuarial**

Ante o exposto e, apesar do aumento do ativo garantidor, da receita decorrente das alíquotas contributivas normais vigentes de 14,00% dos segurados e de 26,00% do Ente Federativo, dos saldos da compensação previdenciária e do parcelamento, o resultado apurado para a presente avaliação atuarial remontou a um **déficit atuarial no valor de R\$ 2.322.387.532,64**, justificado pelas variações e características da massa segurada e às adequações procedidas às hipóteses atuariais, com destaque a redução da taxa de juros.

**i) Plano de custeio a ser implementado e medidas para manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial**

A Portaria nº 402/2008 pondera que o equilíbrio financeiro e atuarial é critério a ser observado para emissão de Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP do Ente Federativo, razão pela qual se impõe que os resultados apurados e o consequente plano de custeio apontado pela avaliação atuarial oficial entregue à Secretaria de Previdência – SPREV sejam cumpridos e aplicados na prática tanto pelo Ente como pelo RPPS.

Assim, para a sustentação do equilíbrio financeiro e atuarial do Fundo em Capitalização da CAAPSMML, depreende-se a manutenção das alíquotas de custeio normal e impõe-se a necessidade de adequação da base de incidência da alíquota de custeio normal patronal, além da implementação em lei do plano de amortização, em conformidade com as exigências estabelecidas na Portaria nº 464/2018 e na Instrução Normativa nº 7/2018.

Ademais, é possível de se promover o equacionamento do déficit atuarial apurado além das formas já apresentadas no Relatório de Avaliação Atuarial. Contudo, é extremamente recomendado que, no caso de se propor solução diversa às apresentadas, tal proposta seja formalmente encaminhada para análise do atuário responsável pelo plano de benefícios da CAAPSMML, a fim de que possa ser avaliada a viabilidade técnica e, em caso negativo, seja estabelecida nova alternativa em conjunto com este RPPS e a administração do Ente.

**j) Parecer sobre a análise comparativa dos resultados das três últimas avaliações atuariais**

No que concerne às três últimas avaliações atuariais realizadas, infere-se que o Índice de Cobertura das Provisões Matemáticas ( $IC_{PM}$ ) deste CAAPSMML passou de 3,92% no exercício de 2019 para 3,57% no exercício de 2020 e, finalmente, para 3,19% no exercício de 2021, o que representa uma variação negativa de 0,74% neste período, haja vista as causas já destacadas.

**k) Identificação dos principais riscos do plano de benefícios**

Dentre os riscos do plano de benefícios, destacam-se os riscos atuariais, em especial aquele associado à taxa de juros adotada como hipótese atuarial. Observado o cenário econômico

brasileiro, com redução significativa da taxa básica de juros, tem-se uma maior dificuldade em se atingir, no futuro, a meta atuarial estabelecida.

Destaca-se ainda os riscos de eventuais implementações de novos planos de cargos e salários distintos da hipótese adotada, o que acarretaria elevação do passivo atuarial. A inadequação das tábuas biométricas, em longo prazo, pode ainda gerar perdas atuariais que se materializam em desequilíbrios técnicos estruturais.

Afora os riscos atuariais essenciais, tem-se ainda riscos associados às mudanças no perfil demográfico dos segurados do plano de benefícios, especialmente pelo ingresso de novos servidores por concurso público, e ainda riscos operacionais (cadastro / concessão e manutenção de benefícios) que podem acarretar alterações dos compromissos apurados.

Em razão disso, faz-se necessário a implementação de plano institucionalizado de gestão dos riscos atuariais, conforme previsão da Portaria nº 464/2018.

Por fim, procedida a avaliação atuarial, é o nosso parecer que a **CAIXA DE ASSISTÊNCIA, APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA (PR) – CAAPSML**, data focal 31/12/2021, tem capacidade para honrar os compromissos junto aos seus segurados, se adotadas as indicações e recomendações constantes do presente parecer e do relatório de avaliação atuarial.

Canoas (RS), 02/03/2022.



---

**Guilherme Walter**  
Atuário MIBA nº 2.091  
LUMENS ATUARIAL – Consultoria e Assessoria  
Responsável Técnico



---

**Maria Luiza Silveira Borges**  
Atuária – MIBA nº 1.563  
LUMENS ATUARIAL – Consultoria e Assessoria  
Revisão

## ANEXO 1 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

A fim de oferecer mais subsídios para o acompanhamento da leitura e compreensão do presente estudo realizado pela **LUMENS ATUARIAL**, a seguir está descrita uma série de conceitos e definições inerentes ao relatório e ao assunto ora em comento.

1. **Alíquota de contribuição normal:** percentual de contribuição, instituído em lei do ente federativo, definido, a cada ano, para cobertura do custo normal e cujos valores são destinados à constituição de reservas com a finalidade de prover o pagamento de benefícios.
2. **Alíquota de contribuição suplementar:** percentual de contribuição extraordinária, estabelecido em lei do ente federativo, para cobertura do custo suplementar e equacionamento do déficit atuarial.
3. **Análise de sensibilidade:** método que busca mensurar o efeito de uma hipótese ou premissa no resultado final de um estudo ou avaliação atuarial.
4. **Aposentadoria:** benefício concedido aos segurados ativos do RPPS em prestações continuadas e nas condições previstas na Constituição Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do ente federativo.
5. **Aposentadoria por invalidez:** benefício concedido aos segurados do RPPS que, por doença ou acidente, forem considerados, por perícia médica do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS, incapacitados para exercer suas atividades ou outro tipo de serviço que lhes garanta o sustento, nas condições previstas na Constituição Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do ente federativo.
6. **Ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios:** somatório dos recursos provenientes das contribuições, das disponibilidades decorrentes das receitas correntes e de capital e demais ingressos financeiros auferidos pelo RPPS, e dos bens, direitos, ativos financeiros e ativos de qualquer natureza vinculados, por lei, ao regime, destacados como investimentos e avaliados pelo seu valor justo, conforme normas contábeis aplicáveis ao setor público, excluídos os recursos relativos ao financiamento do custo administrativo do regime e aqueles vinculados aos fundos para oscilação de riscos e os valores das provisões para pagamento dos benefícios avaliados em regime de repartição simples e de repartição de capitais de cobertura.
7. **Atuário:** profissional técnico especializado, bacharel em Ciências Atuariais e legalmente habilitado para o exercício da profissão nos termos do Decreto-lei nº 806, de 04 de setembro de 1969.
8. **Auditoria atuarial:** exame dos aspectos atuariais do plano de benefícios do RPPS realizado por atuário ou empresa de consultoria atuarial certificada, na forma de instrução normativa específica, com o objetivo de verificar e avaliar a coerência e a consistência da base cadastral,

das bases técnicas adotadas, da adequação do plano de custeio, dos montantes estimados para as provisões (reservas) matemáticas e fundos de natureza atuarial, bem como de demais aspectos que possam comprometer a liquidez e solvência do plano de benefícios.

9. **Avaliação atuarial:** documento elaborado por atuário, em conformidade com as bases técnicas estabelecidas para o plano de benefícios do RPPS, que caracteriza a população segurada e a base cadastral utilizada, discrimina os encargos, estima os recursos necessários e as alíquotas de contribuição normal e suplementar do plano de custeio de equilíbrio para todos os benefícios do plano, que apresenta os montantes dos fundos de natureza atuarial, das reservas técnicas e provisões matemáticas a contabilizar, o fluxo atuarial e as projeções atuariais exigidas pela legislação pertinente e que contem parecer atuarial conclusivo relativo à solvência e liquidez do plano de benefícios.
10. **Bases técnicas:** premissas, pressupostos, hipóteses e parâmetros biométricos, demográficos, econômicos e financeiros utilizados e adotados no plano de benefícios pelo atuário, com a concordância dos representantes do RPPS, adequados e aderentes às características da massa de segurados e beneficiários do RPPS e ao seu regramento. Como bases técnicas entendem-se, também, os regimes financeiros adotados para o financiamento dos benefícios, as tábuas biométricas utilizadas, bem como fatores e taxas utilizados para a estimação de receitas e encargos.
11. **Beneficiário:** a pessoa física amparada pela cobertura previdenciária do RPPS, compreendendo o segurado e seus dependentes.
12. **Conselho deliberativo:** órgão colegiado instituído na estrutura do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS para o atendimento ao critério de organização e funcionamento desse regime pelo qual deve ser garantida a participação de representantes dos beneficiários do regime, nos colegiados ou instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.
13. **Conselho fiscal:** órgão colegiado instituído na estrutura do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS que supervisiona a execução das políticas formuladas pelo conselho deliberativo e as medidas e ações desenvolvidas pelo órgão de direção do RPPS.
14. **Custeio administrativo:** é a contribuição considerada na avaliação atuarial, expressa em alíquota e estabelecida em lei para o financiamento do custo administrativo do RPPS.
15. **Custo administrativo:** o valor correspondente às necessidades de custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS, inclusive para a conservação de seu patrimônio, conforme limites estabelecidos em parâmetros gerais.
16. **Custo normal:** o valor correspondente às necessidades de custeio do plano de benefícios do RPPS, atuarialmente calculadas, conforme os regimes financeiros adotados, referentes a períodos compreendidos entre a data da avaliação e a data de início dos benefícios.

17. **Custo suplementar:** o valor correspondente às necessidades de custeio, atuarialmente calculadas, destinado à cobertura do tempo de serviço passado, ao equacionamento de déficit gerados pela ausência ou insuficiência de alíquotas de contribuição, inadequação das bases técnicas ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos necessários à cobertura das provisões matemáticas previdenciárias, de responsabilidade de todos os poderes, órgãos e entidades do ente federativo.
18. **Data focal da avaliação atuarial:** data na qual foram posicionados, a valor presente, os encargos, as contribuições e aportes relativos ao plano de benefícios, bem como o ativo real líquido e na qual foi apurado o resultado e a situação atuarial do plano. Nas avaliações atuariais anuais, a data focal é a data do último dia do ano civil, 31 de dezembro.
19. **Déficit atuarial:** resultado negativo apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios e os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber e do fluxo dos parcelamentos vigentes a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios.
20. **Déficit financeiro:** valor da insuficiência financeira, período a período, apurada por meio do confronto entre o fluxo das receitas e o fluxo das despesas do RPPS em cada exercício financeiro.
21. **Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA):** documento elaborado em conformidade com os atos normativos da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, exclusivo de cada RPPS, que demonstra, de forma resumida, as características gerais do plano de benefícios, da massa segurada pelo plano e os principais resultados da avaliação atuarial.
22. **Dependente previdenciário:** a pessoa física que mantenha vinculação previdenciária com o segurado, na forma da lei.
23. **Dirigente da unidade gestora do RPPS:** representante legal da unidade gestora do RPPS que compõe o seu órgão de direção ou diretoria executiva.
24. **Duração do passivo:** a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.
25. **Ente federativo:** a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
26. **Equacionamento de déficit atuarial:** decisão do ente federativo quanto às formas, prazos, valores e condições em que se dará o completo reequilíbrio do plano de benefícios do RPPS, observadas as normas legais e regulamentares.
27. **Equilíbrio atuarial:** garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, ambas estimadas e projetadas atuarialmente, até a extinção da massa de segurados a que se refere; expressão utilizada para denotar a igualdade

entre o total dos recursos garantidores do plano de benefícios do RPPS, acrescido das contribuições futuras e direitos, e o total de compromissos atuais e futuros do regime.

28. **Equilíbrio financeiro:** garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro.
29. **Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média:** a média das Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias embasadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.
30. **Evento gerador do benefício:** evento que gera o direito e torna o segurado do RPPS ou o seu dependente elegível ao benefício.
31. **Fluxo atuarial:** discriminação dos fluxos de recursos, direitos, receitas e encargos do plano de benefícios do RPPS, benefício a benefício, período a período, que se trazidos a valor presente pela taxa atuarial de juros adotada no plano, convergem para os resultados do Valor Atual dos Benefícios Futuros e do Valor Atual das Contribuições Futuras que deram origem aos montantes dos fundos de natureza atuarial, às provisões matemáticas (reservas) a contabilizar e ao eventual déficit ou superávit apurados da avaliação atuarial.
32. **Fundo em capitalização:** fundo especial, instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no plano de benefícios do RPPS, no qual o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição e idade foi estruturado sob o regime financeiro de capitalização e os demais benefícios em conformidade com as regras dispostas nesta Portaria.
33. **Fundo em repartição:** fundo especial, instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, em caso de segregação da massa, em que as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos segurados ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS são fixadas sem objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo, admitida a constituição de fundo para oscilação de riscos.
34. **Fundo para oscilação de riscos:** valor destinado à cobertura de riscos decorrentes de desvios das hipóteses adotadas na avaliação atuarial ou com o objetivo de antisseleção de riscos, cuja finalidade é manter nível de estabilidade do plano de custeio do RPPS e garantir sua solvência.
35. **Ganhos e perdas atuariais:** demonstrativo sobre o ajuste entre a realidade e a expectativa que se tinha quando da formulação do plano de custeio, acerca do comportamento das hipóteses ou premissas atuariais.
36. **Meta de rentabilidade:** é a taxa real anual de retorno esperada dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios, definida pela política de investimentos do RPPS.
37. **Método de financiamento atuarial:** metodologia adotada pelo atuário para estabelecer o nível de constituição das reservas necessárias à cobertura dos benefícios estruturados no regime

financeiro de capitalização, em face das características biométricas, demográficas, econômicas e financeiras dos segurados e beneficiários do RPPS.

- 38. Nota técnica atuarial (NTA):** documento técnico elaborado por atuário e exclusivo de cada RPPS, em conformidade com a instrução normativa emanada da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, que contém todas as formulações e expressões de cálculo das alíquotas de contribuição e dos encargos do plano de benefícios, das provisões (reservas) matemáticas previdenciárias e fundos de natureza atuarial, em conformidade com as bases técnicas aderentes à população do RPPS, bem como descreve, de forma clara e precisa, as características gerais dos benefícios, as bases técnicas adotadas e metodologias utilizadas nas formulações.
- 39. Órgãos de controle externo:** Os tribunais de contas, responsáveis pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos entes federativos e entidades da Administração Pública direta e indireta, nos termos dos arts. 70 a 75 da Constituição Federal e respectivas constituições estaduais, e dos RPPS, na forma do inciso IX do art. 1º da Lei nº 9.717, de 1998.
- 40. Parecer atuarial:** documento emitido por atuário que apresenta de forma conclusiva a situação financeira e atuarial do plano de benefícios, no que se refere à sua liquidez de curto prazo e solvência, que certifica a adequação da base cadastral e das bases técnicas utilizadas na avaliação atuarial, a regularidade ou não do repasse de contribuições ao RPPS e a observância do plano de custeio vigente, a discrepância ou não entre o plano de custeio vigente e o plano de custeio de equilíbrio estabelecido na última avaliação atuarial e aponta medidas para a busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.
- 41. Passivo atuarial:** é o valor presente, atuarialmente calculado, dos benefícios referentes aos servidores, dado determinado método de financiamento do plano de benefícios.
- 42. Pensionista:** o dependente em gozo de pensão previdenciária em decorrência de falecimento do segurado ao qual se encontrava vinculado.
- 43. Plano de benefícios:** benefícios de natureza previdenciária oferecidos aos segurados do RPPS, segundo as regras constitucionais e legais, limitados ao conjunto estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.
- 44. Plano de custeio:** conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes, discriminados por benefício, para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, necessários para se garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios.
- 45. Plano de custeio de equilíbrio:** conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes, discriminadas por benefício, para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, necessárias para se garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, proposto na avaliação atuarial.

46. **Plano de custeio vigente:** conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, estabelecido em lei pelo ente federativo e vigente na posição da avaliação atuarial.
47. **Projeções atuariais com as alíquotas de equilíbrio:** compreendem as projeções de todas as receitas e despesas do RPPS, considerando o fluxo atuarial dos benefícios calculados pelo regime financeiro de capitalização, os benefícios calculados por capitais de cobertura e os benefícios calculados por repartição simples e taxa de administração, calculados com base nas novas alíquotas de equilíbrio, para atender as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.
48. **Projeções atuariais com as alíquotas vigentes:** compreendem as projeções de todas as receitas e despesas do RPPS, considerando o fluxo atuarial dos benefícios calculados pelo regime financeiro de capitalização, os benefícios calculados por repartição de capitais de cobertura, os benefícios calculados por repartição simples e taxa de administração, calculados com base nas alíquotas vigentes, para atender as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.
49. **Provisão matemática de benefícios a conceder:** corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício não concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente.
50. **Provisão matemática de benefícios concedidos:** corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício já concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente.
51. **Regime financeiro de capitalização:** regime onde há a formação de uma massa de recursos, acumulada durante o período de contribuição, capaz de garantir a geração de receitas equivalentes ao fluxo de fundos integralmente constituídos, para garantia dos benefícios iniciados após o período de acumulação dos recursos.
52. **Regime financeiro de repartição de capitais de cobertura:** regime no qual o valor atual do fluxo de contribuições normais futuras de um único exercício é igual ao valor atual de todo o fluxo de pagamento de benefícios futuros, fluxo esse considerado até sua extinção e apenas para benefícios cujo evento gerador do benefício venha ocorrer naquele único exercício.
53. **Regime financeiro de repartição simples:** regime em que o valor atual do fluxo de contribuições normais futuras de um único exercício é igual ao valor atual de todo o fluxo de benefícios futuros cujo pagamento venha a ocorrer nesse mesmo exercício.
54. **Regime Geral de Previdência Social - RGPS:** regime de filiação obrigatória para os trabalhadores não vinculados a regime próprio de previdência social.
55. **Regime Próprio de Previdência Social - RPPS:** o regime de previdência estabelecido no âmbito do ente federativo e que assegure por lei, a todos os servidores titulares de cargo efetivos, pelo menos os benefícios de aposentadoria e pensão por morte previstos no art. 40 da Constituição Federal.

- 56. Relatório da avaliação atuarial:** documento elaborado por atuário legalmente habilitado que apresenta os resultados do estudo técnico desenvolvido, baseado na Nota Técnica Atuarial e demais bases técnicas, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial do plano de previdência.
- 57. Relatório de análise das hipóteses:** instrumento de responsabilidade da unidade gestora do RPPS, elaborado por atuário legalmente responsável, pelo qual demonstra-se a adequação e aderência das bases técnicas adotadas na avaliação atuarial do regime próprio às características da massa de beneficiários do regime, às normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS e às normas editadas pelo ente federativo.
- 58. Reserva administrativa:** constituída com os recursos destinados ao financiamento do custo administrativo do RPPS, relativos ao exercício corrente ou de sobras de custeio de exercícios anteriores e respectivos rendimentos, provenientes de alíquota de contribuição integrante do plano de custeio normal, aportes preestabelecidos para essa finalidade, repasses financeiros ou pagamentos diretos pelo ente federativo ou destinados a fundo administrativo instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- 59. Reserva de contingência:** montante decorrente do resultado superavitário, para garantia de benefícios.
- 60. Resultado atuarial:** resultado apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios com os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios, sendo superavitário caso as receitas superem as despesas, e, deficitário, em caso contrário.
- 61. Segregação da massa:** a separação dos segurados do plano de benefícios do RPPS em grupos distintos que integrarão o Fundo em Capitalização e o Fundo em Repartição.
- 62. Segurado:** o servidor público civil titular de cargo efetivo, o magistrado e o membro do Ministério Público e de tribunal de contas, ativo e aposentado; o militar estadual ativo, da reserva remunerada ou reformado, com vinculação previdenciária ao RPPS, abrangendo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, instituições, órgãos e entidades autônomas.
- 63. Segurado aposentado:** o segurado em gozo de aposentadoria.
- 64. Segurado ativo:** o segurado que esteja em fase laborativa.
- 65. Serviço passado:** parcela do passivo atuarial do servidor ativo correspondente ao período anterior a seu ingresso no RPPS do ente, para a qual não exista compensação previdenciária integral. No caso do aposentado ou pensionista, é a parcela do passivo atuarial referente a esses beneficiários, relativa ao período anterior à assunção pelo regime próprio e para o qual não houve contribuição para o correspondente custeio.

66. **Sobrevida média dos aposentados e pensionistas:** representa a sobrevida média da tábua de mortalidade na data da avaliação atuarial e expresso em anos dos aposentados, pensionistas vitalícios e da duração do tempo do benefício das pensões temporárias, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.
67. **Superávit atuarial:** resultado positivo apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios com os valores atuais do fluxo de contribuições futuras e do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios.
68. **Tábuas biométricas:** instrumentos demográficos estatísticos utilizados nas bases técnicas da avaliação atuarial que estimam as probabilidades de ocorrência de eventos relacionados de determinado grupo de pessoas, tais como: sobrevivência, mortalidade, invalidez, morbidade, etc.
69. **Taxa atuarial de juros:** é a taxa anual de retorno esperada dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios do RPPS, no horizonte de longo prazo, utilizada no cálculo dos direitos e compromissos do plano de benefícios a valor presente, sem utilização do índice oficial de inflação de referência do plano de benefícios.
70. **Taxa de administração:** compreende os limites a que o custo administrativo está submetido, expressos em termos de alíquotas e calculados nos termos dos parâmetros e diretrizes gerais para a organização e funcionamento dos RPPS.
71. **Taxa de juros parâmetro:** aquela cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, divulgada anualmente pela Secretaria de Previdência, seja o mais próximo à duração do passivo do respectivo plano de benefícios.
72. **Valor atual das contribuições futuras:** valor presente atuarial do fluxo das futuras contribuições de um plano de benefícios, considerando as bases técnicas indicadas na Nota Técnica Atuarial e os preceitos da Ciência Atuarial.
73. **Valor atual dos benefícios futuros:** valor presente atuarial do fluxo de futuros pagamentos de benefícios de um plano de benefícios, considerados as bases técnicas indicadas na Nota Técnica Atuarial e os preceitos da Ciência Atuarial.
74. **Viabilidade financeira:** capacidade de o ente federativo dispor de recursos financeiros suficientes para honrar os compromissos previstos no plano de benefícios do RPPS.
75. **Viabilidade fiscal:** capacidade de cumprimento dos limites fiscais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.
76. **Viabilidade orçamentária:** capacidade de o ente federativo consignar receitas e fixar despesas, em seu orçamento anual, suficientes para honrar os compromissos com o RPPS.
77. **Unidade gestora:** a entidade ou órgão integrante da estrutura da administração pública do ente federativo que tenha por finalidade a administração, o gerenciamento e a

operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios.

- 78. Valor Justo:** valor pelo qual um ativo pode ser negociado ou um passivo liquidado entre as partes interessadas em condições ideais e com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação de comercialização.

## ANEXO 2 – ESTATÍSTICAS

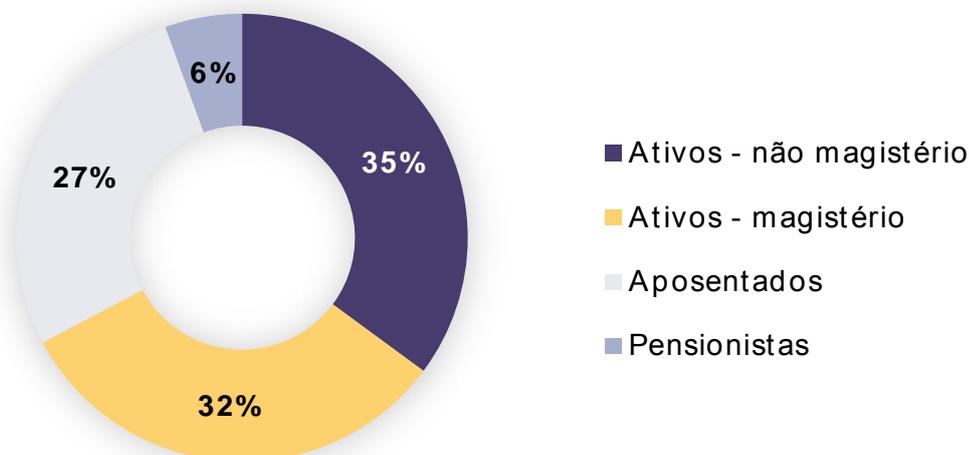
Por meio de gráficos e tabelas, serão evidenciadas a seguir as principais características analisadas pela **LUMENS ATUARIAL**, delineando o perfil dos servidores ativos, inativos e pensionistas. As observações do comportamento desses dados serviram para auxiliar na definição dos parâmetros do trabalho.

### 2.1. FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

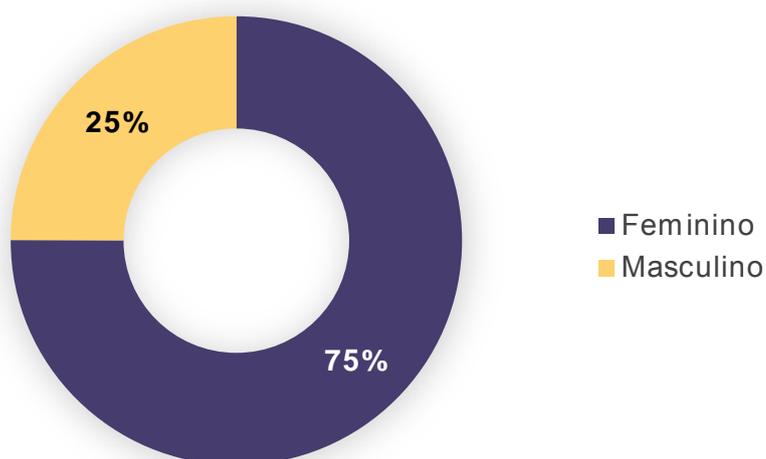
A **CAIXA DE ASSISTÊNCIA, APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA (PR) –CAAPSML** possui um contingente de 13856 segurados, distribuídos entre ativos, inativos e pensionistas, conforme apresentado na Tabela a seguir.

**TABELA 33. DISTRIBUIÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO**

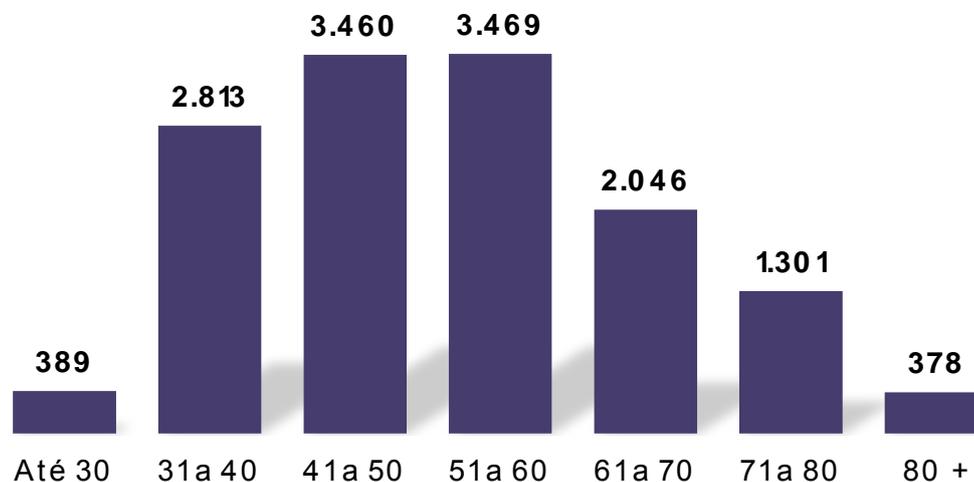
Situação da população coberta	Quantidade		Remuneração média (R\$)		Idade média	
	Sexo feminino	Sexo masculino	Sexo feminino	Sexo masculino	Sexo feminino	Sexo masculino
Ativos	7033	2284	R\$ 4.038,65	R\$ 4.907,45	44,87	46,70
Aposentados por tempo de contribuição	2381	856	R\$ 7.615,49	R\$ 7.076,91	64,43	70,96
Aposentados por idade	178	46	R\$ 2.634,74	R\$ 2.638,72	72,66	77,35
Aposentados - compulsória	25	33	R\$ 2.473,54	R\$ 2.576,39	79,60	79,97
Aposentados por invalidez	200	54	R\$ 3.518,27	R\$ 3.713,31	63,59	65,24
Pensionistas	581	185	R\$ 3.851,36	R\$ 3.433,81	66,79	52,49

**GRÁFICO 2. DISTRIBUIÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO, POR STATUS**

De acordo com o gráfico acima, verifica-se que no presente estudo há 2,05 servidores ativos para cada assistido, considerado os aposentados e os pensionistas.

**GRÁFICO 3. DISTRIBUIÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO, POR SEXO**

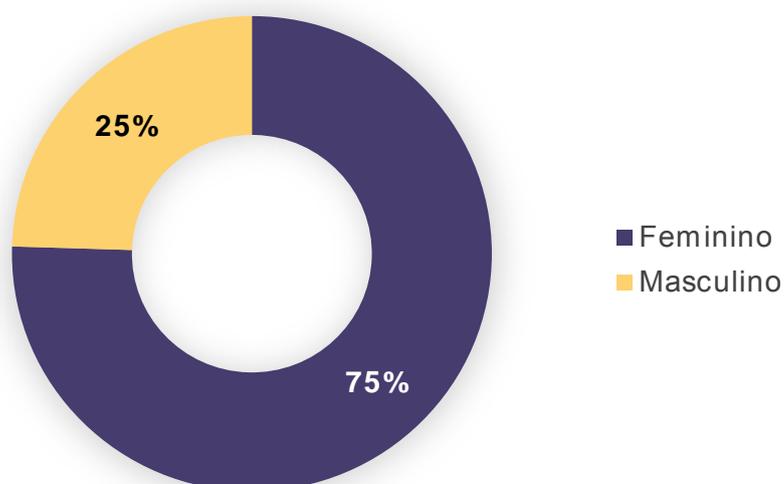
Merece destaque as características da população do sexo feminino, uma vez que o tempo de contribuição e a idade para aposentadoria são inferiores quando comparada as do sexo masculino, além de apresentarem uma expectativa de vida mais elevada. Desse modo, uma população que apresente um quantitativo maior de mulheres em relação aos homens, será mais oneroso ao Regime.

**GRÁFICO 4. DISTRIBUIÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO, POR FAIXA ETÁRIA**

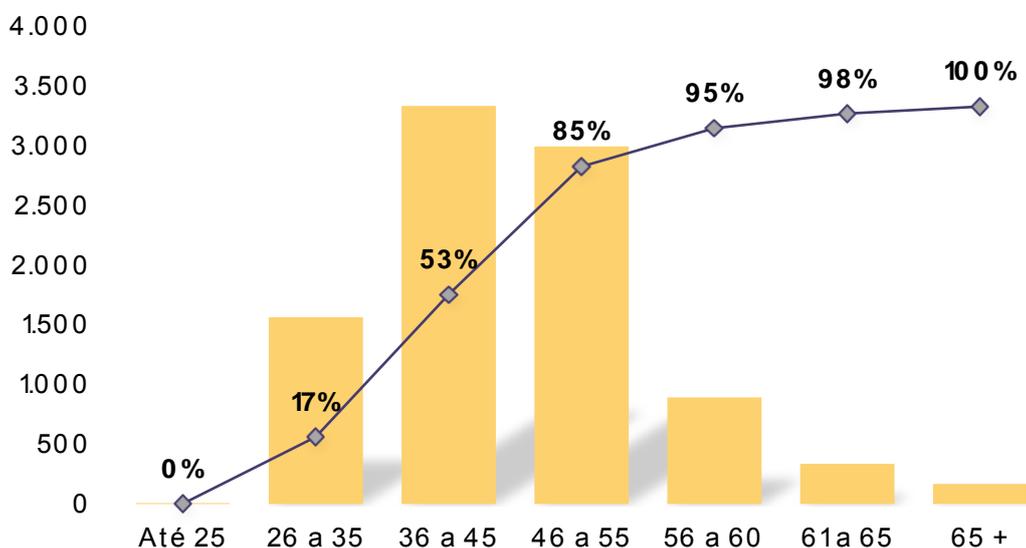
Na sequência, serão demonstrados os gráficos analíticos referentes à atual população de servidores ativos, aposentados e pensionistas deste Plano.

**2.1.1. Estatísticas dos servidores ativos**

Os arquivos apresentaram 9317 registros, sendo um para cada servidor efetivo ativo do Município de LONDRINA. As características que indicam a regularidade da carreira do servidor em relação à idade, à remuneração, ao tempo de contribuição, ao tempo de espera, entre outras, são evidenciadas pelas várias visões apresentadas nesse estudo.

**GRÁFICO 5. DISTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS ATIVOS, POR SEXO**

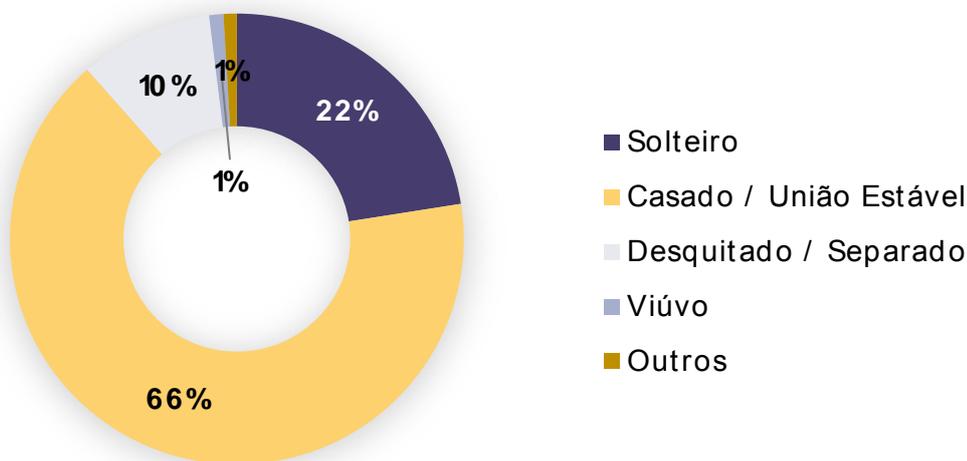
**GRÁFICO 6. DISTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS ATIVOS, POR FAIXA ETÁRIA**



Em relação ao gráfico acima, verifica-se que cenário mais favorável ao plano de custeio será observado quando a maior parte dos servidores ativos estiverem compreendidos nas faixas etárias de até 45 anos, indicando que a minoria dos servidores apresentará risco iminente de aposentadoria.

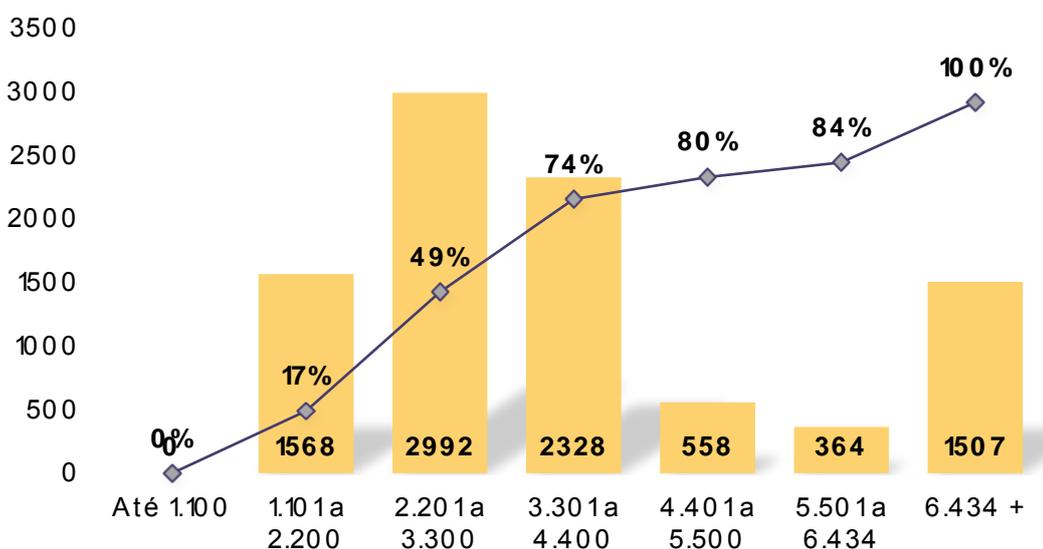
Situação contrária será observada quando houver grande representatividade de servidores nas faixas etárias superiores a 45 anos, indicando uma maior proximidade aos requisitos de elegibilidade para aposentadoria e, por conseguinte, um impacto na folha de benefícios do Regime, em razão de relevantes incrementos para os próximos exercícios.

**GRÁFICO 7. DISTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS ATIVOS, POR ESTADO CIVIL**



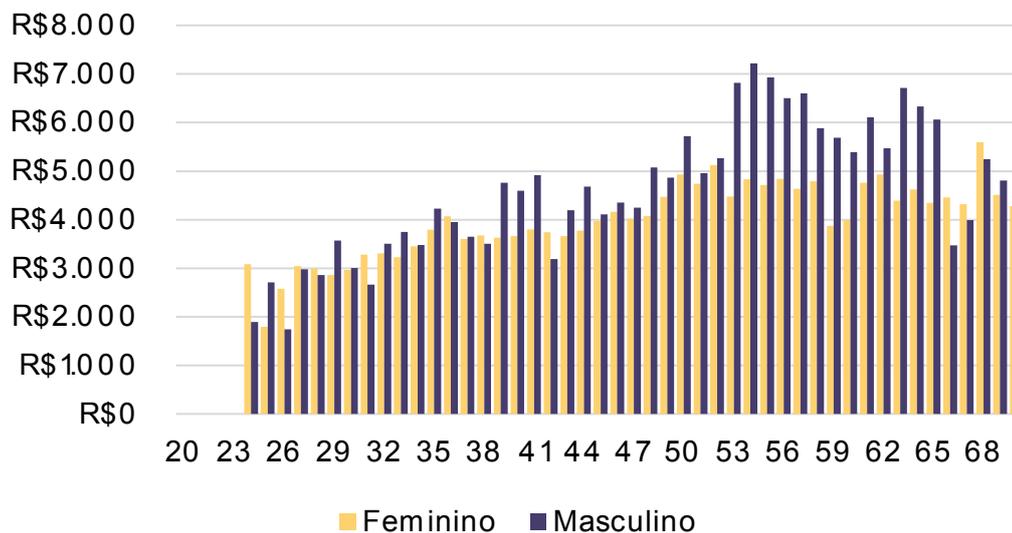
No que se refere a condição do segurado, quanto maior o percentual de servidores casados/união estável, maior a necessidade de se estimar a constituição de provisão matemática para os benefícios de pensão por morte na fase ativa dos servidores e, portanto, são mais onerosos aos sistemas previdenciários quando comparados aos solteiros.

**GRÁFICO 8. DISTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS ATIVOS, POR FAIXA DE REMUNERAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO**

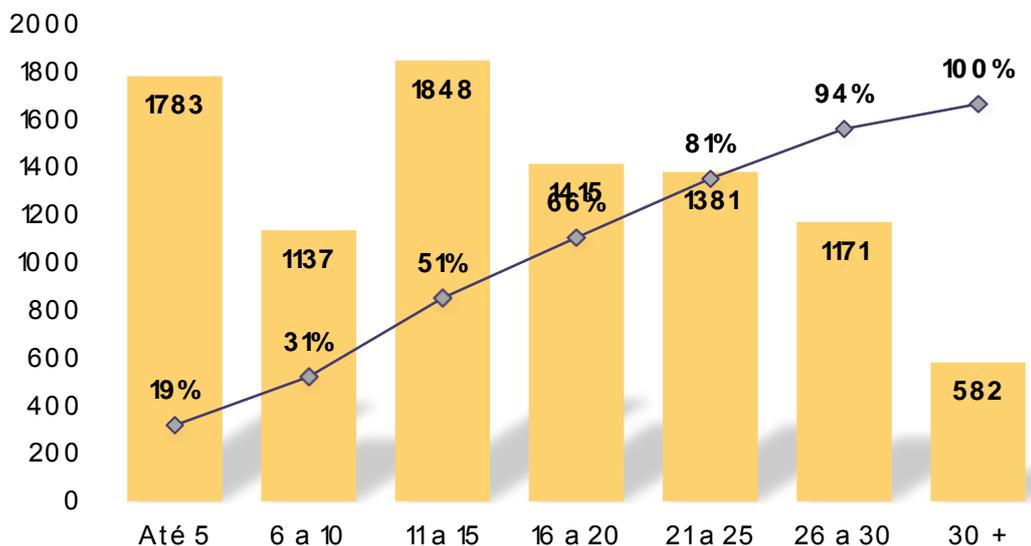


Referente às remunerações dos servidores ativos, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer natureza, cumpre ressaltar que não poderão exceder o subsídio mensal do Prefeito.

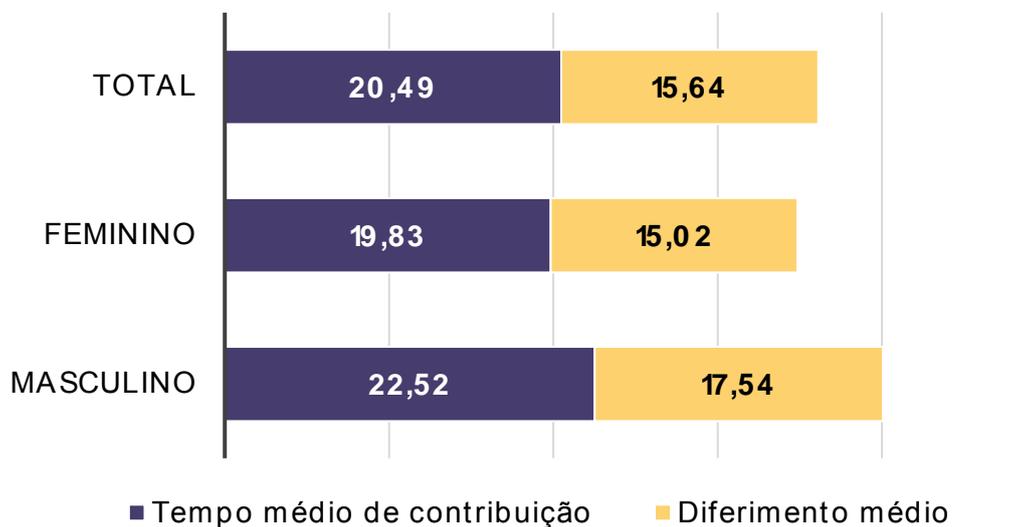
**GRÁFICO 9. REMUNERAÇÃO MÉDIA DOS SEGURADOS ATIVOS, POR IDADE**



**GRÁFICO 10. DISTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS ATIVOS, POR TEMPO DE ESPERA PARA APOSENTADORIA**



A distribuição deste gráfico demonstra que quanto maior o tempo de espera para aposentadoria e, por conseguinte, a representatividade dos segurados ativos nas faixas mais elevadas, o servidor ativo terá um período maior de contribuição, favorecendo, portanto, o plano de benefícios.

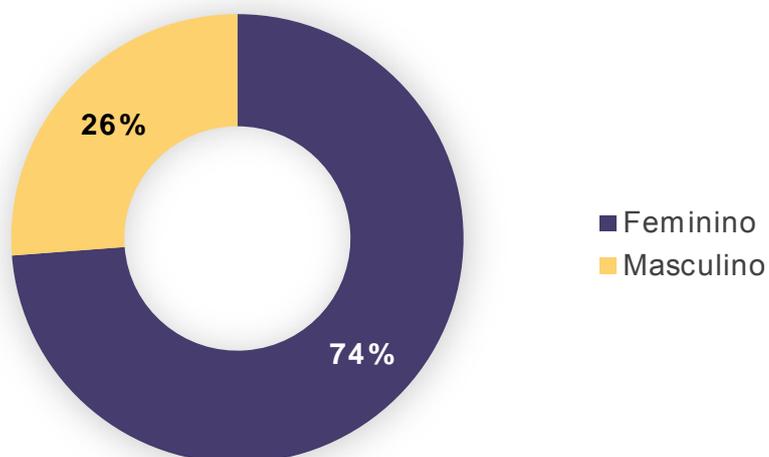
**GRÁFICO 11. TEMPO MÉDIO DE CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS ATIVOS**

No que concerne ao tempo médio de contribuição dos segurados ativos, verifica-se uma diferença a menor para as seguradas do sexo feminino quando comparado com o tempo médio de contribuição dos segurados do sexo masculino.

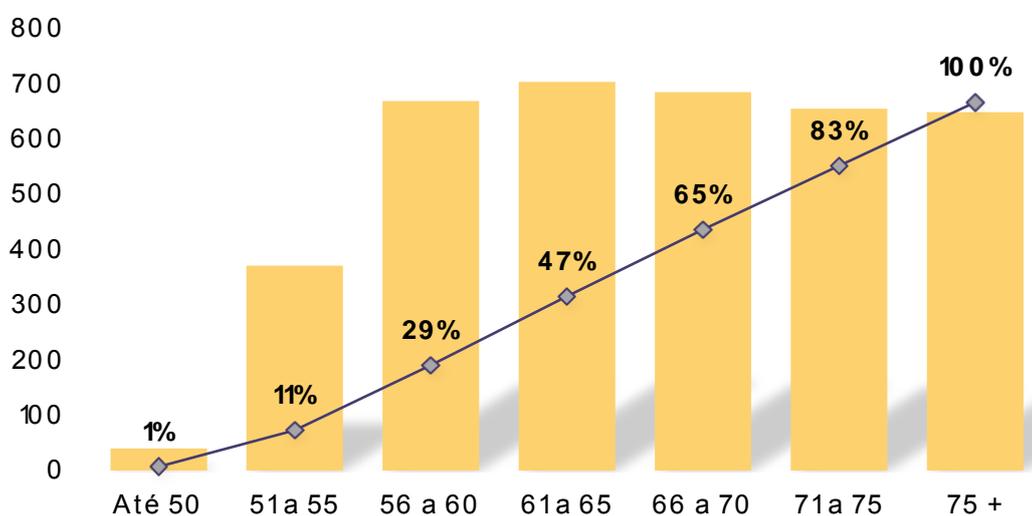
**2.1.2. Estatísticas dos servidores inativos**

Os arquivos contemplaram as informações de 3773 inativos vinculados ao Fundo em Capitalização e suas características estão a seguir demonstradas.

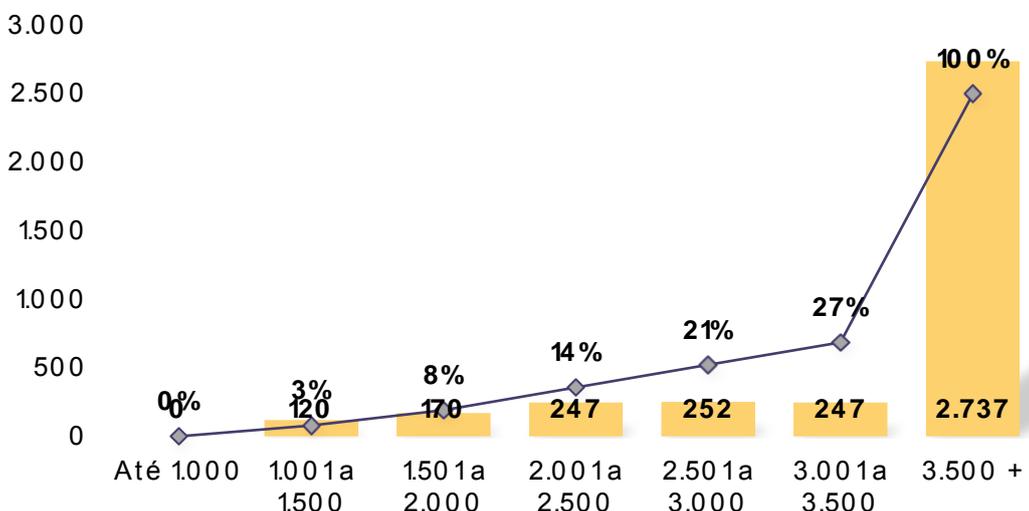
**GRÁFICO 12. DISTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS INATIVOS, POR SEXO**



**GRÁFICO 13. DISTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS INATIVOS, POR FAIXA ETÁRIA**



**GRÁFICO 14. DISTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS INATIVOS, POR FAIXA DE BENEFÍCIO**



Em relação aos proventos, aplica-se o mesmo limite constitucional explicitado no caso dos ativos, sendo o Plano responsável por arcar com esses custos até sua extinção ou da respectiva reversão em pensão por morte.

**GRÁFICO 15. DISTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS INATIVOS, POR TIPO DE BENEFÍCIO**

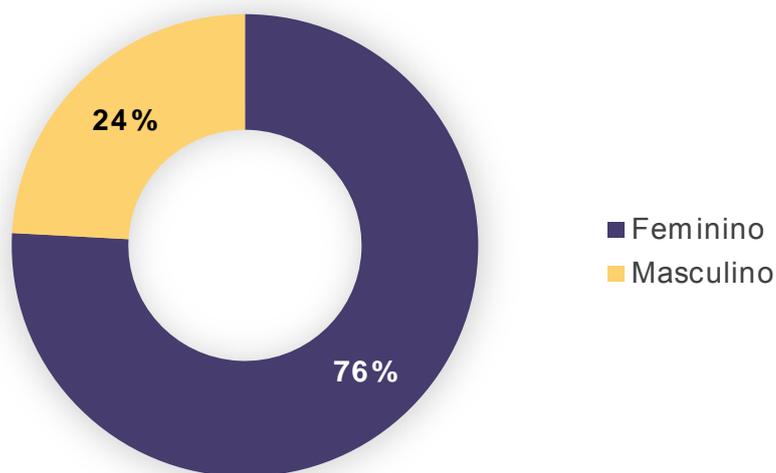


Relativo ao tipo de benefício, o gráfico supra indica que quanto maior o percentual de servidores que se aposentaram por invalidez, maior será o custo para o Regime, corroborando com as razões já especificadas.

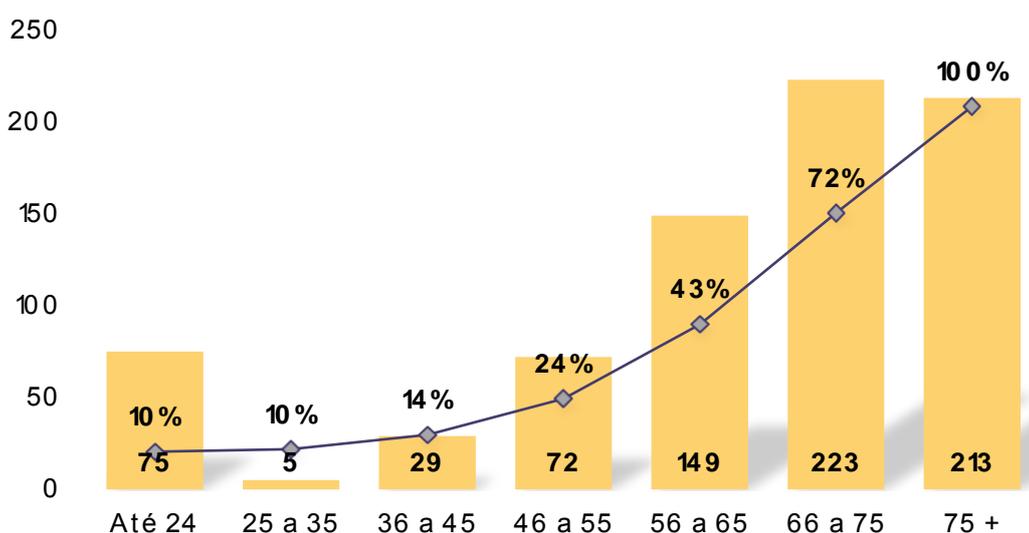
### 2.1.3. Estatísticas dos pensionistas

O arquivo apresentou informações para 766 pensionistas distribuídos em grupos familiares e o resumo das informações se encontra detalhado abaixo.

**GRÁFICO 16. DISTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTA, POR SEXO**

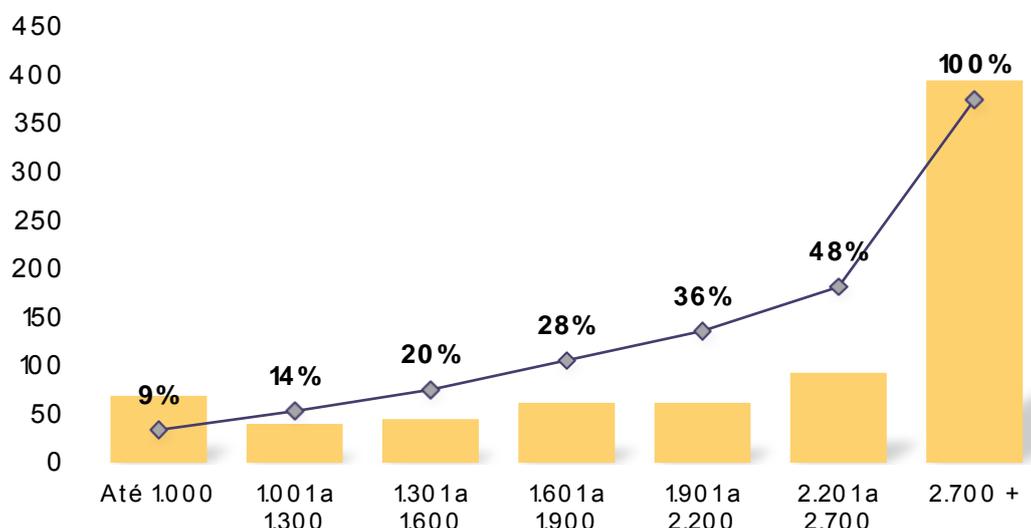


**GRÁFICO 17. DISTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTAS, POR FAIXA ETÁRIA**



Conforme se verifica no gráfico anterior, benefícios compreendidos na primeira faixa etária representam os filhos menores em gozo de pensão temporária e, portanto, uma parcela dos benefícios concedidos, cuja maioria dos dependentes receberão benefícios vitalícios.

### GRÁFICO 18. DISTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTA, POR FAIXA DE BENEFÍCIO



Importante ressaltar que no caso das pensões podem ocorrer valores inferiores ao salário mínimo, por constar mais de um dependente na mesma hierarquia genealógica.

#### 2.1.4. Análise comparativa

**TABELA 34. ANÁLISE COMPARATIVA POR QUANTIDADE DE SEGURADOS**

Situação da população coberta	Quantidade			
	2020		2021	
	Sexo feminino	Sexo masculino	Sexo feminino	Sexo masculino
Ativos	7247	2354	7033	2284
Aposentados por tempo de contribuição	2269	857	2381	856
Aposentados por idade	173	47	178	46
Aposentados - compulsória	24	36	25	33
Aposentados por invalidez	203	58	200	54
Pensionistas	550	175	581	185

**TABELA 35. ANÁLISE COMPARATIVA POR IDADE**

População coberta	Idade média			
	2020		2021	
	Sexo feminino	Sexo masculino	Sexo feminino	Sexo masculino
Ativos	44,14	46,03	44,87	46,70
Aposentados por tempo de contribuição	64,13	70,68	64,43	70,96
Aposentados por idade	72,12	77,28	72,66	77,35
Aposentados - compulsória	77,75	78,86	79,60	79,97
Aposentados por invalidez	62,88	64,14	63,59	65,24
Pensionistas	66,77	52,81	66,79	52,49

**TABELA 36. ANÁLISE COMPARATIVA POR REMUNERAÇÃO MÉDIA**

Situação da população coberta	Remuneração média			
	2020		2021	
	Sexo feminino	Sexo masculino	Sexo feminino	Sexo masculino
Ativos	R\$ 4.022,04	R\$ 4.873,28	R\$ 4.038,65	R\$ 4.907,45
Aposentados por tempo de contribuição	R\$ 7.566,41	R\$ 7.057,72	R\$ 7.615,49	R\$ 7.076,91
Aposentados por idade	R\$ 2.616,49	R\$ 2.630,81	R\$ 2.634,74	R\$ 2.638,72
Aposentados - compulsória	R\$ 2.724,64	R\$ 2.583,12	R\$ 2.473,54	R\$ 2.576,39
Aposentados por invalidez	R\$ 3.493,71	R\$ 3.874,78	R\$ 3.518,27	R\$ 3.713,31
Pensionistas	R\$ 4.097,63	R\$ 3.378,14	R\$ 3.851,36	R\$ 3.433,81

## ANEXO 3 – PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONTABILIZAR

**TABELA 37. ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL**

Conta	Título	Valor (R\$)
<b>Sem Máscara</b>	<b>(1) ATIVO - PLANO FINANCEIRO</b>	R\$ 0,00
<b>Sem Máscara</b>	Aplicações conforme DAIR - PLANO FINANCEIRO	R\$ 0,00
<b>Sem Máscara</b>	Parcelamentos - PLANO FINANCEIRO	R\$ 0,00
<b>Sem Máscara</b>	<b>(2) ATIVO - PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>	R\$ 306.746.191,77
<b>Sem Máscara</b>	Aplicações conforme DAIR - PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 83.798.264,67
<b>Sem Máscara</b>	Parcelamentos - PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 222.947.927,10
<b>2.2.7.2.1</b> <small>(4)+(5)+(6)+(7)-(8)+(9)+(10)</small>	<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO</b>	<b>R\$ 2.629.133.724,41</b>
<b>2.2.7.2.1.01</b>	<b>(4) PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>R\$ 0,00</b>
2.2.7.2.1.01.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.07	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R\$ 0,00
<b>2.2.7.2.1.02</b>	<b>(5) PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>R\$ 0,00</b>
2.2.7.2.1.02.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.06	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R\$ 0,00
<b>2.2.7.2.1.03</b>	<b>(6) PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>R\$ 2.750.399.245,20</b>
2.2.7.2.1.03.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$ 4.360.954.410,35
2.2.7.2.1.03.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$ 1.090.210.183,92
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$ 292.530.837,26
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$ 16.189.756,71
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$ 211.624.387,26
2.2.7.2.1.03.07	(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.03.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R\$ 0,00
<b>2.2.7.2.1.04</b>	<b>(7) PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>-R\$ 121.265.520,79</b>
2.2.7.2.1.04.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$ 4.157.064.291,37
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$ 2.830.282.732,93
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$ 1.154.386.648,60
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$ 293.660.430,63
2.2.7.2.1.04.06	(-) APORTES PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.04.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R\$ 0,00
<b>2.2.7.2.1.05</b>	<b>(8) PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO</b>	<b>R\$ 0,00</b>
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO	R\$ 0,00
<b>2.2.7.2.1.06</b>	<b>(9) PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO FINANCEIRO</b>	<b>R\$ 0,00</b>
2.2.7.2.1.06.01	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	R\$ 0,00
<b>2.2.7.2.1.07</b>	<b>(10) PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>	<b>R\$ 0,00</b>
2.2.7.2.1.07.01	AJUSTE DE RESULTADO ATUARIAL SUPERAVITÁRIO	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.07.02	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.07.03	PROVISÃO ATUARIAL PARA BENEFÍCIOS A REGULARIZAR	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.07.04	PROVISÃO ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS DE BENEFÍCIOS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.07.98	OUTRAS PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO	R\$ 0,00

## ANEXO 4 – EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

### 4.1. FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

TABELA 38. EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS – FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO

Mês de referência	RMBC	RMBAC	Provisão matemática
0*	R\$ 2.750.399.245,20	-R\$ 121.265.520,79	R\$ 2.629.133.724,41
1	R\$ 2.745.254.906,65	-R\$ 104.167.480,51	R\$ 2.641.087.426,14
2	R\$ 2.740.110.568,10	-R\$ 87.069.440,22	R\$ 2.653.041.127,88
3	R\$ 2.734.966.229,54	-R\$ 69.971.399,93	R\$ 2.664.994.829,61
4	R\$ 2.729.821.890,99	-R\$ 52.873.359,65	R\$ 2.676.948.531,34
5	R\$ 2.724.677.552,44	-R\$ 35.775.319,36	R\$ 2.688.902.233,08
6	R\$ 2.719.533.213,89	-R\$ 18.677.279,07	R\$ 2.700.855.934,81
7	R\$ 2.714.388.875,33	-R\$ 1.579.238,78	R\$ 2.712.809.636,55
8	R\$ 2.709.244.536,78	R\$ 15.518.801,50	R\$ 2.724.763.338,28
9	R\$ 2.704.100.198,23	R\$ 32.616.841,79	R\$ 2.736.717.040,02
10	R\$ 2.698.955.859,68	R\$ 49.714.882,08	R\$ 2.748.670.741,75
11	R\$ 2.693.811.521,12	R\$ 66.812.922,37	R\$ 2.760.624.443,49
12	R\$ 2.688.667.182,57	R\$ 83.910.962,65	R\$ 2.772.578.145,22

\* Data Focal da avaliação atuarial

## ANEXO 5 – RESUMO DOS FLUXOS ATUARIAIS

### 5.1. FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

As projeções atuariais são desenvolvidas para estimar o fluxo de receitas e despesas previdenciárias com a concessão e pagamento dos benefícios cobertos pelo plano, observando a evolução demográfica da atual população de segurados (massa fechada), de acordo com as hipóteses adotadas, sendo que se pode depreender da tabela que segue a evolução, em termos de quantidade e de valores anuais, dos novos benefícios que estão previstos para serem concedidos.

A metodologia adotada por esta consultoria apresenta o fluxo em valor presente atuarial, sendo possível, desta forma, a análise conjunta aos resultados da avaliação atuarial em relação à geração atual. Trata-se, pois, de uma apresentação dos resultados atuariais de uma forma anualizada.

A utilização da geração atual para a realização das projeções permite uma análise dos valores de receitas e despesas esperadas sem a influência de futuros ingressos de servidores, dado que se trata de uma hipótese de difícil previsão.

Como saldo inicial considera-se o ativo garantidor posicionado na data base dos cálculos. Ao referido valor são somadas as receitas e deduzidas as despesas anualmente. Considera-se também, caso haja, o fluxo financeiro proveniente do financiamento das dívidas já confessadas, bem como da

compensação financeira. Desta forma, é importante que se busque o recebimento dos referidos recursos para que a projeção atuarial sirva como parâmetro para as políticas financeiras do Regime.

**Importante frisar ainda que para a presente projeção atuarial, observadas as disposições da Portaria nº 464/2018, foram realizadas estimativas de receitas e despesas vinculadas a todos os benefícios garantidos pelo RPPS, seja de aposentadorias ou pensões, independente do regime financeiro. Considerou-se ainda, para atendimento da mencionada norma, as receitas e despesas relacionadas à gestão administrativa.**

**Para tanto, destaca-se que, observado o regime financeiro de repartição simples, as despesas e receitas administrativas influenciam as projeções apenas no primeiro exercício.**

Feitas as ressalvas, é apresentado a seguir o resumo dos fluxos relativos ao Fundo em Capitalização:

**TABELA 39. RESUMO FLUXO ATUARIAL DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO EM VALOR PRESENTE ATUARIAL**

Exercício	Novas Pensões (qtde ano) / acumulado	Novas Aposentadorias (qtde ano) / acumulado	Novas Aposentadorias	Receita previdenciária	Despesa previdenciária	Resultado previdenciário	Saldo financeiro
2022	125 / 125	700 / 700	R\$ 4.258.055,65	R\$ 364.551.873,65	R\$ 402.077.339,02	-R\$ 37.525.465,37	R\$ 46.272.799,30
2023	120 / 245	242 / 942	R\$ 1.303.068,10	R\$ 344.511.537,20	R\$ 387.654.084,24	-R\$ 43.142.547,04	R\$ 3.130.252,26
2024	127 / 372	163 / 1105	R\$ 845.349,01	R\$ 330.485.257,04	R\$ 374.712.303,07	-R\$ 44.227.046,03	-R\$ 41.096.793,77
2025	133 / 505	203 / 1308	R\$ 1.126.677,40	R\$ 316.484.594,51	R\$ 364.248.403,18	-R\$ 47.763.808,67	-R\$ 88.860.602,45
2026	140 / 646	217 / 1525	R\$ 1.200.065,56	R\$ 302.863.891,89	R\$ 354.276.752,31	-R\$ 51.412.860,42	-R\$ 140.273.462,86
2027	148 / 794	258 / 1783	R\$ 1.422.079,34	R\$ 289.518.801,26	R\$ 346.229.416,80	-R\$ 56.710.615,54	-R\$ 196.984.078,40
2028	155 / 949	266 / 2049	R\$ 1.284.373,91	R\$ 276.568.880,92	R\$ 336.753.582,64	-R\$ 60.184.701,72	-R\$ 257.168.780,13
2029	162 / 1111	237 / 2286	R\$ 1.279.500,74	R\$ 263.934.223,90	R\$ 327.065.277,32	-R\$ 63.131.053,42	-R\$ 320.299.833,55
2030	170 / 1280	205 / 2491	R\$ 951.520,08	R\$ 251.888.064,65	R\$ 314.642.204,20	-R\$ 62.754.139,55	-R\$ 383.053.973,10
2031	177 / 1457	204 / 2695	R\$ 922.217,96	R\$ 240.282.041,50	R\$ 302.226.829,41	-R\$ 61.944.787,91	-R\$ 444.998.761,01
2032	184 / 1642	225 / 2920	R\$ 992.375,65	R\$ 228.830.088,72	R\$ 290.533.937,72	-R\$ 61.703.849,00	-R\$ 506.702.610,02
2033	192 / 1834	386 / 3306	R\$ 1.573.301,45	R\$ 217.341.200,12	R\$ 282.380.134,73	-R\$ 65.038.934,61	-R\$ 571.741.544,62
2034	199 / 2033	286 / 3592	R\$ 1.167.739,00	R\$ 206.467.647,66	R\$ 271.392.854,42	-R\$ 64.925.206,76	-R\$ 636.666.751,38
2035	207 / 2240	435 / 4027	R\$ 1.749.601,74	R\$ 195.366.499,45	R\$ 263.710.052,51	-R\$ 68.343.553,05	-R\$ 705.010.304,44
2036	214 / 2454	294 / 4321	R\$ 1.129.467,30	R\$ 185.185.566,05	R\$ 252.684.151,66	-R\$ 67.498.585,61	-R\$ 772.508.890,05
2037	221 / 2675	447 / 4768	R\$ 1.548.979,69	R\$ 175.069.430,48	R\$ 243.855.212,77	-R\$ 68.785.782,28	-R\$ 841.294.672,33
2038	228 / 2903	243 / 5011	R\$ 893.812,59	R\$ 165.723.774,27	R\$ 231.596.841,07	-R\$ 65.873.066,80	-R\$ 907.167.739,13
2039	235 / 3138	303 / 5314	R\$ 994.928,19	R\$ 148.120.111,00	R\$ 220.309.865,58	-R\$ 72.189.754,59	-R\$ 979.357.493,72
2040	242 / 3380	253 / 5567	R\$ 961.562,81	R\$ 135.021.822,84	R\$ 209.222.166,37	-R\$ 74.200.343,53	-R\$ 1.053.557.837,25
2041	248 / 3627	343 / 5910	R\$ 1.204.813,88	R\$ 126.378.701,27	R\$ 199.574.808,48	-R\$ 73.196.107,21	-R\$ 1.126.753.944,46
2042	254 / 3881	273 / 6183	R\$ 1.017.278,85	R\$ 118.179.979,78	R\$ 189.448.259,86	-R\$ 71.268.280,07	-R\$ 1.198.022.224,53
2043	259 / 4141	272 / 6455	R\$ 1.039.075,54	R\$ 110.265.798,82	R\$ 179.777.244,91	-R\$ 69.511.446,09	-R\$ 1.267.533.670,62
2044	265 / 4405	246 / 6701	R\$ 1.014.665,66	R\$ 102.742.102,95	R\$ 170.275.733,46	-R\$ 67.533.630,51	-R\$ 1.335.067.301,14
2045	269 / 4675	242 / 6943	R\$ 938.897,09	R\$ 95.584.959,62	R\$ 160.873.328,05	-R\$ 65.288.368,44	-R\$ 1.400.355.669,57
2046	274 / 4949	342 / 7285	R\$ 1.227.909,40	R\$ 88.260.566,75	R\$ 153.252.904,39	-R\$ 64.992.337,64	-R\$ 1.465.348.007,22
2047	278 / 5226	279 / 7564	R\$ 1.116.853,37	R\$ 81.511.109,37	R\$ 145.253.977,78	-R\$ 63.742.868,41	-R\$ 1.529.090.875,63
2048	281 / 5507	219 / 7783	R\$ 847.234,86	R\$ 75.322.459,08	R\$ 136.651.374,84	-R\$ 61.328.915,76	-R\$ 1.590.419.791,39
2049	284 / 5791	282 / 8065	R\$ 1.188.147,21	R\$ 69.085.349,11	R\$ 129.673.609,75	-R\$ 60.588.260,64	-R\$ 1.651.008.052,04
2050	286 / 6077	231 / 8296	R\$ 893.986,24	R\$ 63.418.460,37	R\$ 121.970.470,44	-R\$ 58.552.010,06	-R\$ 1.709.560.062,10
2051	288 / 6365	233 / 8529	R\$ 853.982,95	R\$ 58.019.291,92	R\$ 114.624.020,25	-R\$ 56.604.728,33	-R\$ 1.766.164.790,43

Exercício	Novas Pensões (qtde ano) / acumulado	Novas Aposentadorias (qtde ano) / acumulado	Novas Aposentadorias	Receita previdenciária	Despesa previdenciária	Resultado previdenciário	Saldo financeiro
2052	289 / 6653	206 / 8735	R\$ 742.898,39	R\$ 53.017.482,73	R\$ 107.235.115,77	-R\$ 54.217.633,03	-R\$ 1.820.382.423,47
2053	289 / 6943	166 / 8901	R\$ 621.607,35	R\$ 48.417.424,19	R\$ 99.840.984,11	-R\$ 51.423.559,92	-R\$ 1.871.805.983,39
2054	289 / 7232	148 / 9049	R\$ 444.943,96	R\$ 44.204.397,88	R\$ 92.360.882,62	-R\$ 48.156.484,74	-R\$ 1.919.962.468,13
2055	288 / 7520	110 / 9159	R\$ 343.345,19	R\$ 40.332.139,49	R\$ 85.041.591,39	-R\$ 44.709.451,89	-R\$ 1.964.671.920,02
2056	287 / 7807	74 / 9233	R\$ 261.331,40	R\$ 36.774.567,90	R\$ 77.954.328,19	-R\$ 41.179.760,30	-R\$ 2.005.851.680,32
2057	285 / 8092	32 / 9265	R\$ 89.899,90	R\$ 33.560.437,51	R\$ 70.908.371,95	-R\$ 37.347.934,44	-R\$ 2.043.199.614,76
2058	282 / 8374	29 / 9294	R\$ 85.615,92	R\$ 30.554.140,30	R\$ 64.350.896,22	-R\$ 33.796.755,92	-R\$ 2.076.996.370,68
2059	279 / 8653	9 / 9303	R\$ 31.241,59	R\$ 27.785.143,50	R\$ 58.139.810,50	-R\$ 30.354.667,00	-R\$ 2.107.351.037,68
2060	275 / 8928	7 / 9310	R\$ 21.658,54	R\$ 25.206.089,82	R\$ 52.375.877,77	-R\$ 27.169.787,95	-R\$ 2.134.520.825,63
2061	270 / 9198	5 / 9315	R\$ 18.825,39	R\$ 22.804.536,82	R\$ 47.056.771,49	-R\$ 24.252.234,67	-R\$ 2.158.773.060,30
2062	264 / 9462	2 / 9317	R\$ 3.527,05	R\$ 20.580.621,16	R\$ 42.133.369,96	-R\$ 21.552.748,80	-R\$ 2.180.325.809,10
2063	258 / 9720	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 18.520.282,61	R\$ 37.611.549,95	-R\$ 19.091.267,34	-R\$ 2.199.417.076,44
2064	251 / 9971	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 16.613.832,79	R\$ 33.477.661,99	-R\$ 16.863.829,20	-R\$ 2.216.280.905,64
2065	244 / 10215	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 14.854.759,12	R\$ 29.709.831,31	-R\$ 14.855.072,19	-R\$ 2.231.135.977,83
2066	235 / 10450	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 13.236.830,20	R\$ 26.286.591,01	-R\$ 13.049.760,81	-R\$ 2.244.185.738,64
2067	227 / 10677	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 11.753.944,14	R\$ 23.186.573,76	-R\$ 11.432.629,62	-R\$ 2.255.618.368,26
2068	217 / 10894	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 10.399.745,83	R\$ 20.387.811,54	-R\$ 9.988.065,71	-R\$ 2.265.606.433,97
2069	208 / 11102	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 9.167.592,00	R\$ 17.868.276,47	-R\$ 8.700.684,48	-R\$ 2.274.307.118,44
2070	198 / 11299	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 8.050.541,33	R\$ 15.606.362,54	-R\$ 7.555.821,20	-R\$ 2.281.862.939,64
2071	187 / 11487	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 7.041.535,10	R\$ 13.581.280,08	-R\$ 6.539.744,98	-R\$ 2.288.402.684,63
2072	177 / 11663	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 6.133.371,60	R\$ 11.773.094,22	-R\$ 5.639.722,62	-R\$ 2.294.042.407,24
2073	166 / 11829	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 5.318.629,25	R\$ 10.162.587,32	-R\$ 4.843.958,07	-R\$ 2.298.886.365,31
2074	155 / 11984	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 4.590.044,72	R\$ 8.731.770,47	-R\$ 4.141.725,75	-R\$ 2.303.028.091,06
2075	144 / 12128	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 3.940.565,58	R\$ 7.463.971,68	-R\$ 3.523.406,10	-R\$ 2.306.551.497,16
2076	134 / 12262	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 3.363.335,62	R\$ 6.343.812,94	-R\$ 2.980.477,32	-R\$ 2.309.531.974,49
2077	123 / 12385	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 2.852.096,12	R\$ 5.357.546,82	-R\$ 2.505.450,70	-R\$ 2.312.037.425,19
2078	113 / 12498	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 2.401.338,94	R\$ 4.492.976,63	-R\$ 2.091.637,69	-R\$ 2.314.129.062,88
2079	102 / 12600	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 2.005.987,01	R\$ 3.738.922,04	-R\$ 1.732.935,02	-R\$ 2.315.861.997,91
2080	92 / 12692	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 1.661.245,70	R\$ 3.084.979,73	-R\$ 1.423.734,03	-R\$ 2.317.285.731,93
2081	82 / 12775	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 1.362.660,39	R\$ 2.521.576,09	-R\$ 1.158.915,70	-R\$ 2.318.444.647,64
2082	73 / 12848	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 1.106.071,07	R\$ 2.039.888,33	-R\$ 933.817,26	-R\$ 2.319.378.464,89
2083	64 / 12912	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 887.524,29	R\$ 1.631.640,86	-R\$ 744.116,57	-R\$ 2.320.122.581,46
2084	56 / 12967	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 703.142,74	R\$ 1.288.880,41	-R\$ 585.737,67	-R\$ 2.320.708.319,14

Continua...

## Continuação

Exercício	Novas Pensões (qtde ano) / acumulado	Novas Aposentadorias (qtde ano) / acumulado	Novas Aposentadorias	Receita previdenciária	Despesa previdenciária	Resultado previdenciário	Saldo financeiro
2085	48 / 13015	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 549.191,01	R\$ 1.004.057,12	-R\$ 454.866,11	-R\$ 2.321.163.185,25
2086	40 / 13056	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 422.183,64	R\$ 770.148,52	-R\$ 347.964,88	-R\$ 2.321.511.150,13
2087	34 / 13089	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 318.840,89	R\$ 580.598,82	-R\$ 261.757,93	-R\$ 2.321.772.908,06
2088	28 / 13117	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 236.085,38	R\$ 429.323,43	-R\$ 193.238,04	-R\$ 2.321.966.146,10
2089	23 / 13140	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 171.067,20	R\$ 310.736,52	-R\$ 139.669,32	-R\$ 2.322.105.815,43
2090	18 / 13158	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 121.078,29	R\$ 219.656,65	-R\$ 98.578,36	-R\$ 2.322.204.393,79
2091	14 / 13171	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 83.516,78	R\$ 151.249,87	-R\$ 67.733,09	-R\$ 2.322.272.126,88
2092	10 / 13182	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 56.023,13	R\$ 101.171,93	-R\$ 45.148,80	-R\$ 2.322.317.275,68
2093	8 / 13189	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 36.504,89	R\$ 65.595,82	-R\$ 29.090,93	-R\$ 2.322.346.366,62
2094	5 / 13195	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 23.071,89	R\$ 41.122,51	-R\$ 18.050,62	-R\$ 2.322.364.417,24
2095	4 / 13198	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 14.092,79	R\$ 24.825,35	-R\$ 10.732,56	-R\$ 2.322.375.149,80
2096	2 / 13201	0 / 9317	R\$ 0,00	R\$ 8.286,03	R\$ 14.364,71	-R\$ 6.078,68	-R\$ 2.322.381.228,47

\* Em quantidade de concessões / Número acumulado

\*\* Em valores monetários (folha de benefícios dos nossos assistidos)

Ressalta-se que, assim como os cálculos atuariais, as projeções apresentadas são extremamente sensíveis às hipóteses atuariais adotadas e às informações cadastrais disponíveis. Assim, a alteração destas pode impactar profundamente na apresentação dos resultados demonstrados.

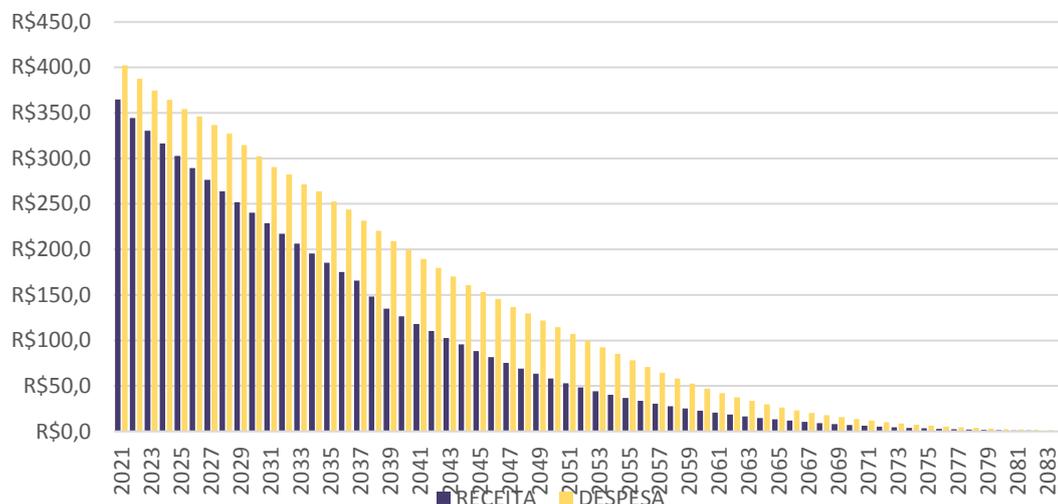
Observa-se pela projeção atuarial acima que, confirmando-se as hipóteses adotadas, o plano de benefícios comportará os benefícios futuros com base nas contribuições arrecadadas, bem como na rentabilidade auferida pelo patrimônio pelos próximos 2 anos.

Entretanto, observada a situação de déficit financeiro (receitas inferiores às despesas), o processo de capitalização das reservas matemáticas fica extremamente comprometido; razão pela qual deverão ser tomadas ações para o equilíbrio do plano de benefícios.

Insta informar que se trata de cálculos considerando uma massa fechada de segurados. O intuito de se realizar tais cálculos é buscar saber se o patrimônio atual, somado às contribuições futuras, será suficiente para arcar com todos os benefícios futuros, com base nas hipóteses atuariais adotadas. Sabe-se que na prática, com o ingresso de novos servidores, o fluxo atuarial apresentará alterações ano após ano e por isso a necessidade da realização dos cálculos atuariais anualmente. As reavaliações têm também como objetivo observar se as premissas adotadas estão adequadas ou não à realidade da massa de segurados.

O Gráfico a seguir apresenta o fluxo atuarial estimado das receitas e despesas previdenciárias da CAAPSM.

### GRÁFICO 19. PROJEÇÃO ATUARIAL DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS



Destaca-se que as projeções atuariais podem também ser utilizadas pelos gestores financeiros para otimizar a alocação dos recursos do RPPS, buscando comprar os melhores títulos cujos vencimentos sejam compatíveis com o fluxo do passivo. À técnica de compatibilização de ativos e passivos previdenciários se dá o nome de ALM (Asset Liability Management). Existem diversos modelos de ALM no mercado, desde os mais simples e determinísticos, até os complexos sistemas estocásticos.

A fim de atender ao disposto no inciso I do §2º do artigo 10 da Portaria nº 464/2018 segue apresentado uma tabela dos fluxos atuariais que representaria a situação de equilíbrio atuarial:

**TABELA 40. PROJEÇÃO ATUARIAL DE RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS PLANO DE CUSTEIO PROPOSTO**

Exercício	Receita previdenciária	Despesa previdenciária	Resultado previdenciário	Saldo financeiro
2022	R\$ 358.625.755,19	R\$ 402.077.339,02	-R\$ 43.451.583,83	R\$ 40.346.680,84
2023	R\$ 406.963.715,99	R\$ 387.654.084,24	R\$ 19.309.631,75	R\$ 59.656.312,58
2024	R\$ 459.688.875,98	R\$ 374.712.303,07	R\$ 84.976.572,90	R\$ 144.632.885,49
2025	R\$ 436.551.499,57	R\$ 364.248.403,18	R\$ 72.303.096,38	R\$ 216.935.981,87
2026	R\$ 414.186.060,25	R\$ 354.276.752,31	R\$ 59.909.307,94	R\$ 276.845.289,81
2027	R\$ 391.826.071,44	R\$ 346.229.416,80	R\$ 45.596.654,64	R\$ 322.441.944,45
2028	R\$ 374.766.704,18	R\$ 336.753.582,64	R\$ 38.013.121,53	R\$ 360.455.065,99
2029	R\$ 358.427.583,37	R\$ 327.065.277,32	R\$ 31.362.306,05	R\$ 391.817.372,03
2030	R\$ 343.946.820,79	R\$ 314.642.204,20	R\$ 29.304.616,60	R\$ 421.121.988,63
2031	R\$ 330.115.892,02	R\$ 302.226.829,41	R\$ 27.889.062,61	R\$ 449.011.051,24
2032	R\$ 316.336.570,06	R\$ 290.533.937,72	R\$ 25.802.632,34	R\$ 474.813.683,57
2033	R\$ 301.236.251,96	R\$ 282.380.134,73	R\$ 18.856.117,23	R\$ 493.669.800,81
2034	R\$ 288.076.382,74	R\$ 271.392.854,42	R\$ 16.683.528,32	R\$ 510.353.329,13
2035	R\$ 273.504.418,14	R\$ 263.710.052,51	R\$ 9.794.365,63	R\$ 520.147.694,76
2036	R\$ 261.437.646,69	R\$ 252.684.151,66	R\$ 8.753.495,03	R\$ 528.901.189,79
2037	R\$ 248.698.646,53	R\$ 243.855.212,77	R\$ 4.843.433,77	R\$ 533.744.623,56
2038	R\$ 238.314.117,86	R\$ 231.596.841,07	R\$ 6.717.276,79	R\$ 540.461.900,35
2039	R\$ 219.471.053,25	R\$ 220.309.865,58	-R\$ 838.812,33	R\$ 539.623.088,02

Exercício	Receita previdenciária	Despesa previdenciária	Resultado previdenciário	Saldo financeiro
2040	R\$ 205.245.331,97	R\$ 209.222.166,37	-R\$ 3.976.834,40	R\$ 535.646.253,62
2041	R\$ 195.074.788,87	R\$ 199.574.808,48	-R\$ 4.500.019,61	R\$ 531.146.234,01
2042	R\$ 185.751.812,74	R\$ 189.448.259,86	-R\$ 3.696.447,11	R\$ 527.449.786,90
2043	R\$ 176.699.927,17	R\$ 179.777.244,91	-R\$ 3.077.317,74	R\$ 524.372.469,16
2044	R\$ 168.156.856,61	R\$ 170.275.733,46	-R\$ 2.118.876,85	R\$ 522.253.592,31
2045	R\$ 160.124.006,18	R\$ 160.873.328,05	-R\$ 749.321,87	R\$ 521.504.270,44
2046	R\$ 151.407.344,06	R\$ 153.252.904,39	-R\$ 1.845.560,33	R\$ 519.658.710,11
2047	R\$ 143.567.791,05	R\$ 145.253.977,78	-R\$ 1.686.186,73	R\$ 517.972.523,38
2048	R\$ 136.723.123,99	R\$ 136.651.374,84	R\$ 71.749,14	R\$ 518.044.272,52
2049	R\$ 129.339.622,72	R\$ 129.673.609,75	-R\$ 333.987,03	R\$ 517.710.285,49
2050	R\$ 122.995.744,74	R\$ 121.970.470,44	R\$ 1.025.274,31	R\$ 518.735.559,79
2051	R\$ 116.944.313,88	R\$ 114.624.020,25	R\$ 2.320.293,63	R\$ 521.055.853,42
2052	R\$ 111.471.020,91	R\$ 107.235.115,77	R\$ 4.235.905,14	R\$ 525.291.758,56
2053	R\$ 106.562.061,15	R\$ 99.840.984,11	R\$ 6.721.077,04	R\$ 532.012.835,60
2054	R\$ 102.231.730,74	R\$ 92.360.882,62	R\$ 9.870.848,12	R\$ 541.883.683,72
2055	R\$ 98.323.381,37	R\$ 85.041.591,39	R\$ 13.281.789,98	R\$ 555.165.473,70
2056	R\$ 94.783.918,89	R\$ 77.954.328,19	R\$ 16.829.590,70	R\$ 571.995.064,40
2057	R\$ 6.963.064,09	R\$ 70.908.371,95	-R\$ 63.945.307,86	R\$ 508.049.756,54
2058	R\$ 6.084.005,40	R\$ 64.350.896,22	-R\$ 58.266.890,82	R\$ 449.782.865,72
2059	R\$ 5.374.813,53	R\$ 58.139.810,50	-R\$ 52.764.996,97	R\$ 397.017.868,75
2060	R\$ 4.741.641,93	R\$ 52.375.877,77	-R\$ 47.634.235,85	R\$ 349.383.632,91
2061	R\$ 4.167.938,43	R\$ 47.056.771,49	-R\$ 42.888.833,06	R\$ 306.494.799,85
2062	R\$ 3.668.879,05	R\$ 42.133.369,96	-R\$ 38.464.490,91	R\$ 268.030.308,94
2063	R\$ 3.222.535,87	R\$ 37.611.549,95	-R\$ 34.389.014,08	R\$ 233.641.294,86
2064	R\$ 2.819.636,98	R\$ 33.477.661,99	-R\$ 30.658.025,01	R\$ 202.983.269,85
2065	R\$ 2.457.323,12	R\$ 29.709.831,31	-R\$ 27.252.508,19	R\$ 175.730.761,67
2066	R\$ 2.132.795,32	R\$ 26.286.591,01	-R\$ 24.153.795,68	R\$ 151.576.965,98
2067	R\$ 1.843.308,09	R\$ 23.186.573,76	-R\$ 21.343.265,66	R\$ 130.233.700,32
2068	R\$ 1.586.172,03	R\$ 20.387.811,54	-R\$ 18.801.639,51	R\$ 111.432.060,80
2069	R\$ 1.358.765,13	R\$ 17.868.276,47	-R\$ 16.509.511,35	R\$ 94.922.549,46
2070	R\$ 1.158.529,90	R\$ 15.606.362,54	-R\$ 14.447.832,63	R\$ 80.474.716,83
2071	R\$ 982.992,71	R\$ 13.581.280,08	-R\$ 12.598.287,36	R\$ 67.876.429,46
2072	R\$ 829.776,89	R\$ 11.773.094,22	-R\$ 10.943.317,32	R\$ 56.933.112,14
2073	R\$ 696.613,49	R\$ 10.162.587,32	-R\$ 9.465.973,82	R\$ 47.467.138,31
2074	R\$ 581.379,87	R\$ 8.731.770,47	-R\$ 8.150.390,60	R\$ 39.316.747,71
2075	R\$ 482.123,86	R\$ 7.463.971,68	-R\$ 6.981.847,83	R\$ 32.334.899,88
2076	R\$ 397.064,83	R\$ 6.343.812,94	-R\$ 5.946.748,11	R\$ 26.388.151,77
2077	R\$ 324.575,02	R\$ 5.357.546,82	-R\$ 5.032.971,80	R\$ 21.355.179,97
2078	R\$ 263.167,33	R\$ 4.492.976,63	-R\$ 4.229.809,30	R\$ 17.125.370,67
2079	R\$ 211.494,32	R\$ 3.738.922,04	-R\$ 3.527.427,72	R\$ 13.597.942,95
2080	R\$ 168.333,02	R\$ 3.084.979,73	-R\$ 2.916.646,71	R\$ 10.681.296,24
2081	R\$ 132.579,13	R\$ 2.521.576,09	-R\$ 2.388.996,96	R\$ 8.292.299,28
2082	R\$ 103.243,22	R\$ 2.039.888,33	-R\$ 1.936.645,11	R\$ 6.355.654,17
2083	R\$ 79.429,21	R\$ 1.631.640,86	-R\$ 1.552.211,65	R\$ 4.803.442,51
2084	R\$ 60.317,12	R\$ 1.288.880,41	-R\$ 1.228.563,29	R\$ 3.574.879,22
2085	R\$ 45.165,35	R\$ 1.004.057,12	-R\$ 958.891,77	R\$ 2.615.987,45
2086	R\$ 33.309,88	R\$ 770.148,52	-R\$ 736.838,64	R\$ 1.879.148,81
2087	R\$ 24.161,79	R\$ 580.598,82	-R\$ 556.437,02	R\$ 1.322.711,79
2088	R\$ 17.207,84	R\$ 429.323,43	-R\$ 412.115,58	R\$ 910.596,21
2089	R\$ 12.006,73	R\$ 310.736,52	-R\$ 298.729,79	R\$ 611.866,42

Exercício	Receita previdenciária	Despesa previdenciária	Resultado previdenciário	Saldo financeiro
2090	R\$ 8.187,23	R\$ 219.656,65	-R\$ 211.469,42	R\$ 400.396,99
2091	R\$ 5.440,01	R\$ 151.249,87	-R\$ 145.809,86	R\$ 254.587,13
2092	R\$ 3.509,24	R\$ 101.171,93	-R\$ 97.662,69	R\$ 156.924,44
2093	R\$ 2.188,57	R\$ 65.595,82	-R\$ 63.407,26	R\$ 93.517,19
2094	R\$ 1.313,74	R\$ 41.122,51	-R\$ 39.808,76	R\$ 53.708,42
2095	R\$ 753,81	R\$ 24.825,35	-R\$ 24.071,55	R\$ 29.636,88
2096	R\$ 409,53	R\$ 14.364,71	-R\$ 13.955,18	R\$ 15.681,70

### 5.1.1. ANÁLISE DAS ELEGIBILIDADES

Em atendimento ao art. 29 da Portaria nº 464 de 2018, destaca-se a seguir a quantidade de segurados ativos considerados como riscos iminentes, distribuídos nos primeiros anos da projeção atuarial, uma vez que atenderiam às condições de elegibilidade para a entrada em aposentadoria na data focal da avaliação atuarial, conforme já explicitado anteriormente neste relatório.

**TABELA 41. PROJEÇÃO DE RISCO IMINENTE – FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO**

Exercício	Novos benefícios	Despesas com novos benefícios	Variação	Despesa previdenciária	Variação
2018	325	R\$ 2.284.373,01	0,00%	R\$ 293.251.556,48	0,00%
2019	317	R\$ 2.038.109,63	-10,78%	R\$ 316.291.628,85	7,9%
2020	300	R\$ 2.042.212,96	0,20%	R\$ 353.907.436,13	11,9%
2021	213	R\$ 1.274.984,48	-37,57%	R\$ 371.178.537,64	4,9%
2022	700	R\$ 4.258.055,65	233,97%	R\$ 402.077.339,02	-59,71%
2023	242	R\$ 1.303.068,10	-69,40%	R\$ 387.654.084,24	-3,59%
2024	163	R\$ 845.349,01	-35,13%	R\$ 374.712.303,07	-3,34%
2025	203	R\$ 1.126.677,40	33,28%	R\$ 364.248.403,18	-2,79%

Pela tabela acima se observa o comportamento das despesas com benefícios projetadas para os primeiros 4 anos de projeção atuarial diante do histórico dos últimos 4 anos das referidas despesas.

## ANEXO 6 – TÁBUAS EM GERAL

IDADE (X)	IBGE 2020 Mulheres – Tábua de Mortalidade de Válidos e de Inválidos - FEMININA	IBGE 2020 Homens – Tábua de Mortalidade de Válidos e de Inválidos - MASCULINA	ALVARO VINDAS - Tábua de Entrada em Invalidez
0	0,010635	0,012426	0,000000
1	0,000710	0,000861	0,000000
2	0,000446	0,000570	0,000000
3	0,000334	0,000441	0,000000
4	0,000270	0,000367	0,000000
5	0,000229	0,000318	0,000000
6	0,000202	0,000284	0,000000
7	0,000183	0,000261	0,000000
8	0,000171	0,000247	0,000000
9	0,000165	0,000241	0,000000
10	0,000167	0,000247	0,000000
11	0,000178	0,000267	0,000000
12	0,000212	0,000307	0,000000
13	0,000253	0,000379	0,000000
14	0,000290	0,000500	0,000000
15	0,000330	0,000986	0,000575
16	0,000376	0,001260	0,000573
17	0,000413	0,001509	0,000572
18	0,000435	0,001712	0,000570
19	0,000447	0,001876	0,000569
20	0,000457	0,002039	0,000569
21	0,000472	0,002197	0,000569
22	0,000487	0,002300	0,000569
23	0,000506	0,002334	0,000570
24	0,000527	0,002317	0,000572
25	0,000550	0,002275	0,000575
26	0,000575	0,002240	0,000579
27	0,000604	0,002221	0,000583
28	0,000640	0,002232	0,000589
29	0,000681	0,002268	0,000596
30	0,000728	0,002309	0,000605
31	0,000779	0,002348	0,000615
32	0,000830	0,002396	0,000628
33	0,000880	0,002456	0,000643
34	0,000932	0,002527	0,000660
35	0,000990	0,002612	0,000681
36	0,001058	0,002711	0,000704
37	0,001137	0,002822	0,000732
38	0,001229	0,002947	0,000764
39	0,001333	0,003088	0,000801
40	0,001448	0,003246	0,000844
41	0,001574	0,003426	0,000893
42	0,001719	0,003634	0,000949
43	0,001884	0,003871	0,001014
44	0,002067	0,004139	0,001088
45	0,002268	0,004433	0,001174
46	0,002481	0,004754	0,001271

<b>IDADE (X)</b>	<b>IBGE 2020 Mulheres – Tábua de Mortalidade de Válidos e de Inválidos - FEMININA</b>	<b>IBGE 2020 Homens – Tábua de Mortalidade de Válidos e de Inválidos - MASCULINA</b>	<b>ALVARO VINDAS - Tábua de Entrada em Invalidez</b>
47	0,002701	0,005105	0,001383
48	0,002925	0,005488	0,001511
49	0,003157	0,005905	0,001657
50	0,003409	0,006354	0,001823
51	0,003682	0,006837	0,002014
52	0,003973	0,007356	0,002231
53	0,004282	0,007912	0,002479
54	0,004614	0,008507	0,002762
55	0,004978	0,009151	0,003089
56	0,005377	0,009840	0,003452
57	0,005808	0,010562	0,003872
58	0,006273	0,011314	0,004350
59	0,006779	0,012109	0,004895
60	0,007335	0,012965	0,005516
61	0,007955	0,013904	0,006223
62	0,008648	0,014935	0,007029
63	0,009427	0,016074	0,007947
64	0,010296	0,017330	0,008993
65	0,011247	0,018675	0,010183
66	0,012292	0,020143	0,011542
67	0,013461	0,021815	0,013087
68	0,014773	0,023736	0,014847
69	0,016229	0,025895	0,016852
70	0,017806	0,028230	0,019135
71	0,019520	0,030728	0,021734
72	0,021429	0,033459	0,024695
73	0,023565	0,036448	0,028066
74	0,025929	0,039704	0,031904
75	0,028470	0,043212	0,036275
76	0,031210	0,046987	0,041252
77	0,034246	0,051089	0,046919
78	0,037633	0,055558	0,05371
79	0,041376	0,060423	0,060718
80	0,045446	0,064707	0,069084
81	0,049673	0,069244	0,078608
82	0,054081	0,074071	0,089453
83	0,058696	0,079227	0,101800
84	0,063550	0,084762	0,115859
85	0,068679	0,090735	0,131805
86	0,074124	0,097214	0,150090
87	0,079933	0,104283	0,170840
88	0,086165	0,112047	0,194465
89	0,092889	0,120630	0,221363
90	0,100187	0,130191	0,251988
91	0,108161	0,140930	0,000000
92	0,116937	0,153100	0,000000
93	0,126667	0,167035	0,000000
94	0,137550	0,183170	0,000000
95	0,149833	0,202091	0,000000
96	0,163840	0,224602	0,000000

IDADE (X)	IBGE 2020 Mulheres – Tábua de Mortalidade de Válidos e de Inválidos - FEMININA	IBGE 2020 Homens – Tábua de Mortalidade de Válidos e de Inválidos - MASCULINA	ALVARO VINDAS - Tábua de Entrada em Invalidez
97	0,179998	0,251825	0,000000
98	0,198877	0,285358	0,000000
99	0,221256	0,327534	0,000000
100	0,248224	0,381789	0,000000
101	0,281330	0,453156	0,000000
102	0,322823	0,548475	0,000000
103	0,376024	0,674234	0,000000
104	0,445801	0,824382	0,000000
105	0,538851	0,951547	0,000000
106	0,661938	0,996961	0,000000
107	0,811089	0,999990	0,000000
108	0,943363	1,000000	0,000000
109	0,995762	1,000000	0,000000
110	0,999981	1,000000	0,000000
111	1,000000	1,000000	0,000000

## ANEXO 7 – PROJEÇÕES ATUARIAIS (RREO)

### 7.1. FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

TABELA 42. PROJEÇÃO ATUARIAL PARA RREO – FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO

Exercício	Receita previdenciária	Despesa previdenciária	Resultado previdenciário	Saldo financeiro
2022	R\$ 364.551.873,65	R\$ 402.077.339,02	-R\$ 37.525.465,37	R\$ 46.272.799,30
2023	R\$ 344.511.537,20	R\$ 387.654.084,24	-R\$ 43.142.547,04	R\$ 3.130.252,26
2024	R\$ 330.485.257,04	R\$ 374.712.303,07	-R\$ 44.227.046,03	-R\$ 41.096.793,77
2025	R\$ 316.484.594,51	R\$ 364.248.403,18	-R\$ 47.763.808,67	-R\$ 88.860.602,45
2026	R\$ 302.863.891,89	R\$ 354.276.752,31	-R\$ 51.412.860,42	-R\$ 140.273.462,86
2027	R\$ 289.518.801,26	R\$ 346.229.416,80	-R\$ 56.710.615,54	-R\$ 196.984.078,40
2028	R\$ 276.568.880,92	R\$ 336.753.582,64	-R\$ 60.184.701,72	-R\$ 257.168.780,13
2029	R\$ 263.934.223,90	R\$ 327.065.277,32	-R\$ 63.131.053,42	-R\$ 320.299.833,55
2030	R\$ 251.888.064,65	R\$ 314.642.204,20	-R\$ 62.754.139,55	-R\$ 383.053.973,10
2031	R\$ 240.282.041,50	R\$ 302.226.829,41	-R\$ 61.944.787,91	-R\$ 444.998.761,01
2032	R\$ 228.830.088,72	R\$ 290.533.937,72	-R\$ 61.703.849,00	-R\$ 506.702.610,02
2033	R\$ 217.341.200,12	R\$ 282.380.134,73	-R\$ 65.038.934,61	-R\$ 571.741.544,62
2034	R\$ 206.467.647,66	R\$ 271.392.854,42	-R\$ 64.925.206,76	-R\$ 636.666.751,38
2035	R\$ 195.366.499,45	R\$ 263.710.052,51	-R\$ 68.343.553,05	-R\$ 705.010.304,44
2036	R\$ 185.185.566,05	R\$ 252.684.151,66	-R\$ 67.498.585,61	-R\$ 772.508.890,05
2037	R\$ 175.069.430,48	R\$ 243.855.212,77	-R\$ 68.785.782,28	-R\$ 841.294.672,33
2038	R\$ 165.723.774,27	R\$ 231.596.841,07	-R\$ 65.873.066,80	-R\$ 907.167.739,13
2039	R\$ 148.120.111,00	R\$ 220.309.865,58	-R\$ 72.189.754,59	-R\$ 979.357.493,72
2040	R\$ 135.021.822,84	R\$ 209.222.166,37	-R\$ 74.200.343,53	-R\$ 1.053.557.837,25
2041	R\$ 126.378.701,27	R\$ 199.574.808,48	-R\$ 73.196.107,21	-R\$ 1.126.753.944,46
2042	R\$ 118.179.979,78	R\$ 189.448.259,86	-R\$ 71.268.280,07	-R\$ 1.198.022.224,53
2043	R\$ 110.265.798,82	R\$ 179.777.244,91	-R\$ 69.511.446,09	-R\$ 1.267.533.670,62

Exercício	Receita previdenciária	Despesa previdenciária	Resultado previdenciário	Saldo financeiro
2044	R\$ 102.742.102,95	R\$ 170.275.733,46	-R\$ 67.533.630,51	-R\$ 1.335.067.301,14
2045	R\$ 95.584.959,62	R\$ 160.873.328,05	-R\$ 65.288.368,44	-R\$ 1.400.355.669,57
2046	R\$ 88.260.566,75	R\$ 153.252.904,39	-R\$ 64.992.337,64	-R\$ 1.465.348.007,22
2047	R\$ 81.511.109,37	R\$ 145.253.977,78	-R\$ 63.742.868,41	-R\$ 1.529.090.875,63
2048	R\$ 75.322.459,08	R\$ 136.651.374,84	-R\$ 61.328.915,76	-R\$ 1.590.419.791,39
2049	R\$ 69.085.349,11	R\$ 129.673.609,75	-R\$ 60.588.260,64	-R\$ 1.651.008.052,04
2050	R\$ 63.418.460,37	R\$ 121.970.470,44	-R\$ 58.552.010,06	-R\$ 1.709.560.062,10
2051	R\$ 58.019.291,92	R\$ 114.624.020,25	-R\$ 56.604.728,33	-R\$ 1.766.164.790,43
2052	R\$ 53.017.482,73	R\$ 107.235.115,77	-R\$ 54.217.633,03	-R\$ 1.820.382.423,47
2053	R\$ 48.417.424,19	R\$ 99.840.984,11	-R\$ 51.423.559,92	-R\$ 1.871.805.983,39
2054	R\$ 44.204.397,88	R\$ 92.360.882,62	-R\$ 48.156.484,74	-R\$ 1.919.962.468,13
2055	R\$ 40.332.139,49	R\$ 85.041.591,39	-R\$ 44.709.451,89	-R\$ 1.964.671.920,02
2056	R\$ 36.774.567,90	R\$ 77.954.328,19	-R\$ 41.179.760,30	-R\$ 2.005.851.680,32
2057	R\$ 33.560.437,51	R\$ 70.908.371,95	-R\$ 37.347.934,44	-R\$ 2.043.199.614,76
2058	R\$ 30.554.140,30	R\$ 64.350.896,22	-R\$ 33.796.755,92	-R\$ 2.076.996.370,68
2059	R\$ 27.785.143,50	R\$ 58.139.810,50	-R\$ 30.354.667,00	-R\$ 2.107.351.037,68
2060	R\$ 25.206.089,82	R\$ 52.375.877,77	-R\$ 27.169.787,95	-R\$ 2.134.520.825,63
2061	R\$ 22.804.536,82	R\$ 47.056.771,49	-R\$ 24.252.234,67	-R\$ 2.158.773.060,30
2062	R\$ 20.580.621,16	R\$ 42.133.369,96	-R\$ 21.552.748,80	-R\$ 2.180.325.809,10
2063	R\$ 18.520.282,61	R\$ 37.611.549,95	-R\$ 19.091.267,34	-R\$ 2.199.417.076,44
2064	R\$ 16.613.832,79	R\$ 33.477.661,99	-R\$ 16.863.829,20	-R\$ 2.216.280.905,64
2065	R\$ 14.854.759,12	R\$ 29.709.831,31	-R\$ 14.855.072,19	-R\$ 2.231.135.977,83
2066	R\$ 13.236.830,20	R\$ 26.286.591,01	-R\$ 13.049.760,81	-R\$ 2.244.185.738,64
2067	R\$ 11.753.944,14	R\$ 23.186.573,76	-R\$ 11.432.629,62	-R\$ 2.255.618.368,26
2068	R\$ 10.399.745,83	R\$ 20.387.811,54	-R\$ 9.988.065,71	-R\$ 2.265.606.433,97
2069	R\$ 9.167.592,00	R\$ 17.868.276,47	-R\$ 8.700.684,48	-R\$ 2.274.307.118,44
2070	R\$ 8.050.541,33	R\$ 15.606.362,54	-R\$ 7.555.821,20	-R\$ 2.281.862.939,64
2071	R\$ 7.041.535,10	R\$ 13.581.280,08	-R\$ 6.539.744,98	-R\$ 2.288.402.684,63
2072	R\$ 6.133.371,60	R\$ 11.773.094,22	-R\$ 5.639.722,62	-R\$ 2.294.042.407,24
2073	R\$ 5.318.629,25	R\$ 10.162.587,32	-R\$ 4.843.958,07	-R\$ 2.298.886.365,31
2074	R\$ 4.590.044,72	R\$ 8.731.770,47	-R\$ 4.141.725,75	-R\$ 2.303.028.091,06
2075	R\$ 3.940.565,58	R\$ 7.463.971,68	-R\$ 3.523.406,10	-R\$ 2.306.551.497,16
2076	R\$ 3.363.335,62	R\$ 6.343.812,94	-R\$ 2.980.477,32	-R\$ 2.309.531.974,49
2077	R\$ 2.852.096,12	R\$ 5.357.546,82	-R\$ 2.505.450,70	-R\$ 2.312.037.425,19
2078	R\$ 2.401.338,94	R\$ 4.492.976,63	-R\$ 2.091.637,69	-R\$ 2.314.129.062,88
2079	R\$ 2.005.987,01	R\$ 3.738.922,04	-R\$ 1.732.935,02	-R\$ 2.315.861.997,91
2080	R\$ 1.661.245,70	R\$ 3.084.979,73	-R\$ 1.423.734,03	-R\$ 2.317.285.731,93
2081	R\$ 1.362.660,39	R\$ 2.521.576,09	-R\$ 1.158.915,70	-R\$ 2.318.444.647,64
2082	R\$ 1.106.071,07	R\$ 2.039.888,33	-R\$ 933.817,26	-R\$ 2.319.378.464,89
2083	R\$ 887.524,29	R\$ 1.631.640,86	-R\$ 744.116,57	-R\$ 2.320.122.581,46
2084	R\$ 703.142,74	R\$ 1.288.880,41	-R\$ 585.737,67	-R\$ 2.320.708.319,14
2085	R\$ 549.191,01	R\$ 1.004.057,12	-R\$ 454.866,11	-R\$ 2.321.163.185,25
2086	R\$ 422.183,64	R\$ 770.148,52	-R\$ 347.964,88	-R\$ 2.321.511.150,13
2087	R\$ 318.840,89	R\$ 580.598,82	-R\$ 261.757,93	-R\$ 2.321.772.908,06
2088	R\$ 236.085,38	R\$ 429.323,43	-R\$ 193.238,04	-R\$ 2.321.966.146,10
2089	R\$ 171.067,20	R\$ 310.736,52	-R\$ 139.669,32	-R\$ 2.322.105.815,43
2090	R\$ 121.078,29	R\$ 219.656,65	-R\$ 98.578,36	-R\$ 2.322.204.393,79
2091	R\$ 83.516,78	R\$ 151.249,87	-R\$ 67.733,09	-R\$ 2.322.272.126,88
2092	R\$ 56.023,13	R\$ 101.171,93	-R\$ 45.148,80	-R\$ 2.322.317.275,68
2093	R\$ 36.504,89	R\$ 65.595,82	-R\$ 29.090,93	-R\$ 2.322.346.366,62

Exercício	Receita previdenciária	Despesa previdenciária	Resultado previdenciário	Saldo financeiro
2094	R\$ 23.071,89	R\$ 41.122,51	-R\$ 18.050,62	-R\$ 2.322.364.417,24
2095	R\$ 14.092,79	R\$ 24.825,35	-R\$ 10.732,56	-R\$ 2.322.375.149,80
2096	R\$ 8.286,03	R\$ 14.364,71	-R\$ 6.078,68	-R\$ 2.322.381.228,47

## ANEXO 8 – DURAÇÃO DO PASSIVO

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do RPPS, líquidos das contribuições dos aposentados e pensionistas, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

### 8.1. FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

Desse modo, considerando os fluxos atuariais estimados nos últimos três exercícios, apurou-se as respectivas durações do passivo (duration), que seguem apresentadas na tabela abaixo. Deve-se considerar, para fins de análise, a alteração da taxa de juros atuarial que influencia a apuração do resultado.

**TABELA 43. EVOLUÇÃO DA DURAÇÃO DO PASSIVO – FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO**

Exercício	Duração do passivo (duration) em anos
2018	13,14
2019	14,82
2020	15,69

## ANEXO 9 – GANHOS E PERDAS ATUARIAIS

O balanço de ganhos e perdas atuariais refere-se a um demonstrativo sobre o ajuste entre a realidade e a expectativa que se tinha quando da formulação do plano de custeio, acerca do comportamento das hipóteses ou premissas atuariais.

Nesse sentido, em síntese as análises anteriormente apresentadas no transcrito desse relatório, segue demonstrados os principais fatores que acarretaram à alteração dos resultados, por meio de estudos de balanço de ganhos e perdas atuariais, sendo a primeira tabela relativa ao ativo garantidor do Plano e a segunda tabela relativa ao passivo atuarial do Plano.

**TABELA 44. GANHOS E PERDAS DOS ATIVOS DO PLANO – EVOLUÇÃO ANUAL**

<b>Ganhos e perdas do ativo*</b>	<b>Valor</b>
Ativos Garantidores no encerramento do exercício anterior	R\$ 282.257.972,06
Meta Atuarial do exercício	13,70%
Contribuições Recebidas no exercício	R\$ 327.655.662,18
Benefícios Pagos no exercício	R\$ 371.178.537,64
Ativos Garantidores ESPERADO no encerramento do exercício	R\$ 277.404.072,50
Ativos Garantidores APURADO no encerramento do exercício	R\$ 306.746.191,77
<b>Ganho / Perda dos Ativos</b>	<b>R\$ 29.342.119,27</b>

\* Análise aproximada (evolução anual).

**TABELA 45. GANHOS E PERDAS DO PASSIVO ATUARIAL DO PLANO**

<b>Ganhos e perdas do passivo atuarial*</b>	<b>2020*</b>	<b>2021</b>	<b>Valor</b>
Alteração da tábua biométrica	IBGE 2019 - M / IBGE 2019 - F	IBGE 2020 - M / IBGE 2020 - F	-R\$ 12.224.771,94
Alteração da hipótese de juros	5,40%	4,84%	-R\$ 183.779.751,69
<b>Ganho / Perda do Passivo Atuarial</b>			<b>-R\$ 196.004.523,64</b>

\* Análises isoladas.

## ANEXO 10 – VIABILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO

A fim de atender o dispositivo 64, da Portaria nº 464/2018, que estabelece a necessidade de o ente federativo demonstrar a adequação do plano de custeio do RPPS à capacidade orçamentária, financeira e fiscal, seguem apresentadas as análises realizadas.

Ressalta-se que para as análises, foram informadas pela CAAPSML, as despesas executadas e discriminadas com pessoal, relativas aos últimos 12 meses, além de outros dados, como o histórico dos últimos 5 anos (2017 a 2021) e a projeção para o próximo ano, tanto da Receita Corrente Líquida – RCL como da Despesa Total com Pessoal – DTP, abaixo apresentadas.

**TABELA 46. DESPESAS COM PESSOAL**

Despesa com pessoal	Despesas executadas (últimos 12 meses)*
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	R\$ 1.408.130.172,35
Pessoal Ativo (contratados, celetistas, vinculados ao RPPS e outros)	R\$ 1.028.490.396,63
Pessoal Inativo e Pensionistas	R\$ 371.169.709,43
Outras despesas de pessoal de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 8.470.066,29
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	R\$ 443.399.476,73
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 217.414,63
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	R\$ 29.767.950,69
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	R\$ 47.578,87
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 413.366.532,54
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	R\$ 964.730.695,62
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	R\$ 964.730.695,62

\* Os valores informados podem apresentar divergência em relação àqueles informados nos registros contábeis, uma vez que não constam os valores inscritos em restos a pagar e não processados.

**TABELA 47. APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL**

Apuração do cumprimento do limite legal	Valor
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	R\$ 2.150.694.587,96
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	44,86%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	60,0%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	57,0%
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	54,0%

Deste modo, considerando os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF<sup>11</sup>, quais sejam o de alerta (54,00%), o prudencial (57,00%) e o máximo (60,00%) dos gastos com DTP em relação a RCL dos Municípios, pode-se inferir, a partir das informações prestadas, que essa proporção corresponde a 2,06%, portanto, inferior aos limites impostos.

<sup>11</sup> Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

O atingimento de quaisquer um dos limites é motivo de preocupação e deve motivar a análise e o monitoramento por parte do Município para que tais despesas não atinjam e, logicamente, não superem o limite máximo permitido.

Na sequência, foi apurada a variação real do histórico da RCL e da despesa líquida com pessoal relativas aos últimos 5 anos, bem como a variação média deste mesmo período, apuradas em 2,80% e 3,01%, respectivamente.

**TABELA 48. VARIAÇÃO REAL DO HISTÓRICO DA RCL E DA DTP**

Ano	Receita corrente líquida (RCL) - informada	Despesa líquida com pessoal - informada	Inflação do ano	Inflação acumulada	Receita corrente líquida - RCL	Despesa líquida com pessoal	Variação real da receita corrente líquida - RCL	Variação real da despesa líquida com pessoal
2017	R\$ 1.524.964.882,22	R\$ 678.996.481,71	2,07%	25,80%	R\$ 1.879.577.538,44	R\$ 836.889.131,40	0,00%	0,00%
2018	R\$ 1.654.801.317,14	R\$ 758.940.902,39	3,43%	23,25%	R\$ 1.971.892.046,76	R\$ 904.368.103,82	4,91%	8,06%
2019	R\$ 1.822.643.364,10	R\$ 824.285.375,54	4,48%	19,16%	R\$ 2.078.735.384,28	R\$ 940.102.277,07	5,42%	3,95%
2020	R\$ 2.053.704.539,74	R\$ 911.753.983,52	5,45%	14,05%	R\$ 2.221.262.603,05	R\$ 986.142.352,80	6,86%	4,90%
2021	R\$ 2.150.694.587,96	R\$ 967.593.283,36	8,16%	8,16%	R\$ 2.150.694.587,96	R\$ 967.593.283,36	-3,18%	-1,88%

**TABELA 49. VARIAÇÃO MÉDIA DA RCL E DA DTP**

Descrição	Calculado	Informado
Contribuições do Ente + Parcelamentos (Ano: 2021)		R\$ 838.721.573,77
Despesas do RPPS- Benefícios e Administrativas (Ano: 2021)		R\$ 1.048.543.833,41
Despesa com Pessoal (exceto RPPS)	-R\$ 80.950.550,05	
Dívida Consolidada Líquida – DCL		R\$ 182.735.486,81
Resultado Atuarial	-R\$ 2.322.387.532,60	
Variação Média - Receita Corrente Líquida (RCL)	2,80%	
Variação Média - Despesa Líquida com Pessoal	3,01%	

Assim, a partir das informações anteriores, identificou-se a representatividade de 107,98% do déficit atuarial em relação à RCL de 2021.

Para a projeção da RCL e da despesa líquida com pessoal para os próximos 35 anos, considerou-se a variação média da RCL e da despesa líquida com pessoal apuradas com base no histórico dos últimos 5 anos, conforme demonstrado anteriormente.

**TABELA 50. INCREMENTO DO CUSTEIO ESPECIAL PROPOSTO NA RCL PROJETADA**

Ano	Nº	Receita corrente líquida - RCL	Despesa com pessoal (exceto RPPS)	Pessoal ativo efetivo (código 10900f)	Aposentadorias e pensões (códigos 210000 e 220000)	Contribuição patronal (código 121000 - todos os planos)	Contribuição suplementar (código 130101 - todos os planos)	Parcelamentos (código 130201 - todos os planos)	Insuficiência ou excedente financeiro (código 250001 - todos os planos)	Despesa com pessoal - LRF	Evolução dos recursos garantidores
2021	0	R\$2.150.694.687,96	R\$967.593.283,36	R\$586.392.663,28	R\$416.137.434,50	R\$148.648.066,30	R\$74.322.023,33	R\$13.484.982,03	-R\$46.564.851,32	R\$1.249.603.202,34	R\$40.094.394,56
2022	1	R\$2.210.953.918,10	R\$996.680.555,89	R\$574.646.319,53	R\$426.087.144,69	R\$145.670.407,91	R\$153.441.362,11	R\$14.137.591,13	R\$21.224.040,17	R\$1.309.929.907,05	R\$64.286.246,97
2023	2	R\$2.272.901.626,92	R\$1.026.642.234,48	R\$570.001.667,61	R\$431.795.693,79	R\$144.493.008,33	R\$236.248.490,89	R\$14.821.825,78	R\$97.921.840,17	R\$1.422.205.559,47	R\$170.058.958,56
2024	3	R\$2.336.685.020,32	R\$1.057.504.605,04	R\$560.181.863,56	R\$440.051.710,90	R\$142.003.729,59	R\$236.123.093,23	R\$15.539.155,30	R\$87.350.008,92	R\$1.451.170.583,16	R\$269.867.561,50
2025	4	R\$2.402.052.729,65	R\$1.089.294.743,71	R\$548.662.735,75	R\$448.718.544,33	R\$139.068.329,91	R\$236.041.349,43	R\$16.291.186,41	R\$75.879.710,64	R\$1.480.685.609,46	R\$362.461.440,12
2026	5	R\$2.469.354.748,86	R\$1.122.040.540,54	R\$532.622.771,60	R\$459.751.177,56	R\$135.017.616,52	R\$236.892.756,59	R\$17.079.699,91	R\$60.546.893,62	R\$1.510.090.613,56	R\$443.502.905,08
2027	6	R\$2.538.542.472,62	R\$1.155.770.724,03	R\$518.205.821,33	R\$468.813.719,20	R\$131.362.980,69	R\$241.164.537,37	R\$17.906.447,65	R\$52.920.217,64	R\$1.546.204.689,75	R\$520.450.001,87
2028	7	R\$2.609.668.735,64	R\$1.190.514.886,29	R\$503.129.377,06	R\$477.363.026,08	R\$127.541.165,93	R\$246.675.795,65	R\$18.773.086,78	R\$45.774.364,80	R\$1.583.504.934,65	R\$593.629.626,02
2029	8	R\$2.682.787.862,97	R\$1.226.303.508,99	R\$493.421.691,63	R\$481.467.651,18	R\$125.080.308,79	R\$252.313.308,06	R\$19.681.693,61	R\$44.841.193,22	R\$1.623.378.819,46	R\$669.372.806,89
2030	9	R\$2.757.955.661,47	R\$1.263.167.990,16	R\$483.900.813,39	R\$484.842.912,34	R\$122.666.806,49	R\$258.079.743,14	R\$20.634.283,16	R\$44.740.615,40	R\$1.664.548.822,96	R\$748.676.511,93
2031	10	R\$2.835.229.562,50	R\$1.301.140.671,68	R\$472.289.975,74	R\$488.645.471,05	R\$119.723.508,33	R\$263.979.213,25	R\$21.633.080,06	R\$43.397.131,27	R\$1.706.476.473,30	R\$830.410.007,52
2032	11	R\$2.914.668.565,70	R\$1.340.254.867,66	R\$448.693.216,83	R\$497.919.549,17	R\$113.741.829,89	R\$270.012.954,00	R\$22.680.174,23	R\$33.248.901,88	R\$1.746.689.825,79	R\$905.460.000,62
2033	12	R\$2.996.333.334,07	R\$1.380.544.893,72	R\$432.348.881,24	R\$501.706.019,92	R\$109.598.610,05	R\$276.183.232,10	R\$23.777.831,94	R\$30.841.735,35	R\$1.790.104.567,81	R\$981.618.739,99
2034	13	R\$3.080.286.230,31	R\$1.422.046.097,02	R\$403.675.732,42	R\$511.095.708,10	R\$102.330.088,28	R\$282.493.717,73	R\$24.928.543,15	R\$18.982.432,38	R\$1.831.798.446,18	R\$1.049.030.269,11
2035	14	R\$3.166.591.364,45	R\$1.464.794.887,33	R\$386.471.472,91	R\$513.429.140,84	R\$97.988.881,37	R\$288.949.932,18	R\$26.135.081,80	R\$17.786.233,93	R\$1.877.948.782,47	R\$1.118.450.421,79
2036	15	R\$3.255.314.642,74	R\$1.508.828.768,94	R\$359.843.472,16	R\$519.470.874,82	R\$91.218.796,97	R\$295.553.485,25	R\$27.399.996,61	R\$10.317.691,17	R\$1.923.001.047,77	R\$1.183.400.489,63
2037	16	R\$3.346.523.818,09	R\$1.554.186.373,59	R\$346.064.650,58	R\$517.234.324,34	R\$87.725.923,06	R\$302.307.188,49	R\$28.726.059,62	R\$15.001.968,18	R\$1.972.945.544,66	R\$1.256.405.126,28
2038	17	R\$3.440.288.541,69	R\$1.600.907.494,32	R\$329.336.632,53	R\$515.839.438,02	R\$83.485.441,34	R\$309.215.464,86	R\$10.038.774,35	-R\$1.964.017,73	R\$2.005.611.192,61	R\$1.315.156.058,20
2039	18	R\$3.536.680.416,29	R\$1.649.033.120,44	R\$312.728.082,92	R\$513.592.474,57	R\$79.275.244,37	R\$316.284.862,56	R\$0,00	-R\$9.762.217,14	R\$2.054.365.444,51	R\$1.368.574.902,97
2040	19	R\$3.635.773.050,83	R\$1.698.605.473,42	R\$290.310.799,30	R\$513.626.746,13	R\$73.592.557,92	R\$323.516.324,98	R\$0,00	-R\$11.581.273,45	R\$2.107.295.629,77	R\$1.422.672.121,19
2041	20	R\$3.737.642.116,68	R\$1.749.668.044,00	R\$271.445.690,03	R\$511.165.775,88	R\$68.810.332,63	R\$330.911.820,00	R\$0,00	-R\$9.973.684,94	R\$2.159.363.881,57	R\$1.481.073.040,56
2042	21	R\$3.842.365.405,40	R\$1.802.265.630,32	R\$251.229.608,37	R\$508.549.248,71	R\$63.685.641,56	R\$338.474.744,71	R\$0,00	-R\$8.705.037,30	R\$2.213.131.063,89	R\$1.543.630.614,62
2043	22	R\$3.950.022.888,15	R\$1.856.444.377,18	R\$231.199.670,41	R\$504.984.529,37	R\$58.608.137,13	R\$346.210.414,14	R\$0,00	-R\$6.283.925,52	R\$2.267.946.853,97	R\$1.611.754.268,84
2044	23	R\$4.060.696.776,77	R\$1.912.251.816,69	R\$212.151.603,16	R\$500.196.903,34	R\$53.779.532,77	R\$354.126.646,80	R\$0,00	-R\$2.329.836,05	R\$2.322.487.832,21	R\$1.687.320.575,34
2045	24	R\$4.174.471.588,57	R\$1.969.736.909,44	R\$184.203.269,40	R\$499.569.398,55	R\$46.694.748,54	R\$362.313.255,82	R\$0,00	-R\$6.016.104,35	R\$2.384.761.018,16	R\$1.762.679.607,38
2046	25	R\$4.291.434.200,85	R\$2.028.950.088,46	R\$159.343.547,46	R\$496.408.112,44	R\$40.392.914,33	R\$370.590.930,70	R\$0,00	-R\$5.762.573,83	R\$2.445.696.507,33	R\$1.841.951.817,97
2047	26	R\$4.411.673.937,23	R\$2.089.943.302,43	R\$140.207.757,90	R\$489.614.384,97	R\$35.542.072,74	R\$379.062.615,97	R\$0,00	R\$257.073,24	R\$2.504.547.991,14	R\$1.931.371.801,55
2048	27	R\$4.535.282.615,92	R\$2.152.770.061,84	R\$112.012.414,66	R\$487.091.915,54	R\$28.394.672,65	R\$387.718.883,76	R\$0,00	-R\$1.254.552,76	R\$2.570.138.171,01	R\$2.023.534.923,63
2049	28	R\$4.662.354.629,76	R\$2.217.485.485,73	R\$90.529.988,13	R\$480.331.077,22	R\$22.948.715,03	R\$396.579.682,83	R\$0,00	R\$4.037.625,74	R\$2.637.013.883,59	R\$2.125.707.060,77

Continua...

Continuação

Ano	Nº	Receita corrente líquida - RCL	Despesa com pessoal (exceto RPPS)	Pessoal ativo efetivo (código 109001)	Aposentadorias e pensões (códigos 210000 e 220000)	Contribuição patronal (código 121000 - todos os planos)	Contribuição suplementar (código 130101 - todos os planos)	Parcelamentos (código 130201 - todos os planos)	Insuficiência ou excedente financeiro (código 250001 - todos os planos)	Despesa com pessoal - LRF	Evolução dos recursos garantidores
2050	29	R\$4.792.987,016,37	R\$2.284.146,350,13	R\$68.811.700,35	R\$473.242,311,44	R\$17.443,474,57	R\$405,638,571,88	R\$0,00	R\$9.579,677,27	R\$2.707,228,396,58	R\$2.238,634,616,15
2051	30	R\$4.927,279,532,20	R\$2.352,811,137,84	R\$49,899,683,83	R\$464,160,999,72	R\$12,649,358,49	R\$414,906,059,51	R\$0,00	R\$18,334,870,53	R\$2.780,366,555,83	R\$2.366,206,809,84
2052	31	R\$5,065,334,728,74	R\$2,423,540,089,72	R\$34,081,863,83	R\$453,081,249,37	R\$8,639,608,12	R\$424,396,929,26	R\$0,00	R\$30,500,440,38	R\$2,856,576,627,09	R\$2,512,707,881,13
2053	32	R\$5,207,258,030,83	R\$2,496,395,257,58	R\$22,522,624,97	R\$439,416,159,74	R\$5,709,390,03	R\$434,090,006,09	R\$0,00	R\$46,961,549,64	R\$2,936,194,653,70	R\$2,683,557,431,22
2054	33	R\$5,353,157,817,16	R\$2,571,440,558,59	R\$13,535,085,78	R\$424,168,743,51	R\$3,431,086,91	R\$444,003,059,39	R\$0,00	R\$66,246,645,62	R\$3,018,874,704,89	R\$2,882,894,594,16
2055	34	R\$5,503,145,503,01	R\$2,648,741,831,36	R\$6,760,432,23	R\$407,646,960,18	R\$1,713,740,93	R\$454,191,210,61	R\$0,00	R\$88,007,063,22	R\$3,104,646,782,90	R\$3,114,693,297,60
2056	35	R\$5,657,335,625,38	R\$2,728,366,893,70	R\$4,344,812,19	R\$388,752,039,20	R\$1,101,391,49	R\$0,00	R\$0,00	-R\$350,577,345,74	R\$3,080,045,630,93	R\$2,897,899,163,93

Por fim, seguem apresentados o impacto da DTP na RCL, bem como sua relação com o limite prudencial estabelecido na LRF e a efetividade do plano de amortização, seguindo os padrões estabelecidos pela Secretaria de Previdência - SPREV. Destaca-se que a última coluna, denominada “Efetividade do Plano de Amortização”, apesar de sua nomenclatura dada pela SPREV, representa, na verdade, a evolução percentual dos ativos garantidores dos compromissos, independentemente de haver, ou não, plano de amortização, bem como não tendo relação exclusiva com o plano de amortização, no caso de sua existência.

**TABELA 51. INDICADORES DE VIABILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO**

Ano	Nº	Impacto da despesa total de pessoal na RCL	Relação com limite prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF)	Efetividade do plano de amortização
2021	0	58,10%	13,26%	60,34%
2022	1	59,25%	15,49%	164,53%
2023	2	62,57%	21,97%	58,69%
2024	3	62,11%	21,07%	34,32%
2025	4	61,64%	20,16%	22,35%
2026	5	61,15%	19,20%	17,35%
2027	6	60,91%	18,73%	14,06%
2028	7	60,68%	18,28%	12,76%
2029	8	60,51%	17,95%	11,85%
2030	9	60,35%	17,65%	10,92%
2031	10	60,19%	17,33%	9,04%
2032	11	59,93%	16,82%	8,41%
2033	12	59,74%	16,46%	6,87%
2034	13	59,47%	15,92%	6,62%
2035	14	59,30%	15,60%	5,81%
2036	15	59,07%	15,15%	6,17%
2037	16	58,96%	14,92%	4,68%
2038	17	58,30%	13,64%	4,06%
2039	18	58,09%	13,23%	3,95%
2040	19	57,96%	12,98%	4,11%
2041	20	57,77%	12,62%	4,22%
2042	21	57,60%	12,28%	4,41%
2043	22	57,41%	11,90%	4,69%
2044	23	57,19%	11,49%	4,47%
2045	24	57,13%	11,36%	4,50%
2046	25	56,99%	11,09%	4,85%
2047	26	56,77%	10,66%	4,77%
2048	27	56,67%	10,47%	5,05%
2049	28	56,56%	10,25%	5,31%
2050	29	56,48%	10,10%	5,70%
2051	30	56,43%	10,00%	6,19%
2052	31	56,39%	9,93%	6,80%
2053	32	56,39%	9,92%	7,43%
2054	33	56,39%	9,93%	8,04%
2055	34	56,42%	9,97%	-6,96%
2056	35	54,44%	6,13%	-

---

---

**EXPEDIENTE**  
**JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO**

Lei n.º 6.939, de 27/12/96 - Distribuição gratuita

**Prefeito do Município** – Marcelo Belinati Martins

**Secretário de Governo** – Alexandre Alberto Trannin, Secretário Municipal de Governo

**Jornalista Responsável** – José Otávio Sancho Ereno

**Editoração:** Emanuel Messias Pereira Campos – Núcleo de Comunicação da Prefeitura de Londrina

**REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E IMPRESSÃO** - Av. Duque de Caxias, 635 - CEP 86.015-901 - Londrina-PR - Fone: (43) 3372-4013

**Endereço Eletrônico:** <http://www.londrina.pr.gov.br/jornaloficial> - **E-mail:** [jornaloficial@londrina.pr.gov.br](mailto:jornaloficial@londrina.pr.gov.br)

A íntegra dos materiais referentes a licitações está disponível no endereço [www.londrina.pr.gov.br](http://www.londrina.pr.gov.br)